



# CIGANOS E LITERACIA DIGITAL:

um estudo de caso no distrito de Évora

Carlos Boto Medinas

# **“Ciganos e Literacia Digital: um estudo de caso no distrito de Évora”**

CARLOS BOTO MEDINAS

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

2018

COM O APOIO DE:



MEDINAS, Carlos Boto  
"Ciganos e Literacia digital: um estudo de caso no distrito de Évora"  
Carlos Boto Medinas – 1ª ed. – (Olhares, 10)  
ISBN 978-989-685-076-0

CDU 316

TÍTULO

**"CIGANOS E LITERACIA DIGITAL:  
UM ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE ÉVORA"**

AUTOR

**CARLOS BOTO MEDINAS**

PROMOTOR

**OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS / [HTTP://WWW.OBCIG.ACM.GOV.PT/](http://www.obcig.acm.gov.pt/)**

APOIO

**UNIVERSIDADE ABERTA**

EDIÇÃO

**ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES (ACM, I.P.)**

R. ÁLVARO COUTINHO, 14 – 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 • FAX: (00351) 21 810 61 17

E-MAIL: [ACM@ACM.GOV.PT](mailto:ACM@ACM.GOV.PT)

FOTOGRAFIA DA CAPA

**CARLOS MEDINAS**

EXECUÇÃO GRÁFICA

**CMVA print**

PRIMEIRA EDIÇÃO

**500 EXEMPLARES**

ISBN

**978-989-685-076-0**

DEPÓSITO LEGAL

**465330/19**

**LISBOA, DEZEMBRO DE 2019**

**“Ciganos e Literacia Digital: um estudo de caso no distrito de Évora”**

**Carlos Boto Medinas**

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Apresentada à Universidade Aberta sob a orientação da

Professora Doutora Olga Magano

2018



# ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS</b>	11
<b>RESUMO</b>	12
<b>ABSTRACT</b>	13
<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>PARTE I</b>	17
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	17
1. As novas tecnologias nas sociedades contemporâneas	18
1.1. Desenvolvimento do Computador e da Internet	18
1.2. Tecnologias de Informação e o impacto na sociedade	20
2. Literacias e Tecnologias digitais	21
2.1. Analfabetismo, escolaridade e literacia	22
2.2. Da sociedade industrial à sociedade informacional	32
2.3. Literacia digital e novos desafios societais	39
3. Desigualdades sociais, Exclusão Social e Infoexclusão	48
4. Os Portugueses ciganos: persistência do analfabetismo e baixa escolaridade que dificultam o acesso à sociedade digital	58
<b>PARTE II</b>	66
<b>METODOLOGIA, OBJETO DE ESTUDO E TERRITÓRIO DE INVESTIGAÇÃO: UM CONCELHO NO DISTRITO DE ÉVORA</b>	66
5. Objeto de estudo: ciganos e literacia digital	67
5.1. Objetivos e questões de investigação	67
5.1.1. O território em estudo: Um concelho do distrito de Évora	68
5.2. Opções e estratégias: metodologia mista	71
5.2.1. Metodologia Quantitativa – Inquérito por questionário a Ciganos residentes no Concelho	73
5.2.2. Metodologia Qualitativa – Entrevistas a informadores privilegiados	79
6. Reflexão sobre percurso metodológico, tratamento de dados, triangulação e questões éticas	81
<b>PARTE III</b>	87
<b>APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS – RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DOS CIGANOS DE UM CONCELHO DO DISTRITO DE ÉVORA E (I)LITERACIAS</b>	87
7. Territórios onde vivem os Ciganos	88
8. Caracterização sociodemográfica das pessoas ciganas inquiridas	95

9. Escolaridade e (i)litteracia das pessoas ciganas inquiridas	114
10. Sentimentos de discriminação, participação e cidadania	126
11. Literacias digitais	129
12. Outras (i)litteracias: (i)litteracia informacional: como estar fora ou dentro das sociedades digitais?	151

## **PARTE IV** 164

### **DISCUSSÃO DE RESULTADOS** 164

13. Discussão de resultados	165
13.1. Da percepção positiva das tecnologias de informação aos constrangimentos económicos e sociais de acesso a computadores e internet	165
13.2. Os Ciganos do grupo de estudo e novas tecnologias de informação: que relação possível?	169

## **CONCLUSÕES** 174

## **BIBLIOGRAFIA** 177

### **ANEXOS**

Anexo I- Questionário	185
Anexo II – Guião de Entrevistas	196
Anexo III – Consentimento para a gravação de entrevistas e protocolo seguido na aplicação de inquérito por questionário	199
Anexo IV – Tabela de utilização de internet	201
Anexo V – Recálculo de variáveis	203

### **Índice de Gráficos**

Gráfico 1. Taxas de escolarização em 1870	24
Gráfico 2. Analfabetismo em Portugal e Espanha	24
Gráfico 3. Taxa de analfabetismo em Portugal, Alentejo e Local de investigação	25
Gráfico 4. Taxa de analfabetismo das freguesias do Concelho de investigação	25
Gráfico 5. Redução do analfabetismo em Portugal	31
Gráfico 6. Percentagem de utilizadores de internet no mundo	48
Gráfico 7. Utilização da Internet na Europa	49
Gráfico 8. Utilização da Internet diversas zonas em Portugal	50
Gráfico 9. Utilizadores de internet por género	50
Gráfico 10. Utilizadores de internet por escalão etário	50
Gráfico 11. Utilizadores de internet por grau de escolaridade	51
Gráfico 12. Utilizadores de internet perante condição em relação ao trabalho	51
Gráfico 13. Indivíduos que nunca utilizaram a internet por escalão etário	51
Gráfico 14. Indivíduos que nunca utilizaram a internet por nível de escolaridade e perante o trabalho	52

Gráfico 15. Indivíduos que nunca utilizaram a internet por rendimento	52
Gráfico 16. Locais de residência dos inquiridos	95
Gráfico 17. Sexo dos inquiridos	96
Gráfico 18. Pirâmide etária dos inquiridos	97
Gráfico 19. Naturalidade dos inquiridos	99
Gráfico 20. Estado civil dos inquiridos	99
Gráfico 21. Idade ao casar	100
Gráfico 22. Média de idades do casamento por grupo etário	101
Gráfico 23. Cultos praticados	103
Gráfico 24. Inscritos no Centro de Emprego por sexo e grupo etário	104
Gráfico 25. Inscritos no centro de emprego por tempo de inscrição	104
Gráfico 26. Inquiridos que recebem apoio financeiro	106
Gráfico 27. Valor recebido aproximado	107
Gráfico 28. Já teve algum trabalho	107
Gráfico 29. Tipo de alojamento	109
Gráfico 30. Identificação de infraestruturas existentes	110
Gráfico 31. Existência de problemas e carências na zona	110
Gráfico 32. Identificação de problemas e carências na zona de residência	112
Gráfico 33. Nº de problemas na zona de residência	112
Gráfico 34. Serviços e equipamentos na habitação	113
Gráfico 35. Nº de idas ao médico	113
Gráfico 36. Situação perante a leitura e a escrita	115
Gráfico 37. Saber ler e escrever por sexo	115
Gráfico 38. Saber ler e escrever por grupo etário	116
Gráfico 39. Pirâmide etária das pessoas que não frequentaram a escola	118
Gráfico 40. Evolução do nº de alunos ciganos na escola	120
Gráfico 41. Evolução do nº de alunos não ciganos na escola	121
Gráfico 42. Percentagem de alunos ciganos e não ciganos	121
Gráfico 43. Do que gosta da escola	122
Gráfico 44. Costuma faltar à escola?	122
Gráfico 45. Seria importante existirem nas escolas professores e funcionários ciganos	124
Gráfico 46. Sentir-se discriminado em função de saber ler e escrever	126
Gráfico 47. Pirâmide etária relativa a sentir-se discriminado	127
Gráfico 48. Situações em que se sentiu discriminado	127
Gráfico 49. Participação nas eleições votando?	128
Gráfico 50. Participação nas eleições por local de residência	129
Gráfico 51. Posse de telemóvel	130
Gráfico 52. Tipo de equipamento	130
Gráfico 53. Utilização do telemóvel	132
Gráfico 54. Tempo de utilização do telemóvel	132
Gráfico 55. Posse de computador	133

Gráfico 56 . Tipo de computador	133
Gráfico 57. Já utilizou um computador	133
Gráfico 58. Tipo de utilização	134
Gráfico 59. Termos conhecidos pelos Inquiridos	135
Gráfico 60. Termos conhecidos pelos Inquiridos	137
Gráfico 61. Tempo de utilização do computador	137
Gráfico 62. Locais de acesso a computadores	138
Gráfico 63. Ouvir falar da internet	139
Gráfico 64. Grupos etários que ouvem falar da internet	139
Gráfico 65. Frequência da utilização da internet.	139
Gráfico 66. Perceção relativa ao uso das TIC	141
Gráfico 67. Perceção sobre a utilização das TIC pelos filhos	142
Gráfico 68. Locais de acesso à internet	142
Gráfico 69. Para quem tem acesso à Internet como é esse acesso	142
Gráfico 70. Utilização da internet	147
Gráfico 71. Termos relativos à internet conhecidos pelos inquiridos	149
Gráfico 72. Termos conhecidos pelos inquiridos (descendente)	150
Gráfico 73. Confiança na informação na net	152
Gráfico 74. Conhecer as notícias diárias	152
Gráfico 75. Meios de divulgação de informação	154
Gráfico 76. Utilização dos media	155
Gráfico 77. Frequência de utilização dos média	156
Gráfico 78. Utilização da câmara fotográfica do SmartPhone	157
Gráfico 79. Tratamento de imagens obtidas por smartphone	158
Gráfico 80. Vídeos no smartphone	158
Gráfico 81. Motivo de publicação no Youtube	159
Gráfico 82. Segurança da informação	161
Gráfico 83. Perceção sobre a utilização das TIC	166
Gráfico 84. Perceção relativa à utilização das TIC pelos filhos	166
Gráfico 85. Alunos ciganos a frequentar a escola	167
Gráfico 86. Discriminação na procura de habitação, num conjunto de 9 países europeus	169

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Competências básicas digitais	41
Tabela 2. População residente ativa e inativa	69
Tabela 3. Número de Empresas por setor de atividade, 2012	69
Tabela 4. Saldo fisiológico	70
Tabela 5. Parte 1 do questionário	76
Tabela 6. Parte 2 do questionário	79
Tabela 7. Idades dos inquiridos	96
Tabela 8. Mediana de idades dos inquiridos comparação	96

Tabela 9. Inquiridos por Grupo etário	97
Tabela 10. Naturalidade	98
Tabela 11. Idade quando casaram	100
Tabela 12. Relação entre idade e idade com que casou	101
Tabela 13. Idade do casamento em comparação com valores nacionais	102
Tabela 14. Atividade religiosa	103
Tabela 15. Tempo de inscrição no Centro de emprego	104
Tabela 16. Trabalhadores ciganos que exerceram funções no Município	105
Tabela 17. Vacinação dos inquiridos	114
Tabela 18. Frequência escolar	117
Tabela 19. Abandono escolar	120
Tabela 20. Alunos a frequentar a escola	121
Tabela 21. Frequência escolar das raparigas	123
Tabela 22. Frequência escolar de rapazes	124
Tabela 23. Frequência escolar no 12º ano por idade e sexo	124
Tabela 24. Utilização de telemóvel	130
Tabela 25. Utilização do telemóvel: teste qui-quadrado	131
Tabela 26. Utilização do PC por género	134
Tabela 27. Teste do qui quadrado relativamente à frequência de utilização da internet	140
Tabela 28. Estatística dos Espaços Internet em 2017	145
Tabela 29. Estatística do Espaço CID em 2017	146
Tabela 30. Notícias diárias	152
Tabela 31. Meios áudio visuais para a realização de trabalhos escolares	153
Tabela 32. Utilização dos meios áudio visuais	155
Tabela 33. Nível de literacia mediática	156
Tabela 34. Perceção relativa a segurança da informação	161
Tabela 35. Classificação atribuída à segurança da informação	162

## Índice de Figuras

Figura 1. Tipologias de rede	37
Figura 2. Níveis de Literacia	40
Figura 3. Esquema de Literacia Digital de Ala Mutka	43
Figura 4. Esquema de literacia digital	44
Figura 5. Fosso digital entre hemisférios	49
Figura 6. Orçamento participativo jovem	54
Figura 7. Localização do Distrito de Évora	69
Figura 8. Fita de oferta aos participantes no estudo	81
Figura 9. Planta para futuro WC	83
Figura 10. Planta das casas pré-fabricadas	93
Figura 11. Implantação das casas no terreno	93
Figura 12. Cálculo de valores da variável	203
Figura 13. Classificação da variável	204

## Índice de Fotografias

Fotografia 1. WC da habitação	82
Fotografia 2. Espaço para construção do futuro WC	83
Fotografia 3. Capa do Livro Singular do Plural	84
Fotografia 4. Entrega de livro e fitas de oferta a participantes no estudo	84
Fotografia 5. Implantação do bairro	88
Fotografia 6. Entrada pedonal de acesso ao bairro	89
Fotografia 7. O bairro	89
Fotografia 8. Entrada pedonal para o bairro	89
Fotografia 9. Bairro Uma Só Cor, 2003.	94
Fotografia 10. O Bairro Uma Só Cor atualmente	94
Fotografia 11. Barraca no Bairro Uma Só Cor	108
Fotografia 12. Barraca no Bairro Uma Só Cor	111
Fotografia 13. Barraca no Bairro Uma Só Cor	111

## Siglas usadas

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
CD - Compact Disc (disco compacto a laser)
CEAS - Centro de Estudos de Antropologia Social
CID- Centro de Inclusão Digital
CM - Câmara Municipal
DVD - Digital Vídeo Disc (Disco Digital de Vídeo)
ENCC- Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas
FO - Fibra ótica
FTP - File Transfer Protocol
HTML - hypertext markup language
HTTPS - Hyper Text Transfer Protocol Secure
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE - Instituto Nacional de Estatística
ISCTE – IUL- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
RJ45 - Registered jack (conetor)
Ram - Random Access Memory (Memória de acesso aleatório)
SMS - Short Message Service (Serviço de mensagens curtas)
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
UTP - Cabo por par trançado (4 pares de fios)
WWW - World web wide

## AGRADECIMENTOS

A presente investigação só se tornou realidade com a colaboração direta ou indireta de muitas pessoas e entidades. Não podendo enumerar todas elas, fica a referência que todas foram importantes porque ao demonstrarem o seu apoio alavancaram a minha tenacidade necessária para que esta dissertação se concretizasse.

Quero deixar o meu agradecimento às pessoas ciganas, por me aceitarem nos seus locais de residência, respondendo ao questionário, por me reconhecerem na rua e me dizerem bom dia. Sem a sua pronta colaboração chegar aqui não teria sido possível.

Quero agradecer à Professora Doutora Olga Magano por ter aceitado ser a orientadora desta dissertação, é uma referência nos estudos sobre os ciganos. Possui um profundo conhecimento da realidade dos ciganos em Portugal, por isso foi um privilégio poder contar com o seu apoio, sentido crítico e muitos comentários que permitiram o aprofundamento da temática do estudo.

Agradeço às instituições que responderam positivamente ao nosso pedido de dados. À Câmara Municipal do concelho onde realizamos o estudo, ao Agrupamento de Escolas desse concelho, ao Programa Escolhas local e à Revista Marketest.

Quero deixar também uma palavra de agradecimento aos colegas de Mestrado e aos amigos pelas suas palavras de apoio e incentivo, e também pela paciência de me escutarem. À Adélia, à Zélia e à Sandra.

Aos meus filhos pelo seu apoio, e por fim, o meu profundo agradecimento à minha esposa, pela compreensão em todas as fases do meu percurso académico.

## RESUMO

As tecnologias de informação detêm atualmente um papel crucial na vida dos cidadãos na sociedade da informação. As principais atividades da vida quotidiana estão envolvidas pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), que cobrem um vasto espectro de áreas da vida pessoal e social, tornando-nos dependentes da tecnologia. No entanto, nesta sociedade, o acesso às tecnologias não é feito por todos os cidadãos de igual forma, havendo uma distinção entre os que têm acesso às TIC e os que não têm, entre os que as sabem usar e os que não sabem. Como consequência desta inacessibilidade surge um conjunto de “infoexcluídos”, cuja exclusão em alguns casos se junta a outras situações de exclusão.

Em Portugal, muitas pessoas ciganas acumulam a exclusão digital com outras exclusões, por exemplo, com analfabetismo ou baixos níveis de escolaridade, desqualificação profissional, desemprego, condições habitacionais precárias, segregação territorial, racismo, discriminação, etc.

Cientes da importância da acessibilidade às TIC nas sociedades contemporâneas foi realizado um estudo exploratório com o objetivo de conhecer a literacia digital por parte de pessoas ciganas num concelho do distrito de Évora. Tratando-se de uma população com pouca escolaridade e sem qualificações profissionais, como é que os ciganos lidam com as tecnologias de informação? O estudo foi desenvolvido com recurso a técnicas de pesquisa quantitativa (inquérito por questionário aplicado a pessoas ciganas) e técnicas de pesquisa qualitativa (entrevista semiestruturada aplicada a representantes de instituições locais).

Os resultados obtidos por este estudo permitem concluir que há uma grande diferenciação no acesso a equipamentos digitais entre ciganos e não ciganos e que as políticas públicas pouco têm contribuído para a promoção da literacia digital entre as pessoas ciganas ou têm pouco impacto no aumento da literacia. Neste contexto, os espaços municipais de internet são serviços que contribuem de forma muito positiva para o acesso às novas tecnologias por parte das pessoas ciganas e o alcance destes espaços pode ser potenciado com o desenvolvimento de projetos complementares de intervenção em termos de promoção de escolarização e literacia digital mais estruturados e aprofundados.

**Palavras-chave:** Ciganos; Literacia Digital; Internet; Exclusão; Inclusão; Integração; Desigualdades

## ABSTRACT

Information technologies play today a crucial role in citizens' lives in the information society. The main activities are involved in the new information and communication technologies (ICT) that cover a wide range of areas of personal and social life, making us virtually dependent on technology. However, in this society, not everyone does the access to these technologies in the same way, with a distinction between those who have access to ICT and those who do not, between those who know how to use them and those who do not. As consequence of this inaccessibility emerges the "info-excluded" people, whose exclusion in some cases joins other situations of exclusion.

In Portugal, many Gypsies add digital exclusion to other exclusions, for example, illiteracy or low levels of schooling, professional disqualification, unemployment, precarious housing conditions, territorial segregation, racism, discrimination, etc. Aware of the importance of the ICT accessibility in contemporary societies, an exploratory study was carried out in order to learn about digital literacy by gypsy people in a municipality of Évora district. Being a population with little schooling and without professional qualifications, how do the Gypsies deal with the information technologies? The study developed used quantitative research techniques (questionnaire survey applied to Gypsies) and qualitative research techniques (semi-structured interview applied to local institutions representatives).

The results obtained in this study allow us to conclude that there is a great differentiation in the access to digital equipment between gypsy and non-Gypsy, and that public policies have little contributed to the promotion of digital literacy among Gypsies or have little impact in increasing literacy. In this context, the municipal internet spaces are social services that positively contribute to the access to the new technologies by the Gypsies and the scope of these spaces can be boosted with the development of complementary intervention projects in terms of promotion of schooling and more structured and in-depth digital literacy.

**Keywords:** Gypsies; Digital Literacy; Internet; Exclusion; Inclusion; Integration; Inequalities

## INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade da informação onde as principais atividades estão integradas nas novas tecnologias da informação e comunicação (daqui para a frente referidas por TIC). A informação circula em redes eletrônicas em redor do planeta. As redes atuais de fibra ótica permitem comunicar à velocidade da luz para qualquer lugar do mundo, reduzindo e subtraindo fronteiras. A noção de fronteira territorial torna-se impercetível no mundo digital, conforme Rodrigues (1999, citado por Gonçalves, 2013, p.44) refere “as fronteiras tornam-se hoje fluídas, permeáveis à penetração tecnológica dos novos media”. O mundo virtual permite que quase todos os seres humanos participem num espaço sem fronteiras físicas ou culturais.

O mundo atual que conhecemos é profundamente tecnológico, onde as tecnologias de informação detêm um papel crucial na vida dos cidadãos. O campo de ação das TIC é vasto, desde o sistema financeiro global, até às redes sociais, passando pelos diversos serviços online de empresas e estados, que permitem solucionar praticamente todos os assuntos, sem que seja necessário sair de casa. As TIC cobrem um vasto espectro de áreas da vida pessoal de cada um de nós, tornando-nos praticamente dependentes da tecnologia. No entanto esta sociedade, aparentemente democratizada, não consegue estender o acesso generalizado a estas tecnologias, criando assim um mundo dicotomizado entre as pessoas que têm acesso às TIC e as que não têm, denominando-se estas por “infoexcluídos”. A infoexclusão é um conceito proposto por Castells (2007, p.312), no sentido de evidenciar a divisão existente entre pessoas, empresas ou regiões que possuem e utilizam adequadamente as tecnologias digitais e os que não possuem ou não se adaptaram à nova organização social alicerçada nas tecnologias da informação.

Desta forma podemos dizer que as TIC constituem mais um modo de manifestação da exclusão social, aprofundando as diferenças entre as classes sociais. Devido ao esforço de inserir as pessoas ciganas na sociedade maioritária, através de várias ações, nomeadamente a obrigatoriedade da frequência escolar, verifica-se um aumento crescente do interesse dos jovens Ciganos pelas TIC, como é referido no Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (Mendes, Magano, & Candeias, 2014, p.102).

Conhecer como as pessoas Ciganas de um concelho do distrito de Évora lidam com as tecnologias de informação é o objetivo que nos propusemos atingir, auscultando a população cigana, através da aplicação de inquérito por questionário a pessoas ciganas, desde crianças em idade escolar (8 anos) até a adultos, mas também com o recurso a entrevistas semiestruturadas a técnicos de serviços.

A ideia para a realização deste trabalho nasce a partir de perceção de algumas dificuldades de jovens Ciganos na utilização dos espaços Internet do território

em estudo. De acordo com o regulamento de Utilização e Funcionamento dos Espaços Internet desse, os espaços Internet são espaços de apoio ao uso da internet que contemplam a promoção da utilização das (TIC) e destinados ao acesso grátis pelos cidadãos. São objetivos destes espaços facilitar o acesso da população às novas tecnologias; propiciar o aproveitamento das oportunidades resultantes do uso e domínio das tecnologias de informação; promover a igualdade de oportunidades e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e favorecer a valorização pessoal e social através da utilização das novas tecnologias. É da competência da Câmara Municipal a gestão e manutenção destes espaços.

As dificuldades detetadas nestes espaços pelos monitores em relação aos utilizadores Ciganos prendiam-se essencialmente com a utilização que pretendiam fazer do computador, a hábitos comportamentais e também de higiene. A questão relativa ao que estes utilizadores pretendiam fazer no computador suscitou o interesse de conhecer a realidade de como as pessoas Ciganas lidam com as tecnologias de informação.

O presente trabalho de investigação, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais, intitula-se “Ciganos e Literacia digital: um estudo de caso no distrito de Évora”.

Os ciganos chegaram a Portugal há pelo menos 500 anos, e embora vivamos uma intensa globalização, que modificou as formas tradicionais de vida destas pessoas, existe ainda uma profunda exclusão social dos ciganos em Portugal. Baixas qualificações escolares, abandono precoce da escola e falta de informação, são aspetos que continuam a manter os portugueses Ciganos no limiar da pobreza, exclusão social e digital. Pretendemos, pois, conhecer como as pessoas ciganas encaram a utilização das tecnologias de informação, se as consideram úteis para a sua integração social ou se consideram que saber utilizá-las é uma valorização para sobreviverem a um mundo cada vez mais tecnológico.

Para conhecer esta realidade, ainda pouco estudada, faremos na Parte I o enquadramento teórico, com pesquisa da bibliografia sobre o tema, nomeadamente o desenvolvimento do computador e internet; a análise da súbita e vertiginosa evolução da informática que tem impacto sobre toda a sociedade à escala mundial; os conceitos de Literacia e Literacia Digital; os conceitos de exclusão social e um breve retrato dos portugueses Ciganos. Na Parte II do estudo apresentamos a metodologia seguida, nomeadamente no que se refere ao objeto de estudo e ao território de investigação. Na Parte III, com a explanação da investigação empírica iremos conhecer a realidade da população em estudo, através da realização de inquéritos por questionário aos elementos dessa população e a realização de entrevistas semiestruturadas a representantes de entidades intervenientes no processo. Por último, na Parte IV faremos a discussão dos resultados e as conclusões retiradas da investigação.



## **PARTE I – Enquadramento Teórico**

NOVAS TECNOLOGIAS, LITERACIA DIGITAL E CIGANOS PORTUGUESES

## 1 - As novas tecnologias nas sociedades contemporâneas

Nesta investigação o nosso objetivo é conhecer a literacia digital das pessoas Ciganas residentes num concelho do distrito de Évora. Para o efeito, desenvolvemos uma pesquisa sobre a relação entre literacia digital e pessoas ciganas, no que se refere ao conhecimento existente e que nos servem de enquadramento para o estudo e delineação do estado da arte. Com esse objetivo traçaremos um resumo da evolução da informática, dos conceitos de literacia e literacia digital, assim como exploraremos os conceitos de exclusão social e infoexclusão, implícitos ao tema em estudo. Por último, ainda neste capítulo traçamos o perfil dos ciganos portugueses, formas de vida, identidade étnica, aculturação e educação.

### 1.1. Desenvolvimento do Computador e da Internet

O primeiro artefacto construído pelo ser humano para o ajudar a realizar cálculos data de há cerca de 5500 anos, o Ábaco. Trata-se de um equipamento físico formando um sistema de bolas inseridas num arame que permite fazer operações de soma e subtração. Mais tarde foram construídas muitas máquinas de calcular mecânicas, sendo a construída por Gottfried Leibniz, em 1673, a primeira a fazer as quatro operações matemáticas (Weber, 2006). No entanto, é necessário chegar ao século XX, para que os avanços tecnológicos permitam criar o que poderemos chamar o primeiro computador inteiramente digital, o *Electronic Numerical Integrator and Computer* (ENIAC) que vê a luz do dia em 1945, sendo construído para fins militares nos EUA. Tratava-se de uma grande máquina, 25 por 5,5 metros e 30 toneladas, usava válvulas e cartões perfurados. Depois deste computador, seguem-se outras versões melhoradas, com especial incidência na redução de tamanho e peso, assim como de tecnologia. As válvulas foram substituídas por transistores e por fim os circuitos integrados (microchips) que nos fazem chegar a 1981 e ao nascimento do IBM Pc, o primeiro computador pessoal, que “(...) adquiriram tal poder de processamento que começaram a executar tarefas antes exclusivas dos grandes computadores.” (Guimarães, 2005, p.86). Desde então, a evolução em termos de *hardware* e *software* tem sido contínua e a um ritmo vertiginoso.

A internet tem a sua origem no uso militar para a comunicação de dados, passando de seguida para a sociedade civil, tendo a partir dos anos 80 do século XX, um desenvolvimento exponencial, situando-se atualmente nos 3,2 bilhões de utilizadores. A internet é uma rede de computadores, à escala planetária, que comunicam entre si através de protocolos, conceito também defendido por Rosa (2012) quando afirma que a internet é “um grande número de redes independentes que se foram progressivamente conectando entre si através de protocolos comuns” (p.107).

A Arpanet, consequência do movimento de ideias designado por cibernética (Rosa, 2012) foi a primeira rede de computadores, criada em 1969, que deu origem à internet. A Arpanet surgiu nos EUA sendo uma rede que interligava computadores do Departamento de Defesa norte-americano. O objetivo desta rede, para além

da comunicação entre vários centros de dados, era a possibilidade, de que, se um ponto da rede fosse destruído, a restante rede se mantivesse em funcionamento, ou seja, esta rede garantia a disponibilidade do sistema, mesmo que alguns nós da rede em posições geográficas distintas parassem de funcionar. A esta alta disponibilidade da rede, face à paragem de alguns equipamentos, podemos definir como redundância, pois os sistemas continuam a funcionar ininterruptamente. Este conceito é fundamental para os sistemas informáticos, tendo sido aplicado para além da comunicação em redes, ao *hardware* e a dados. Num sistema redundante se um computador parar, outro entra de imediato em funcionamento sem perda de dados.

A Arpanet esteve em funcionamento durante a década de setenta do século passado, a par de outras redes. Deu lugar à internet, que permitia interligar as redes existentes através do protocolo "... TCP que foi inicialmente proposto em 1974 por Robert Kahn e Vinton Cerf e é uma consequência do conceito de redes de computadores enquanto estruturas polimorfos, abertas e em constante expansão." (Rosa, 2012, p.107). Após um período de conflito entre protocolos TCP/IP e X.25 (com o qual ainda operamos e fizemos formação<sup>1</sup>), o TCP/IP torna-se o grande *standard* dos protocolos de comunicação da rede das redes.

Uma das primeiras formas de comunicação entre utilizadores surgiu com as BBS (*bulletin board system*) diretamente através de linha telefónica e um *modem*. Seguiu-se em 1988 o IRC (*Internet Relay Chat*), depois o mIRC em 1995, já com *software Microsoft*, que possuía canais temáticos. Segue-se uma utilização cada vez mais intensa de troca de mensagens em tempo real, surgindo o *Orkut*, *Microsoft Messenger*, *Hi5*, *Twitter* e *Facebook*. Os utilizadores iniciais da comunicação mediada por computadores remontam ao início da Arpanet, principalmente pelos investigadores que tinham necessidade de trocar informação sobre os projetos em que trabalhavam, quando se encontravam em lugares fisicamente distantes, conforme nos diz Castells (1999), "O início da CMC (comunicação global mediada por computadores) em larga escala ocorreu, nos EUA, entre pós-graduandos e corpo docente de universidades no início dos anos 90" (p.440).

Em 10 de Julho de 1962, nos EUA, tem lugar o lançamento do satélite *Telsat*, que no domínio das telecomunicações inicia uma nova era. Tinha o propósito de ser um refletor artificial ativo, permitindo transmissões intercontinentais entre a América e a Europa. Nesta data teve lugar "uma ligação em direto entre os Estados Unidos e a Europa" (Missika & Wolton, 2011, p.4).

A *World Wide Web* (WWW) foi criada na Europa por Timothy John Berners-Lee KBE, físico britânico, cientista da computação (Castells, 1999). Utilizando a tecnologia orientada a objetos, em novembro de 1990 foi desenvolvido o primeiro *browser* ou navegador, que é a ferramenta que permite a visualização das páginas

.....

1 No âmbito do desempenho das minhas tarefas profissionais, frequentei um curso de formação profissional sobre o protocolo X.25, que passado pouco tempo foi substituído pelo TCP/IP.

web. É através do *browser* que indicamos o endereço da página que pretendemos aceder. Nesse período ainda era exclusivamente em texto. É a *world wide web* que constitui aquilo a que vulgarmente chamamos internet. No entanto, são conceitos diferentes, a internet constitui uma rede de redes através do TCP/IP e a WWW é um sistema de documentos em hipertexto, utilizando a linguagem *hypertext markup language* (HTML), alojados em diversos servidores, que são acedidos através de programas chamados *browsers* em PCs e outros equipamentos. A *world wide web* constitui um sistema de documentos em hipertexto, sendo “uma das funcionalidades que assenta na Internet” (Rosa, 2011, p.15).

Castells (1999) considera que “(...) no final do século XX vivemos um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação da nossa “cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação.” (p.67).

O acesso ao acervo mundial de documentos foi amplamente potenciado pela web 2.0, para produzir conteúdos, interagir com documentos e pessoas, imagens e som e outros utilizadores, o que constitui as suas principais características. Acessos mais rápidos, diminuição dos custos de acessos e evolução tecnológica dos equipamentos informáticos, permitiu a possibilidade da ligação total à web, 24 horas por dia, constituindo assim um mundo profundamente interconectado, onde espaço e tempo se condensam num ciberespaço que funciona à velocidade da luz. O ciberespaço é um termo criado por William Gibson na sua novela “Neuromancer” publicada em 1984. Gibson (1984) define ciberespaço como “Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações (...) uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano.” (p.53).

O termo web 2.0 surge em 2004 a partir de uma conferência de Tim O’Reilly.

A Web 2.0 é a mudança para uma Internet como plataforma e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos da rede, para se tornarem melhores, quanto mais forem usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva. (O’Reilly, citado por Raquel et al., 2008, p.109).

A web 2.0 posiciona a www como interativa, deixando o internauta de ser um ator passivo para ser um utilizador interativo e produtor de conteúdos.

## **1.2. Tecnologias de Informação e o impacto na sociedade**

Computadores, computadores em rede, *switches*, *routers*, *tablets*, *Smart-Phones*, *Internet*, *Acess Points*, *World Wide Web*, constituem ferramentas e elementos constituintes das tecnologias de informação. Para Castells (1999).

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos

combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial. (Castells, 1999. p.68).

As tecnologias de informação são utilizadas em cada vez mais atividades dos seres humanos, para trabalho, educação e tempos livres. A generalização do uso do *email*; serviços *online* de empresas e estado; *voip*; acesso a bases de dados de conhecimento; serviços sediados na *cloud*; redes sociais; comunicação em tempo real por voz e vídeo; rádio e tv *online* são ferramentas à disposição de um clique. No entanto é necessário possuir algumas competências digitais para a exploração e utilização destas ferramentas. Castells (1999) evidencia que no anterior modo de desenvolvimento industrial a fonte de produtividade residia nas fontes de energia, mas, para o atual modo informacional é a geração de conhecimento e processamento de informação, o principal motor de desenvolvimento.

No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do uso de energia ao longo dos processos produtivo e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos (Castells,1999, p.53).

Uma sociedade onde a realidade por vezes ultrapassa a ficção, uma sociedade baseada na informação e na comunicação, uma sociedade onde a informação é decomposta em valores zeros e uns, isto é, em bits que constituem a unidade básica da informação, que se agrupam bytes, kilobytes, gibabytes, terabytes e petabytes, circulando à volta do mundo, fazendo com que uma operação informática demore quase o mesmo tempo a ser realidade na sala ao lado da nossa ou no lado oposto do globo terrestre.

## **2 - Literacias e Tecnologias digitais**

No ponto 2.1 desenvolveremos as conceituações teóricas sobre o analfabetismo, as suas causas e consequências, a escolaridade e literacia. No ponto 2.2 lançamos o nosso olhar sobre a passagem da sociedade industrial à sociedade informacional, fazemos uma breve perspetiva do início da revolução industrial e a sua difusão, criando as grandes metrópoles e sociedades industriais, cuja evolução dá origem à sociedade informacional. Neste ponto damos conta dos vários termos sob os quais designamos as atuais sociedades em rede baseadas nas tecnologias da informação e comunicação.

O conceito de literacia digital e os novos desafios societais são analisados neste capítulo. Analisamos os vários conceitos de literacia digital que se vão revestindo de várias abrangências consequências da contínua evolução da sociedade digital que vai transformando o mundo numa “aldeia global”. Saber ler, escrever, fazer contas já não é suficiente na nossa sociedade. É preciso muito mais que isso,

é necessário conhecer o *software*, o *hardware* a internet e saber o que fazer com eles, numa aprendizagem e reaprendizagem constante, ao ritmo da evolução da digitalização do mundo.

## 2.1. Analfabetismo, escolaridade e literacia

Em Portugal, a Revolução de 25 de Abril colocou fim a 50 anos de obscurantismo e isolamento do país do resto do mundo. O regime político ditatorial que governou Portugal, considerava o analfabetismo como sendo uma característica dos portugueses, que os dotava de docilidade e modéstia, conforme nos esclarece Campos (2011) quando afirma que “O espírito por trás deste pensamento era óbvio, quanto menos instrução tivesse o povo, menor seria a sua capacidade em questionar as políticas do regime e a ordem social vigente, mantendo-se assim um clima de conformação geral” (p.3).

De acordo com investigadores que analisaram as questões da história da alfabetização em Portugal, não foram apenas os 50 anos de fascismo que nos afastaram do mundo do conhecimento, os motivos de tanto analfabetismo no país remontam ao século XVI. Os portugueses são o povo que deu novos mundos ao mundo, que navegaram com caravelas portuguesas nos mares imensos, guiados por novas técnicas de navegação, orientação pela posição das estrelas, medindo com instrumentos as suas posições, possuindo, profundo conhecimento das marés, fez com que os nossos antepassados desenvolvessem um elevado nível de conhecimento científico, o que lhes permitia o domínio das travessias marítimas. Seria de supor a transmissão e difusão deste conhecimento, certamente escrito, a um número cada vez maior de portugueses, mas que na realidade isso não veio a acontecer.

Alguns investigadores consideram que a fraca alfabetização dos portugueses a partir do século XVI encontra justificação, de acordo com as ideias republicanas, na implantação da Inquisição em Portugal em 1536. De acordo com Grainha<sup>2</sup>, (1908, citado por Esteves, 2008, p.67) a Inquisição em Portugal,

(...) condenou à fuga e à fogueira alguns dos nossos membros mais sábios e mais ricos, ao mesmo tempo que nos vedava a comunicação com o resto da Europa. Não era permitida a entrada de livros estrangeiros, sem serem primeiro fiscalizados; as nossas publicações eram severamente restringidas, e até as leituras, praticadas na própria corte, passaram a ser proibidas. Para a publicação de um livro eram necessárias três licenças: a do Desembargo do Paço, a do Tribunal Ordinário e a do Santo Ofício. Esta situação manteve-se até 1834, fazendo com que o país ficasse “encurralado no cárcere da mais crassa ignorância” (Grainha citado por Esteves, 2008, p.67)

.....

2 Professor liceal, mação e político republicano, Borges Grainha participa ativamente nos debates educativos, políticos, religiosos e culturais da transição do século XIX. Afora a catividade profissional e a pertença a associações políticas, culturais e pedagógicas, normalmente de iniciativa maçónica, a maior parte dessa intervenção concretiza-se na colaboração regular na imprensa ligada ao republicanismo e na publicação de uma dezena de livros sobre problemas do ensino (Nóvoa & Bandeira, 2003).

A questão religiosa como possível causa do elevado número de analfabetos em Portugal, encontra eco também em Candeias (1993). Este autor comparando os países protestantes e não protestantes constata que

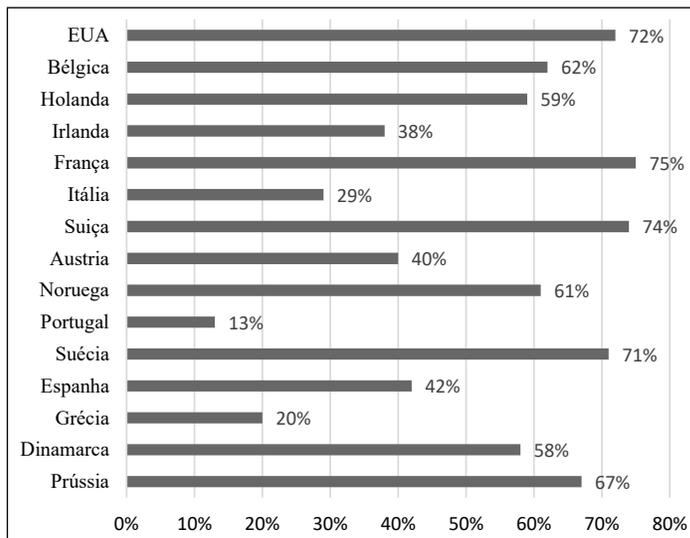
Do lado protestante acrescenta-se uma particularidade, ou seja, a necessidade definida por Lutero de uma relação mais íntima e pessoal com os textos religiosos, o que o fará traduzir pela primeira vez a Bíblia para o alemão, dando assim início a uma língua contemporânea sob a forma escrita. A invenção recente da Imprensa, e as campanhas de alfabetização informais, mas ao que tudo indica, relativamente eficazes, levadas a efeito pelas Igrejas Reformadas, levarão à crescente popularização pelo menos da capacidade de leitura, para os povos submetidos à influência do protestantismo. (Candeias,1993, p.599).

O autor reforça ainda esta ideia quando afirma que “é conhecida a menor vocação da Igreja Católica, por comparação com os protestantes, em difundirem a leitura e a escrita entre o povo.” (p.601). Portugal não aceita a reforma da igreja entrando no movimento da contrarreforma implementando a Inquisição. Ainda no âmbito da religião, a ordem dos Jesuítas mantinha escolas para a alfabetização das altas classes sociais, no entanto nessa alfabetização e ensino, promovia “em conjunto com a Inquisição, a sua eficácia no combate a cultura iluminista que ganhava raízes na Europa” (Candeias, 1993, p.601). Também a inexistência de uma “revolução industrial” em Portugal, contribuiu para não aumentar o número de alfabetizados no país. O virar do século XIX para o XX traz, através dos Republicanos, a consciencialização da necessidade de diminuir o número de analfabetos, embora essa diminuição não tenha sido acentuada. O Estado Novo, regime político que vigorou de 1926 a 1974, também não permitiu que Portugal se aproximasse das percentagens de alfabetismo dos restantes países Europeus, que praticamente erradicaram o analfabetismo muito mais cedo. Benavente (1996) aponta alguns fatores históricos e estruturais que contribuíram para o analfabetismo e a baixa literacia em Portugal.

Meios familiares de origem extremamente carenciados de habilitações literárias e modos de vida quotidiana pobres em práticas de literacia, tecido económico profissionalmente muito pouco qualificado e mesmo desqualificante quanto a competências de leitura, escrita e cálculo, insuficiente expansão do sistema de ensino e deficiências materiais, pedagógicas e relacionais das escolas – são fatores que convergem na produção dos fracos níveis de literacia encontrados entre a população portuguesa adulta (Benavente,1996, p.404).

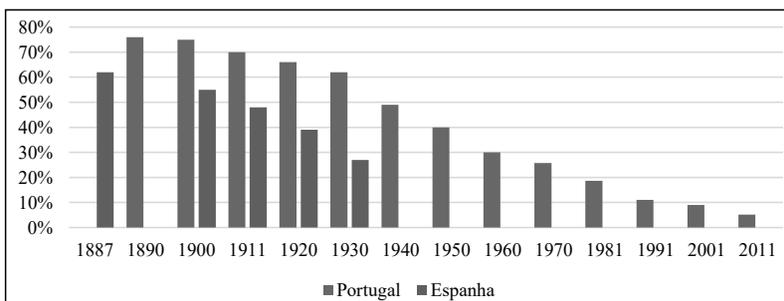
Traçamos de seguida uma breve panorâmica gráfica dos números do analfabetismo Português nos séculos XIX, XX e XXI em comparação com outros países, no sentido de evidenciarmos a diferença estrutural relativa á baixa alfabetização que perdurou ao longo dos últimos séculos.

**Gráfico 1 - Taxas de escolarização em 1870**



Fonte: Dados disponíveis em Candeias, 1993, p.595.

**Gráfico 2 - Analfabetismo em Portugal e Espanha**

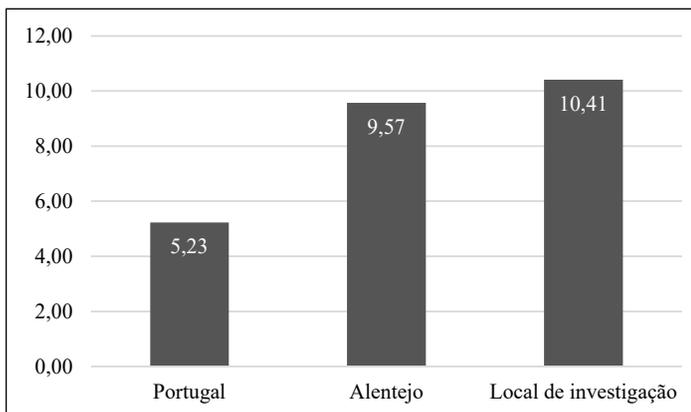


Fonte: Dados relativos a Portugal e Espanha (Candeias, 1993 p.594); Portugal de 1970 a 2011 - (Pordata, 2017)

Os números apresentados relativos à alfabetização mostram a particularidade de, no decorrer do período de três séculos, Portugal apresentar taxas de analfabetismo superiores à maioria dos países Europeus, sendo que o último Censo de 2011 reflete claramente essa realidade. Portugal tem cerca de meio milhão de analfabetos, com uma taxa de alfabetização de cerca de 95%, quando a maioria dos restantes países europeus se situa em níveis de 100% de alfabetização.

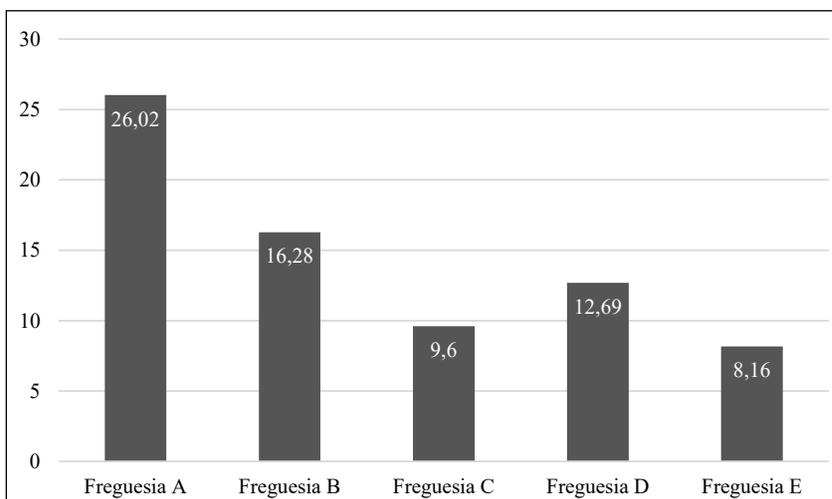
O local geográfico do nosso caso de estudo situa-se no Alentejo, distrito de Évora. De acordo com os Censos 2011 (INE), o Alentejo, regista o valor de 9,57% de taxa de analfabetismo, valor largamente superior à média nacional que é de 5,23%. O concelho onde realizamos a nossa investigação por sua vez, regista o valor de 10,41%, valor também superior ao conjunto do Alentejo.

**Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo em Portugal, Alentejo e Local de investigação**



Fonte: Censos 2011 - INE

**Gráfico 4 - Taxa de analfabetismo das freguesias do Concelho de investigação**



(Município, 2015, p.1/8)

No gráfico 4 mostramos a taxa de analfabetismo das freguesias do concelho onde realizamos a nossa investigação, onde é notória a diferenciação do analfabetismo.

Nesta investigação, o conceito de analfabetismo que usámos é o proposto pelo Instituto Nacional de Estatística, que consiste na seguinte definição, “indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa” (INE –Metadados)<sup>3</sup>.

.....

3 Visto em 2-2-2018 em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=648&lang=PT>

O conceito de alfabetização é polissêmico, para uns autores remete claramente para os atos de aprendizagem da leitura e da escrita, para outros, remete para a abertura ao mundo. É também um termo evolutivo na linha do tempo.

O conceito de alfabetização para a UNESCO é a aquisição de competências fundamentais para a vida pessoal e a vida em sociedade,

A alfabetização é um direito humano e as bases para a aprendizagem ao longo da vida. Capacita indivíduos, famílias e comunidades e melhora a sua qualidade de vida. Por causa de seu “efeito multiplicador”, a alfabetização ajuda a erradicar a pobreza, reduzir a mortalidade infantil, conter o crescimento populacional, a alcançar a igualdade de género e assegurar o desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia. (Unesco, 2018)

Paulo Freire, pedagogo brasileiro reconhecido internacionalmente, ofereceu-nos uma perspetiva e abordagem da alfabetização como sendo “um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores.” (Freire, 1967, p.104). O autor prossegue ainda referindo que a alfabetização só seria plenamente válida quando “a palavra” uma vez compreendida na sua plenitude deveria ser “uma força de transformação do mundo.” (p.142). O educando, à medida que é levado a compreender e a ler o mundo que o rodeia, insere-se num contexto de mudanças políticas e sociais geradas pelo seu novo conhecimento e leitura do mundo.

“(…) implicando em todo este esforço de reflexão do homem sobre si e sobre o mundo em que e com que está, o faz descobrir “que o mundo é seu também, que o seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar — e ajudar o mundo a ser melhor” (Freire,1967, p.142).

Para o pedagogo a alfabetização não é obtida só na escola e na aprendizagem das letras e da escrita, mas sim também no que se vê, no que ouve e no que se aprende com os que estão próximos. Ser analfabeto não é ser isento de cultura pois para Freire “Que cultura é a poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancionero popular. Que cultura é toda criação humana.” (p.109). Freire (1989) considera que as palavras que servem de aprendizagem para os educandos devem ser palavras próximas do seu uso quotidiano, para que sejam diretamente relacionadas com as suas vivências e ricas nas suas significações.

Este “universo vocabular nos dava assim as palavras do povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade. ( Freire,1989,p 13).

O elevado nível de analfabetismo em Portugal é, como Benavente et al. (1996) refere, “historicamente, em Portugal, como noutros países da Europa do Sul, a difusão social da alfabetização foi muito tardia comparativamente com as sociedades da reforma protestante, da primeira industrialização e do desenvolvi-

mento da economia capitalista.” ( p.40). Este atraso português, sem dúvida, que condicionou muitas vidas, impedindo o acesso ao conhecimento e a formas de relacionamento intercultural.

No caso dos ciganos, colocados à margem da sociedade, obrigados a uma vida nómada, eram impedidos de frequentar qualquer escola, como Bastos, Correia, e Rodrigues (2007, p.122), referem, estiveram sujeitos a um “Empobrecimento forçado, analfabetismo provocado pela nomadização, exclusão das instituições sociais de integração (como a tropa, no caso dos rapazes jovens, da qual foram excluídos pelo menos durante o Estado Novo)”.

No caso de Portugal, só num passado muito recente os níveis de alfabetização se aproximaram dos restantes países europeus. No entanto, para as pessoas ciganas “era incomensuravelmente pior a situação de alfabetização dos adultos ciganos e de escolarização das suas crianças ( Bastos, Correia, & Rodrigues, 2008, p.6).

O facto de não saber ler pode remeter os indivíduos para o fundo da escala social, tornando-se mais difícil aspirar a determinadas profissões e a interagir com um mundo cada vez mais digital, onde a informação sob a forma escrita é condição básica para nele interagir. Esta ilação é confirmada por Benavente et. al., (1996) que afirma que,

Numa sociedade em que cada vez mais a circulação do saber se realiza sob a forma escrita, os grupos e indivíduos que, pelas baixas competências possuídas na utilização de materiais escritos, se veem afastados da possibilidade de a ele acederem, encontram-se no limiar de um processo de exclusão e marginalização. (Benavente et al.,1996, p.245).

Esta marginalização por ausência das competências de leitura e escrita coloca estas pessoas, que na sua maioria são idosos e uma elevada percentagem de pessoas ciganas e de outras etnias, na posição de oprimidos, originando que exista,

O desprezo por si mesmo é outra característica do oprimido, que provém da interiorização da opinião dos opressores sobre ele. Ouvem dizer tão frequentemente que não servem para nada, que não podem aprender nada, que são débeis, preguiçosos e improdutivos que acabam por convencer-se da sua própria incapacidade (Freire, 1979, p.32).

Nem só as pessoas que não sabem ler e escrever se encontram em situação de elevada vulnerabilidade. A mudança do paradigma das sociedades industriais para a sociedade do conhecimento mostrou novas formas de analfabetismo e de iliteracia.

Em países onde a alfabetização já atingia praticamente toda a população, começou a verificar-se que muitas pessoas não possuíam níveis de conhecimentos que lhes permitissem processar a informação escrita nas circunstâncias da vida real. Pessoas que embora tivessem frequentado a escola, uma vez chegadas à fase adulta manifestam fracas capacidades de interpretar e interagir com documentos

escritos, na sua vida quotidiana. Ler, interpretar ou preencher adequadamente documentos como requerimentos ou impressos, são tarefas onde manifestam sérias dificuldades. Estas pessoas são designadas por “analfabetos funcionais”. Benavente et al. (1996) refere que foi nos Estados Unidos que se realizou o primeiro estudo sobre este tema e foi revelado um novo tipo de analfabetismo,

Começou-se assim a falar de um novo tipo de analfabetismo afetando a população que, apesar do aumento das taxas e dos anos de escolarização, evidencia incapacidades de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, vindo, por isso, diminuída a sua capacidade de participação na vida social. Este “novo analfabetismo”, dito funcional, teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida (Benavente et al., 1996, p.4).

Esta constatação remete para a condição de que não existe uma relação direta entre o nível de alfabetização que se adquiriu e a efetiva e real capacidade de processamento de informação escrita na vida quotidiana. No estudo “Literacia em Portugal”, Benavente et al. (1996) refere que é possível a obtenção das capacidades de leitura, escrita e cálculo por vias não escolares, existindo mais frequentemente “os percursos de vida e os seus contextos - profissionais, domésticos e outros - não proporcionarem a manutenção e o desenvolvimento dessas competências, mas sim a sua regressão e perda.” (Benavente et al., 1996, p.397). O estudo conclui que, embora não linear, quanto maior é o nível de escolaridade, maior tenderá a ser o nível de literacia, “Mas nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um nível de literacia idêntico (Benavente et al., 1996, p.399).

Assim, podemos constatar que embora os países desenvolvidos tenham praticamente erradicado o analfabetismo, há um outro tipo de analfabetismo que se manifesta que é o analfabetismo funcional. Ou seja, mesmo sabendo ler e escrever nem sempre os conhecimentos obtidos são suficientes para descodificar a informação escrita na vida quotidiana. A literacia “não é algo que uns têm e outros não, de forma redutoramente dicotómica. Muitas pessoas demonstram algumas capacidades de leitura, escrita e cálculo, mas em graus diferentes.” (Benavente et al., 1996, p.398). O conceito de literacia foi tornado mais conhecido a partir do estudo “A literacia em Portugal” em 1996, passando a fazer parte da linguagem corrente, pois trata-se de uma competência cada vez mais valorizada, numa sociedade em constante e rápida evolução. “O conceito de literacia centra-se no uso das competências e não na sua obtenção ou posse” (Nico, 2009, p.55).

A sociedade do conhecimento em que vivemos, origina intensas e profundas alterações às formas de produzir produtos e serviços. O mundo digital chega a cada vez mais áreas, com novo *hardware* e novas aplicações de *software*, que modificam radicalmente a vida de muitos trabalhadores. Cada vez mais profissões desaparecem ou são profundamente alteradas pela substituição do analógico pelo digital. Estas mutações originadas pelas tecnologias da informação e comunicação levam à necessidade constante de mais competências de literacia, quer para as pes-

soas que sofrem a transição para o “digital”, quer para os que já estando no “mundo digital”, têm permanentemente que atualizar e aumentar os seus conhecimento e competências. O documento “Empregabilidade Digital - Estratégia e Plano de Ação 2015 – 2020” plasma esta realidade quando refere que,

A era da Sociedade da Informação e do Conhecimento é um tempo marcado por profundas transformações económicas e sociais, com a ascensão e declínio de diferentes áreas de atividade económica, logo surgimento e extinção de “novas” e “velhas” profissões, sendo aquelas fortemente associadas a empregos de conhecimento-intensivo, os quais requerem formação de nível superior. (CPED, 2015, p.36).

A alfabetização conduz às ações de ensinar a aprender a ler, escrever e a fazer cálculos. O termo literacia remete para competências relacionadas com a leitura, a escrita e o cálculo. Para Benavente et al. (1996) define-se como “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana. Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal).” ( p.4 ). Os mesmos autores referem que não existe uma correspondência linear entre o grau de escolarização e o nível de literacia. Verificando-se, no entanto, que “quanto mais elevados forem os níveis de instrução de uma população tantas mais são as hipóteses de que o seu perfil de literacia melhore.” ( p.5).

O mundo intensamente globalizado e profundamente tecnológico atual remete para um mundo onde saber ler, interpretar a leitura, escrever e fazer cálculos, mesmo de forma correta não é suficiente é preciso também conhecer e saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC).

De acordo com o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes, Magano, & Candeias, 2014), constata-se, que o trajeto escolar das pessoas ciganas é de um modo geral, inferior à da sociedade maioritária, principalmente no caso das raparigas, mas mesmo os rapazes raramente ultrapassam o 2º ciclo do Ensino Básico. O percurso escolar das crianças e jovens ciganos, em grande medida, pauta-se “pelo absentismo, insucesso e abandono escolares.” (p.266). O estudo conclui ainda que os ciganos portugueses entrevistados são jovens e pouco escolarizados. A falta de escolaridade incide principalmente nas pessoas mais velhas e do sexo feminino.

Todavia, o referido estudo aponta para a existência de mudanças sociais em curso, nomeadamente um interesse pela escola e maior frequência de creches e jardins-de-infância por parte das crianças e jovens ciganos.

Reis (2002), no artigo intitulado “Literacia Média e Cognição: algumas observações” desenvolve a ideia de que a aprendizagem escolar da escrita e da leitura afetam o funcionamento do cérebro. Esta abordagem leva-o à análise do papel da escola no desenvolvimento do cérebro humano. Embora a área de estudo do autor seja a antropologia, socorre-se dos resultados das neurociências para ilustrar o seu pensamento relativamente às consequências da prática da escrita e leitura no

cérebro humano, ou seja, as consequências da literacia no funcionamento do cérebro humano. Reis (2002) relata a pesquisa conduzida pelo professor Alexandre Castro-Caldas<sup>4</sup> sobre o funcionamento do cérebro de pessoas escolarizadas e não escolarizadas, concluindo que a aprendizagem da leitura e da escrita afetam o funcionamento neuronal. Estas conclusões resultam de testes aplicados a 12 mulheres com 62 anos de idade de uma aldeia do Algarve, sendo que 6 nunca frequentaram a escola, as restantes frequentaram a escola durante 3 ou mais anos. Estas mulheres aceitaram viajar até Estocolmo para que pudessem ser submetidas a uma Tomografia de Emissão de Positrões, técnica que permite cartografar a cavidade neuronal enquanto decorriam os testes com repetição de palavras e pseudo-palavras.

As análises das imagens cerebrais geradas mostram que as mulheres alfabetizadas resolvem melhor as dificuldades em repetir palavras desconhecidas e pseudo-palavras e que, nestes casos, a zona do cérebro ativada prova que “a aprendizagem formal de empareiramento grafema-fonema e da realização dos atos motores indispensáveis para a escrita cria uma ponte fundamental entre o sistema visual e o sistema auditivo (Caldas & Reis, 2000, citado por Reis, 2002, p.94)

O autor salienta o interesse do estudo, no referente aos efeitos duradouros que a escola apresenta na aprendizagem que a escrita e a leitura provocam no cérebro humano. Nessa investigação as mulheres estudadas tinham frequentado a escola há 50 anos atrás. Reis (2002) faz questão de salientar que não se sabe qual o efeito concreto do uso das competências da escrita e leitura que as mulheres estudadas fazem no quotidiano. No entanto, a informação auditiva das mulheres que frequentaram a escola é processada pelo cérebro de forma diferente, resultando, como a experiência refere, em que “as mulheres alfabetizadas resolvem melhor as dificuldades em repetir palavras desconhecidas e pseudo-palavras” (Reis, 2002, p.94).

O autor acautela-nos no sentido de não serem retiradas inferências sobre as pessoas iliteratas, pois “quer se trate da cognição, dos valores, dos afetos ou das emoções, as consequências<sup><?></sup> da leitura não podem ser sobrevalorizadas (...). Não podemos negar a criatividade aos iletrados.” (Morais, 1997, citado por Reis, 2002, p.98).

Frequentar a escola, aprendendo a ler e a escrever, deixa nos seres humanos mais competências, pelo menos, na forma de decompor as palavras, pois ao decompor a palavra nos seus sons constituintes origina uma otimização da memória “(...) dando conta dos constituintes fonéticos, qualquer novo som é lembrado com muito mais exatidão” (Frith, 1998, citado por Reis, 2002, p.96).

Longo foi o tempo necessário para que a aprendizagem da leitura e escrita fosse estendida a todos os seres humanos do planeta, atualmente de acordo com

.....

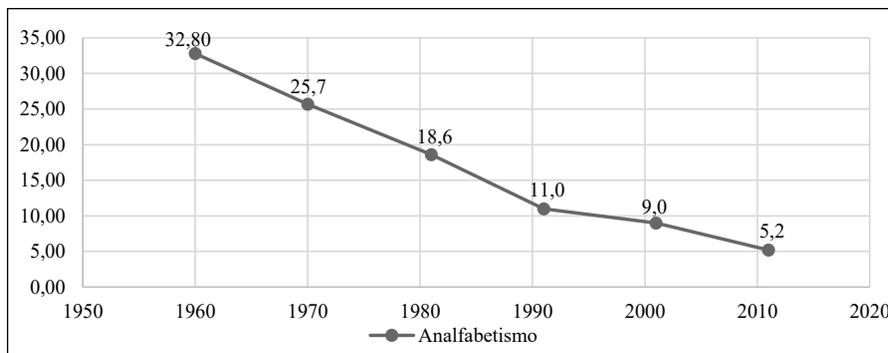
4 Diretor do Instituto de Ciências de Saúde da Universidade Católica Portuguesa foi, até fevereiro de 2004, Professor Catedrático de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa e Diretor do Serviço de Neurologia do Hospital de Santa Maria de Lisboa. (<http://neuroser.pt/medico/professor-doutor-alexandre-castro-caldas/>).

a Organização das Nações Unidas, ONU mais de 750 milhões de adultos a nível mundial ainda são analfabetos, dos quais 115 milhões são jovens. As mulheres são 65% desse total<sup>5</sup> (ONU, 2016).

Apesar de a frequência escolar ter hoje um carácter obrigatório em Portugal, ainda existem muitas pessoas que nunca frequentaram a escola, desde já, pela profunda pobreza a que os portugueses foram submetidos no século XX, obrigando a que as crianças iniciassem uma vida profissional muito precocemente ou devido a caso de marginalização social, por exemplo, o caso de ciganos ou de outras minorias.

Portugal tem vindo a diminuir muito lentamente o número de pessoas analfabetas, isto é, pessoas que não sabem ler nem escrever. Mesmo a seguir à revolução do 25 de abril de 1974, esse processo decorreu lentamente situando-se em 5,2 % no último Censo de 2011 (Pordata), o que significa que em cada 100 portugueses pelo menos 5 são analfabetos, o que representa um valor elevado na Europa.

**Gráfico 5 - Redução do analfabetismo em Portugal**



Fonte: (Pordata, 2017)

Na sociedade contemporânea saber ler, escrever e fazer cálculos, não é suficiente. Torna-se necessário demonstrar essas competências, para o processamento de informação escrita na vida quotidiana através da interpretação de diversos materiais escritos. As pessoas que não possuem essas capacidades são consideradas como analfabetos funcionais. No início dos anos 80 a informática provocou a transição das sociedades industriais para as sociedades do conhecimento. Com esta transformação tecnológica, foi necessário a aquisição de novas competências, cuja necessidade até então não tinha sido sentida, isto é, as competências necessárias para lidar com o mundo digital. No entanto, nem todos adquiriram estas novas competências, permanecendo em situação de analfabetos digitais ou infoexcluídos.

.....

5 <https://news.un.org/pt/story/2016/09/1562261-mundo-tem-mais-de-750-milhoes-de-adultos-analfabetos>

## 2.2. Da sociedade industrial à sociedade informacional

Durante o século XX, principalmente na primeira metade, países como Reino Unido, França, Itália e Alemanha conquistaram o seu desenvolvimento sob o paradigma das sociedades industriais. Desde finais do século XVIII, o Reino Unido foi o país que mais se evidenciou no desenvolvimento industrial, que surgiu através do aumento demográfico, das inovações na agricultura e de uma série de inovações e descobertas científicas, que aplicadas à indústria, originaram a denominada revolução industrial. Esta conjugação de fatores permitiu um extraordinário progresso económico e ainda a transição de um mundo rural para um mundo cada vez mais urbano. Cameron (2004) enfatiza a importância das descobertas científicas como um fator crucial para a mudança de paradigma nas sociedades industriais “o ritmo da mudança tecnológica acelerou e alargou-se a muitas indústrias que anteriormente não tinham sido afetadas pela tecnologia assente na (ou influenciada pela) ciência. Na verdade, algumas indústrias anteriormente não existentes foram criadas como resultado de descobertas científicas.” (Cameron, 2004, p.227). O autor prossegue ainda na relevância da ciência neste processo do desenvolvimento humano, “A indústria elétrica, em especial, requeria um elevado grau de conhecimento e experiência científicos. Noutras indústrias, o avanço científico tornou-se cada vez mais o pré-requisito do avanço tecnológico. (...) Significou, porém, uma maior interação entre cientistas, engenheiros e empresários”. ( p.239). A “revolução industrial” veio alterar o paradigma existente em que os modos de produção eram baseados na força humana e animal e a produção artesanal que produzia poucas ou únicas peças de forma manual. O novo paradigma substituiu a força humana e animal pelas máquinas, inicialmente a vapor, depois elétricas ou a combustão interna. A produção artesanal deu lugar à produção em série, pela linha de produção formada por uma cadeia de máquinas, a população abandona o espaço rural e concentra-se nas cidades. A “Revolução Industrial” é, pois, uma expressão que engloba os desenvolvimentos referidos, mas também profundas e radicais alterações estruturais na economia, na sociedade e na mentalidade das populações que viram as suas formas de vida profundamente alteradas. Aron (1981), autor que se debruçou sobre o estudo da sociedade industrial, define-a como sendo a sociedade onde a grande indústria é a forma de produção principal. Para Castells (1999)

Uma sociedade industrial (conceito comum na tradição sociológica) não é apenas uma sociedade em que há indústrias, mas uma sociedade em que as formas sociais e tecnológicas de organização industrial permeiam todas as esferas de atividade, começando com as atividades predominantes localizadas no sistema económico e na tecnologia militar e alcançando os objetos e hábitos da vida quotidiana. (Castells, 1999, p.65).

A industrialização não aconteceu em todos os países da Europa ao mesmo tempo (Cameron, 2004). Surgiu inicialmente no Reino Unido e progressivamente

alastrou-se a outros países da Europa e depois aos restantes continentes em maior ou menor grau.

O ser humano, na procura incessante do conhecimento, na adaptação ao meio e na luta por melhores condições de vida faz o mundo avançar, fruto do progresso científico. As mudanças de paradigmas ocorrem sem data nem hora marcada, e a transição entre paradigmas é um processo de construção desigual no mundo, como sucedeu com a “revolução industrial”, enquanto muitos países ainda mantinham as suas sociedades feudais outros estavam na fase de transição para a sociedade industrial e outros já se encontravam na sociedade industrial. É no auge das sociedades industrializadas que nascem os primeiros rumores sobre o pós industrialismo. É Bell (1974), que verificando as tendências do emprego nos EUA, constatou a diminuição ou estagnação do emprego na indústria, e o aumento do emprego na área dos serviços e das inovações tecnológicas, sugere para essa nova sociedade que, na sua perspectiva começava a despontar, a designação de “sociedade pós-industrial”. Na obra “O Advento da Sociedade Industrial”, cujo subtítulo é “uma tentativa de previsão social” Bell (1974) expõe a sua teoria sobre a sociedade pós-industrial que se iria instalar, que se caracteriza pelo crescimento do setor dos serviços, enquanto principal atividade económica, substituindo a importância da larga produção de bens. Atento à mudança de paradigma que vislumbrava, Alain Touraine, (1970), publica, “A Sociedade pós-industrial”. De acordo com Mattelart (2001) apesar do título, o autor utiliza o termo “sociedade programada” para se referir ao novo tipo de sociedade que se estaria a formar. Touraine procura, de acordo com o ângulo de análise, encontrar expressões que definam a nova sociedade em formação:

“Chamá-las-emos sociedades pós-industriais se quisermos marcar a distância que as separam das sociedades industriais que lhes precederam e que ainda se confundem com elas, quer devido à forma capitalista, quer devido à forma socialista. Chamá-las-emos de sociedades tecnocráticas se quisermos nomear o poder que as domina. Chamá-las-emos sociedades programadas se buscarmos lhes definir a natureza de seu modo de produção e de organização económica. Esse último termo me parece o mais útil porque indica mais diretamente a natureza do seu trabalho e da sua ação económica”. (Touraine, citado por Mattelart, 2001, p.15).

Castells (1999) resume em três pontos os aspetos principais da teoria social do pós-industrialismo.

- I. A fonte de produtividade e crescimento reside na geração de conhecimentos, entendidos a todas as esferas da atividade económica mediante o processamento da informação.
- II. A atividade económica mudaria de produção de bens para prestação de serviços. O fim do emprego rural seria seguido pelo declínio irreversível do emprego industrial em benefício do emprego no setor de serviços que, em última análise, constituiria a maioria esmagadora das ofertas de emprego. Quanto mais avançada

a economia, mais o seu mercado de trabalho e a sua produção seriam concentrados em serviços.

III. A nova economia aumentaria a importância das profissões com grande conteúdo de informação e conhecimentos em suas atividades. As profissões administrativas, especializadas e técnicas cresceriam mais rápido que qualquer outra e constituiriam o cerne da nova estrutura social (p.267).

No entanto Castells (1999), não concorda com as teorias do pós-industrialismo até porque surgiram no auge do industrialismo, após a segunda guerra mundial, sendo que o período final do século XX foi alvo de profundas modificações relacionadas com as tecnologias de informação. O autor prefere que a ênfase da mudança na sociedade passe do termo pós-industrial para o termo informacionismo, termo que focaliza a mudança social nas tecnologias de informação.

(...) proponho mudar a ênfase analítica do pós-industrialismo (uma questão pertinente de previsão social ainda sem resposta no momento de sua formulação) para o informacionalismo. Nesta perspectiva, as sociedades serão informacionais, não porque se encaixem em um modelo específico de estrutura social, mas porque organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização (...) (Castells,1999, p 268).

Neste sentido, a sociedade industrial a partir da segunda metade do século XX e muito particularmente nas duas últimas décadas, assiste a uma nova mudança de paradigma cujas características são baseadas nas tecnologias de informação. Castells (1999) enumera algumas das características deste novo paradigma: a informação é a sua matéria-prima sendo a tecnologia a agir sobre a informação; a informação faz parte de toda a atividade humana, todos os processos são moldados pelos meios tecnológicos; lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações. Este autor considera que,

A tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (Castells,1999, p.68).

É neste novo paradigma da utilização das tecnologias de informação, em praticamente toda a atividade humana, que surgem diversos conceitos para esta nova sociedade: novas tecnologias; tecnologias de informação; informatização; sociedade da informação; sociedade do conhecimento; sociedade em rede e sociedade informacional.

O termo “novas tecnologias” é amplamente utilizado para fazer referência a qualquer equipamento ou serviço relativo à informática. É um termo que remete

para a utilização do computador e da internet para a resolução de determinado problema.

As tecnologias de informação são também um conceito amplamente usado que remete a processos de tratamento, controlo e comunicação de informação, baseados em suportes eletrónicos, computadores ou sistemas informáticos. Castells (1999) inclui nas tecnologias da informação “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrónica, computação (*software e hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoelectrónica (...) também inclui nos domínios da tecnologia da informação a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicação.” (p.67).

A informatização designa a introdução de equipamentos informáticos e programas, para a modernização de um determinado serviço ou ação, isto é, aplicar as tecnologias de informação para alcançar determinado objetivo. O termo, informática é a junção dos termos informação e automática, que significa o tratamento automático da informação. O conceito de informática remete então para a utilização de métodos e técnicas para o tratamento lógico e automático da informação, através de ferramentas eletrónicas como o computador. Os computadores são máquinas que processam informação através de circuitos elétricos e eletrónicos e apresentam os resultados obtidos. A parte física dos computadores constitui o *hardware*, a parte lógica os programas, constituem o *software*, que consiste num conjunto de instruções que são interpretadas pelo computador para atingir um determinado objetivo. Informatizar é assim automatizar determinado serviço utilizando *hardware e software* e mudando a organização interna dos serviços. A informatização de um serviço implica uma análise rigorosa dos objetivos a atingir, isto é, quais são os *inputs e outputs* necessários para a execução de uma tarefa, os meios tecnológicos e os humanos para atingir esse fim. Além do *hardware e software*, também o fator humano faz parte da informatização, ou seja, os equipamentos têm que ser utilizados por pessoas com os conhecimentos necessários para operar e fazer evoluir o sistema. A utilização das tecnologias da informação e comunicação à escala global, onde os sistemas informáticos processam informação continuamente, é muitas vezes designada por sociedade da informação. No entanto esta designação de “Sociedade da Informação”

salienta o papel da informação na sociedade. Mas “(...) indo além das observações do senso comum de que a informação e o conhecimento são importantes nas nossas sociedades (...)” defendendo que a informação, num sentido mais lato, por exemplo, a comunicação do conhecimento, tem sido crítico em todas as sociedades (Castells, citado por Cardoso, 2006, p.100).

Outro dos termos usados quando nos referimos à atual sociedade digital é o termo “Sociedade em Rede”. O termo “rede”, do ponto de vista da sociologia, é timidamente abordado no início do século XX, sendo que é na segunda metade do mesmo século que o termo passa a ser tema muito discutido nas abordagens cien-

tíficas e políticas, “No decorrer das últimas décadas, a sociologia das redes sociais constituiu-se como um domínio específico do conhecimento e institucionalizou-se progressivamente,” (Portugal, 2007, p.3). A autora refere ainda que no início do século XX a expressão “rede social” “era usada em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem”. (Portugal, 2007, p.3). Para a autora a teoria das redes procura “explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles se inserem e explicar a estruturação das redes a partir da análise das interações entre os indivíduos e das suas motivações.” (p.9). As redes onde as pessoas se vão inserindo permitem, na verdade, o acesso a estatuto, progressão social, acesso a emprego e outros objetivos, através da rede de relações a que vai tendo acesso e que vai construindo a partir do seu ponto na rede.

A teoria das redes procura em diversas ciências estruturas de redes que mostrem a organização interna, sendo aplicada desde a sociologia, às ciências naturais, como o caso no ADN, ou na informática na sua estrutura de redes à escala planetária.

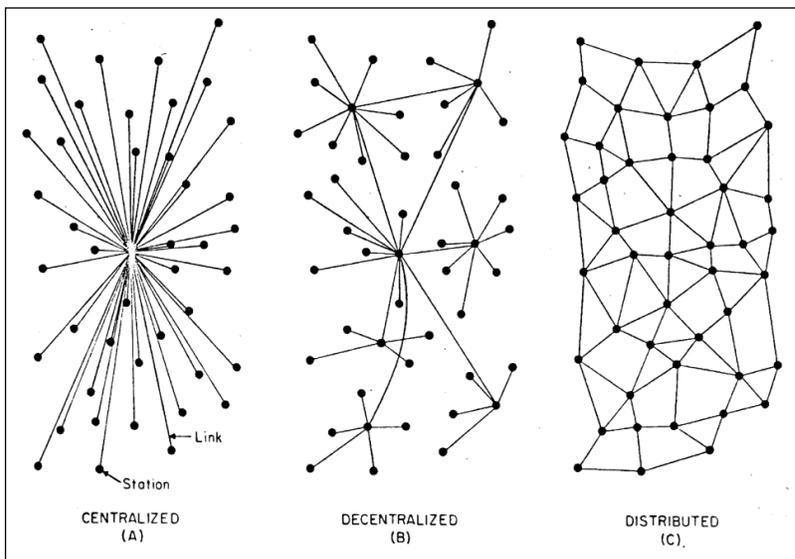
De acordo com Recuero (2009) as “Redes são metáforas estruturais. Portanto, elas constituem-se em formas de analisar agrupamentos sociais também a partir de sua estrutura (...) possuem também topologias, estruturas.” ( p.56). Em 1964, Baran, (1962) escreve um memorando sobre topologias de rede. Nesse memorando desenha 3 diagramas de rede com que pretende simbolizar os diversos tipos de ligações de comunicações. As topologias de desenhou (figura 1) foram a topologia centralizada (a), onde apenas um dos nós, estabelece a comunicação com todos os outros, pode ser definida como uma rede em estrela. Este tipo de rede ainda é utilizado nas redes informáticas; descentralizada (b) rede onde existem vários centros de comunicação ou seja, rede constituída por diversas redes em estrela estando cada centro da estrela ligada ao centro das outras estrelas, em linguagem informática estaríamos perante uma tipologia de rede de estrela estendida; distribuída (c), nesta tipologia, os pontos têm basicamente a mesma quantidade de ligações, neste tipo de rede não existe qualquer tipo de hierarquização.

No estudo das redes, os elementos gráficos principais são: nós, que constituem os pontos da rede; as díades, ligação entre dois nós; tríades, conjuntos de nós com conexões em forma de triângulo. *Hub* constituídos por nós que têm mais ligações que os outros nós da rede e ainda os *Clusters*, grupo de nós com mais densidade de ligações numa determinada rede.

No estudo das redes sociais os nós da rede, constituem os atores (pessoas, grupos, empresas etc. e as ligações entre os nós representam os laços sociais. O estudo das redes tem sido uma área de estudo de diversas ciências nomeadamente da matemática “A teoria dos grafos é uma parte da matemática aplicada que se dedica a estudar as propriedades dos diferentes tipos de grafos. Essa representação de rede pode ser utilizada como metáfora para diversos sistemas.” (Recuero, 2009, p

20). Portugal (2007) refere, relativamente ao estudo das redes que diversos autores têm relacionado conhecimentos das ciências sociais, matemática, física, biologia, medicina e engenharias no sentido de obterem uma visão do mundo em que está tudo ligado.

**Figura 1 - Tipologias de rede**



Fonte: (Baran, 1962, p.4)

As redes informáticas atuais são também muito similares às tipologias das redes sociais, que formam uma verdadeira teia em redor do planeta. São elas que materializam as redes de redes, que constituem a internet onde nasceram as redes sociais.

O termo sociedade em rede é muito abrangente, constituindo objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. No entanto na atualidade a atenção recai na utilização massiva e global das tecnologias de informação, mais particularmente da internet e da *world wide web*. A utilização das tecnologias é generalizada a praticamente todas as atividades humanas, desde as relações sociais à videovigilância e a todas as transações financeiras à escala planetária. Não há forma de não estarmos ligados ao mundo digital, como nos diz, de forma muito clara Castells no seu livro.

A Galáxia Internet”, “mesmo que você não se relacione com as redes, as redes vão relacionar-se consigo. Enquanto quiser continuar a viver em sociedade, neste tempo e neste lugar, terá que lidar com a sociedade em rede. Porque vivemos na Galáxia Internet” (Castells, 2007, p.325).

A “Sociedade em Rede” é presentemente uma realidade, como temos vindo a demonstrar, embora nem todos os países se encontrem no mesmo patamar de

transição para a sociedade em rede, todos os países são fortemente influenciados pela “Sociedade em Rede”.

Para Castells (1999), rede é um conjunto de nós conectados entre eles, sendo um nó, um ponto na qual uma curva o intercepta. Para o autor o significado do “nó” depende das redes, podendo significar mercados de valores; conselhos de ministros; laboratórios de processamento de drogas; instituições financeiras para lavagem de dinheiro; ou sistemas de televisão. As redes são estruturas com ilimitadas capacidades de expansão, abertas a novos nós que compartilhem os mesmos protocolos de comunicação. A “Sociedade em Rede” constitui uma nova forma de organização social,

Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo (Castells, 1999, p.566).

Esta nova forma de organização social, de sociedade em rede, à escala planetária é alicerçada pelas tecnologias de informação e comunicação, que “possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e a sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.” (Castells 1999. p.330).

A “Sociedade Informacional” é o termo, de acordo com Castells (1999), que melhor define a nova ordem social que vivemos presentemente, pois os termos sociedade do conhecimento e sociedade da informação, são termos que sempre existiram nas anteriores organizações sociais, tal como o termo, sociedade em rede. Já o termo “Informacional” refere-se a uma nova forma de organização social “em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas” (Castells, 1999, p.65). Também Cardoso (2006), partilha deste conceito, uma vez que afirma que as sociedades atuais são informacionais porque “(...) a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornaram nas fontes principais da produtividade e do poder” (p.101), tendo como uma das suas características principais “a lógica de rede da sua estrutura básica” (idem). Por sua vez, Castells (1999) define também a nova economia como sendo informacional porque depende da capacidade de gerar e aplicar eficientemente informação baseada em conhecimentos. Para o autor a nova economia é também global porque as “as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação (...) estão organizados à escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes económicos” (p.119).

Embora partilhemos dos conceitos da teoria social proposta por Castells, no sentido em que a nova organização social é na verdade um novo paradigma e uma mudança radical face à anterior organização (até aos anos 70 séc. XX) queremos referir que existem outros autores que não veem essa mudança de paradigma, mas que olham para a sociedade atual como uma continuidade evolutiva da anterior. De acordo com Webster (1995, citado por Cardoso, 2006, p.95)), existem fundamentalmente dois tipos de “teses”: autores que defendem que nos encontramos a assistir a mudanças radicais nas nossas sociedades, dando origem a um novo paradigma, sendo alguns desses autores: “Daniel Bell (pós-industrialismo); Mark Poster (pós-modernismo); Michael Piore e Charles Sabel (especialização flexível); Manuel Castells (o modo informacional de desenvolvimento).” (p.95).

Outros autores, que não consideram a existência de novo paradigma, mas uma evolução geral da sociedade são: Herbert Schiller (neomarxista); Alain Lipietz (teoria da regulação); David Harvey (acumulação flexível); Anthony Giddens e David Lyon (estado nação e violência); Jurgen Habermas e Nicholas Garnham (a esfera pública).” (idem).

### **2.3. Literacia digital e novos desafios sociais**

O novo conhecimento, as novas formas de produção exigem, na verdade, novas capacidades, onde “saber ler, escrever e fazer contas” já não é suficiente, é necessário saber estar e lidar com o mundo digital.

Para que o ser humano possa superar os desafios desta nova sociedade informacional, por parte de alguns segmentos da população, são necessárias mais competências de literacia. Sendo necessário aumentar a escolaridade, atualização profissional permanente atualização do conhecimento após o término dos estudos, para que o analfabetismo funcional não se instale. A aquisição permanente de competências digitais deve ser constante para fazer face à avassaladora velocidade com que os novos eventos tecnológicos se sucedem. É, pois, necessário que os cidadãos do mundo, tenham capacidade para lidar com o que mundo digital nos disponibiliza: informação para ser pesquisada, selecionada, transformada, e usada num processo reflexivo e criativo.

Para Gilster (1997), literacia digital significa “a habilidade de entender e utilizar a informação de múltiplos formatos e proveniente de diversas fontes quando apresentada por meio de computadores.” (p.1). O autor considera que as pessoas seriam cada vez mais impelidas a desenvolverem mais e melhores competências nas áreas digitais, uma vez que cada vez mais documentação e informação estaria em repositórios digitais. Ainda segundo este autor existem quatro competências fundamentais para a literacia digital:

- i. Pesquisas na Internet;
- ii. Navegação no hipertexto;
- iii. Construção (montagem) do conhecimento;
- iv. Avaliação de conteúdo.

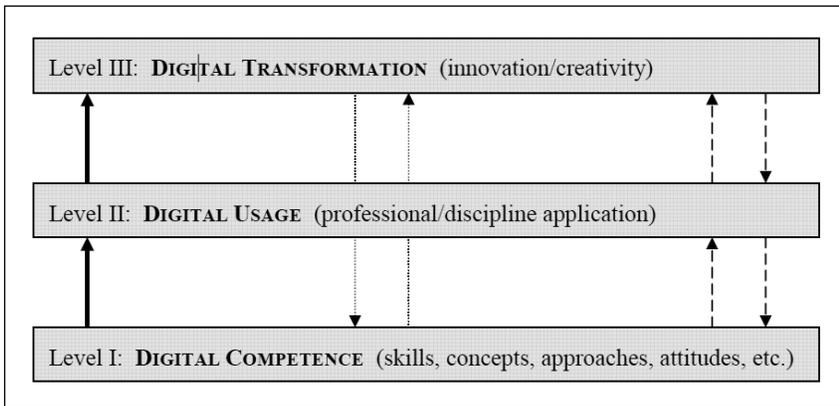
O conceito definido por Gilster privilegia um pensamento crítico, como a avaliação crítica dos conteúdos da internet e não tanto as competências técnicas de manuseamento dos equipamentos, como referem Martin e Grudziecki (2006).

De acordo com Martin e Grudziecki (2006) o projeto DigEuLit, foi desenvolvido pela Universidade de Glasgow com o objetivo de definir o conceito de literacia digital e um conjunto de ferramentas de aprendizagem para uma melhor compreensão do que constitui a literacia digital nos contextos educacionais europeus. O projeto foi iniciado em 2005 e coordenado por Allan Martin, da Universidade de Glasgow na Escócia. No âmbito do mesmo projeto, os autores definem o conceito de literacia digital como:

A literacia digital é a consciência, a atitude e a capacidade dos indivíduos de usar adequadamente ferramentas e instalações digitais para identificar, acessar, gerenciar, integrar, avaliar, analisar e sintetizar recursos digitais, construir novos conhecimentos, criar expressões de mídia e comunicar com os outros, no contexto de situações específicas da vida, para permitir ação social construtiva e refletir sobre esse processo. (Martin & Grudziecki, 2006, p.255).

São propostos três “níveis” ou estágios para o desenvolvimento de literacia digital: *digital competence*, *digital usage* e *digital transformation*.

**Figura 2 - Níveis de Literacia**



(Martin & Grudziecki, 2006. p.255)

O primeiro nível é a base do sistema onde se encontram as competências digitais, que abrangem uma ampla gama de tópicos, níveis de competências básicas e competências para abordagens mais críticas, avaliativas e conceituais, atitudes e conscientizações. Os autores, na tabela 1, procuram definir o que consideram ser as competências digitais básicas, referindo, no entanto, a dificuldade de definir as diferenças exatas entre um nível e o próximo. O nível I é entendido como sendo a condição fundamental para estarmos perante um nível de literacia.

**Tabela 1 - Competências básicas digitais**

Competências básicas digitais	
Processo	Descrição tarefa
Definição	Para indicar claramente o problema a ser resolvido ou a tarefa a ser alcançada e as ações que provavelmente serão necessárias
Identificação	Identificar os recursos digitais necessários para resolver um problema ou alcançar a conclusão bem-sucedida de uma tarefa
Acessibilidade	Para localizar e obter os recursos digitais necessários
Avaliação	Para avaliar a objetividade, precisão e confiabilidade dos recursos digitais e sua relevância para o problema ou tarefa
Interpretação	Entender o significado transmitido por um recurso digital
Organização	Para entender o significado transmitido por um problema de recursos digitais ou a realização bem-sucedida da tarefa
Integração	Para reunir recursos digitais em combinações relevantes para o problema ou tarefa
Análise	Examinar os recursos digitais usando conceitos e modelos que permitirão a solução do problema ou a realização bem-sucedida da tarefa
Síntese	Para recombinar os recursos digitais de novas maneiras que permitirão a solução do problema ou a realização bem-sucedida da tarefa
Criação	mídia ou outras saídas digitais que contribuam para a realização de tarefas ou solução de problemas
Comunicação	Para interagir com outras pessoas relevantes ao lidar com o problema ou a tarefa
Disseminação	Apresentar soluções ou saídas para outros relevantes
Reflexão	tarefas e refletir sobre o próprio desenvolvimento como pessoa digitalmente alfabetizada

(Martin & Grudziecki, 2006, p.257) –Tradução e adaptação nossa

O Nível II é a utilização do digital na aplicação das competências digitais dentro de contextos profissionais ou de interesse dos utilizadores. Cada utilizador traz para o uso digital a sua própria história e contexto de vida. A utilização do digital é incorporada nas atividades profissionais. Para executar uma tarefa, os indivíduos identificam as competências necessárias para a sua execução, utilizando as ferramentas digitais para resolver a situação. Esta ação desencadeia permanentemente novas ações.

O Nível III corresponde ao nível da transformação digital, este nível será alcançado quando a utilização digital é desenvolvida para permitir a inovação e a criatividade. Para os autores o nível de transformação digital não é uma condição necessária para se atingir a literacia digital. A proposta de Martin e Grudziecki (2006) defende que apenas se poderá falar em literacia digital nos níveis II e III, pois o nível I é entendido como condição prévia para a literacia digital.

Outro autor que se debruçou sobre as questões da literacia digital foi Yoram Eshet-Alkalai (2004) que produz um conceito de literacia digital numa linha de pensamento próxima de Gilster (1997). Este conceito de literacia digital é para Eshet-Alkalai (2004) uma “habilidade de sobrevivência na era digital” (p.102). Para o autor, “empregando diferentes tipos de literacia digital, os utilizadores melhoram o seu desempenho para “sobrevivem” a uma variedade de obstáculos que se encontram no caminho dentro deste meio especial”<sup>6</sup> (pp.102-103).

.....

Eshet-Alkalai considera que a utilização do termo literacia digital leva a equívocos e mal-entendidos, existindo inconsistências entre os que consideram a literacia digital centrada nas habilidades técnicas e os que a veem focada nos aspetos cognitivos e sócio emocionais. Não dando uma definição exata do conceito de literacia digital Eshet-Alkalai (2004) define-a como:

A alfabetização digital envolve mais do que a mera capacidade de usar software ou operar um dispositivo digital; inclui uma grande variedade de complexo cognitivo, motor, sociológico e emocional, habilidades que os usuários precisam para funcionar efetivamente em ambientes digitais. As tarefas requeridas neste contexto incluem, por exemplo, “ler” instruções de gráficos exibidos em interfaces de usuário; usando reprodução digital para criar materiais novos e significativos dos existentes; construindo conhecimento de uma navegação não-linear, hipertextual; avaliando a qualidade e validade da informação; ter uma compreensão madura e realista das “regras” que prevalecem no ciberespaço.<sup>7</sup> (Eshet-Alkalai, 2004, p.93).

Este modelo propõe um quadro conceitual para a alfabetização digital, sugerindo cinco competências que compreendem a literacia digital:

- i. Literacia foto-visual: ler informações de ambientes gráficos intuitivamente e livremente e compreender instruções e mensagens representadas visualmente.
- ii. Literacias reprodutivas: utilizar a informação para criar trabalho de interpretação autêntico e criativo a partir de fragmentos de textos, imagens ou sons pré-existentes.
- iii. Literacia de informação: avaliar a qualidade e a validade da informação;
- iv. Literacia ramificada: navegar no moderno ambiente de hipertexto da era digital e construir conhecimento a partir de uma larga quantidade de informações;
- v. Literacia sócio emocionais: compreender as regras do ciberespaço e aplicá-las na comunicação *online*, com ética. Como reconhecer a veracidade de uma informação; abrir uma mensagem de *email* conhecendo os perigos que podem advir; navegar em determinados *sites* com perigo de vírus, *malware*, *ransomware*, *spyware*, cavalos de Troia; quem está no outro lado e que “fala” comigo todos os dias é um rosto ou uma máscara?

O autor considera que a literatura é inconsistente e difusa na utilização do termo “alfabetização digital”; alguns autores restringem o conceito às aptidões técnicas relativas ao funcionamento em ambientes digitais, enquanto outros focam a atenção nos aspetos cognitivos e sócio emocionais nos ambientes digitais. O quadro concetual de Eshet Alkalai reúne o que considera serem as principais literacias para a “habilidade de sobrevivência na era digital”.

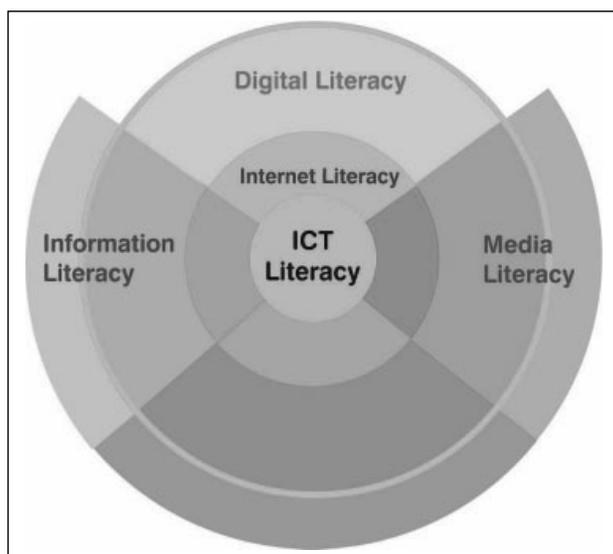
Os conceitos visitados caracterizam a literacia digital de cada indivíduo, como qualidade que se altera de acordo com as condições de vida de cada um,

.....

devido ser considerada um contínuo de aprendizagem, que advém da constante necessidade de novas competências que o mundo digital e *online* obriga.

Ala-Mutka (2011) refere que as suas pesquisas relativas à literacia digital revelaram “uma complexa paisagem de definições e conceitos”<sup>8</sup> (p.16), sendo ainda difícil atingir um consenso sobre aprendizagem, objetivos ou tarefas de avaliação sobre literacia digital. A autora a partir das várias definições encontradas constrói um mapa conceptual por forma a evidenciar a abrangência do conceito de literacia digital em relação a outras literacias e reconhecer os elementos essenciais dessas literacias.

**Figura 3 - Esquema de Literacia Digital de Ala Mutka**



(Ala-Mutka, 2011. p.30) Imagem reconstruída gráficamente pelo autor do estudo

No centro da figura 3, o círculo com o texto ICT literacy (literacia em TIC) representa o conceito mais restrito e refere-se ao conhecimento técnico como a utilização de computadores e aplicações de *software*.

A Literacia da Internet acrescenta as capacidades de utilizar e agir em ambientes em rede na *web*. Os conceitos de literacia da informação e literacia mediática sobrepõem-se amplamente, focando-se predominantemente na informação, nomeadamente sobre como encontrar organizar e processar essa informação. A literacia mediática incide nas capacidades de interpretar, usar e criar meios de comunicação e participação. A autora salienta ainda que “Uma atitude crítica é importante em ambas”<sup>9</sup> (Ala-Mutka,2011, p.29).

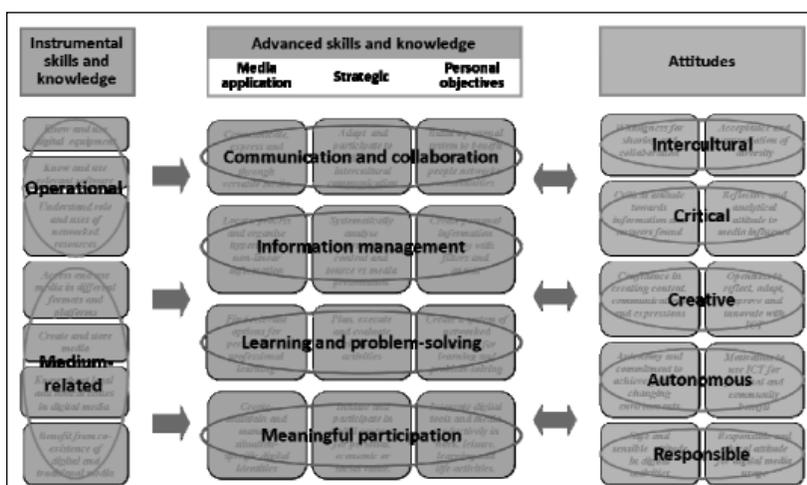
.....

- 8 Tradução nossa
- 9 Tradução nossa

“Digital Literacy” surge como o conceito mais amplo, incluindo os principais aspetos das outras literacias e incluindo também a utilização “das ferramentas digitais de forma responsável e eficaz de tarefas pessoais e de desenvolvimento, beneficiando redes de pessoas.”<sup>10</sup> (p.30). Ala-Mutka refere ainda que as literacias da informação e mediática podem abranger os domínios digitais e não digitais. Para esta autora, a literacia da informação e mediática sobrepõem-se aos conceitos referidos anteriormente, isto é, para se verificar literacia informacional e mediática é necessário ter as competências necessárias para lidar com a tecnologia e a internet, que constituem as competências básicas (*ICT Literacy e Internet Literacy*).

A autora, no âmbito do projeto DIGCOMP<sup>11</sup> propõe um mapeamento de conhecimentos e atitudes a ter em consideração nas competências digitais do século XXI.

Figura 4 - Esquema de literacia digital



(Ala-Mutka, 2011. p.50)

Este modelo oferece uma visão das áreas necessárias para possuir competências digitais e mostra os tópicos que devem ser abordados e elaborados para o planeamento de medições de conteúdos para competências digitais. O esquema da figura 4, mostra seis áreas de conhecimento e cinco áreas de atitudes a ter em consideração na interação *online*.

No bloco da esquerda, *Operational skills and knowledge* refere-se a operações técnicas como a utilização do *hardware e software*, sendo pré-requisitos para a literacia digital. *Medium-related skills and knowledge*, referem-se a competências relativas à utilização dos média, a navegação na internet e aspetos de segurança. Inclui a manipulação e tratamento de imagens ou a criação de um perfil *online*.

.....

10 Tradução nossa

11 DigComp- Quadro Europeu de Referência para a Competência Digital

No bloco central, a expressão *Communication and collaboration*, refere-se a exprimir-se e comunicar em meios digitais, interagindo em redes colaborativas. *Information management*, gerir a imensa quantidade de informação disponível *online* necessita de amplas competências para a poder localizar, analisar, avaliar criticamente. *Learning and problem-solving* refere-se à capacidade de aprendizagem ao nível pessoal ou profissional usando os mais variados meios digitais, assim como a capacidade de resolução de problemas. Quanto a *Meaningful participation*, é relativo às capacidades de participação em atividades digitais.

O conjunto de blocos da direita diz respeito às atitudes perante os meios digitais. Para Ala-Mutka as “Atitudes são concebidas como os motivadores do desempenho, a base para o competente desempenho. Elas incluem ética, valores e prioridades. Elas também podem incluir a responsabilidade e autonomia.”<sup>12</sup> (p.19). No primeiro bloco, referente às atitudes “*Intercultural and collaborative attitude*”, refere-se às capacidades para interagir com pessoas de diferentes culturas nas comunidades *online*, compreender e respeitar as perspetivas de outras pessoas e posicionar-se numa atitude aberta. O segundo bloco “*Critical attitude*” refere-se a uma competência a incorporar nas atividades digitais, relativa à reflexão sobre a qualidade da informação, as circunstâncias da produção dessa informação, assim como a adequação das ferramentas digitais utilizadas para a realização de tarefas.

No terceiro bloco surge “*Creative attitude*”, que apela à criatividade dos utilizadores do mundo digital. O utilizador deve tornar-se um participante ativo e produtivo, criando projetos conjuntos com outros utilizadores e utilizar criativamente as diversas ferramentas digitais disponíveis, estando aberto para a aprendizagem, invenção e adaptação. O quarto bloco “*Responsible attitude*” é relativo à necessidade de compreender as questões de segurança e manter essa atitude em todas as interações nas interações digitais. A permanência *online* acarreta riscos sendo necessário estar permanentemente consciente dessa realidade. As questões éticas são aqui consideradas nomeadamente a utilização de materiais de outras pessoas. No quinto e último bloco “*Autonomous attitude*”, a autora refere que os utilizadores devem estar conscientes dos seus objetivos e esforçarem-se para os conseguir, utilizando os melhores meios e ferramentas digitais.

O quadro conceptual descrito e desenvolvido pela autora “fornece uma visão geral das áreas que devem ser cobertas para dotar totalmente pessoas com competência digital para o século 21” (p.52).

A literacia digital tem sido tomada em consideração pelos organismos centrais europeus, criando diversos grupos de estudo e desenvolvimento, com o objetivo de encontrar uma definição de literacia digital que seja abrangente por forma a abarcar todas as literacias. Outro objetivo é a definição das competências necessárias para que o cidadão consiga interagir e realizar as operações adequadas às suas necessidades no mundo digital. Desses estudos, já referimos o projeto DigEuLit

.....

e o projeto DigComp que na sua fase inicial recebeu a contribuição de Ala-Mutka com os seus mapeamentos.

O Parlamento Europeu, em 18 de dezembro de 2006 define as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida:

1. comunicação na língua materna,
  2. comunicação em línguas estrangeiras,
  3. competência matemática e competências básicas em ciências e tecnologia,
  4. competência digital,
  5. aprender a aprender,
  6. competências sociais e cívicas,
  7. espírito de iniciativa e espírito empresarial,
  8. sensibilidade e expressão culturais
- A competência digital é assim definida.

A competência digital envolve a utilização segura e crítica das tecnologias da sociedade da informação (TSI) no trabalho, nos tempos livres e na comunicação. É sustentada pelas competências em TIC: o uso do computador para obter, avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações e para comunicar e participar em redes de cooperação via Internet.

Conhecimentos, aptidões e atitudes essenciais correspondentes a esta competência.

A competência digital exige uma boa compreensão e sólidos conhecimentos da natureza, do papel que desempenham e das oportunidades que oferecem as TSI em situações do quotidiano: tanto na vida pessoal e social como no trabalho.

Nesses conhecimentos incluem-se as principais aplicações informáticas como processadores de texto, folhas de cálculo, bases de dados, armazenamento e gestão de informação, e a compreensão das oportunidades e dos riscos potenciais da Internet e da comunicação por meios eletrónicos (correio eletrónico, ferramentas de rede) para o trabalho, os tempos livres, a partilha de informação e a colaboração em rede, a aprendizagem e a investigação. A competência digital implica também uma compreensão do potencial das TSI para apoiar a criatividade e a inovação, e a consciência das questões ligadas à validade e à fiabilidade da informação disponível e aos princípios jurídicos e éticos ligados ao uso interativo das TSI.

Entre as aptidões necessárias contam-se: a capacidade de investigar, coligir e processar informação e usá-la de maneira crítica e sistemática, avaliando a pertinência e distinguindo o real do virtual, mas reconhecendo as ligações. Os indivíduos devem ser capazes de utilizar as ferramentas para produzir, apresentar e compreender informações complexas, e de aceder, pesquisar e usar serviços baseados na Internet. Deverão também ser capazes de usar as TSI para apoiar o pensamento crítico, a criatividade e a inovação.

O uso das TSI exige uma atitude crítica e refletida face à informação disponível e um uso responsável dos meios interativos. Esta competência também sai reforçada quando o indivíduo manifesta interesse em participar em comunidades e redes

para fins culturais, sociais e/ou profissionais. (European Parliament and the Council, 2006, p.L 394/16).

A profusão de conceitos acerca do termo literacia digital tem originado, de acordo com Pereira (2011) que se fale “em literacias digitais, no plural, como forma de abarcar os diferentes entendimentos.” (p.19), sobre as competências para lidar com as tecnologias da informação e a informação. No mesmo sentido Santos, Azevedo, e Pedro (2015) consideram o conceito de literacia digital um conceito integrador de literacias, pois a separação entre os domínios digitais e não digitais será rapidamente a ser obsoleta,

[...] a designação ‘literacia digital’ ou ‘competência digital’ parece ser a que, entre as várias abordagens, menos limitações apresenta como conceito abrangente, integrador de várias outras literacias e conjuntos de aptidões, e a que melhor transmite a ideia do conjunto de competências, conhecimentos e atitudes que é necessário ter, para se ser bem-sucedido na era digital. (Santos, Azevedo, & Pedro, 2015, p.27).

Referimos ainda o facto de diversos autores perspetivarem a literacia digital sob ângulos diferentes, dando maior ou menor ênfase ao manuseamento do *hardware*, *software* e navegação na *web*. De acordo com Silva, Marcial, e Martins (2016) o conceito de literacia digital consiste em o “conceito que corresponde às competências adquiridas no processo de aprendizagem básica de informática, utilização de computadores e navegação na Internet” (p.220).

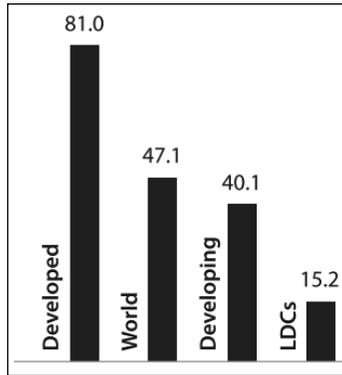
A partir do conceito inicial de literacia digital de Gilster (1997) muitos outros autores têm surgido com significações mais ou menos abrangentes, como temos apresentado. Uns autores utilizam o conceito ao nível restrito do manuseamento ao nível técnico dos equipamentos digitais, outros que constituem a maioria, têm um entendimento que vai muito além das questões relacionadas com o domínio dos equipamentos informáticos e o acesso à internet. O nosso mundo é digital e a todo o momento novas atividades passam a ser tratadas e operadas no mundo digital. Desta forma o cidadão deve estar preparado para lidar com o mundo digital de hoje e motivado para aceitar o de amanhã, num permanente aprender e reaprender. Eshet-Alkalai (2004), relativamente ao conceito de literacia digital considera-a uma “habilidade de sobrevivência na era digital” (p.102). O conceito de literacia digital de Martin & Grudziecki, (2006), parece-nos suficientemente amplo para abarcar a relação do ser humano com as máquinas que construiu.

Através das várias perspetivas apresentadas podemos concluir que o conceito de literacia digital tem vindo a sofrer várias significações motivadas pela contínua evolução das tecnologias de informação. A conversão do mundo analógico para o digital estende-se a cada vez mais áreas, originando a necessidade de mais e melhores competências digitais para lidar com essa realidade.

### 3 - Desigualdades sociais, Exclusão Social e Infoexclusão

Ao nível planetário a internet tem uma penetração de utilização de 81% nos países desenvolvidos, descendo para os 40% nos países em desenvolvimento e 15% nos países mais pobres, sendo que mais de metade da população mundial não utiliza a internet, segundo o relatório da União Internacional de Telecomunicações (Sanou, 2016). Os números apresentados revelam uma diferença abismal no acesso e no processamento da informação entre países.

Gráfico 6 - Percentagem de utilizadores de internet no mundo



Fonte: Sanou, 2016, p.4

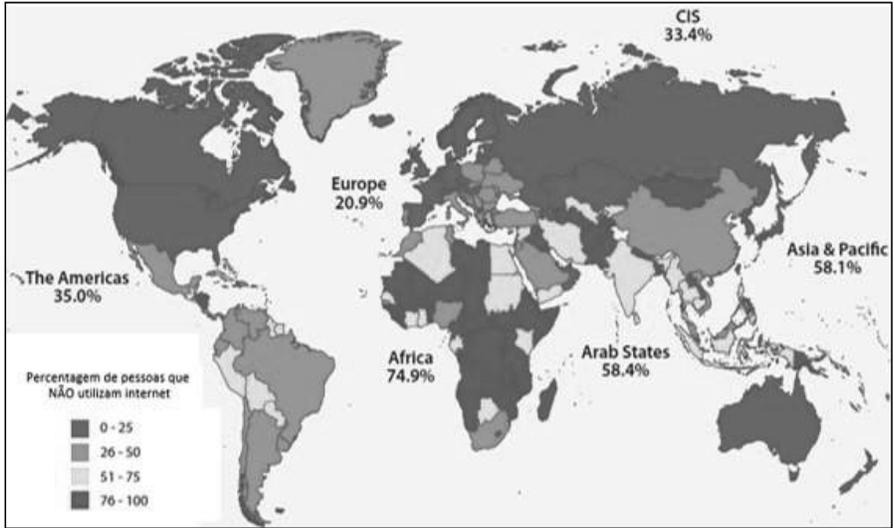
Castells (1999) ilustra muito nitidamente a importância das tecnologias da informação, considerando que são para a revolução tecnológica que vivemos, o mesmo que foram as fontes de energia para as revoluções industriais anteriores. Comparando assim as tecnologias da informação à invenção da máquina a vapor, eletricidade e até mesmo à energia nuclear.

Vivemos em sociedades informacionais (Castells, 1999) ou em fase de transição de sociedades industriais para sociedades informacionais, mas olhando o mundo pelos números apresentados, mais de metade não se aproxima da fase de transição do industrialismo para o informacionalismo o que nos coloca perante um novo fator de divisão. Não se trata apenas de mais um fator de divisão social ou económico, mas sim de um mundo que se move a velocidades incomparavelmente diferentes. Esta diferença de utilização das tecnologias de informação pode ser denominada como “fratura digital”.

Na figura 5 apresentamos o panorama mundial do acesso à internet, no sentido de evidenciar a divisão digital, que coincide na divisão entre o hemisfério norte (rico) e o hemisfério sul (pobre).

Portugal é um país com uma taxa de utilização de internet de cerca de 69%, sendo a média europeia de 78% de indivíduos que utilizaram computador nos últimos 3 meses em % do total de indivíduos (<https://www.pordata.pt>).

Figura 5 - Fosso digital entre hemisférios

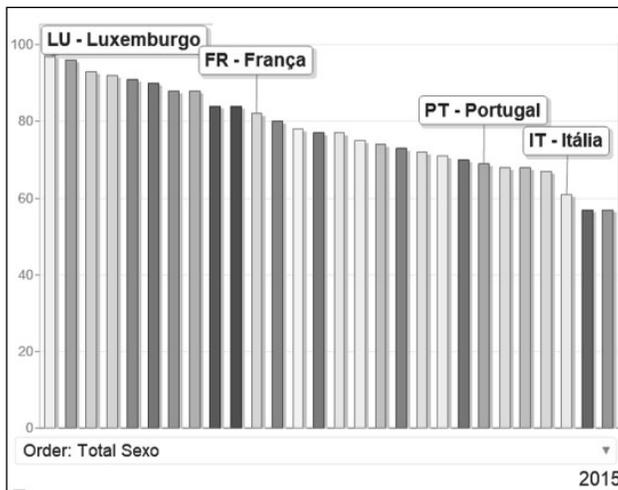


Fonte: Sanou, 2016, p.2

Como se pode constatar na figura 5 e gráficos 7 e 8 a utilização da internet é bastante assimétrica, quer a nível dos hemisférios, quer dentro dos continentes, quer ainda dentro de cada país como é o caso de Portugal, que varia dos 82% de agregados familiares com ligação à internet na região de Lisboa, até aos 63% dos agregados familiares na região Alentejo (INE, 2016, p.2).

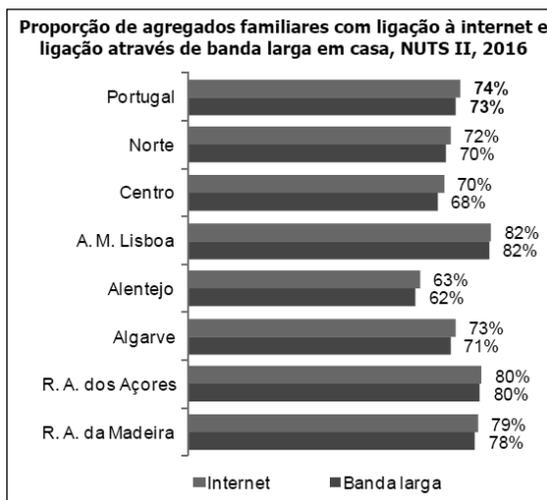
Entre os portugueses que menos utilizam a internet encontram-se os grupos sociais que de forma geral se encontram nas posições mais desfavoráveis da sociedade.

Gráfico 7 – Utilização da Internet na Europa



Fonte: (pordata.pt)

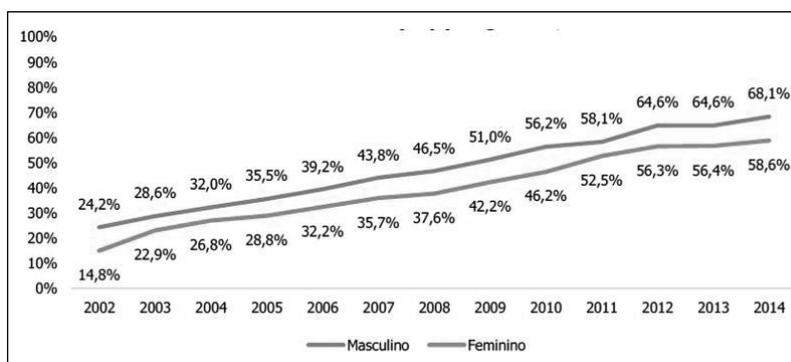
**Gráfico 8 – Utilização da Internet diversas zonas em Portugal**



Fonte: (INE, 2016, p.2)

As mulheres,

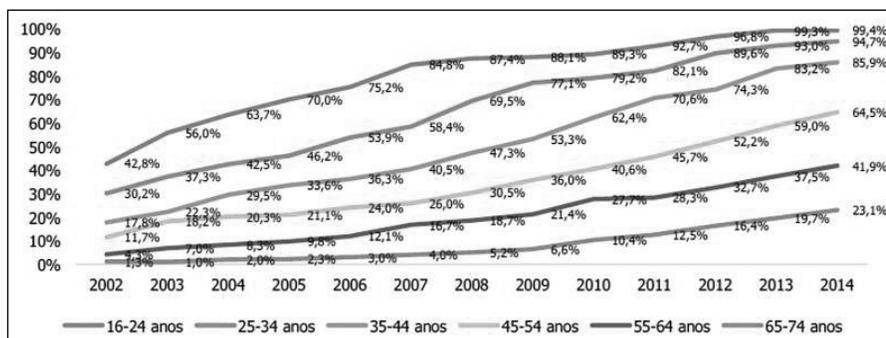
**Gráfico 9 -Utilizadores de internet por género**



Fonte: Cardoso, Mendonça, Paisana, & Sousa, 2016, p.131

Os idosos,

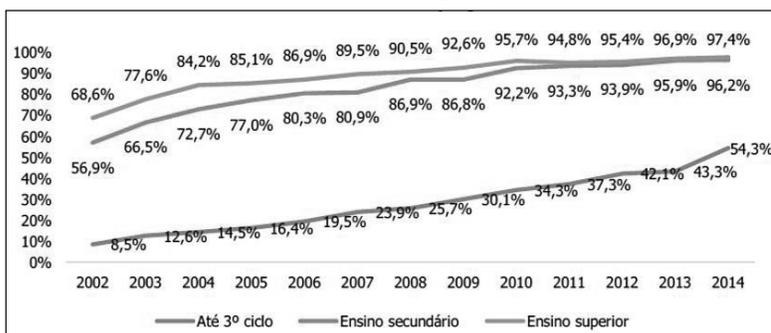
**Gráfico 10 - Utilizadores de internet por escalão etário**



Fonte: Cardoso, Mendonça, Paisana, & Sousa, 2016, p.132

As pessoas com menos habilitações literárias,

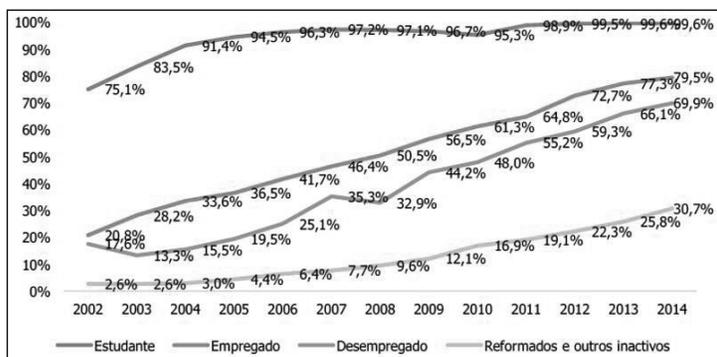
**Gráfico 11 - Utilizadores de internet por grau de escolaridade**



Fonte (Cardoso, Mendonça, Paisana, & Sousa, 2016, p.132)

Os desempregados e reformados,

**Gráfico 12 - Utilizadores de internet perante condição em relação ao trabalho**

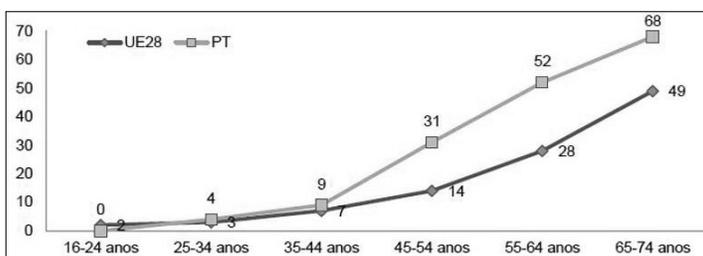


Fonte: Cardoso, Mendonça, Paisana, & Sousa, 2016, p.133

A ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) também realizou uma recolha de dados sobre os utilizadores da Internet e constatou que cerca de 30% dos inquiridos que não utilizam a internet são os seguintes grupos: os mais idosos; os menos escolarizados; desempregados e reformados e os mais pobres e desprotegidos (ANACOM, 2016).

Os mais idosos,

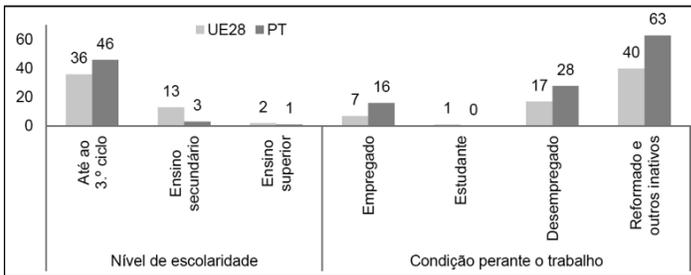
**Gráfico 13 - Indivíduos que nunca utilizaram a internet por escalão etário**



Fonte: ANACOM, 2016, p.107

Os menos escolarizados, desempregados e reformados,

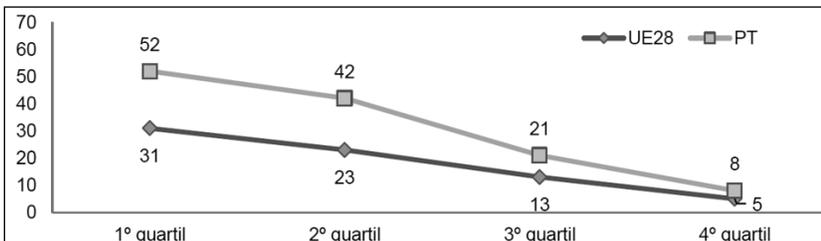
**Gráfico 14 - Indivíduos que nunca utilizaram a internet por nível de escolaridade e perante o trabalho**



Fonte: ANACOM, 2016, p.108

Os mais pobres e desprotegidos,

**Gráfico 15 - Indivíduos que nunca utilizaram a internet por rendimento**



Fonte: ANACOM, 2016, p.108

Os grupos sociais referidos nos gráficos anteriores, consistem em grupos de pessoas que utilizam menos ou não utilizam de todo a internet, o que na perspetiva de Castells (2007) configuram situações de infoexclusão pela desigualdade no acesso. Há, de facto, uma dicotomia entre os que têm e os não têm acesso às tecnologias da informação, ou entre os que têm e os que não têm capacidade para as usar. Para Castells (2007),

A disparidade entre os que têm e os que não têm Internet amplia ainda mais o hiato da desigualdade e da exclusão social, numa complexa interação que parece aumentar a distância entre a promessa da Era da Informação e a crua realidade na qual está imersa uma grande parte da população mundial. (Castells, 2007, p.187)

O autor dedica mesmo um capítulo nesta obra, para salientar a situação da “diferença” dos que têm ou não “acesso”. Define também o conceito de infoexclusão como uma,

(...) fratura aberta entre pessoas, empresas, instituições, regiões e sociedades, que detêm todas as condições materiais e culturais para se movimentarem corretamente no mundo digital e os que não possuem essas condições ou não querem adaptar-se,

à mudança para a nova organização social baseada nas tecnologias de informação (Castells, 2007, p 312).

Castells (2007) referindo-se a dados relativos aos EUA salienta que a desigualdade no acesso à internet também se verifica na diferenciação étnica, isto é, a cor da pele ou cultura condiciona o acesso à internet o que constitui uma infoexclusão étnica.

A infoexclusão, que numa fase anterior, se poderia medir apenas pelo facto de ter ou não acesso à internet, passou posteriormente para a fase da velocidade e qualidade do acesso, hoje a enfase é colocada para o que se faz com a internet. Ou seja, a perspetiva da internet como meio de difusão, geração e transformação de conhecimento.

A infoexclusão fundamental não se mede pelo número de ligações à Internet, mas sim pelas consequências que tanto a ligação como a falta de ligação comportam, porque a Internet, como demonstra este livro, não é apenas uma tecnologia: é o instrumento tecnológico e a forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimentos e a capacidade de ligar-se em rede em qualquer âmbito da atividade humana. (Castells, 2007, p.311).

A desigualdade no acesso ao mundo digital é tema de reflexão e análise por diversas organizações, nomeadamente a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) que propõe uma definição para o termo divisão digital,

O termo “divisão digital” refere-se à diferença entre indivíduos, famílias, empresas e áreas geográficas em diferentes níveis socioeconómicos em relação às oportunidades de acesso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e à utilização da Internet para uma grande variedade de atividades. A divisão digital reflete várias diferenças entre e dentro dos países. A capacidade de indivíduos e empresas para tirar proveito da Internet varia significativamente na área da OCDE. O acesso às infraestruturas básicas de telecomunicações são fundamentais para qualquer consideração da questão, tal como precede e está mais disponível do que o acesso e o uso da Internet.<sup>13</sup> (OECD, 2001, p.4).

Os termos “fosso digital”, “fratura digital” ou “rutura digital” são adotados por diversos autores remetendo para a dicotomia entre os que têm e os que não têm acesso às tecnologias da informação, ou entre os que têm e os que não têm capacidade para as usar.

A diminuição dos preços dos equipamentos (PCs, tablets, smartphome), do acesso à internet e o aumento da velocidade do acesso, tem vindo a colocar a questão do fosso digital na enfase não no acesso a equipamentos e internet,

.....

mas mais no uso eficaz e criador das tecnologias de informação. O conceito de “fosso digital” encontra-se em constante mutação, na medida da avassaladora evolução das tecnologias de informação, fazendo variar o foco de incidência do conceito quer nos suportes físicos de acesso, quer nas competências pessoais para as usar.

Independentemente do fator que origina o impedimento de utilizar as tecnologias de informação a nova sociedade informacional, produziu a condição de infoexcluídos, que remete para o analfabetismo digital, constituindo um novo meio de exclusão social. Patrício e Osório (2016) referem,

(...) a falta de competências digitais pode tornar-se no novo meio de exclusão social, já que é incontornável que a aplicação de produtos e serviços TIC se torne mais difundida em todos os setores e profissões (...) é exigido um aumento constante do nível de literacia digital a todos os cidadãos, por forma a não correr o risco de terem uma posição frágil no mercado de trabalho e na comunidade e serem excluídos da sociedade digital. (Patrício & Osório, 2016, p.178).

A inclusão digital pode ser perspectivada como um meio de combate à exclusão social, uma vez que possibilita aos cidadãos a participação na sociedade contemporânea. As utilizações das tecnologias de informação proporcionam o acesso às mais variadas plataformas de serviços *online*, reduzindo a distância física ao clique de uma tecla. As TIC proporcionam a maior e mais rápida forma de adquirir conhecimento e informação.

O acesso ao conhecimento permite a tomada de decisões livres e informadas e consiste numa forma de combate à exclusão social. A inclusão digital permite aos cidadãos uma participação mais ativa e regular naquilo que respeita a decisões políticas de proximidade, envolvendo-os diretamente na participação cívica e política, na escolha de projetos a implementar, nomeadamente nas autarquias locais, através dos cada vez mais divulgados orçamentos participativos, como é o caso do Concelho onde decorreu a presente investigação.

A população jovem cigana tem nas tecnologias de informação uma janela de oportunidade de fazer a mudança. Não renegando a sua cultura, mas integrando-se em novas atividades que lhe permitam melhorar a sua qualidade de vida.

**Figura 6 - Orçamento participativo jovem**



Fonte: site do Município

O conceito de inclusão digital remete para o sentido da promoção do acesso às TIC para a generalidade dos cidadãos na Sociedade Informacional. A literacia digital remete para as competências e uso das tecnologias digitais de forma crítica, selecionando informação, produzindo conteúdos e cultura. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral da ONU a 10 de dezembro de 1948, refere no seu artigo nº 1: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”, (ONU,1948), no entanto, desigualdade e exclusão social persistem no mundo, Anthony Giddens (2010) define as desigualdades sociais, ou sistema de estratificação social, “como um sistema de desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas” (p.284). A abordagem da desigualdade social surge muitas vezes associada a exclusão social. Segundo Silva, (2008) por “(...) exclusão social entende-se a situação de não inclusão, de não-inserção e/ou de não integração de determinados indivíduos ou grupos sociais no acesso ao gozo de determinados direitos, desde os cívico-políticos, passando pelos sociais, até aos direitos económicos.” (p.270). Os mecanismos geradores de desigualdade assumem a forma de “distanciamento” resultante de desigualdades de processos de competição ou concorrência; “exclusão” pelo efeito de restrições seletivas que alguns grupos colocam ao acesso de outros a oportunidades; “hierarquização”, posições de superioridade ou inferioridade nas organizações formais e “exploração”, por efeito da apropriação desequilibrada de uns, de bens que foram produzidos por outros. A ONU recolhe indicadores para que a desigualdade possa ser medida, nomeadamente através de os relatórios do Desenvolvimento Humano.

A análise ao gráfico mundial do Índice de Desenvolvimento Humano<sup>14</sup> permite verificar a desigualdade entre o hemisfério norte e sul do globo. Através do coeficiente de Gini<sup>15</sup>, que mede a desigualdade de rendimentos num país, constatamos que Portugal ocupa uma das últimas posições do gráfico, sendo considerado um dos países mais desiguais da União Europeia.

Portugal nasce para a democracia em abril de 1974. Dois anos depois é promulgada a Constituição da República Portuguesa (1976)<sup>16</sup> que proclama, no artigo 73º, nº1 que “Todos têm direito à educação e à cultura.”. De acordo com o art.º 74 “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”; no art.º 81 estabelece-se - a) Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável; b) promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimen-

.....

14 <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>

15 <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=215> acedido em 11 out 2017

16 <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>

to. Dos factos referidos, consideramos que os direitos expressos na constituição protegem os cidadãos. Direitos que são um marco histórico das conquistas sociais da vida em sociedade, no entanto, as leis preveem a igualdade, mas na realidade são incapazes de a garantir, continua de forma acelerada a pobreza, e a exclusão social. Enfatizando a pertinência deste tema, as populações ciganas “continuam a ser particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão, sendo considerado o grupo étnico mais pobre, com piores condições habitacionais, menos escolarizado e como o principal alvo de racismo e discriminação nas sociedades modernas” (Mendes et al., 2014, p.19). Uma das formas possíveis de travar esta situação é proporcionar conhecimento, pois, é uma forma de diminuir as desigualdades, “a educação é condição suficiente de desenvolvimento e redução de desigualdades” (Silva, 2006, p.74).

Parece muitas vezes que a relação entre “nós” e os “outros” se traduz numa crescente distância, feita de diferenças e de indiferença que se acentua significativamente, não obstante o esforço de organizações, estados, grupos e pessoas. Em muitas circunstâncias, o preconceito origina a discriminação e a exclusão de determinados grupos sociais. De acordo com Allport citado por Cabeceiras (2010) o preconceito é “uma atitude aversiva ou hostil face a uma pessoa pertencendo a determinado grupo, simplesmente por causa da sua pertença a esse grupo, e em que se pressupõe que esta possui as características atribuídas a esse grupo” (p.2).

Por sua vez, a noção de discriminação social remete para significações de fazer diferenças, dividir, tratamento desigual, de excluir, negar direitos e tratamento igual a pessoas ou grupos e com isso prejudicar essas pessoas relegando-as para o isolamento, afastamento e segregação. Junqueira (2014) defende que o conceito de discriminação remete para significações da representação estigmatizadora do outro, ligada ao conceito de desigualdade social e representações negativas de género, raça, classe social ou ainda pessoas portadoras de deficiência, é exercida na forma de coerção, não sendo visível na ação, mas é profundamente sentida por aqueles que a sofrem.

O ser humano vê o mundo através da sua cultura, olha e julga os outros povos e culturas pelos seus próprios valores e símbolos, considerando os seus, certos e absolutos, e os outros errados, logo, deduzindo que o seu grupo seja o centro da humanidade. A consequência desta visão redutora, mas não ingénua do mundo, constitui o conceito de etnocentrismo. As consequências assumem nomes bem definidos: discriminação, exclusão, segregação, racismo e xenofobia. O “desdém pelo estrangeiro”, a “intolerância” interétnica (em termos mais atuais, o racismo e a xenofobia) acentuam os processos de marginalização das minorias “desdenhadas” e prejudica fortemente uma dimensão básica das relações intergrupais construtivas (o “ser digno de confiança”), (Bastos et al., 2007, p.10). O etnocentrismo encontra-se nos mais ínfimos pormenores da nossa vivência diária que, de uma forma inconsciente, é uma não-aceitação do outro. Samovar e Porter (1997) citado

por Butcher e Haggard (2008) afirmam que o etnocentrismo não está limitado a certas culturas, mas é universal e funciona como um portal, através do qual todas as culturas interpretam e julgam outras culturas. Os autores sugerem que todas as culturas têm tendência ao etnocentrismo, cada cultura ensina aos elementos do seu próprio grupo categorias da sua experiência cultural, que aplicam quando julgam a vida das pessoas de outras culturas diferentes. O preconceito é entendido como “uma atitude negativa dirigida a um grupo como um todo ou para um membro individual do grupo” (Butcher & Haggard, 2008, p.6).

O etnocentrismo pode ser entendido como um obstáculo às competências da comunicação intercultural. Para Neuliep e McCroskey (1997), citado por Butcher & Haggard (2008) etnocentrismo e preconceito estão intrinsecamente ligados. De acordo com Day et al. (2008) o etnocentrismo pode ser visto como a não-aceitação da diversidade cultural e intolerância perante grupos exteriores a uma cultura, o que leva à criação de estereótipos e preconceitos negativos contra esses grupos.

Ramos (2011) indica que os relacionamentos entre indivíduos pertencentes a grupos culturais diferentes dão origem a “um conjunto complexo de representações e processos psicológicos e sociais” (p.190).

Pessoas que pertencem a outras culturas nos incomodam, pois, estas pessoas são como nós e, contudo, não são como nós; assim, nós podemos dizer que elas são “sem cultura”, “bárbaros”, “irracionais”, etc. (...) O “não familiar” atrai e intriga as pessoas e comunidades (...) O medo do que é estranho (ou dos estranhos) está profundamente arraigado em cada um de nós. (Moscovici, 2005, citado por Ramos, 2011, p.190).

A relação entre o eu e o outro diferente de mim, com uma cultura diferente da “nossa”, é influenciada de acordo com Ramos (2011), pelas “representações sociais, por estereótipos, preconceitos, projeções culturais, ideológicas e políticas” (p.190), que levam a que o “outro” possa ser tolerado no seio do grupo maioritário ou como no caso dos ciganos “como ameaça e fonte do mal e um sujeito a excluir, a discriminar ou a eliminar” (idem).

A noção de raça tem sido alvo de diversas interpretações, mas colocando sempre o homem branco como superior a todos os outros seres humanos, dessa forma, justificaram a escravatura e mais tarde o holocausto (Cabecinhas, 2010). Atualmente ainda perdura o racismo, a segregação e a discriminação e tantas outras formas de diminuição do “outro”, por vezes de forma subtil, mas com efeitos muito visíveis. Segundo Cabecinhas e Amâncio (2003), a noção de raça fundamentou-se na antropologia física, usando critérios morfológicos como a cor da pele, tamanho e forma craniana, ou ainda cabelos. Citando as autoras “a divisão mais frequentemente invocada identificava três ‘raças’ principais: brancos (caucasóide), amarelos (mongoloide) e negros (negroide).” (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p.3). Antropólogos por um lado, com medições dos crânios, médicos e psicólogos por outro, com a realização de testes de QI, procuraram encontrar métodos, su-

postamente científicos, para conferir superioridade ao homem branco ocidental. As autoras salientam a obra de Gobineau no século XIX sobre a desigualdade das raças humanas que pretendia, através do ‘racismo científico’, evidenciar a classificação dos homens em raças. Esta obra vem mais tarde exercer profunda influência no surgimento da ideologia nazi. Segundo as autoras, “o determinismo biológico não só marcou profundamente a ciência moderna, como se propagou ao senso comum, tornando-se um verdadeiro fenómeno social. Isto é, o discurso ‘científico’ dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racista do senso comum.” (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p.4).

Acerca deste tema, Lévi-strauss (1952), no seu livro “Raça e História” explica que não existe superioridade de raças. Só existe uma raça, a raça humana. Depois da segunda guerra mundial, a UNESCO considerou que as doutrinas racistas eram totalmente destituídas de base científica, dando lugar ao uso do termo ‘grupo étnico’, para referir “grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante.” (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p.5). No entanto, apesar do discurso científico ter teoricamente deixado de usar o termo raça, o senso comum ainda usa o termo, para se referir a seres humanos com características físicas diferentes. A definição de raça centra-se na predominância de traços físicos distintivos. As autoras constataam “que a herança do pensamento racista continua presente, embora se verifique uma metamorfose ao nível da expressão pública da discriminação racial.” (Cabecinhas & Amâncio, 2003, p.18), como é o caso dos ciganos que são os mais afetados pela discriminação e racismo.

Os estereótipos e preconceitos, nomeadamente através de atitudes etnocêntricas tendem a perpetuar as desigualdades nas suas diversas dimensões (sociais, económicas ou digitais). É necessário conforme Ramos (2001) nos indica, “desenvolver um outro olhar sobre nós mesmos e o outro, desenvolver aptidões que conduzam a um processo de consciencialização cultural” (p.170).

#### **4 - Os Portugueses ciganos: persistência do analfabetismo e baixa escolaridade que dificultam o acesso à sociedade digital**

Os ciganos terão vindo do Norte da Índia, de entre as regiões do Punjab e o Sinth, tendo por isso uma origem hindu (União Romani Internacional, 1998, citado por Magano, 2010). Essa região terá sido atacada pelo Islão, levando as populações residentes a abandonarem esses territórios, iniciando assim uma grande migração para Oeste. Os ciganos permaneceram no Próximo Oriente, Irão, Turquia e Grécia durante os séculos X e XV. Essas migrações chegaram à Europa nos séculos XIV e XV provocando reações de “espanto e inquietude e incompreensão” (Liégeois, 1989, citado por Magano, 2010, p.112).

Existem registos da presença de ciganos em Portugal pelo menos desde o século XVI, prova disso é o facto de em 1510 uma poesia de Luís da Silveira, ter sido incluída na obra O Cancioneiro Geral, de Garcia de Resende, e em 1521 é

editada a Farsa das Ciganas, de Gil Vicente. Coelho (1892) e Nunes (1996) fazem referência a estes documentos, como prova da presença dos ciganos em Portugal.

Os ciganos são o grupo étnico com o qual os portugueses mais tempo têm convivido e desde 1820 foi criada a possibilidade de terem acesso à cidadania portuguesa, mas muitas vezes foi difícil esse reconhecimento. Os estudos etnográficos sobre os ciganos em Portugal até aos anos 90 são muito reduzidos, praticamente encontramos apenas a obra de Olímpio Nunes, existindo a partir de 1995 alguns estudos <sup>17</sup> como por exemplo o de Mendes (1997; 2007); Magano (1999 e 2010); Casa-Nova (2002) e mais recentemente com abrangência nacional o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes et al., 2014).

Bastos et al. (2007) apresenta uma compilação de leis, regulamentos e decisões administrativas sobre os ciganos, desde 1526, demonstrando o longo caminho de discriminação a que esta etnia tem sido sujeita. Estas medidas mostram a intenção clara da aniquilação dos ciganos, destruindo a sua cultura os seus hábitos a sua forma de ser e de estar no mundo. Os autores, consideram ainda “Que os portugueses «ciganos» que hoje conhecemos são o resultado direto da história violenta e até mesmo criminosa a que os submetemos...” (p.34) e “os ciganos portugueses permanecem como a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia registadas em Portugal” ( p.29).

As representações sociais que a sociedade maioritária faz dos ciganos, poderiam ser sintetizadas por algumas expressões utilizadas vulgarmente pelos não ciganos, escolhemos 3 dessas expressões: i) “Um olho no burro outro no cigano”, congrega no termo cigano o significado de ladrão, vigarista, alguém com quem não se pode interagir sem que se saia a perder. ii) Outra expressão usada é “casa de ciganos” significando uma casa suja, completamente desorganizada, mau cheiro, sem mobiliário. iii) Outra expressão usada nesta região é “cheira a cigano” significando mau cheiro. Estes três exemplos são expressões que representam o sentimento de grande parte da sociedade maioritária, relativamente aos ciganos. Esta realidade não é exclusividade da sociedade portuguesa como atesta Liégeois, (1989) “Na maior parte dos países, o termo utilizado para designar em comum ciganos e itinerantes é pejorativo e, por si só, portador de toda a negatividade da imagem (...)” (p.138).

Fáisca e Jesuíno (2006) procuraram conhecer melhor esta realidade retratando as imagens que os não ciganos têm dos ciganos, através da análise das suas atitudes. A investigação realizou quatro estudos: atitude dos portugueses face a quatro minorias étnicas residentes em Portugal; A imagem do cigano na escrita jornalística portuguesa; representações sociais da comunidade cigana entre estudantes portugueses e representações sociais dos ciganos pelos outros portugueses - análise

.....

17 Outros estudos: Castro, 2004 e 2012; Pinto, 1995; Cortesão,1995; Silva, 2000, 2004 e 2008; Bastos, Correia e Rodrigues, 2007. E teses de doutoramento de Costa, 2003; Nicolau, 2010; Mendes, 2007; Brinca, 2009; Blanes, 2006; Lopes, 2008; Sama, 2010; Casa-Nova, 2009, entre outros.

de um inquérito telefónico. Para os autores do estudo “A indiferença face aos ciganos, os sentimentos de medo e pena, a adesão a crenças que veiculam preconceitos negativos, a negatividade preponderante na sua caracterização – tudo isto permite confirmar que os ciganos são a minoria menos amada pelos portugueses” (p.198).

Apesar desta negatividade, Faisca e Jesuíno (2006) identificaram discursos positivos, principalmente de inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados e vida urbana, que consideraram os ciganos como: unidos, com valores familiares, autoajuda, alegres, valorizam também a sua música e dança. No entanto esta valorização refere-se ao “funcionamento interno da comunidade cigana ou a traços exóticos da sua cultura” (p.198). Se essa apreciação incidir sobre a relação dos ciganos com os outros portugueses, os autores constataram o surgimento de traços negativos.

De acordo com o Estudo Nacional das Comunidades Ciganas (Mendes et al., 2014) a não integração dos ciganos continua a ser imputada aos ciganos e não à sociedade em geral.

(...) o facto é que os ciganos continuam a ser globalmente acusados de não se quererem integrar, caracterizados por um anacronismo social (Lopes, 2008), estagnados socialmente e a viver em micro sociedades, regendo-se por regras e leis próprias (Lopez e Fresnillo, 1995). As imagens negativas têm feito com que seja a minoria mais rejeitada (Silva e Pinto, 2004). (citados em Mendes et al., 2014, p.13).

Nunes (1996) realça que na cultura cigana existem alguns valores estruturantes da cultura cigana,

Há quatro preceitos, diz Adolfo Coelho, na lei cigana, que todos procuram cumprir integralmente: respeito à palavra dada entre os da sua raça, amor extremo aos filhos, fidelidade conjugal, respeito pelos velhos. E poderíamos acrescentar: a fraternidade e solidariedade, e a guarda da virgindade, nas raparigas solteiras. (Nunes, 1996, p.140).

Os ciganos portugueses atualmente estão quase todos sedentarizados. Ainda que alguns ciganos habitem espaços inadequados vivem de forma sedentária, mas as barracas ou tendas onde muitos ainda vivem torna visível a face da pobreza a que estas pessoas cada vez mais dificilmente conseguem fugir.

Os ciganos, ao longo dos séculos adaptaram a sua forma de vida de acordo com as oportunidades que o ritmo da evolução social e económica da sociedade maioritária lhes permitia. Trabalhos de cestaria, criação e venda de cavalos, muires e burros, caldeiraria, venda de tecidos nas ruas e de porta em porta, presença assídua em feiras no comércio de animais e venda de tecidos, foram atividades praticadas pelos ciganos ao longo de séculos, utilizando como meio de transporte a tração animal ou a pé. Mais recentemente parte destas atividades terminaram, devido à introdução do plástico e à diminuição da utilização do trabalho dos animais. A venda de tecidos deu lugar à comercialização de vestuário, vendido nas feiras e mercados, percorrendo as várias povoações onde se realizam as feiras e mercados,

através de automóveis e carrinhas. Para além da atividade comercial que tradicionalmente lhes é associada, as pessoas ciganas procuram trabalhos agrícolas sazonais como as vindimas, a apanha da azeitona, morangos ou outros.

A rápida evolução económica e tecnológica tem vindo a destruir as atividades económicas tradicionais dos ciganos, colocando-os numa situação de fratura com um mundo onde as suas competências tradicionais não têm lugar. “As profissões que têm sido tradicionais nos ciganos são, de facto, atividades que podem ser realizadas por todos os homens; não necessitam de iniciação especial e, todavia, o cigano manifesta nelas uma destreza especial.” (Nunes, 1996, p.136).

No estudo ENCC (2014) apresentam-se os resultados de uma investigação feita em todo o território nacional sobre os ciganos, o que nos permite conhecer uma realidade próxima da que poderemos encontrar na população cigana estudada. O estudo conclui que estamos perante comunidades jovens pouco escolarizadas, sobretudo as pessoas mais velhas e do sexo feminino, a maioria casou precocemente ou em união de facto, com elevado número de pessoas a cargo da família. Mais de metade depende do RSI e 15% do trabalho é desenvolvido na venda ambulante.

A inserção no mercado de trabalho ainda é uma miragem para muitos ciganos portugueses. Por um lado, objetivamente, muitos ciganos não possuem competências de escolaridade e qualificações profissionais que lhes permitam lutar por um “emprego” no mercado de trabalho. Por outro lado, e será talvez o mais difícil de ultrapassar é o preconceito dos não ciganos, que condensamos na expressão “Ninguém dá Trabalho aos Ciganos”, título da dissertação de mestrado onde Isabel Pereira (2016) desmonta uma realidade que todos conhecemos, mas que a autora procurou objetivamente demonstrar.

Nos últimos três anos nenhuma mulher cigana inscrita no Centro de Emprego foi encaminhada para uma oferta de emprego. Em suma, com ou sem habilitações, com mais ou menos encaminhamentos, sendo homem ou mulher, nenhum dos entrevistados foi colocado numa oferta de emprego. (Pereira, 2016, p.109).

Para fazer face às dificuldades de garantir a sobrevivência, têm sido implementadas pelo estado algumas políticas sociais. O Rendimento Mínimo Garantido é talvez a política com maior impacto em termos de contribuir para a diminuição dos patamares de pobreza. Este rendimento teve início em 1996 pela Lei n.º 19-A/96 de 29 de junho de 1996, com o objetivo de “assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional.” (Diário da República, 1996, p.1690-(2)). Este subsídio mudou o nome para Rendimento Social de Inserção (RSI)<sup>18</sup> mas foi mantido o objetivo principal.

.....

18 Lei n.º 13/2003, de 21 de maio revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e cria o rendimento social de inserção. Disponível em: <http://data.dre.pt/eli/lei/13/2003/05/21/p/dre/pt/html>

O ENCC (Mendes et al., 2014) conclui que o RSI é a origem de rendimento mais comum das pessoas ciganas, dependendo deste subsídio mais de metade das pessoas ciganas inquiridas. Para além de crianças e jovens dependerem da família, é muito elevada a percentagem de desempregados. Os que trabalham têm “profissões pouco qualificadas e diversificadas, predominando os vendedores ambulantes, por conta própria sem empregados” (p.222). Muitos trabalham fora do mercado formal de trabalho, isto é, sem contratos ou outro tipo de vínculo, como por exemplo em trabalhos sazonais na agricultura.

A aplicação do RSI tem permitido colmatar a muitas famílias a sobrevivência, no que refere a aspetos básicos das necessidades humanas, no entanto, diversos estudos apontam alguns efeitos perversos desta medida, quando se verifica a dependência que podem provocar numa acomodação ao sistema, materializada pela falta de motivação para a procura de emprego ou a melhoria das suas competências escolares ou profissionais. Olga Magano na reportagem do Jornal i de 27-02-2016 relativamente ao RSI considera que,

(...) por um lado, foi bom porque tirou todas as pessoas – e não só os ciganos – de situações de miséria externa. Por outro lado, é uma forma de ‘aprisionamento’, uma vez que os que dele beneficiam ficam enredados na complexidade burocrática. (Magano, 2016, citado por Madeira, 2016)

A integração das pessoas ciganas em Portugal tem sido um processo extremamente lento que perdura até hoje. Em 1892, Francisco Adolpho Coelho escreve a obra “Os ciganos de Portugal” tendo como objetivo o estudo da língua dos ciganos, no entanto, dedica um capítulo à história e etnografia dos ciganos, no qual refere as suas formas de vida. O autor descreve uma realidade que pouco mudou em mais de um século.

O gitano, o cigano, experimentaram já, nos quatro ou cinco séculos que passaram imergidos no meio peninsular, grandes modificações, algumas das quais pouco próprias para os fazer seguir no caminho do progresso. Na Espanha, a obra da assimilação tem progredido muito mais que em Portugal, para o que contribuiu sem dúvida o interesse que lá tem inspirado o gitano e por ventura certos característicos comuns ao andaluz e ao cigano; enquanto nós, povo de indiferentes, nada queremos saber do cigano e só sabemos o que o acaso nos obriga a aprender (Coelho, 1892, p.197).

Os ciganos são o maior grupo étnico em Portugal, constituído por um número impreciso de pessoas. O ENCC em 2014 faz uma referência clara a esta imprecisão demográfica referindo os valores avançados por diversos investigadores: Nunes (1996) pouco mais de 20 mil; a ERRC/Númena (2007) entre os 50 e os 60 mil; o SOS Racismo (2001) indica 21.831 pessoas ciganas; Castro (2004) sugere entre 34 mil e 40 568 em 2012 (p.12); ACIDI, (2013) entre os 40 e os 60 mil indivíduos.

Mais recentemente, em 2017, o ACM, no estudo “Aprofundamento do estudo sobre as comunidades ciganas” apresenta uma estimativa do número de residentes ciganos que considera próximo da realidade.

Existem 37089 mulheres e homens ciganos residentes em Portugal, o que significa 0,4% da população portuguesa. Em relação à localização da população portuguesa cigana verifica-se que a mesma se encontra distribuída de um modo espacialmente desigual: 101 municípios portugueses revelaram não ter conhecimento da existência de pessoas ciganas no seu território, estando assim a população cigana distribuída por 207 municípios (67,2%). (Santos & Moreira, 2017, p.1).

A cultura cigana é uma cultura agraça, transmitida oralmente e nas atitudes aprendidas durante a socialização na infância, sendo assim construída aos poucos a identidade pessoal dos indivíduos e do grupo a que pertencem, desenvolvendo estratégias de resistência à influência da sociedade maioritária que lhe tem sido hostil.

Para Neto (2004) a identidade étnica remete para a identificação com um grupo étnico e a pertença a esse grupo. “Rotheram e Phinney (1987) definiram a identidade étnica como sendo o sentido de pertença a um grupo, e a parte dos pensamentos e das perceções, bem como dos sentimentos que fazem parte de ser membro desse grupo.” (Rotheram & Phinney, 1987 citados por Neto, 2004, p.108). O autor refere ainda “(...) quando as pessoas se sentem ameaçadas a etnicidade torna-se mais saliente e um aumento de diferenciação surge nos grupos” (p.110). Ao processo a que as pessoas são sujeitas, numa reação à mudança cultural no contacto com outras culturas, denomina-se aculturação.

De acordo com Neto (2004) o modelo de aculturação de Berry é definido por duas dimensões (bidimensional), uma das dimensões refere-se a: ser importante conservar a sua identidade e as suas características culturais. A outra dimensão refere-se à importância de procurar estabelecer e manter relações com os outros grupos da sociedade. Com base nestas dimensões são propostas quatro estratégias de aculturação em relação à ênfase na manutenção da identidade e cultura. Assimilação, indivíduos e grupos, aceitam e absorvem os valores culturais da cultura de acolhimento; Separação, indivíduos e grupos, aderem aos valores da sua cultura de origem, não aceitando a cultura de acolhimento; Integração, indivíduos e grupos aceitam e aderem aos valores e normas culturais da cultura de acolhimento; Marginalização, indivíduos e grupos não aceitam nem aderem aos valores de nenhuma das culturas, nem de origem nem de acolhimento.

O processo de aculturação por parte da cultura dominante, de acordo com Machaqueiro (2002), origina que culturas minoritárias resistam à aculturação desenvolvendo atitudes de resistência num processo de contra aculturação. As relações entre grupo minoritário e maioritário podem reduzir-se a uma fraturante bipolarização, ilustrada pelo autor, “para um francês existem os franceses, os ingleses, os chineses, os italianos, etc... Para nós, há nós e os gadjés (não Ciganos). É essa a diferença!” (Liégeois, 1981, citado por Machaqueiro, 2002, p.4)

A forma como as minorias étnicas defendem a sua identidade perante a sociedade maioritária que a pretende assimilar é definida pelo termo de “aculturação antagonista”, conceito desenvolvido por Georges Devereux, citado por Ma-

chaqueiro (2002) que pretende salientar a resistência cultural das etnias, perante o “esmagamento identitário” da maioria. Os ciganos desenvolveram ainda outras formas de resistência à aculturação e assimilação das sociedades maioritárias, nomeadamente “A resistência à literacia é ainda uma forma de resistência à aculturação sendo por isso, de certa forma, incentivada e valorizada no seio da família de etnia cigana” (Shunear. 1992, citado por Teixeira, 2009, p.16).

Mas nem sempre a relação entre culturas é necessariamente de resistência e conflito, há situações diferenciadas. As pessoas ciganas não são todas iguais e não podem ser consideradas de forma homogênea. Apesar de menos visíveis do ponto de vista social há pessoas ciganas escolarizadas e com exercício de profissões diferentes das tradicionalmente imputadas aos ciganos (Magano, 2010). Na sua tese de doutoramento, Magano (2010) estudou ciganos integrados no mercado de trabalho, entrevistou homens e mulheres que desempenham várias profissões, desde altamente qualificadas até menos qualificadas, mas em que se demonstra que é possível estar integrado e continuar a ser cigano.

Na mesma linha, Vicente e Aires (2016) com o trabalho “Singular do Plural” divulgam 20 pessoas ciganas que têm as mais diversas profissões e cargos, desmistificando, com casos reais de sucesso, a integração das pessoas ciganas, social e politicamente na sociedade maioritária.

O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes et al., 2014) revela a existência de mudanças sociais nos hábitos das pessoas ciganas, nomeadamente um maior interesse pela escola e pelo cumprimento da escolaridade obrigatória, assim como uma maior frequência de creches e jardins-de-infância.

Durante séculos não foi muito sentida a necessidade de saber ler e escrever por parte dos ciganos, mas hoje sente-se a necessidade de maiores competências pessoais passando a ser um imperativo saber ler e escrever e o desenvolvimento de competências que os preparem para o mundo digital em que vivemos. Apesar da generalização aqui referida, assinalamos que muitas pessoas ciganas têm formação e profissões nas mais diversas áreas da sociedade, desde funcionários hospitalares até membros do governo.

O referido ENCC (Mendes et al., 2014) revela ainda que os resultados obtidos a nível nacional relativos à escolaridade mostram que 15,5% da população cigana é analfabeta, 30% não têm o 1º ciclo completo, ou nunca frequentaram a escola, 39% completaram apenas o ensino básico, 2,5% completou o ensino secundário, 0,2% cursos técnicos e 0,1% licenciatura.

Diversas políticas sociais têm sido aplicadas em Portugal no sentido de aumentar o nível de escolaridade das populações mais desfavorecidas. Apesar dessas políticas sociais, relativamente à educação, persistem ainda diferenças muito acentuadas entre ciganos e não ciganos.

os programas de Educação Multicultural e Intercultural; os Territórios de Educação de Intervenção Prioritária, bem como, o Programa Novas Oportunidades e o Programa Escolhas, dirigidos à escolarização e formação profissional. Estes últimos

programas referidos, ainda que os resultados sejam pouco conhecidos, têm contribuído para a elevação dos níveis de escolarização de algumas pessoas ciganas, nomeadamente mulheres (Magano, 2010, 2014; Magano e Mendes, 2014, Mendes e Magano, 2014). (Mendes et al., 2014, pp.14-15).

Apesar desta situação, e tendo em conta que a legislação Portuguesa<sup>19</sup> considerar a escolaridade obrigatória até aos 18 anos, poucos são os que vão para além do 9º ano. No entanto para Mendes et al. (2014) “Passou-se de uma situação de analfabetismo ou abandono da escola no 1º ciclo para o patamar da frequência e conclusão do 2º ciclo.” (p.92).

Mesmo existindo atualmente uma melhor perspetiva do aumento da escolaridade, na sociedade informacional onde vivemos, não é ainda suficiente para possuir “habilidade de sobrevivência na era digital” (Eshet-Alkalai, 2004, p.102).

Para Magano (2017) na sociedade da informação “novos desafios são colocados às pessoas de origem cigana uma vez que ainda se encontram, na maior parte das vezes, distanciados da escolarização e do acesso aos digitais, essenciais para as comunicações atuais em rede” (p.171).

Apesar da baixa escolaridade vários estudos apontam nitidamente a abertura e o interesse de crianças, jovens e adultos pelas TIC, no entanto os baixos níveis de escolaridade e literacia, associados a baixos níveis de competências profissionais, condicionam estas pessoas no acesso ao mundo digital global da sociedade em rede em que vivemos.

.....

19 Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto

**PARTE II – Metodologia, Objeto de Estudo e Território de investigação:**  
UM CONCELHO NO DISTRITO DE ÉVORA

## **5 - Objeto de estudo: ciganos e literacia digital**

O objeto de estudo da nossa dissertação são as pessoas ciganas e a sua relação com a literacia digital, mais objetivamente os residentes na Freguesia onde foi realizada a investigação, ou seja, os ciganos residentes na sede do Concelho, na Aldeia Verde e na Aldeia Azul. A maior parte dos residentes ciganos vivem no Bairro Uma Só Cor<sup>20</sup>, situado no limite exterior da cidade, junto à uma zona industrial. Este bairro foi criado em 2003 para alojar as pessoas ciganas que viviam em acampamentos em várias zonas da cidade.

A população alvo do nosso estudo é constituída pelas crianças de 8 anos ou mais até aos adultos, sem limite de idade. Optou-se pela aplicação do inquérito a crianças atendendo à predisposição para o uso de ferramentas digitais desde idades muito precoces, sendo a sua participação sempre feita com o consentimento e presença dos progenitores.

Neste capítulo descrevemos os objetivos e questões de investigação, o território da investigação, assim como as metodologias que seguimos na recolha e tratamento dos dados.

### **5.1. Objetivos e questões de investigação**

Conscientes da ausência de dados relativos aos ciganos residentes no território, este estudo tem por objetivos contribuir para caracterizar as pessoas ciganas em várias dimensões, no que se refere à escolaridade, emprego, habitação, etc. e conhecer, em particular, como lidam com as tecnologias de informação. O estudo tem também como objetivos, proporcionar aos espaços Internet do concelho onde foi realizada a investigação, informação relevante que lhes permita melhor adequar as suas ações em relação aos utilizadores de origem cigana. Dar também a conhecer o estudo sobre a realidade da literacia digital das pessoas ciganas, a entidades locais e organismos públicos no sentido de melhorar o acesso destas pessoas às tecnologias de informação, à inclusão digital e, por consequência, à inclusão social.

A questão principal que gostaríamos de ver esclarecida neste estudo é saber como é que as pessoas ciganas residentes no concelho onde realizámos a investigação lidam com as tecnologias de informação, tendo em conta os baixos níveis de escolaridade com que frequentemente os ciganos são caracterizados. Para Quivy & Campenhoudt (1992) resumir um projeto de investigação através de uma pergunta de partida é possível se a questão for colocada corretamente e reunir as seguintes qualidades: clareza - deve ser precisa, sucinta e unívoca; exequível - ser realista; pertinente - ser uma verdadeira pergunta e possuir intenção de entendimento dos fenómenos estudados. Para além da pergunta principal muitas outras se levantam: qual a perceção que estas pessoas têm sobre as tecnologias de informação? Os

.....

ciganos consideram importante saber usar as tecnologias de informação? Consideram que as crianças terão um melhor futuro se dominarem estas tecnologias? Usam Smartphones? Como utilizam estes equipamentos? Usam-nos apenas para comunicação de voz ou para acesso à Internet? Têm computadores? Como usam estas tecnologias? Como e onde acedem à internet e com que meios? Como utilizam a internet? Há diferenciação no que respeita a género e a grupos etários?

O conceito de tecnologias de informação remete para os recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação, nomeadamente a capacidade de tratar dados e informação em meios informáticos. Trata-se de um conceito que tem significados mais ou menos abrangentes, Castells (1999), considera que “Entre as tecnologias da informação incluo, como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrónica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/ radiodifusão, e optoelectrónica.” (Castells, 1999, p.67).

No sentido de conhecermos as pessoas que são o grupo de estudo da presente dissertação contactámos os serviços de ação social do Município a fim de nos fornecerem informação que nos permitisse melhor conhecer as pessoas ciganas residentes no Concelho, nomeadamente quantas pessoas são aproximadamente e também informação sobre os locais de residência. Obtivemos a informação da existência de uma pessoa cigana que, de certa forma, exerce o papel de mediador com o Município, e que veio a ser uma preciosa ajuda na nossa aproximação à população cigana, para estabelecer a confiança necessária para a realização dos questionários.

Definido o tema e a formulação da pergunta de partida, ou seja, saber como é que as pessoas ciganas do nosso grupo de estudo lidam com as tecnologias de informação, passámos ao desenvolvimento da hipótese. A hipótese é uma resposta plausível e provisória para o problema da pesquisa que pode ou não ser verificado. Desta forma, consideramos a hipótese: as pessoas ciganas do nosso grupo de estudo têm perceção positiva das tecnologias de informação, mas por constrangimentos económicos e sociais não podem aceder a computadores e internet.

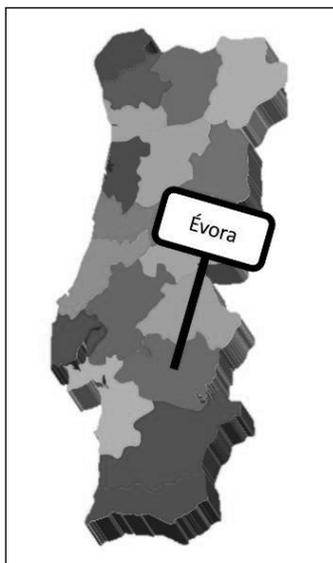
Neste sentido procuraremos através da metodologia que em seguida se delineia, dar resposta à veracidade ou não da hipótese formulada. À semelhança do que acontece no resto do país ninguém sabe concretamente quantas pessoas ciganas existem, como tal, partimos para a nossa investigação tendo no nosso horizonte um número aproximado de um total de 190 pessoas. Aplicámos o nosso questionário a crianças a partir dos 8 anos, e a adultos sem limite de idade. O período temporal em que foi aplicado o inquérito foi em setembro e outubro de 2017, nas povoações da freguesia sede de Concelho.

### **5.1.1. O território em estudo: Um concelho do distrito de Évora**

O concelho onde realizámos a nossa investigação localiza-se na Região do Alentejo (NUT II), mais concretamente no Alentejo Central (NUT III), e integra o distrito de Évora.

O concelho, em termos territoriais, ocupa cerca de 500 Km<sup>2</sup> e apresenta uma densidade populacional de 23,47 hab/Km<sup>2</sup>, sendo a sua população composta por cerca de 10800 habitantes.

**Figura 7 - Localização do Distrito de Évora**



Em 2014, a população ativa em era superior à população inativa, existindo mais 146 habitantes ativos, quando comparados aos inativos.

**Tabela 2 - População residente ativa e inativa**

Unidade geográfica	Ativos			Inativos		
	Total (HM)	H	M	Total (HM)	H	M
Concelho estudado	4716	2565	2151	4570	1882	2688
Alentejo Central	76567	39975	36592	68066	28757	39309
Portugal	5023367	2603574	2419793	3966482	1639027	2327455

Fonte: INE, 2014 na Carta Educativa

O maior número de empresas integra o setor terciário com 53,95%, seguindo-se o primário com 32,45%.

**Tabela 3 - Número de Empresas por setor de atividade, 2012**

2012	Total	Primário	Secundário	Terciário
Nº Empresas	1353	439	184	730
%	100%	32,45%	13,60%	53,95%

Fonte: Carta Educativa (modificada)

No que respeita ao setor empresarial, no concelho onde foi realizada a investigação verifica-se a existência de 1492 empresas, estando a maioria delas integradas do ramo de atividade A (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), sendo que na Sub-Região Alentejo Central também se verifica que a maioria se centra no mesmo ramo de atividade.

Segundo os dados mais recentes, a área cadastrada de vinha ocupa uma área muito significativa. Estes valores mostram o peso que a viticultura e a produção vitivinícola assumem no concelho e na sua dinamização, quer no que diz respeito às atividades do setor primário, bem como às do setor secundário, como a indústria de transformação, ao qual se associam todas as atividades do setor terciário com a sua comercialização e serviços associados.

No que respeita aos aspetos demográficos, o concelho onde foi realizada a investigação, à semelhança a muitos outros nesta região sofreu um decréscimo entre os anos 2001 e 2011.

A estrutura etária do concelho acompanha a tendência nacional de envelhecimento, uma vez que a população está envelhecida devido à diminuição da população jovem e ao aumento da parcela correspondente à população idosa.

**Tabela 4 - Saldo fisiológico**

<b>Indicadores demográficos</b>	<b>Reguengos de Monsaraz</b>
Taxa bruta de natalidade (%)	7%
Taxa bruta de mortalidade (%)	11,7%
<b>Saldo fisiológico</b>	<b>-4,7%</b>

Fonte: Carta Educativa

O surgimento de unidades de enoturismo e olivoturismo, bem como a proliferação de diversos agentes turísticos que promovem visitas guiadas a produtores regionais, associado à gastronomia da região, como por exemplo, a degustação de produtos regionais, estimulam a preservação das atividades agropecuárias, relacionadas com as principais atividades que dinamizam consideravelmente os aspetos económico-social do concelho. No âmbito da modernização administrativa, o município proporciona a submissão de pedidos por via *online* e disponibiliza ainda o Balcão Único Municipal a todos os munícipes (particulares e empresas) residentes de forma permanente ou sazonal no concelho, um serviço personalizado e de proximidade de qualidade, que aposta na simplificação, rapidez e modernização ao serviço da comunidade. Existem atualmente no Município vários Espaços Internet localizados em várias localidades do Concelho. Estes espaços oferecem aos seus utentes a utilização de computadores e impressoras, assim como o acesso gratuito à internet. Para além dos meios tecnológicos, os Espaços Internet proporcionam, através dos seus monitores, apoio técnico aos utilizadores na utilização dos equipamentos informáticos e navegação na internet. Se solicitado, ajudam na pesquisa para a realização de trabalhos escolares. São realizadas ao longo do ano várias

iniciativas, chamando a atenção dos utilizadores para as questões da segurança informática de dados e navegação na internet de forma segura.

No âmbito da transição de Portugal para uma sociedade informacional, os municípios do Distrito de Évora associam-se no sentido da elaboração de um projeto que os dotasse de infraestruturas tecnológicas que os preparasse para o futuro. Nesse âmbito foi desenvolvido o projeto Évora Distrito Digital, que dotou a cidade de ligações em fibra ótica entre os vários edifícios do município, constituindo assim redes de fibra ótica municipais. Este Município entendeu esta oportunidade como crucial ao seu desenvolvimento, tendo ligado todos os seus edifícios em rede. Com o sucesso alcançado e no sentido que a noção de “rede” fosse ainda mais abrangente, foi construída uma rede distrital de fibra ótica, ligando todas as sedes de concelho, juntaram-se ainda à rede a Universidade de Évora e a Comissão de Coordenação da Região Alentejo, constituindo assim uma rede comunitária de fibra ótica. Através desta rede distrital foi instalado um sistema VOIP (Voice over Internet Protocol), que permite a comunicação de voz entre todos os pontos e nós da rede; partilha de um único acesso à internet; serviços de *cloud computing*; plataformas de serviços partilhados.

## **5.2. Opções e estratégias: metodologia mista**

A população cigana do Município encontra-se distribuída essencialmente em quatro grupos: Um grupo, que constitui a maioria e vive num aglomerado, denominado Bairro Uma Só Cor; outro grupo de indivíduos reside na sede do Concelho em vários locais; Outro grupo de pessoas vive na povoação A e ainda outro grupo vive na povoação B. Todos os locais pertencem à freguesia do Concelho onde foi realizada a investigação.

Este projeto de investigação enquadra-se, seguindo a perspetiva de Hill e Hill (2008) “Numa investigação aplicável pretende-se descobrir factos novos (dados empíricos) que sejam capazes de resolver problemas práticos no curto prazo” (p.20). De acordo com Carlos Gil (2002), os tipos de pesquisa podem ser classificados em relação aos seus objetivos em pesquisa exploratória; pesquisa descritiva e pesquisa explicativa.

O enquadramento teórico conceptual do tema que pretendemos investigar, parece enquadrar-se na tipologia da pesquisa exploratória e descritiva. As pesquisas exploratórias são aplicadas quando não existe conhecimento disponível sobre a problemática que vai estudar “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (Gil, 2002, p.41). Para Carmo e Ferreira, (2008) os “Estudos exploratórios cujo objetivo é, como o seu nome indica, proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade” (p.49). Ainda para Marconi e Lakatos (2003), “estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenómeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (p.188).

A pesquisa descritiva caracteriza-se por estudar a situação atual do objeto de investigação. Para Carmo e Ferreira (2008), os dados neste tipo de investigação, podem ser recolhidos através de questionários, de entrevistas ou recorrendo à observação da situação real. Os autores referem ainda que os dados recolhidos podem ser relativos a atitudes, opiniões, dados demográficos, condições e procedimentos. Para Gil (2002) a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição da caracterização de uma população e estudar as características de um grupo.

O nosso projeto de investigação, quanto aos procedimentos técnicos insere-se no método do estudo de caso, tendo como unidade de análise as pessoas ciganas residentes na freguesia e Concelho onde foi realizada a investigação, sendo o Bairro Uma Só Cor o local de maior concentração de residentes exclusivamente ciganos. O estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2002, p.42). Yin (2001) considera que atualmente o estudo de caso é o “(...) mais adequado para fenómenos contemporâneos dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente percebidos.” (Yin, 2001 citado por Gil, 2002, p.54). O estudo de caso é também o método preferencial “quando se quer responder a questões de “como” ou “porquê”” (Yin, 1998, citado por Carmo & Ferreira, 2008, p.234). Para os autores referidos, nos estudos de caso, podem ser utilizadas diversas técnicas de recolha de dados, como: a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário.

Para a nossa investigação utilizámos mais que uma técnica de recolha de dados, tendo em vista recolher dados, mediante procedimentos diversos para garantir a qualidade dos resultados obtidos (Gil, 2002, p.140). Com esse objetivo, considerámos que seria profícua a utilização conjunta de metodologias quantitativa e qualitativa.

Assim, na investigação que levámos a efeito procedemos à aplicação de um inquérito por questionário a 98 pessoas ciganas, realizámos 4 entrevistas semiestruturadas: 2 monitores dos Espaços Internet; 1 monitor do CID e uma professora do ensino básico. Procedemos também à análise documental das atas da Câmara Municipal, efetuámos pedidos de dados estatísticos a diversas entidades e praticámos a observação direta no decorrer do trabalho de campo. Atendendo a que temos acesso aos espaços internet do Concelho e ao Centro de Inclusão Digital do programa Escolhas, visitámos várias vezes esses locais para estabelecer contacto com os monitores dos espaços internet e CID e utilizadores ciganos, no sentido de estabelecer conhecimentos pessoais que permitissem no terreno, uma aproximação à população em estudo. Os pedidos de dados a entidades foram dirigidos à Câmara Municipal, ao Agrupamento de Escolas, Programa Escolhas local e revista Marktest, que responderam positivamente e forneceram os dados solicitados. Ao IIEFP foi enviado email com solicitação de colaboração, mas não nos foi dada qualquer resposta.

### 5.2.1. Metodologia Quantitativa – Inquérito por questionário a Ciganos residentes no Concelho

August Comte, pai do positivismo e da Sociologia considerava que todas as explicações sobre o mundo social seriam obtidas pela observação sistemática, pela colocação de hipóteses e formulação de leis universais, tal como o método científico era aplicado às outras ciências. Para Gil (2002) “(...) as ciências sociais, fundamentadas na perspetiva positivista, supõem que os fatos humanos são semelhantes aos da natureza, observados sem ideias preconcebidas, submetidos à experimentação, expressos em termos quantitativos e explicados segundo leis gerais” (p.4). A metodologia quantitativa deriva, pois, do positivismo, quando procura factos ou causas de um fenómeno. A utilização de medição, quantificação e objetividade é, pois, procurar um mundo positivo nas sociedades humanas. Um inquérito em ciências sociais é um termo usado “(...) de uma forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados suscetíveis de poderem ser comparados.” (Carmo & Ferreira, 2008, p.139). Para recolher a informação dos elementos do grupo em estudo, sobre a forma como lidam e usam as tecnologias de informação, procedemos a um inquérito por questionário aos residentes no Bairro Uma Só Cor, e em outros aglomerados da freguesia onde realizamos a investigação. O questionário foi aplicado aos residentes a partir dos 8 anos de idade<sup>21</sup>, até aos adultos sem limite de idade. A aplicação do questionário aos menores foi sempre feita com o consentimento e presença dos progenitores. Foram seguidos todos os pressupostos éticos e de consentimento informado sendo que não identificámos pessoalmente nenhum dos inquiridos e foi explicado o objetivo da investigação.

Tendo em conta a existência de pessoas ciganas analfabetas ou com pouca literacia, optámos por aplicar o questionário diretamente a todos os inquiridos, lendo e explicando as perguntas e anotando as respostas dadas.

As dificuldades de aproximação a pessoas ciganas são referenciadas por vários investigadores (por exemplo, Mendes et al., 2014). Ciente dessa dificuldade, para a nossa apresentação às pessoas ciganas e a explicação do objetivo do estudo, pudemos contar com a ajuda de uma pessoa cigana respeitada no Bairro Uma Só Cor. Esta pessoa faz algum trabalho de mediação entre o Município e as pessoas ciganas, nomeadamente comunica à Câmara Municipal algumas necessidades ou problemas que surjam no bairro. Embora esta pessoa não exerça formalmente o papel de mediador, é ele o elo de ligação entre os habitantes do Bairro Uma Só Cor e a Câmara Municipal. Para o contacto inicial solicitámos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o referido “mediador”, com o objetivo de fazer a minha apresentação e a explicação dos objetivos da investigação. A

.....

21 Consideramos ser a partir dos 8 anos de idade que as crianças que se encontram no meio escolar e inseridas em programas extracurriculares já tenham contacto com as tecnologias de informação e também pela predisposição para o uso de ferramentas digitais desde idades muito precoces.

disponibilidade do “mediador” foi total, tendo ficado agendada a minha primeira visita ao bairro, que decorreu de forma pacífica e cordial. Fui apresentado a outros residentes tendo todo o trabalho de campo decorrido sem problemas. Para o tipo de investigação que levámos a efeito, por não existir informação disponível e pela dimensão da população residente não ser muito elevada optámos pela aplicação do inquérito à totalidade dos indivíduos, não sendo necessário estabelecer uma amostra do universo.

Hill e Hill (2008) indicam-nos que “É fácil elaborar um questionário, mas não é fácil elaborar um bom questionário. Por outras palavras, não é fácil escrever um questionário que forneça dados que permitam testar adequadamente as hipóteses da investigação.” (p.83). O questionário foi elaborado com o objetivo das respostas nos permitirem verificar a hipótese formulada.

Quivy e Campenhoudt (1992), em relação à forma como o questionário é respondido, fazem a distinção entre os questionários respondidos pelos próprios inquiridos, o que assume a designação de questionários de administração direta. Quando é o investigador a preencher as respostas dadas pelos inquiridos, é definido por questionários de administração indireta. Este método permite colmatar algumas das desvantagens do inquérito por questionário nomeadamente o elevado número de questionários não respondidos, assim como, muitas vezes “as perguntas são muitas vezes mal interpretadas e o número de respostas é geralmente demasiado fraco” (Quivy & Campenhoudt, 1992, pp.188-189).

A aplicação de questionário por administração indireta, ou seja, através do inquérito preenchido diretamente pelo inquiridor, pareceu-nos a opção mais adequada para a recolha de dados junto da população cigana. Esta opção tem como principal vantagem poder incluir no estudo vários segmentos da população nomeadamente as pessoas que não sabem ler. Para além da vantagem referida, este método de recolha de dados permite a interação com os inquiridos, possibilitando ao investigador explicar os objetivos da investigação e elucidar as dúvidas suscitadas pelas perguntas. Outro aspeto a considerar é certamente o contacto com a realidade que se pretende conhecer que resulta da interação entre investigador e inquiridos. Esta interação, apesar de breve permitiu uma “observação não participante”<sup>22</sup> que, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1992), resultará na:

A apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem.

A recolha de um material de análise não suscitado pelo investigador e, portanto, relativamente espontâneo.

.....

22 Os métodos de observação não participante têm “o seu único ponto comum o facto de o investigador não participar na vida do grupo, que, portanto, observa «do exterior». A observação tanto pode ser de longa como de curta duração, feita à revelia ou com o acordo das pessoas em questão” (Quivy, R. & Campenhoudt, L. V..1998, p.198).

A autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos. É mais fácil mentir com a boca do que com o corpo. (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.199).

Para a construção do instrumento de recolha de dados, realizámos pesquisas sobre estudos realizados não tendo encontrado questionários que incluíssem questões sobre literacia digital que pudessem ser aplicados ao nosso estudo, o que nos levou à necessidade da construção de um questionário ajustado aos objetivos desta investigação.

Nesse processo de construção, devem ser tomadas em consideração as características da população em estudo, tal como Hill e Hill (2008), recomendam: “Quando estamos a escrever as perguntas de um questionário devemos pensar cuidadosamente em quem vai responder ao questionário pois as perguntas devem ser escritas de uma maneira adequada as suas (prováveis) habilitações literárias e ao vocabulário dos respondentes.” (p.96). Os autores recomendam ainda que o significado das perguntas deve ser claro e ser tomado em conta que: “Clareza está inversamente relacionada com a extensão de uma pergunta. Quanto mais “literárias” e sofisticadas forem as palavras de uma pergunta menos claro é o seu significado. São muitas as pessoas que têm vocabulários e habilitações literárias restritos.” (p.95).

No questionário que elaborámos, optámos maioritariamente por perguntas fechadas, ou seja, aos inquiridos é proposta uma resposta previamente elencada pelo investigador. No entanto em algumas situações é deixada a possibilidade de respostas abertas, com a opção de “outra” resposta que não as apresentadas. Assim, o questionário é misto, no que se refere à conjugação de perguntas fechadas e semiabertas. O questionário contém também algumas questões com escala de medição de atitudes. Para este efeito optámos pela escala de Rensis Likert, proposta inicialmente em 1932, sendo uma das escalas para medição de atitudes mais utilizada em questionários. Estas escalas, de acordo com Carmo e Ferreira (2008) “[...] consistem na apresentação de uma série de proposições, devendo o inquirido, em relação a cada uma delas, indicar uma de cinco posições: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente.” ( p.160).

As escalas do tipo Likert podem ser usadas para medir uma variável latente. Uma variável latente que pode ser construída a partir da resposta dada num questionário e de acordo com Hill & Hill, (2008) esta variável é constituída por outras variáveis que se designam por variáveis componentes.

O questionário construído teve como foco principal conhecer o nível de literacia digital das pessoas ciganas residentes na freguesia onde foi realizada a investigação (consultar anexo 1). Encontra-se dividido em duas partes: na parte 1 encontram-se questões que têm por objetivo recolher informação que permita caracterizar o inquirido em vários aspetos sociodemográficos e a sua vida em sociedade; na parte 2, procurámos aferir a literacia digital das pessoas ciganas e as suas relações com as tecnologias de informação.

Explicitando mais em pormenor, na parte 1 incluímos questões sobre várias dimensões para caracterizar as pessoas ciganas nos aspetos pessoais e profissionais, compreender o contexto da vida quotidiana nos seus aspetos básicos para que fosse perceptível a forma como essas pessoas vivem e perceber esse contexto na relação com as tecnologias de informação. Para isso procurámos conhecer a situação dos inquiridos face aos alojamentos onde vivem e as respetivas condições habitacionais, assim como alguns aspetos relativos à saúde e à educação. No que se refere à educação procurámos aferir a situação dos adultos e crianças relativamente à frequência escolar e o nível de ensino atingido. Por último, nesta parte do questionário procurámos, ainda que de forma ténue, aferir o tipo de participação cívica das pessoas ciganas, a perceção de discriminação e a sua participação nos atos eleitorais. Com o intuito de possibilitar a comparação de dados locais com dados nacionais para esta parte do questionário, utilizámos algumas das questões (adaptadas) usadas no inquérito nacional a pessoas ciganas, instrumento usado no âmbito do “Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas” (2014).<sup>23</sup>

Resumimos na tabela 5 a parte 1 do questionário.

**Tabela 5 - Parte 1 do questionário**

Parte 1 - caraterização social	
Grupo de perguntas	O que procuramos saber
1- Características pessoais	Grupo de perguntas que procura aferir informações relacionadas com o género, idade, estado civil, nº de filhos, naturalidade, ascendência.
2- Mercado de Trabalho	Grupo de questões que procura aferir a situação face ao emprego, ao IIEFP, apoio social, venda ambulante.
3- Alojamento e condições habitacionais	Grupo de questões que procura aferir o tipo de alojamento, existência de infraestruturas, problemas, equipamentos essenciais.
4- Saúde	Grupo de questões que procura aferir se tem médico de família, com que frequência, vacinação.
5 -Educação	Grupo de questões que procura aferir a situação perante a escola, que nível, se gosta, absentismo.
6 -Vida em sociedade	Grupo de questões que procura aferir a perceção sobre discriminação e participação eleitoral.

.....  
 23 Os objetivos da investigação foram a obtenção do retrato social sobre a situação económica, social, e cultural das comunidades ciganas, que resultassem numa visão global, facilitadora que pudesse promover políticas públicas adequadas. Este estudo apresenta e discute os resultados obtidos através de 1599 inquéritos por questionário aplicados a pessoas de etnia cigana no território português.

A parte 2 do nosso questionário é, na realidade, o foco principal do nosso estudo, pois a nossa dissertação tem como objetivo, dar respostas à pergunta de partida, ou seja, conhecer como as pessoas ciganas lidam com as tecnologias de informação, de acordo com os conceitos de literacia(s) digital.

É sob um conceito alargado de literacia digital esquematizado na figura 3 que procurámos operacionalizar essa conceitualização teórica (de acordo com as propostas de Gilster, 1997 e Ala-Mutka, 2011) traduzindo-se em perguntas que pudessem aferir a “literacia digital” das pessoas ciganas residentes no concelho onde realizamos a investigação, nas diversas dimensões desse conceito. Procurámos, pois, respostas que pudessem refletir opiniões, atitudes, emoções, comportamentos ou conhecimentos dos inquiridos nas diversas dimensões do problema em estudo.

Assim, a parte 2 do questionário inicia-se com o grupo de perguntas “acesso a equipamentos”, em que se pretende saber quem tem e como usam equipamentos como os telemóveis, *smartphones* e computadores, assim como onde acedem e os tempos de utilização. Procurámos aferir também o conhecimento de palavras habitualmente usadas em meios digitais. Este grupo de perguntas procura conhecer o que Ala-Mutka (2011) designa por ICT literacy (literacia em TIC). Representa o conceito mais restrito e refere-se ao conhecimento técnico, como a utilização de computadores e aplicações de *software*, nomeadamente o processamento de texto, bases de dados, folhas de cálculo, etc. juntamente com algumas competências gerais em tecnologias de informação, como gravar, copiar e apagar ficheiros em discos e fazer impressões.

O grupo de questões “Acesso e utilização da internet” procura conhecer opiniões, atitudes, emoções e comportamento face à internet e à utilização das tecnologias de informação. Procurámos saber onde, como e o que fazem na internet os nossos inquiridos. Este grupo de perguntas, de acordo com a referência teórica que seguimos, vem situar-se no que se designa por “Literacia da Internet”, acrescenta a capacidade de agir em ambientes em rede na web, ou seja a capacidade de utilizar a internet, reconhecendo na *world web wide* capacidade de realização de diversas tarefas, que incluem competências para localizar informação na internet, selecionar e avaliar informações para objetivos definidos. Estes núcleos centrais de conhecer a tecnologia e a comunicação em rede são para Martin (2005) citado por Santos, Azevedo e Pedro (2015), as condições prévias para se caminhar para a literacia digital.

O grupo de questões agrupadas em “Outras literacias” pretende verificar a existência de outras competências que nos possam remeter para a existência de literacia informacional e literacia dos média e ainda aferir a consciencialização dos cuidados a ter em matéria de segurança informática. Assim, no subgrupo “literacia informacional” temos como objetivo aferir a confiabilidade da informação, que meios utilizar para a realização de um trabalho e meios para divulgar ou difundir informação. No subgrupo “literacia mediática” procurámos saber o grau de utilização dos “média” disponíveis aos inquiridos. As questões seguintes referem-se

à utilização das capacidades multimédia dos equipamentos para a realização de fotos e vídeos e a capacidade de utilizar esses meios transformando-os, acrescentando-lhe valorização e transformação servindo um propósito ou uma causa. A Comissão Europeia estabelece algumas recomendações relativas à literacia dos media (20 de agosto de 2009) definindo o próprio termo: “Literacia mediática é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos.” (Comissão das Comunidades Europeias, 2009, p.10). Esta Comissão recomenda ainda aos Estados-membro que “aumentem os seus esforços de sensibilização para o património audiovisual nacional e europeu através de campanhas nacionais de sensibilização destinadas aos cidadãos” (p.11).

Por último, o subgrupo “segurança da informação” tem como objetivo aferir atitudes face a problemas objetivos de segurança informática. O tema da segurança é um tema cada vez mais importante na sociedade contemporânea na medida em que a sociedade se encontra cada vez mais “digital” e muitos criminosos<sup>24</sup> passaram a usar os meios digitais para concretizar os mais diversos crimes, como o roubo da entidade digital para os mais diversos fins, o desvio de depósitos bancários, a chantagem por diversas formas, a destruição de dados, são apenas alguns dos crimes que ocorrem diariamente no mundo digital. Esta realidade pode ser combatida com a adoção de medidas ativas de proteção, o que constitui uma utilização reflexiva do uso do digital e uma atitude crítica necessária a todas as ações que são efetuadas no ciber mundo, nomeadamente os cuidados (extremos) necessários para lidar com o cibercrime.

Os subgrupos “literacia informacional” e “literacia mediática” contêm perguntas relativas a essas “literacias”, ou seja, sobre informação e sobre capacidades de interpretar, usar e criar meios de comunicação.

As perguntas do questionário correspondentes à parte 2 encontram-se resumidas na tabela 6:

Terminada a 1ª etapa da construção do questionário passámos então à fase de pré-teste. O pré teste consiste em aplicar o questionário a algumas pessoas com características semelhantes à população a inquirir, por forma a verificar a aplicabilidade do questionário, assim como verificar se cumpre os objetivos para que foi construído. Diversos autores consideram a fase do teste ao questionário de suma importância para o seu sucesso. Para Carmo e Ferreira (2008) o pré-teste deve servir para: verificar se todas as questões são perceptíveis aos inquiridos; as alternativas de perguntas cobrem as respostas possíveis; verificar a existência de perguntas inadequadas ou que causem constrangimento ao respondente (Hill & Hill, 2008; Quivy & Campenhoudt, 1992).

.....

24 Cibercrime são atos ilícitos praticados através das redes de comunicação eletrónica, sistemas de informação ou equipamentos informáticos. Lei n.º 109/2009 de 15 de set (www.pgdlisboa.pt/leis/lei\_mostra\_articulado.php?nid=1137&tabela=leis)

**Tabela 6 - Parte II do questionário**

Parte 2 - Relação com as tecnologias	
Grupo de perguntas	O que procuramos saber
7-Acesso a equipamentos	Grupo de perguntas que procura aferir informações relacionadas com a posse e utilização de equipamentos tecnológicos
8-Acesso e utilização da internet	Grupo de questões que procura aferir o acesso e a utilização da internet
Outras literacias	Grupo de questões relacionadas com outras dimensões da literacia digital
9 - Literacia informacional	Grupo de questões que procura aferir a presença de uma sentido de literacia da informação relação com procura e cuidados com a informação
10 - Literacia mediática	Grupo de questões que procura aferir a presença da utilização dos média e a possível produção e transformação de conteúdos
11 - Segurança nas tecnologias de informação	Grupo de questões que procura aferir a percepção sobre segurança informática, trata-se de uma competência fundamental.

Convictos da necessidade da realização do pré-teste, e com o objetivo de verificar a relevância, clareza e compreensão das perguntas utilizadas no questionário realizamos 2 questionários na fase de pré-teste no CID do programa Escolhas, onde estabelecemos contacto com 2 pessoas ciganas que acederam à realização dos questionários. Após termos explicado os objetivos da investigação, assim como a confidencialidade dos dados recolhidos, passámos ao preenchimento do questionário. Verificámos que o tempo necessário ao preenchimento do questionário foi de cerca de 35 minutos, constatámos a necessidade de explicar as perguntas para que ficassem claras para os inquiridos, sendo necessária a certificação dessa compreensão e isso levou à reformulação da redação de algumas perguntas. Com a aplicação do pré-teste consciencializámo-nos da necessidade, no terreno, de proceder à explicitação das perguntas para que se tornassem claras para os inquiridos.

### **5.2.2. Metodologia Qualitativa – Entrevistas a informadores privilegiados**

A metodologia qualitativa privilegia a análise e as operações que não impliquem quantificação e medida, dando ênfase ao processo de investigação e adequa-se à complexidade do social valorizando a sensibilidade do investigador. “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida.” (Flick, 2009, p.20).

As perguntas da entrevista podem ser não estruturadas ou semiestruturadas. Quanto ao tipo de entrevista, fazemos referência à tipologia de Grawitz (1993) citado por Carmo e Ferreira, (2008) que classifica as entrevistas de acordo com o grau de liberdade concedida ao entrevistado e o grau de profundidade da informação obtida.

Tendo por objetivo conhecer como se processa a relação direta dos inquiridos com as TIC nos Espaços Internet e nas escolas, realizámos 4 entrevistas semiestruturadas: duas entrevistas a dois monitores dos Espaços Internet; uma a um monitor do CID e uma entrevista a uma professora do Agrupamento de Escolas, com o objetivo de conhecer a perceção destes profissionais sobre a situação de literacia digital dos ciganos residentes no Concelho onde foi realizada a investigação, tendo por base de sustentação os principais resultados obtidos através do inquérito por questionário aplicado aos ciganos. Com as entrevistas pretendemos aprofundar o conhecimento quanto às formas de utilização dos Espaços Internet por parte de ciganos, nomeadamente no que se refere à utilização dos equipamentos e da internet.

As entrevistas semiestruturadas realizaram-se de acordo com um guião de entrevista (anexo 2). No guião foram pré-definidos temas e categorias e um conjunto de questões que são um caminho norteador, o que não impede que no decorrer da entrevista não possam ser colocadas questões que melhor conduzam a entrevista, no sentido de obter informação relevante para a investigação, ou ainda, melhor esclarecer ou ajudar o entrevistado a centrar a sua objetividade no tema (Flick, 2009)

Desta forma, partimos para a construção do guião de entrevista estabelecendo prioristicamente os temas e as categorias de análise, tendo em mente e como referencial teórico a análise de conteúdos de Bardin (2009).

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. (...) classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. (Bardin, 2009, pp.117 e 118).

Para Bardin (2009) as categorias surgem emanando do texto pela leitura, análise e classificação do investigador, ou podem ser definidas previamente.

Os temas que propomos para o guião das entrevistas situam-se como “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” (Bardin, 2009, p.105). Os temas e categorias foram definidos de acordo com a estrutura aplicada ao inquérito por questionário, tendo em consideração que os objetivos das entrevistas a realizar pretendem a verificação ou confirmação dos resultados obtidos pelos referidos questionários.

O guião de entrevista (no anexo 2) foi dividido em quatro temas: 1) modos de vida; 2) educação; 3) acesso a computadores e internet 4) literacias digitais. Temas que pretendem aprofundar as questões levantadas no inquérito por questionário já aplicado. No tema “modos de vida” criámos a categoria “condições sociais” e centrámos as perguntas relativas às condições de vivência das pessoas ciganas, em que pretendemos saber qual é a perceção dos não ciganos que desempenham os papéis de educadores ou que têm alguma atividade que os ligue aos ciganos, a sua perceção relativamente à forma como vivem os ciganos. O tema “educação” tem duas categorias, a primeira categoria é relativa aos percursos escolares dos ciganos propriamente ditos, a segunda categoria engloba questões sobre a utilização das tecnologias na escola. O tema “O acesso a computadores e internet” encerra algumas questões teóricas que importa referir. De facto, o acesso ou melhor, a falta dele remete para o intenso processo de inclusão e exclusão, consequência do avassalador desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação à escala planetária. O último tema incide sobre as literacias digitais, com três categorias também definidas prioristicamente. Tentámos, com este grupo de perguntas, saber o que pensam sobre a relação dos ciganos com as tecnologias de informação e se crianças e jovens manifestam interesse particular pelas TIC. Procurámos também propiciar uma reflexão por parte dos entrevistados sobre as redes sociais e a sua utilização e ainda aspetos importantes relativos à segurança da informação.

## **6 - Reflexão sobre percurso metodológico, tratamento de dados, triangulação e questões éticas**

Na fase da recolha dos dados, na interação com as pessoas ciganas, portadoras de cultura diferente, procurámos suplantar qualquer etnocentrismo no relacionamento, assim como manter um diálogo intercultural adequado à especificidade de cada inquirido.

No sentido de reforçar a importância que atribuímos à realização deste trabalho, assim como forma de agradecimento aos envolvidos nesta investigação pela sua participação, oferecemos uma fita porta-chaves (Figura 8) com o título desta dissertação de mestrado, tendo a iniciativa sido bem acolhida pelos nossos inquiridos.

**Figura 8 - Fita de oferta aos participantes no estudo**



Foto do autor

No decorrer da aplicação do questionário, o contacto direto com as pessoas ciganas nos seus locais de residência estabelece ligações entre o investigador e os respondentes, por isso é inevitável a “observação” que ocorre nesse processo de interação. Revendo as primeiras notas que registámos no nosso “caderno de campo” foram as condições de habitabilidade de algumas pessoas que muito nos surpreenderam pela negativa. A constatação dessa realidade em pleno século XXI observada *in loco*, levou-nos algumas vezes a pensar que apenas a “observação” seria muito pouco, seria necessária uma intervenção ativa que despertasse consciências para as condições em que vivem estes Portugueses. Algumas vezes sentimo-nos tentados a passar à ação, tornando assim a nossa observação em ação participativa.

Não sendo diretamente o objetivo do nosso trabalho, não pudemos ficar indiferentes perante algumas situações que observámos junto da população que estudámos. A visita à casa de uma família de inquiridos levou-nos a conhecer a situação de uma jovem paraplégica com 21 anos presa a uma cadeira de rodas. De entre os seus inúmeros problemas, um deles é relativo ao acesso à casa de banho da habitação (pré-fabricado), onde a cadeira de rodas, simplesmente não passa na porta, (Fotografia 1) o que a impede de ir à casa de banho sozinha. Perante este facto sentimos a obrigação de fazer alguma coisa. Falámos com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, apresentando o assunto. Informou que já conhecia o assunto, mas por circunstâncias diversas não tinha sido resolvido, mas de imediato mostrou empenho na resolução da situação. Discutimos a possível solução de remodelação do wc ou outra solução, que acabou por ser desenvolvida pelo arquiteto da autarquia, tendo resultado na execução de um projeto de construção de um anexo ao quarto da jovem cigana, ficando assim com uma casa de banho de acesso direto do seu quarto.<sup>25</sup>

**Fotografia 1 - WC da habitação**



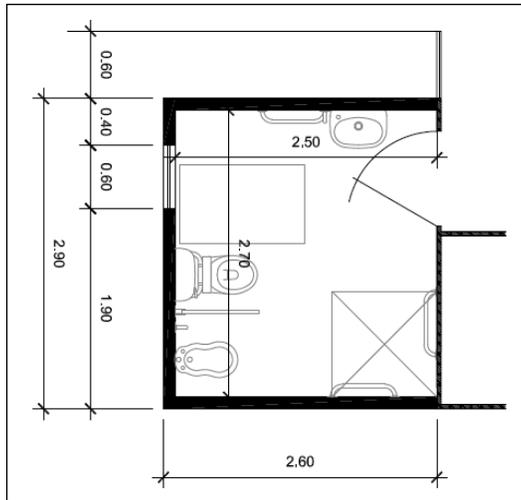
.....

25 À data da redação desta dissertação (junho de 2018) o projeto de arquitetura já se encontrava concluído e a obra adjudicada, prevendo-se a execução para breve.

**Fotografia 2 - Espaço para construção do futuro WC**



**Figura 9 - Planta para futuro WC**



Fonte: Câmara Municipal

Outra ação relevante a registar foi termos tentado passar a mensagem junto das pessoas ciganas, que estudar e procurar uma vida diferente e estável é possível e está ao alcance de todos. Para passar esta mensagem nada de melhor que outras pessoas ciganas para o fazerem por isso socorremo-nos do livro “Singular do Plural”, de Vicente e Aires (2016) em que são retratadas 20 profissões relativas a 20 pessoas, 20 ciganos e ciganas.

Solicitámos à EAPN-*European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti-Pobreza)<sup>26</sup> que nos cedesse alguns exemplares do livro com o objetivo de os oferecermos às famílias ciganas para conhecerem outras realidades de pessoas ci-

.....

26 Rede europeia de redes nacionais, regionais e locais. Tem como objetivo um mundo livre de pobreza e de exclusão social, sustentado nos seguintes valores: dignidade, justiça, solidariedade e igualdade. <https://www.eapn.pt/>

ganas. Achámos ainda mais pertinente o conhecimento desta obra quando percebemos que um dos retratados do livro tem as suas raízes familiares no Concelho onde foi realizada a investigação. A EAPN, entidade promotora da obra cedeu-nos 10 exemplares. Cinco deles já foram entregues a famílias ciganas, pretendemos entregar os restantes numa iniciativa futura que mostre os principais resultados da nossa dissertação.

**Fotografia 3 - Capa do Livro Singular do Plural**



**Fotografia 4 - Entrega de livro e fitas de oferta a participantes no estudo**



Foto do autor

Em termos de reflexão sobre a prática metodológica constatámos que a conjugação de diferentes métodos permite a triangulação de dados. A triangulação de dados consiste no “uso de uma variedade de fontes num mesmo estudo” ( Patton, 1990, citado por Carmo & Ferreira, 2008, p.201). Kelle e Erzberger (2004) citado por Flick (2009) consideram ter-se tornado fundamental a articulação de diversos métodos qualitativos, ou ainda de métodos qualitativos e quantitativos. Para Flick (2009) “A triangulação supera as limitações de um método único por combinar di-

versos métodos e dar-lhes igual relevância.” (p.32). Os métodos mistos, de acordo com Creswell e Plano Clark (2011) citados por Paranhos et. Al (2016), são procedimento de recolha, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas num mesmo desenho de pesquisa.

Quanto ao tratamento de dados, no que se refere aos dados de natureza quantitativa procedemos à análise utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), programa informático que tem como função o tratamento de dados com vista à obtenção de dados estatísticos, a partir da codificação e dados do questionário a aplicar à população alvo da nossa investigação.

O nosso questionário foi constituído por 62 perguntas numeradas de 1 a 62. Cada pergunta, por sua vez, assume várias possibilidades de resposta: algumas contêm várias opções de resposta, outras são de resposta única e outras admitem múltiplas respostas. Cada questionário foi numerado e nele identificado o local onde foi realizado, mas não foi identificado o respondente do questionário. O questionário deu lugar a uma base de dados através da transformação das perguntas do questionário em variáveis no SPSS. Nesta operação de construção da base de dados em SPSS algumas das perguntas deram origem a variáveis simples cujos valores não foram sujeitos a qualquer codificação, sendo introduzidos diretamente na base de dados como por exemplo as perguntas relativas à idade. Na maior parte do questionário as perguntas foram desdobradas em várias variáveis que, por sua vez, foram codificadas para maior facilidade na digitação e permitir a análise de dados. Como exemplo, a variável sexo foi codificada com os valores 1= masculino e 2= feminino, seguimos este princípio quando o inquirido podia escolher apenas uma das opções. Quando a partir da pergunta do questionário o inquirido podia escolher mais que uma das opções, transformamos essas opções em variáveis no SPSS codificadas dicotomicamente com os valores sim ou não. Posteriormente e, na fase de análise de dados, procedemos à recodificação de variáveis e foram criadas novas, a partir das existentes. A codificação final do nosso questionário deu origem a 240 variáveis.

No que se refere às entrevistas, elas tiveram por objetivo obter dados por mais do que um método (triangulação dos dados ou para análise mista, de complementação e comparação de resultados), ou seja, para procedimentos de recolha e análise com recurso a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa.

Em termos da análise de dados de natureza qualitativa utilizámos a análise de conteúdo. Para Berelson (1952, citado por Bardin, 2009), a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.” (p.36).

As entrevistas realizadas vieram a confirmar a complementaridade da utilização de metodologias mistas, quando na prática permitiram aferir a coerência dos dados e ainda captar aspetos da utilização do digital pelas pessoas ciganas, que

apenas a metodologia quantitativa não nos permitiu captar. São exemplos a dependência de ajuda para a realização dos procedimentos necessários para a navegação na internet ou ainda manifestas dificuldades relativas à leitura e escrita.

A investigação desenvolvida “Ciganos e Literacia digital: um estudo de caso no Distrito de Évora” envolveu as pessoas ciganas residentes numa das freguesias do Concelho onde foi realizada a investigação seguindo os preceitos éticos subjacentes a uma pesquisa em Ciências Sociais, em que todos os tipos de investigação devem ser pautados pela ética, pela moral e por regras deontológicas. A “ética é a ciência que estuda a conduta moral ou a disciplina que trata da avaliação e justificação das normas e padrões do comportamento pessoal e interpessoal” (Karhausen, 1987, citado por Ferreira, 2013, p.169). Isreal e Hay (2006, citado por Ferreira, 2013) referem quatro princípios básicos, a partir do código da biomedicina, que se aplicam à investigação nas ciências sociais: respeito pelas pessoas; beneficência e a justiça; confidencialidade no tratamento da informação e consentimento informado.

Na nossa investigação realizámos 2 entrevistas a monitores dos Espaços Internet, 1 entrevista ao monitor CID do Programa Escolhas e 1 entrevista a uma professora do Agrupamento de Escolas, o que nos levou a pedir autorização às instituições a que pertencem os participantes para que estes pudessem colaborar no estudo. Solicitámos também dados estatísticos à Câmara Municipal local, relativos às frequências dos Espaços Internet, assim como à passagem de pessoas ciganas como colaboradores do Município nos diversos programas ocupacionais e alguns dados relativos à construção do Bairro Uma Só Cor. Pedimos colaboração para a cedência de dados estatísticos relativos à frequência de pessoas ciganas no espaço CID e ainda foi solicitado ao Agrupamento de Escolas, dados estatísticos relativos a alunos.

No que se refere aos questionários realizados a pessoas ciganas, procedemos ao consentimento informado que pressupõe que os indivíduos devem estar conscientes de todos os aspetos da investigação a realizar e objetivos. No caso dos menores foi solicitada autorização e a presença dos pais para responderem ao questionário. Aceitámos as decisões das pessoas que manifestaram a intenção de não participar no estudo, o que aconteceu em 2 casos, ou ainda que manifestassem a vontade de desistir da participação. Outro aspeto fundamental que transmitimos aos inquiridos foi a garantia de confidencialidade da informação recolhida, assegurando que os nomes dos inquiridos nunca seriam usados em qualquer situação.

Não procedemos à recolha de dados pessoais dos inquiridos, no entanto, codificámos os instrumentos de colheita de dados, questionários e entrevistas. No texto da presente dissertação, serão feitas as respetivas referências às fontes utilizadas, em respeito aos autores, assim como a fidelidade dos dados recolhidos, não adulterando conclusões.

### **PARTE III - Apresentação de resultados**

RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DOS CIGANOS DE UM CONCELHO  
DO DISTRITO DE ÉVORA E (I)LITERACIAS

## 7 - Territórios onde vivem os Ciganos

A população cigana do concelho, reside na sua maioria no Bairro Uma Só Cor, situado a cerca de 1000 m da sede do concelho, junto à estrada que liga a sede de concelho à Aldeia Verde, povoação onde vivem também algumas famílias ciganas. No interior da sede de concelho residem também algumas famílias ciganas. Na Aldeia Azul, que dista da sede de concelho 3000m, residem em 3 espaços distintos, elementos de uma mesma família.

Neste estudo focalizámo-nos no Bairro Uma Só Cor. Trata-se de um aglomerado urbano, constituído por 14 habitações em pré-fabricado e 14 barracas ilegais, construídas sem autorização com os mais diversos materiais (chapas, madeiras, plástico etc.). Possui iluminação pública, recolha de lixo, rede de águas, sendo a área servida pela rede *Global System for Mobile Communication (GSM)*. A área possui um arruamento central, tendo sido os pré-fabricados instalados ao longo dessa rua, à direita e à esquerda desse arruamento. Este arruamento liga o bairro, à zona industrial e à sede do Concelho. Esta rua é praticamente toda em piso de terra, encontrando-se em mau estado de conservação. Na zona onde existem casas, parece que por uma vez terá levado algum alcatrão. Este bairro situa-se, como já referimos, junto à estrada municipal que liga a sede de concelho à Aldeia Verde, existe nessa estrada, uma entrada pedonal para acesso ao bairro, mas não existe sinalização vertical nem pintura no pavimento de passadeira para passagem de peões (Fotografias 5 a 8).

**Fotografia 5 - Implantação do bairro**



(Google, 2018a modificado pelo autor)

**Fotografia 6 - Entrada pedonal de acesso ao bairro**



(Google, 2018a modificado pelo autor)

**Fotografia 7 - O bairro**



(Google, 2018a)

**Fotografia 8 - Entrada pedonal para o bairro**



(Google, 2018a)



(...) insurgindo-se, igualmente, pela situação ali vivida, causada, segundo afirma, por indivíduos de etnia cigana a residirem nas cercanias daquela urbanização; situação que, ademais, lhe tem impossibilitado vender as moradias de que é proprietário, implantadas nos lotes. (Ata n.º 17, 2002).

Em setembro de 2002 os protestos sobem de tom quando um dos vereadores sugere a um município.

(...) que tomasse medidas drásticas, isto é, colocasse dispositivos de persuasão, mais concretamente a colocação de vedação na obra, eletrificando-a, por forma a evitar que os ciganos cheguem junto a ela”, continuou ainda “referindo que a Senhora (...) fez uma analogia perfeita entre o 11 de Setembro e o terrorismo e a situação atual vivida naquela zona, com os indivíduos de etnia cigana (Ata 19, 2002).

As queixas e reclamações contra os ciganos vão-se repetindo, voltando-se também contra as festas de casamentos realizados no Campo 25 de Abril, levando pelo menos um morador a dirigir-se à reunião de câmara de 09/07/03 n.º 15 reclamando e pedindo para que

(...) afirmando não ter nada contra, nem a favor daquelas celebrações, o que não pode aceitar é que incomodem os moradores vizinhos daquele local - parque de estacionamento da Praça de Touros -, sendo ele um dos principais lesados, já que habita mesmo em frente do aludido espaço, acrescido ao facto de ter um recém-nascido, com cinco meses, porquanto o barulho ensurdecedor que fazem até altas horas da manhã, com música e cantigas, a imundície que deixam por todo o lado, incluindo o seu próprio logradouro e a forma indecorosa das suas atitudes, como urinar diante da sua própria esposa e deixar dejetos no seu jardim. Ademais, continuou afirmando que é um município como outro qualquer, que paga os seus impostos, pelo que não deverá ser tratado como se estivesse em prisão domiciliária. Solicita, assim, que futuramente não voltem a acontecer casos como estes e que aquando da limpeza do espaço em apreço, por parte da Autarquia, tal suceda igualmente com o seu logradouro e jardim, já que se encontram imundos. (Ata n.º 15, 2003).

Não pretendemos fazer uma exaustiva exposição do ambiente hostil que se vivia contra as pessoas ciganas neste Concelho, mas sim demonstrar como de facto existia uma enorme pressão sobre o poder político para que os ciganos abandonassem os lugares onde viviam, para que os novos donos do lugar se instalassem. A Câmara, numa primeira fase, tentou a deslocação dos ciganos para o espaço da CP<sup>29</sup>, o que não se pode concretizar conforme é explicado no texto da Ata n.º 19 de 2002.

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara Municipal, reiterando as preocupações da município (xxx) e dos demais que habitam aquela zona da vila referindo que havia uma solução ideal para aquela comunidade cigana ser instalada nos antigos

.....

casões da CP, (...), inclusive com o respetivo projeto técnico já em fase adiantada de conclusão, quando se verificou que o protocolo celebrado com a REFER apenas abrangia o terreno e as edificações nele existentes unicamente até à linha do caminho-de-ferro, isto é, o casão em causa ficava fora do protocolado, não obstante referiu, ainda, que esta explicação não serve de atenuante ou desculpa para a resolução deste problema.

---- Voltou a intervir a munícipe (xxx), questionando por que razão é que têm que ser os moradores daquela zona a esperar que coloquem convenientemente a comunidade cigana e não são eles próprios a esperar, noutra local, até que o problema seja resolvido (...). (Ata n.º 19, 2002).

Num segundo projeto da autarquia, verificou-se a proposta de deslocação dos ciganos para um lugar chamado “Uma Só Cor”. Sob a pressão urbanística, cultural e política que demonstrámos existir, era por demais evidente a necessidade de encontrar uma solução que retirasse os ciganos da sede do Concelho. O lugar escolhido ficava suficientemente longe de espaços que pudessem ser convertidos em loteamentos, longe do centro da cidade, longe de cafés e comércio, em suma, um gueto de segregação urbanística e de distanciamento social.

A ideia do espaço para a nova residência das pessoas ciganas (nascidos e a residir no concelho) nasceu através de um programa denominado PIC, Projeto para a Inclusão e Cidadania. Este projeto teve início em dezembro do ano 2000 e o seu término em dezembro de 2003. Teve como principal objetivo realojar as pessoas ciganas, com vista à sua integração social e sócio profissional. A caracterização dos ciganos realizada no ano 2000, consta na ficha de candidatura do projeto PIC apresentado pela CM, (2001), que a seguir passamos a citar:

As famílias de etnia cigana do Concelho de (xxx) constituem um grupo desestruturado e marginal, podendo afirmar-se que são os mais pobres dos pobres deste concelho.

Alojam-se em barracas muito deterioradas. Não têm trabalhos estáveis nem contínuos, vivem o “ dia-a-dia “ e os trabalhos esporádicos que aparecem. O nível de instrução em muitos casos não chega ao domínio da leitura nem da escrita e os seus filhos não vão com regularidade a escola. Têm uma dependência pública em todos os sentidos; habitação, pensões, acesso a escola, etc., e muito poucos recursos pessoais e grupais para sair desta situação. Socialmente são encarados como um grupo problemático e conflituoso. Mais que uma cultura própria, inserem-se numa cultura de marginalização, coincidindo com outros grupos sociais muito deteriorados. (Município, 2001, p.6).

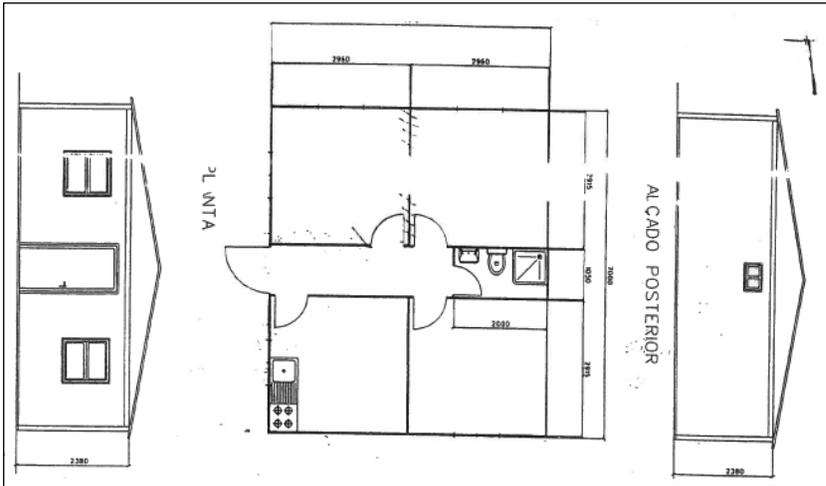
A caracterização continuou plasmando a realidade económica, à época, das famílias ciganas do concelho.

A mudança económica e tecnológica está a colocar em crise a forma de ganhar a vida de muitas famílias ciganas. Para muitos jovens a falta de emprego, expectativas laborais e formação é uma realidade cada vez mais importante. O sistema ocupa-

cional cigano é precário, frágil e instável. A mudança económica e tecnológica tem vindo a colocar uma situação de crise na forma de ganhar a vida (a sobrevivência) de muitas famílias ciganas. (Município, 2001, p.13).

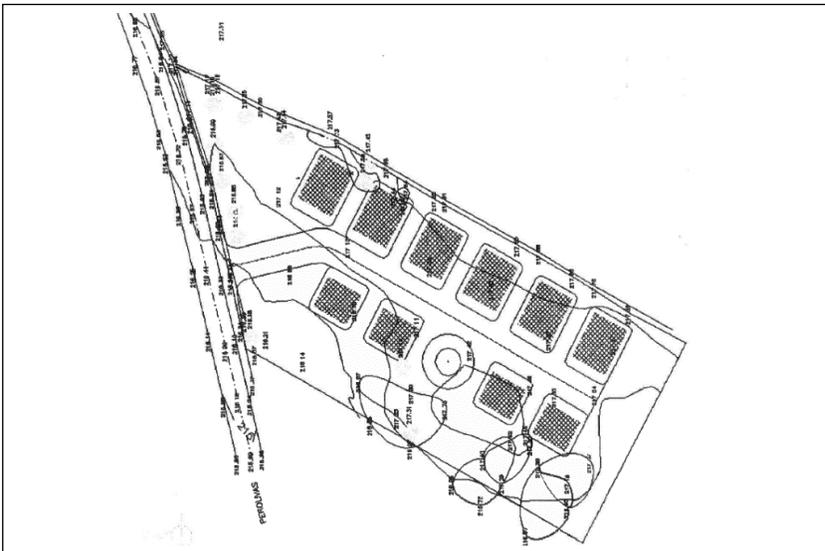
O realojamento das famílias ciganas veio de facto a concretizar-se com a construção do Bairro Uma Só Cor, sendo as casas do tipo contentor pré-fabricado cujas plantas aqui apresentamos (arquivo da CM), assim como a planta de implantação do bairro (Figuras 10 e 11).

**Figura 10 - Planta das casas pré-fabricadas**



(Fonte: Município – Arquivo)

**Figura 11 - Implantação das casas no terreno**



(Fonte: Município - Arquivo)

### **Fotografia 9 - Bairro Uma Só Cor, 2003.**



(Fonte: Município - Arquivo)

O realojamento dos ciganos neste Concelho realizou-se no dia 17 de outubro de 2003. Na reunião de câmara de 29 de outubro de 2003, foi dado conhecimento ao executivo municipal da conclusão do realojamento, conforme aqui transcrevemos:

#### **Realojamento da Comunidade Cigana**

--- A Senhora (...) da Câmara Municipal, (...) deu conhecimento ao Executivo que está concluído o realojamento da comunidade cigana (...) para o Bairro, tendo tal desiderato ocorrido no pretérito dia 17 de outubro, precisamente no Dia Internacional de Erradicação da Pobreza (...) (Ata n.º 24 de 2003).

### **Fotografia 10 - O Bairro Uma Só Cor atualmente**



Foto do autor

Embora nos tenhamos focado mais detalhadamente, pela sua carga simbólica, no Bairro Uma Só Cor, (Fotografias 9 e 10) onde residem a maioria dos ciganos, existem outras famílias a residir em outras ruas da sede de concelho. Também na Aldeia Verde algumas famílias ciganas residem em casas próprias ou alugadas, assim como na Aldeia Azul.

## 8 - Caracterização sociodemográfica das pessoas ciganas inquiridas

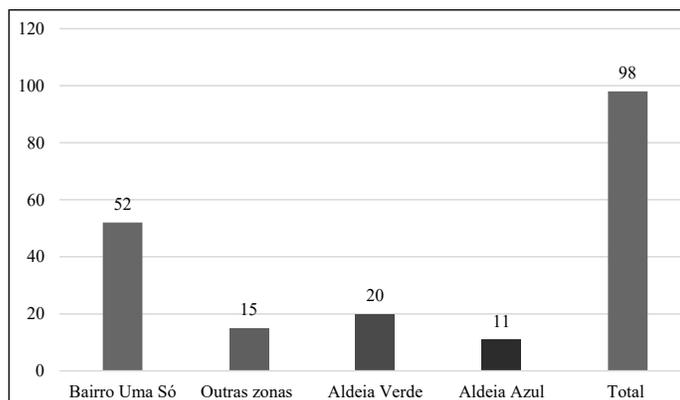
Os dados recolhidos foram registados no *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Os resultados apresentados resultaram principalmente da análise descritiva dos dados, nomeadamente as frequências absolutas e medidas descritivas básicas, médias e desvios padrão. Foram também utilizados testes qui quadrado. As tabelas obtidas foram passadas para *Excel* onde introduzimos algumas alterações para que os gráficos e tabelas finais tivessem uma apresentação mais perceptível e clara.

A par dos resultados do questionário e na mesma ordem de sequência, apresentamos também os resultados da análise de conteúdo realizada às 4 entrevistas realizadas. Considerámos que esta seria a melhor forma de complementar os dados recolhidos, estabelecendo um diálogo entre os dados quantitativos e os resultados qualitativos.

### Locais de residência

No Bairro Uma Só Cor, concentra-se a maioria das pessoas ciganas residentes no concelho, neste bairro inquirimos 52 pessoas. Em outras zonas da sede de concelho realizámos 15 questionários, na Aldeia Verde foram aplicados 20 e na Aldeia Azul aplicámos 11 questionários (Gráfico 16). Na totalidade aplicámos o inquérito por questionário a 98 pessoas ciganas.

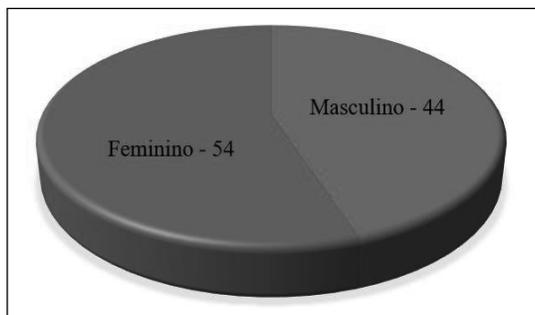
Gráfico 16 - Locais de residência dos inquiridos



## Sexo dos inquiridos

Dos 98 inquiridos, 54 são do sexo feminino e 44 do sexo masculino (Gráfico 17), verificando-se ser o sexo feminino o sexo maior representado.

Gráfico 17 - Sexo dos inquiridos



## Idade dos inquiridos

As idades dos inquiridos variaram entre os 8 e os 71 anos, que foi a idade da pessoa mais velha que inquirimos. As idades dos inquiridos perfizeram a média de 27,99 anos (Tabela 7). Se fizermos a comparação com valores nacionais verificamos na tabela 8 que a mediana das idades das pessoas ciganas inquiridas é significativamente inferior aos valores nacionais.

Tabela 7 – Idades dos inquiridos

Sexo						
Masculino			Feminino			Total
Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo	Média
29	71	8	28	68	8	27,99

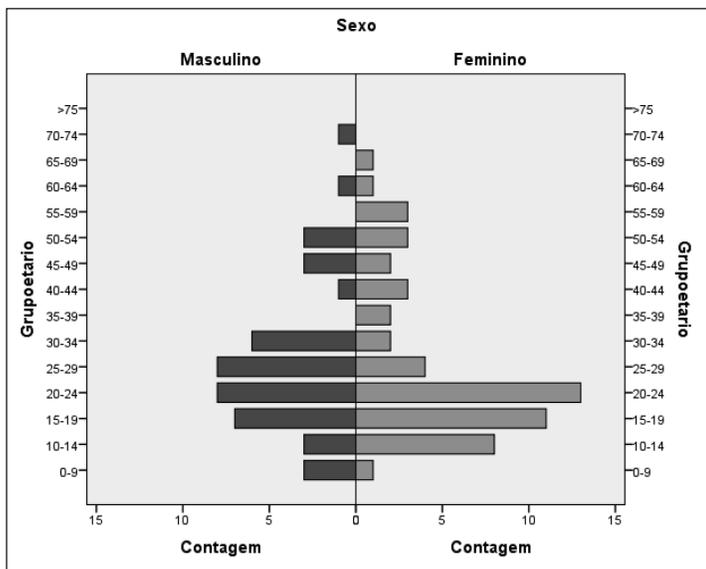
Tabela 8 – Mediana de idades dos inquiridos comparação

Idade			
	População inquirida	Portugal	EU
Média	27,99		
Mediana	23,50	44,4	42,8
Mínimo	8		
Máximo	71		

A pirâmide etária que obtivemos da população inquirida (Gráfico 18), apresenta uma base larga que se vai afunilando, o que corresponde a uma população

jovem cuja média de idades é de 27,99 anos e uma distribuição por classes de idades sobretudo abaixo dos 30 anos.

**Gráfico 18 - Pirâmide etária dos inquiridos**



Observa-se uma elevada concentração de pessoas nos grupos etários até aos 34 anos (Tabela 9). Nessas faixas etárias encontramos 75,5% dos inquiridos.

**Tabela 9 – Inquiridos por Grupo etário**

Grupo etário	N	%
0-9	4	4,1
10-14	11	11,2
15-19	18	18,4
20-24	21	21,4
25-29	12	12,2
30-34	8	8,2
35-39	2	2,0
40-44	4	4,1
45-49	5	5,1
50-54	6	6,1
55-59	3	3,1
60-64	2	2,0
65-69	1	1,0
70-74	1	1,0
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100,0</b>

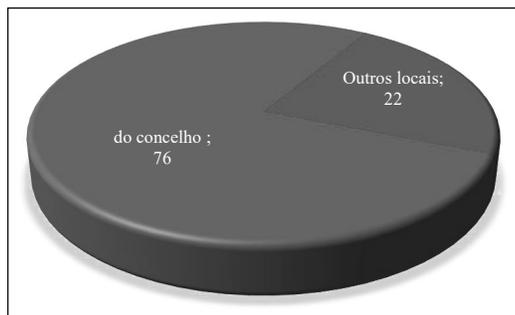
## Naturalidade

A grande maioria dos ciganos inquiridos são residentes e naturais do Concelho onde foi realizada a investigação (Tabela 10), não se verificando mobilização geográfica entre concelhos ou regiões do país. No entanto, alguns dos entrevistados casaram-se com pessoas ciganas oriundas de outros concelhos, quase todas do sexo feminino (20 mulheres), ou seja 20 dos inquiridos casaram-se com mulheres de fora do concelho. Apenas 2 homens são naturais de fora do concelho.

**Tabela 10 - Naturalidade**

<b>Naturalidade dos inquiridos por sexo</b>				
<b>Masculino</b>		<b>Sexo</b>		<b>Total</b>
		<b>Feminino</b>		
<b>Naturalidade</b>	Do Concelho	42	34	76
	Moura	0	2	2
	Amareleja	0	1	1
	Mourão	1	2	3
	Ferreira do Alentejo	0	1	1
	Baixa da banheira	0	1	1
	Lisboa	0	2	2
	Beja	0	2	2
	Vila Viçosa	0	1	1
	Barrancos	0	1	1
	Granja	0	1	1
	Serpa	0	1	1
	Mafra	0	1	1
	Vidigueira	0	1	1
	Sobral da Adiça	0	1	1
	Campo Maior	0	1	1
	Portalegre	0	1	1
	Póvoa de S. Miguel	1	0	1
	<b>Total fora do Concelho</b>		<b>2</b>	<b>20</b>
<b>Total</b>		<b>44</b>	<b>54</b>	<b>98</b>

**Gráfico 19 - Naturalidade dos inquiridos**



Os jovens ciganos procuram companheiras em outros locais e fazem a sua vida em comum na zona de residência da família do homem, o que vai de encontro à tradição cigana de que as noras vão viver com as sogras. Conforme refere Nunes (1996) “uma clara subordinação da parte da nora. Ela deve ser atenciosa e deferente para com a sogra, prestando-lhe todos os serviços que lhe peça.” (p.183).

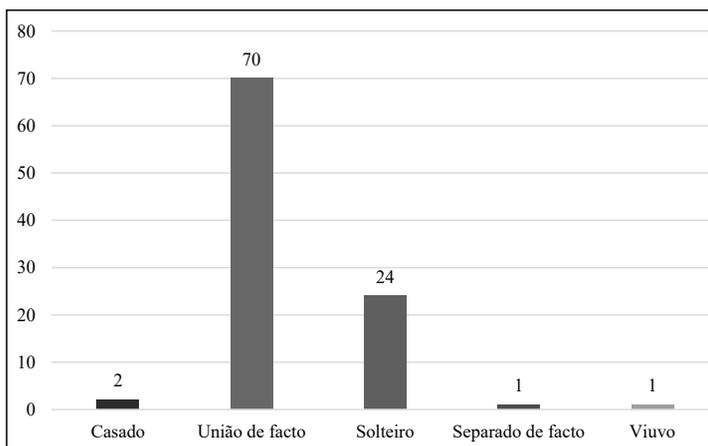
### **Ascendência**

Relativamente à ascendência, os inquiridos declararam na totalidade (100%) que os seus progenitores são, ambos, ciganos. Esta situação revela a prática de uma forte endogamia.

### **Estado civil/ idades de casamento**

Relativamente ao estado civil a população inquirida encontra-se maioritariamente na situação de casados pela “Lei Cigana” como se evidencia no gráfico 2’, ou seja, em termos formais consiste em união de facto (70 casos). Verificou-se um único casal que está casado pelo registo civil, 24 pessoas solteiras, 1 separada e 1 viúva.

**Gráfico 20 - Estado civil dos inquiridos**



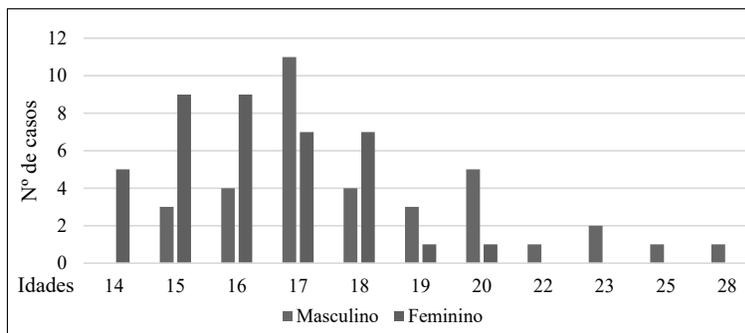
As 74 pessoas inquiridas casadas casaram ou iniciaram uma vida em comum, excecionalmente cedo, o valor da idade média com que casaram foi de 18 anos para os homens e 16 para as mulheres (Tabela 11). Das 35 pessoas do sexo masculino, o homem que iniciou uma vida maritalmente mais tarde, fê-lo aos 28 anos de idade e o mais novo aos 15 anos. As 39 mulheres inquiridas entram na vida de casadas ainda mais cedo, tendo em média 16 anos. A que casou mais tarde fê-lo aos 20 anos e a mais nova aos 14 anos.

**Tabela 11 - Idade quando casaram**

Sexo							
Masculino				Feminino			
N	Média	Máximo	Mínimo	N	Média	Máximo	Mínimo
35	18	28	15	39	16	20	14

Constatámos que houve casamentos em idades muito precoces, nomeadamente aos 14 anos.

**Gráfico 21 - Idade ao casar**

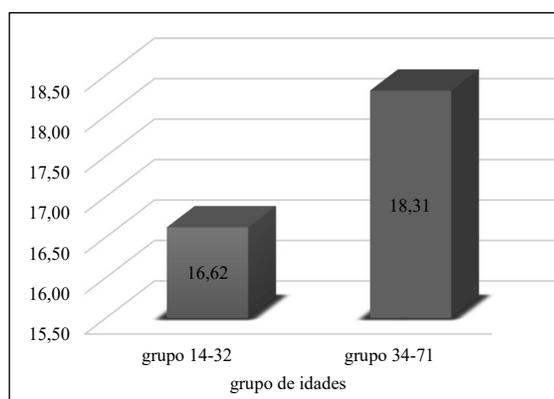


Parece-nos que, contrariamente ao que acontece na sociedade maioritária em geral, no momento atual, a idade do casamento entre as pessoas ciganas inquiridas está a realizar-se mais cedo nas gerações mais novas. Para justificar esta relação entre as variáveis idade e idade do casamento, criámos 2 grupos de idades, um grupo dos 14 aos 32 anos e outro dos 33 aos 71 anos (Gráfico 22). No primeiro grupo, entre os mais jovens, registámos uma média de idade de casamento de 16,48 enquanto no segundo grupo de pessoas mais velhas verificámos que o valor médio é de 18,54 anos.

Os dados obtidos vão na linha dos dados obtidos no Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, ( Mendes et al., 2014) no que concerne ao constatado sobre a idade do casamento e a tendência que se verifica na diminuição da idade do casamento na atualidade.

No que toca à família, os casamentos ciganos e as uniões acontecem em idades muito precoces, quando comparados com as pessoas não ciganas. Segundo os nossos informadores privilegiados, os ciganos casam normalmente entre os 13 e os 15 anos. Há até quem tenha referido que antes os “casamentos” aconteciam mais tarde, entre os 15 e os 17 anos e que, na atualidade, estes acontecem em idades ainda mais precoces (...) (Mendes et al., 2014, p.82).

**Gráfico 22 - Média de idades do casamento por grupo etário**



Procurámos ainda através da análise dos dados através do SPSS encontrar correlação entre as variáveis idade e idade do casamento, tendo obtido a tabela 12 que mostra a correlação de Pearson como uma correlação positiva fraca  $r = 0.282$  e  $p < 0,05$ .

**Tabela 12 - Relação entre idade e idade com que casou**

Correlações			
		Idade	Com que idade casou
Idade	Correlação de Pearson	1	,282*
	Sig. (bilateral)		0,015
	N	70	70
Com que idade casou	Correlação de Pearson	,282*	1
	Sig. (bilateral)	0,015	
	N	74	74

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Se compararmos os valores de idade de casamento das pessoas ciganas, grupo de estudo da nossa dissertação com os valores nacionais, na tabela 13, verificamos uma tendência oposta. Os portugueses estão a casar cada vez mais tarde

em média com 32 anos de idade, ao passo que as pessoas ciganas inquiridas estão a casar-se mais precocemente, em média aos 17 anos.

**Tabela 13 - Idade do casamento em comparação com valores nacionais**

População	Masculino	Feminino	Média
Não ciganos (Portugal)*	32,8	31,3	32,05
ciganos Inquiridos	18	16	17
*fonte Pordata			

### **Unões conjugais/ número de filhos**

Em termos de uniões conjugais, verifica-se uma forte concentração endogâmica. No nosso estudo não se verifica nenhuma união conjugal mista entre ciganos e não ciganos. A totalidade dos inquiridos vive em união de facto ou casou com pessoas ciganas.

Em relação ao nº de filhos, as mulheres ciganas inquiridas tiveram em média 3,71 filhos. Até à data da escrita deste relatório, das 54 mulheres inquiridas, 35 já foram mães, tendo tido 63 filhos do sexo masculino e 67 do sexo feminino.

Considerando-se que a entrada precoce das crianças para os estabelecimentos de ensino é fundamental para o seu desenvolvimento e criar hábitos de comportamento positivo perante a escola e a aprendizagem (Magano & Mendes, 2016), a pergunta 8 do questionário teve por objetivo indagar a frequência das crianças nos jardins-de-infância do concelho. De acordo com a informação recolhida apurámos que 23 crianças frequentam os jardins-de-infância da freguesia onde se realizou a investigação. A população inquirida que tem filhos a frequentar o jardim-de-infância declarou que tinha tomado essa decisão por vontade própria e mesmo que não tivessem direito ao RSI o fariam. Entendem que frequentar os jardins-de-infância prepara melhor as suas crianças.

De um modo geral, as mulheres ciganas são mães muito cedo (por exemplo, ver Magano, 2014; Mendes et al., 2014) tendo este estudo constatado essa realidade. As mulheres ciganas inquiridas são mães, em média, aos 18,6 anos, contrastando com as restantes portuguesas que são mães pela primeira vez aos 30,3 anos (Pordata, 2018a)

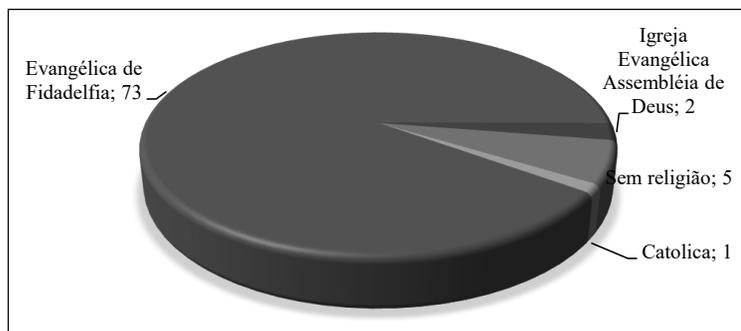
Os resultados da nossa investigação, no que se refere à idade de nascimento do 1º filho, estão em linha com os resultados do inquérito realizado no Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes et al., 2014), em que é apontada a média de 19 anos de idade.

### **Religião**

Do ponto de vista religioso dos 81 inquiridos que reponderam, 73 dizem frequentar a Igreja Evangélica de Filadelfia, 5 inquiridos declararam não prati-

carem qualquer culto, 2 referem frequentar a Igreja Evangélica Protestante, e um inquirido afirma ser católico (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - Cultos praticados**



Relativamente aos locais onde se realiza o culto, verificou-se que os inquiridos praticam o seu culto maioritariamente na sede de concelho, 71 casos (93,4%) e num concelho vizinho, 5 casos (6,6%).

Semanalmente estão presentes no culto, em média 2,63 vezes, não se verificando diferenças entre os sexos, portanto, trata-se de uma atividade religiosa que é praticada em família.

**Tabela 14 - Atividade religiosa**

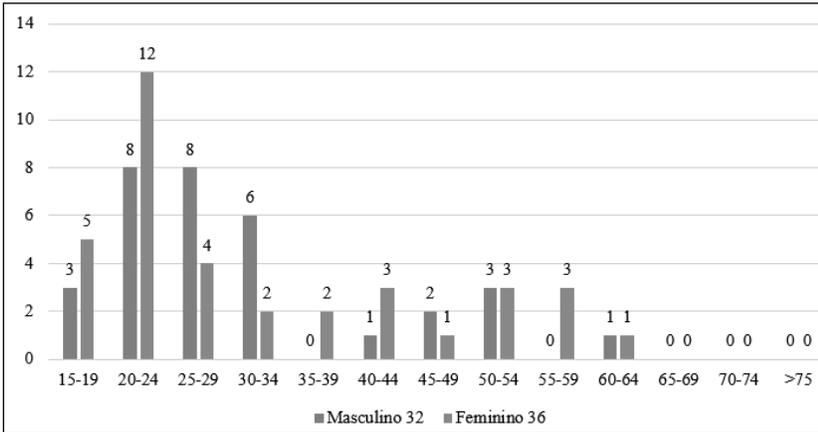
Tabulação cruzada Quantas vezes por semana * Sexo * Local do culto					
Local do culto		Sexo			Total
			Masculino	Feminino	
Igreja local	Quantas vezes por semana	1	0	2	2
		2	11	10	21
		3	20	28	48
	Total		31	40	71
Concelho vizinho	Quantas vezes por semana	2	1	2	3
		3	1	1	2
	Total		2	3	5
Total	Quantas vezes por semana	1	0	2	2
		2	12	12	24
		3	21	29	50
	Total		33	43	76

## Trabalho e atividades ocupacionais

Nas questões relativas à situação face ao trabalho constata-se uma grande homogeneidade, pois, todos os inquiridos que não são estudantes declaram estar na situação de desempregados.

Indicaram ainda, que se encontram inscritos no Centro de Emprego 68 indivíduos, 7 indicaram que não se encontravam inscritos (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Inscritos no Centro de Emprego por sexo e grupo etário**

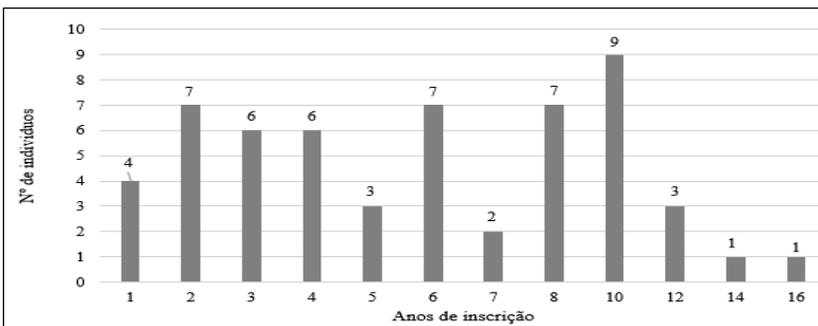


Em relação ao tempo de inscrição no centro de emprego, os 56 inquiridos que responderam, indicaram um tempo de presença médio de 6,13 anos.

**Tabela 15 - Tempo de inscrição no Centro de emprego**

Há quanto tempo está inscrito (anos)			
N	Média	Mínimo	Máximo
57	6,13	1	16

**Gráfico 25 - Inscritos no centro de emprego por tempo de inscrição**



Neste inquérito tentámos averiguar sobre a situação socioeconómica das famílias. À pergunta relativa a rendimentos, colocada a indivíduos que não se encontravam na situação de estudantes, a larga maioria dos inquiridos responde que recebe apoio financeiro do Estado através do Rendimento Social de Inserção (RSI). Dos 75 respondentes adultos apenas 5 responderam que não recebiam qualquer apoio financeiro. Quer recebam ou não essa prestação social, as pessoas inquiridas vão-se ocupando de pequenos expedientes e algum trabalho sazonal, que obtêm cada vez com mais dificuldades a par de uma realidade que se identifica e constata, que ninguém dá emprego aos ciganos, em sintonia com a situação analisada por Isabel Pereira (2016). A dificuldade em conseguir exercer uma atividade remunerada não permite aos inquiridos poder prescindir da prestação do RSI. Só com um trabalho minimamente estável, vontade que algumas pessoas ciganas nos transmitiram, seria possível prescindir desse apoio para a sobrevivência do dia-a-dia.

No pedido de colaboração que fizemos ao Município, relativamente às relações laborais entre o Município e as pessoas ciganas, solicitámos informação sobre as pessoas ciganas que trabalharam no Município, nomeadamente quantas e se cumpriram os objetivos esperados e que atitudes tiveram perante o trabalho. Os dados obtidos, foram relativos a 7 pessoas que constam na tabela 16.

**Tabela 16 - Trabalhadores ciganos que exerceram funções no Município**

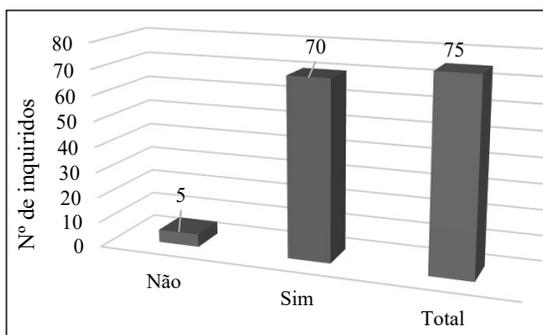
Nome	Período	Programa	Serviço	Atitude
Colaborador 1	22/04/2004 a 31/10/2004			
Colaborador 2	04/05/2009 a 31/12/2009			
Colaborador 3	06/10/2009 a 31/08/2010			
Colaborador 4	01/09/2010 a 31/05/2011			
Colaborador 5	18/08/2014 a 12/01/2015	CEI+; 148/ CEI+/13	Produção e Manutenção	Colaborador assíduo e sempre disponível
Colaborador 6	18/01/2016 a 06/12/2016	164/ CEI+/15	Produção e Manutenção	No início integrou-se bem e era assíduo, no final nem tanto
Colaborador 7	01/07/2014 a 30/06/2015	096/ CEI+/14	Espaços Verdes	As melhores referências do seu serviço e da forma como se relacionava com a restante equipa de trabalho
	14/12/2015 a 06/12/2016	164/ CEI+/15	Espaços Verdes	Manteve a mesma postura
	05/04/2017 a 04/10/2017	Cartão social	Espaços Verdes	Manteve a mesma postura
7	7	7	7	7

Fonte: Município - RH

De 2004 a 2017 estiveram ao serviço do Município, 7 pessoas ciganas por breves períodos de tempo, que oscilaram entre os 6 meses e 1 ano, incluídos em programas ocupacionais. Atualmente não se encontra nenhuma pessoa cigana ao serviço do Município, embora a quase totalidade dos ciganos se encontre inscrita nos centros de emprego. O Município onde foi realizada a investigação tem nos seus quadros de pessoal cerca de 230 pessoas, não sendo nenhum deles cigano.

## Rendimentos

**Gráfico 26 – Inquiridos que recebem apoio financeiro**

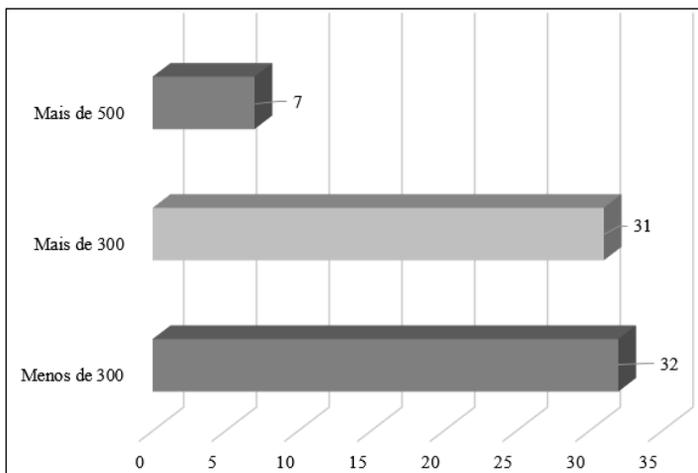


Dos 75 inquiridos desempregados, 70 dizem receber apoio financeiro (Gráfico 26) sendo a Segurança Social a entidade responsável pela concessão e pagamento do Rendimento Social de Inserção. Relativamente ao valor recebido oriundo dessa prestação, colocámos a pergunta por forma a não ferir qualquer suscetibilidade e também para não comprometer a veracidade das perguntas que se seguem no questionário, essas sim, o foco principal da nossa dissertação. Assim, a pergunta foi colocada da seguinte forma, “Qual o valor aproximado de rendimento do inquirido, dentro dos seguintes valores” Rendimento inferior a 300€; rendimento superior a 300€ e rendimentos superior a 500€ (Gráfico 27). Os resultados obtidos foram: do conjunto dos 70 respondentes apenas 7 se encontram no patamar do rendimento superior a 500 € mês. Os restantes 63 dividem-se em dois grupos praticamente iguais com 31 pessoas com rendimento superior a 300 € e outras 32 pessoas sobrevivem com rendimentos inferior a 300€ mês.

Em relação a outras atividades económicas que tradicionalmente eram habituais serem desenvolvidas por pessoas ciganas, todas as pessoas inquiridas exceto as crianças, afirmaram não praticarem qualquer atividade de venda ambulante. Este resultado vai de encontro a resultados obtidos em outros contextos, por outros investigadores (por exemplo, Santos (2013); Pereira (2016); Pinto, (2017), etc.).

De facto, o abandono das atividades económicas tradicionais deve-se à profunda transformação social e dos hábitos de consumo nas sociedades contemporâneas, como nos indica um dos entrevistados.

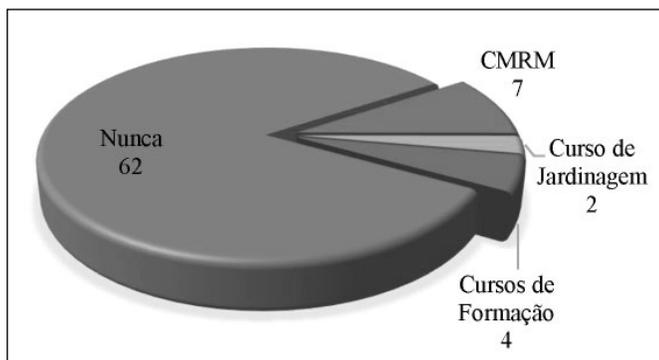
**Gráfico 27 - Valor recebido aproximado**



E4 - Em relação ao comércio ambulante, comércio tradicional que era aqueles a que por tradição, se dedicavam. Neste momento têm aqui alguns constrangimentos tendo em conta que houve uma alteração em relação aos mercados que eles podiam eventualmente utilizar. (...). Daí que em termos de subsistência económica as suas atividades tradicionais neste momento encontram-se ameaçadas pela modernização dos hábitos de consumo e de aquisição dos produtos que as pessoas têm. (Mulher, 61anos)

Ainda no que diz respeito às atividades de trabalho, as respostas obtidas à pergunta, se já teve algum emprego (Gráfico 28) ou esteve colocado a trabalhar no contexto de alguma formação, de entre os 75 inquiridos que estariam em posição de exercer uma profissão, 62 responderam que nunca tiveram um emprego, apenas 13 responderam que já tiveram um trabalho.

**Gráfico 28 - Já teve algum trabalho**



## Alojamento e Condições habitacionais

O Bairro Uma Só Cor, é o local de maior concentração habitacional das pessoas ciganas. Foram construídas 14 casas pela câmara Municipal em módulos pré-fabricados. No entanto, com o crescimento e casamento dos filhos, foram sendo construídas barracas no bairro com os mais variados materiais como é exemplo da fotografia 11, 12 e 13). A Câmara Municipal tentou por diversas formas parar a construção ilegal de barracas, mas não obteve sucesso. Assim, atualmente existem no bairro 14 casas em pré-fabricado legais, construídas pela Câmara e, pelo menos, 14 barracas precárias ilegais. Estas barracas são a face visível das sub-humanas condições de habitabilidade das pessoas que lá vivem. Sem água, sem esgotos e telhados que apenas o são de nome, abrigam crianças e adultos em condições deploráveis.

**Fotografia 11 - Barraca no Bairro Uma Só Cor**

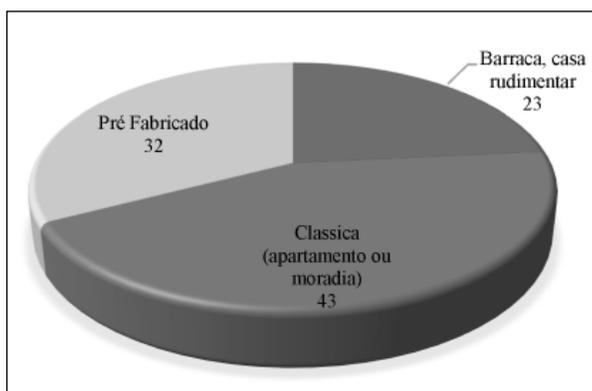


Foto do autor

Em face das poucas condições e inadequação das habitações pré-fabricadas e na ausência total de habitabilidade das barracas e tendas, não será em vão que no bairro, quando algum não cigano por lá vai, invariavelmente, a pergunta e a esperança da resposta é que o assunto a tratar seja para ter “uma casa”. Desta forma, os que conseguem sair do bairro e alugar uma casa conquistam o sonho de muitos. De forma geral os locais que têm vindo a escolher para viver, ou seja, os locais que conseguem alugar ou comprar situam-se nas povoações Aldeia Azul e Aldeia Verde ou ainda em algumas ruas da povoação sede de concelho. As casas, embora se encaixem na categoria de clássicas, são na maioria dos casos casas com alguma degradação e a necessitar de obras, mas que, mesmo assim, proporcionam aos seus ocupantes a satisfação de uma verdadeira casa, por terem ultrapassado a barreira

da discriminação e todas as dificuldades inerentes a ser-se cigano. É de facto uma vitória, face à recusa, quer da venda quer do aluguer de uma casa a pessoas ciganas, de um modo geral. Como iremos constatar esta situação de dificuldade de acesso a habitação é uma das apontadas como sendo um fator de discriminação. Apesar das dificuldades, das 98 pessoas inquiridas, 43 vivem em casas clássicas nas povoações de Aldeia Verde e em alguns pontos da cidade (Gráfico 29). Os restantes vivem no Bairro Uma Só Cor, estando 32 deles a viver em casa pré-fabricadas e 23 em barracas.

**Gráfico 29 - Tipo de alojamento**



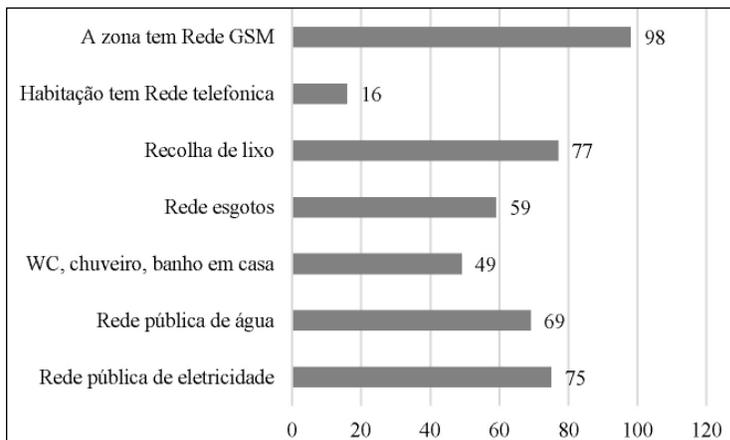
As condições de higiene e saúde assim como um mínimo de qualidade de vida são afetadas pelas condições habitacionais e as infraestruturas que servem as habitações. Constatámos que apenas 49 inquiridos indicaram ter wc, chuveiro, ou banho em casa, mas todas as zonas que visitámos estão servidas por rede GSM<sup>30</sup> permitindo a equipamentos móveis a ligação de dados e voz. Apenas 16 inquiridos responderam que possuíam linha telefónica em casa. Em termos de salubridade 77 dos inquiridos afirmaram serem servidos pela recolha de lixo municipal e embora a rede de esgotos municipais tenha uma cobertura de todas as zonas habitacionais das pessoas ciganas, apenas 59 afirmam possuir rede de esgotos na sua habitação. Relativamente à rede pública de fornecimento de água, embora a sua distribuição esteja garantida por todo o concelho, apenas 69 confirmam ter água da rede pública nas suas habitações. A rede elétrica na habitação é uma infraestrutura que 75 dos inquiridos afirma fazer parte da sua habitação.

A utilização da água no Bairro Uma Só Cor, reveste-se de algumas particularidades. Muitas vezes o fornecimento de água é interrompido pelos serviços municipais por falta de pagamento, o que ocasiona o carregamento de água da casa de outros familiares para as suas habitações. Quando conseguem arranjar dinheiro para pagar a fatura anterior a ligação da água volta a ser restabelecida.

.....

30 GSM- *Global System for Mobile Communications*, ou "Sistema Global para Comunicações Móveis"

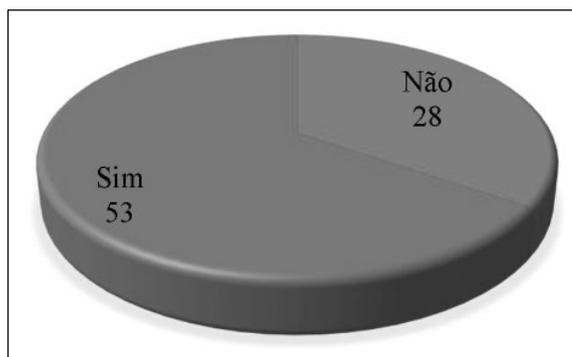
**Gráfico 30 – Identificação de infraestruturas existentes**



Comparando os resultados da nossa investigação com os resultados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (2014) no que se refere a infraestruturas, verificámos existir apenas alguma aproximação na habitação possuir eletricidade. A nossa investigação aponta para cerca de 75% dos inquiridos ter eletricidade, o ENCC aponta 77,4%. Já no abastecimento de água os valores locais são de 69% e o ENCC é de 75,3%. Relativamente a wc e banho o nosso estudo aponta para apenas 49% dos inquiridos ser possuidor dessa infraestrutura ao passo que o ENCC aponta para 73,2 % possuir essas condições, ou seja, em termos específicos a situação neste município é mais precária.

Para que se conheça a relação da população com as tecnologias, é importante conhecer também os problemas que afetam essa população. Foi o que procurámos fazer com a pergunta do nosso questionário que procura identificar os problemas e carências da zona.

**Gráfico 31 – Existência de problemas e carências na zona**



Os problemas que os nossos inquiridos nos referiram como mais significativos foram: os pisos dos acessos, com 49 casos, ilustram o problema que afeta os moradores do Bairro Uma Só Cor, pois durante o inverno o piso das ruas torna-se intransitável quer para pessoas quer para veículos. Por isso talvez seja o problema mais referido.

Segue-se de muito perto a indicação do problema da habitação inadequada, com 42 pessoas a referi-lo. A maioria dos casos de habitação inadequada tem origem no Bairro Uma Só Cor não só pela existência de barracas, mas também pelas casas pré-fabricadas que já não se adequam às famílias que lá vivem.

**Fotografia 12 - Barraca no Bairro Uma Só Cor**



Foto do autor

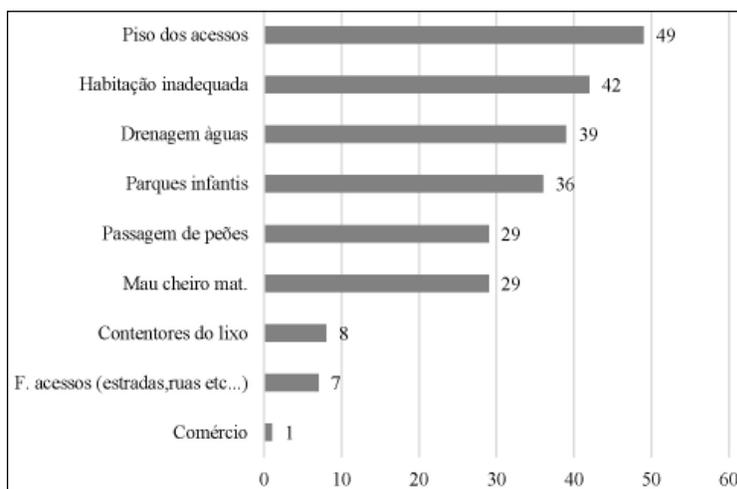
**Fotografia 13 - Barraca no Bairro Uma Só Cor**



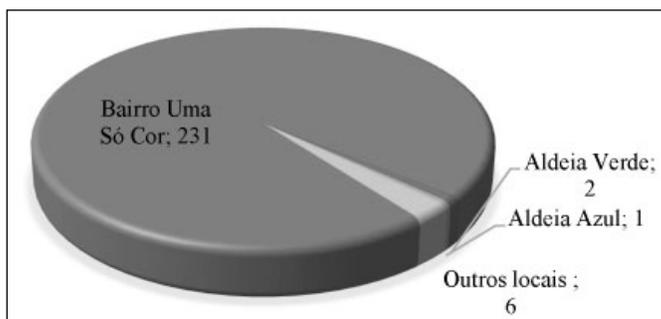
Foto do autor

Ainda em relação ao Bairro Uma Só Cor, são referidos os seguintes problemas (Gráfico 32): a drenagem de águas, referida por 39 pessoas que afirmam que quando chove intensamente, a água invade as suas habitações; outros inquiridos salientam a ausência de parque infantil para as crianças que ali vivem (36 inquiridos); a ausência de sinalização de passagem de peões na única travessia da estrada das Aldeia Verde é referida por 29 inquiridos; outros 29 salientam a presença de cheiros nauseabundos oriundos do matadouro que se encontra paredes meias com o Bairro Uma Só Cor. Referidos com menos frequência, aparecem como problemas a ausência de contentores do lixo, 8 casos; a falta de acessos com 7 casos e 1 caso refere a ausência de comércio na zona.

**Gráfico 32 - Identificação de problemas e carências na zona de residência**

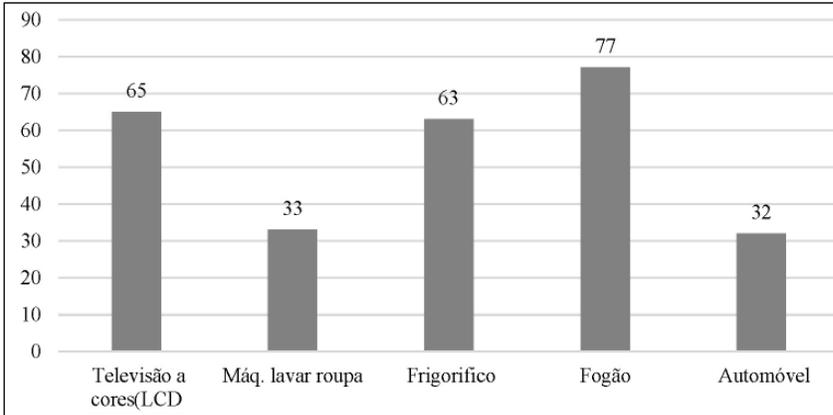


**Gráfico 33 - N° de problemas na zona de residência**



Ainda no domínio das condições habitacionais, em relação a serviços e equipamentos, 77 inquiridos indicaram possuir fogão para a confeção de alimentos, 65 possuem televisão a cores, 63 inquiridos têm frigorífico, 33 possuem máquina de lavar roupa e 32 declaram possuir veículo automóvel (Gráfico 34).

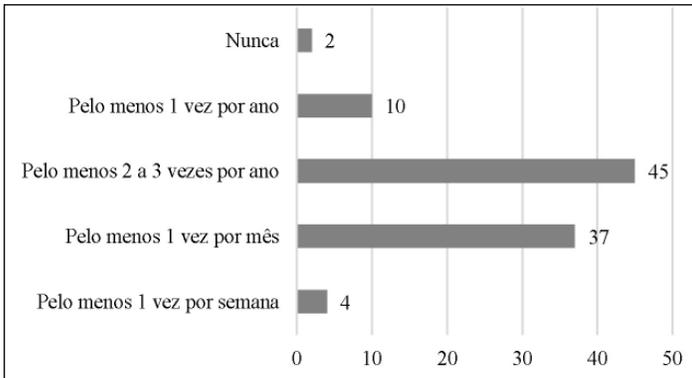
**Gráfico 34 - Serviços e equipamentos na habitação**



No que se refere ao acesso à saúde as condições são francamente melhores: apenas 1 dos 98 inquiridos declarou que não tinha médico de família. Ou seja, também no que se refere a este item, acesso a médico de família, a nossa investigação está de acordo com os resultados do ENCC que aponta para 92% as pessoas ciganas que têm médico de família (Mendes et al., 2014, p.200).

A maioria dos casos, ou seja, 45 dos inquiridos, diz que vai ao médico pelo menos 2 a 3 vezes por ano, 37 vão ao médico pelo menos 1 vez por mês, 10 fazem-no pelo menos 1 vez por ano (Gráfico 35). De entre estas pessoas 4 pessoas necessitam de consultas médicas semanalmente e 2 inquiridos declaram nunca procurarem ajuda médica.

**Gráfico 35 - N° de idas ao médico**



Relativamente ao plano de vacinação nacional, a larga maioria dos inquiridos (96) indica que cumpre esse plano, apenas 2 revelam que não cumprem o plano (Tabela 17). Fazendo ainda a comparação com o ENCC, os ciganos locais revelam cumprir rigorosamente os planos de vacinação pois apurámos que 98%

dos inquiridos tem as vacinas atualizadas no ENCC essa percentagem é “Sendo a vacinação outro dos aspetos considerados observa-se que 71,3% dos casos de indivíduos com filhos com menos de 18 anos têm as vacinas em dia” (Mendes et al., 2014, p.204).

**Tabela 17 – Vacinação dos inquiridos**

Tem o plano de vacinação em dia?		
	Frequência	Percentagem
Sim	96	98,0
Não	2	2,0
Total	98	100,0

### 9 - Escolaridade e (i)literacia das pessoas ciganas inquiridas

Saber ler, como diz Freire (1967), é “um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores.”. (p.104). Saber ler é uma competência básica para qualquer ação da vida social ou económica. Não saber ler é um fator de afastamento do mundo real, onde saber ler e escrever já não é suficiente. Não saber ler e não ter frequentado a escola tem também consequências neuronais, como no ponto 2 da nossa dissertação referimos, a aprendizagem da leitura e escrita precocemente, acrescenta capacidade cognitivas que melhoram a capacidade cerebral em decompor informação, permitindo mais rapidamente relembrar informação com mais exatidão (Reis, 2002).

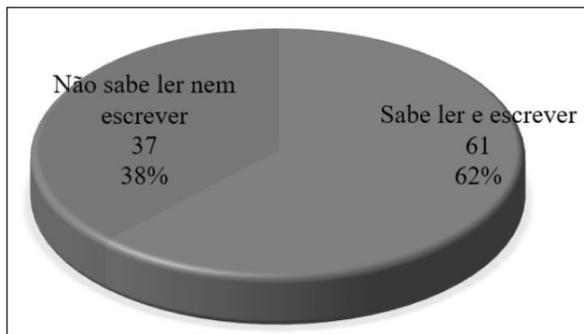
De acordo com Nunes (1996) “a cultura cigana é ágrafa, não tem literatura, é apenas perpetuada pela tradição oral e por uma língua que tende a desaparecer, por perda da estrutura própria” (p.22). No entanto essa tradição oral transmitiu aos seus elementos a sua cultura única, saber quando partir de um local, saber a localização e calendário das “feiras” ou ainda olhar um animal e entender a sua idade e estado de saúde. Nunes (1996) confirma-nos essa característica,” O facto de ignorarem a leitura e a escrita, não os impede de obterem muitos conhecimentos que vão apropriando no especto prático. (...). Possuem boa memória visual e auditiva, grande imaginação, estupendo sentido de orientação e perfeitos conhecimentos topográficos (...) (p.139).

Algumas pessoas do grupo minoritário que estudámos, “os ciganos”, estão numa situação particularmente difícil, as atividades tradicionais a que se dedicavam estão extintas ou estão a extinguir-se muito rapidamente. Na sociedade contemporânea, os ciganos reconhecem que saber ler e escrever tornou-se importante pelo menos para que possam ter a carta de condução, mas também para a interação social e acesso pleno a uma cidadania efetiva e participação cívica. Hoje “Muitos pais e mães ciganos têm a expectativa de que os filhos, neste momento a frequentar

a escola, possam concluir um nível de ensino que lhes garanta uma melhor inserção global no mercado de trabalho.” (Magano, 2017, p.172).

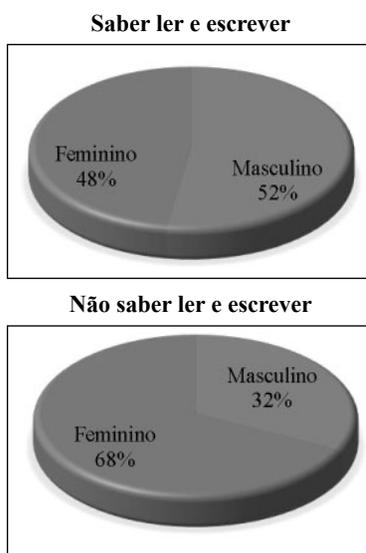
No que se refere à população estudada, entre as famílias dos ciganos inquiridos, todas as crianças frequentam a escola. Na pergunta “Sabe ler e escrever?” do nosso questionário, procurámos conhecer a situação educacional das pessoas ciganas. Dos 98 inquiridos, 62% (61 indivíduos) responderam que sabiam ler e escrever, 38% (37 indivíduos) reponderam não saber ler nem escrever (Gráfico 36).

**Gráfico 36 - Situação perante a leitura e a escrita**



Cruzando as variáveis “Saber ler e escrever “e “sexo” (Gráfico 37), verificámos que as pessoas do sexo feminino se encontram representadas em menor número. No grupo dos que sabem ler, 61 indivíduos, 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Relativamente aos 37 que não sabem ler a diferença é mais significativa, pois 32% são do sexo masculino e 68% são do sexo feminino.

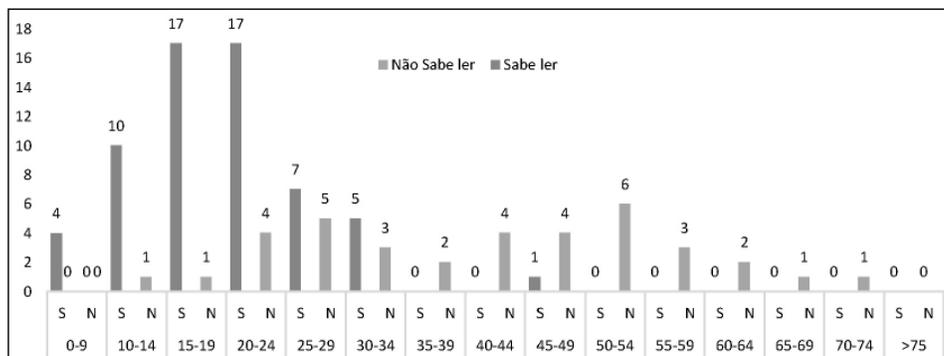
**Gráfico 37 - Saber ler e escrever por sexo**



Saber ler e escrever não se deve exclusivamente à frequência obrigatória da escola, fruto da imposição do RSI, mas também passou a ser valorizado como forma de obter a carta de condução. Saber ler e escrever nas gerações mais novas é de facto uma mudança muito importante para as pessoas ciganas, vindo a quebrar um ciclo de analfabetismo que durou séculos. No gráfico 38 observa-se que as competências de leitura e escrita estão presentes apenas até ao grupo etário dos 30-34 anos. A realidade observada junto aos inquiridos está em acordo com o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (2014).

Na esfera educativa, podemos concluir que a atual geração estuda até um pouco mais tarde do que a geração dos seus pais. Passou-se de uma situação de analfabetismo ou abandono da escola no 1º ciclo para o patamar da frequência e conclusão do 2º ciclo. Ainda assim, são muito raros os ciganos que completem o ensino obrigatório, estipulado atualmente para 12 anos (Lei 82/2009 de 27 de agosto, Diário da República, 1ª série, n.º 166). (Mendes et al., 2014)

**Gráfico 38 - Saber ler e escrever por grupo etário**



Embora algumas pessoas ciganas tenham declarado saber ler e escrever, através das entrevistas que realizámos, conseguimos perceber as dificuldades sentidas pelas pessoas ciganas nas competências da leitura e da escrita. Esta evidência é referida pelos entrevistados que são monitores dos Espaços Internet e CID, que na sua interação diária com pessoas ciganas se apercebem destas dificuldades. Por exemplo, é o que refere o E2 e E3.

Há frequentadores que mal sabem fazer o nome, têm o 4º ano de escolaridade, dizem eles que têm o 4º ano, não sei se terão o 4º ano por aquilo que escrevem parece que não têm o 4º ano (...) porque há ali vários campos para preencher e eles às vezes nem os conseguem preencher todos, tenho que lhes dar uma ajuda para preencher tudo (...) porque ele ler, lê muito pouco, tenho que ver e tenho que o estar a ajudar a tirar os números de telefone no computador... (Homem, 52 anos).

Outros monitores também referem as dificuldades de leitura e escrita,

E3-Ajudamo-los a estruturar e saber o que escrever num email para enviar ou saber analisar aquilo que receberam (...) A grande dificuldade que eles têm é a questão de

o saber ler e do saber escrever, é o que dificulta este processo (...) ao não saber ler, a própria imagem do carro fala por si, embora eles não tenham grande capacidade de leitura, a grande dificuldade é mesmo o saber escrever um email e receber um email, para isso precisam de apoio. (Homem, 31 anos).

E1- Eles não estão muito interessados em aprenderem, porque inclusivamente se eles conseguissem, por exemplo abrir uma folha word e fazermos uns pequenos ditados até sobre informática! Podia ser que eles até escrevessem melhor ou isso, mas eles não estão muito interessados. (Mulher, 56 anos).

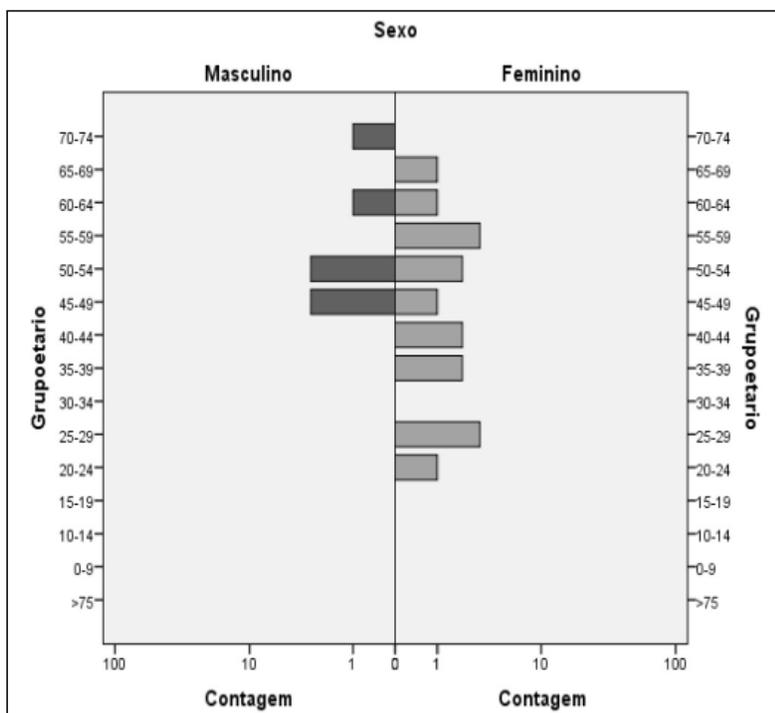
Através da aplicação do inquérito por questionário procurámos também conhecer a situação dos inquiridos relativamente ao facto de terem ou não frequentado algum estabelecimento de ensino (Tabela 18). Dos 98 inquiridos, 22 encontram-se a frequentar a escola, 52 dizem ter frequentado a escola e 24 disseram nunca ter frequentado qualquer estabelecimento de ensino, sendo mais visível neste aspeto o que se refere às mulheres, em que há mulheres relativamente jovens que não frequentaram a escola. Entre os homens são menos os que não foram à escola e são mais velhos.

**Tabela 18 - Frequência escolar**

Frequenta(ou) a Escola						
Grupo etário	Frequentei		Nunca frequentou		Estou a frequentar	
	Sexo		Sexo		Sexo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
0-9	0	0	0	0	3	1
10-14	0	0	0	0	3	8
15-19	5	6	0	0	2	5
20-24	8	12	0	1	0	0
25-29	8	1	0	3	0	0
30-34	6	2	0	0	0	0
35-39	0	0	0	2	0	0
40-44	1	1	0	2	0	0
45-49	0	1	3	1	0	0
50-54	0	1	3	2	0	0
55-59	0	0	0	3	0	0
60-64	0	0	1	1	0	0
65-69	0	0	0	1	0	0
70-74	0	0	1	0	0	0
>75	0	0	0	0	0	0
Totais	28	24	8	16	8	14
	53,8%	46,2%	33,3%	66,7%	36,4%	63,6%
	52		24		22	

As pessoas que disseram nunca ter frequentado a escola, são maioritariamente mulheres (66,7%), sendo o dobro dos homens (33,3%). Do cruzamento da variável “frequenta(ou) a escola” com a variável “grupo etário” resulta a evidência de que os homens que dizem nunca ter frequentado a escola, pertencem aos grupos etários a partir dos 45-49 anos, ao passo que as mulheres que nunca frequentaram a escola pertencem a grupos etários a partir dos 20-24 anos. Conforme é evidente no Gráfico 39 as mulheres ciganas não têm tido a mesma oportunidade de acesso à escola que os homens.

**Gráfico 39 - Pirâmide etária das pessoas que não frequentaram a escola**



Alguns dos homens que nunca frequentaram a escola ou a abandonaram muito precocemente manifestaram lamentar a situação, em comentários que pronunciaram, quando lhes perguntámos sobre a frequência da escola, estes inquiridos referiram que gostariam de ter aprendido a ler e escrever para pelo menos poderem obter a carta de condução.

Embora os 12 anos de escolaridade obrigatórios ainda não fazerem parte dos hábitos escolares das pessoas ciganas residente no concelho, parece-nos existir uma evolução positiva no relacionamento dos ciganos com a escola, como a nossa entrevistada E4 nos descreve,

E4 - (...) existe um número significativo de crianças ciganas e posso dizer-lhe que aquilo que está a acontecer em termos de aprendizagem que têm as mesmas carac-

terísticas que as outras crianças não ciganas (...) neste momento temos crianças e jovens pré-adolescentes ciganas, pré-adolescente com 13/ 14 anos, o que também à partida é um dado muito interessante tendo em conta o grupo de que estamos a falar, que estão integradas em turmas de 1º ciclo e estão a cumprir os programas sem dificuldades de maiores. Portanto, muito bem integradas em turmas e que inclusivamente no meio de algumas turmas se olharmos para elas fisicamente conseguimos ver pelos traços pela fisionomia que hão de ser crianças de etnia cigana mas que de resto não se distinguem do resto das outras crianças e que mesmo em termos sociais, de brincadeiras no recreio, que estão integradas e que frequentam atividades que não eram usual frequentarem, do tipo de irem à natação, de irem às visitas de estudos, porque os pais ciganos não deixavam as suas crianças fazer isto, portanto tem havido uma evolução muito positiva. (...) os motivos, atribuo que possa ter havido um ponto de partida, mas quere-me parecer que em determinado momento as famílias ciganas começaram, e isso é muito importante, começaram a ver a escola numa perspetiva diferente, não acredito que neste momento eles vejam isto como um futuro que lhes assegure uma profissão, mas começaram a valorizar competências de leitura e de escrita que para aquilo que é a sua vida no dia-a-dia são muito importantes. (Mulher, 61 anos).

De volta aos resultados do inquérito, aprofundámos a nossa pesquisa perguntando aos inquiridos que frequentaram a escola, se a tinham abandonado antes de terem concluído o ano ou o ciclo de estudos que frequentavam. Os resultados obtidos mostram que das 52 pessoas que frequentaram a escola, 39 (75%) abandonaram os estudos antes de terminarem o ano letivo que frequentavam.

Em relação ao grau de ensino que frequentaram, podemos observar na tabela 19 os níveis de estudo frequentados, assim como o abandono escolar por ano letivo frequentado. Nesta tabela constatámos que a maioria dos abandonos escolares ocorreu logo no 1º Ciclo de estudos com uma percentagem de abandono de 83%. O ciclo de estudos que frequentaram de maior nível foi o 3º ciclo, nenhum dos inquiridos frequentou o ensino secundário nem o universitário. No geral, a percentagem de abandono foi de 75%.

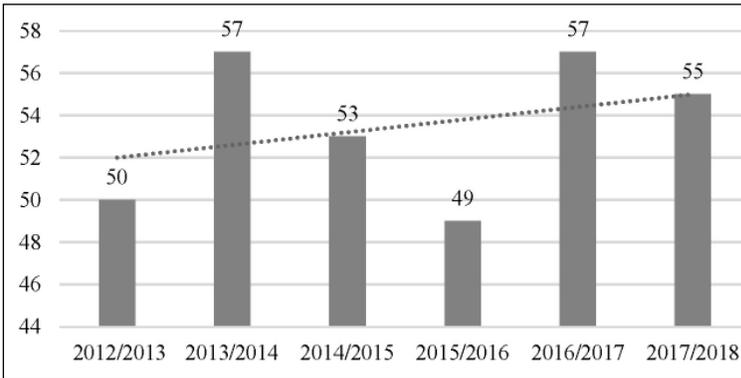
Em relação ao abandono escolar dos inquiridos não se verifica diferença significativa entre géneros, dos 39 casos que abandonaram a escola, 20 casos são do sexo masculino e 19 do sexo feminino. O 9º ano de escolaridade foi o grau de ensino mais elevado que os ciganos do concelho frequentaram (Tabela 19). Não há registos de frequência do ensino secundário ou superior.

Para a pesquisa sobre o tema educação pedimos colaboração ao Agrupamento de Escolas. Foi-nos fornecida informação muito relevante, nomeadamente o número de alunos matriculados nos anos letivos de 2012/2013 a 2017/2018. A análise aos números fornecidos mostra-nos que o número de alunos ciganos a frequentar os estabelecimentos de ensino, demonstra uma tendência crescente, embora tímida, conforme o gráfico 40 demonstra. Para melhor compreendermos os dados desenhamos uma linha de tendência linear que infere um crescimento do número de crianças ciganas a frequentar os estabelecimentos de ensino.

**Tabela 19 - Abandono escolar**

Ano que frequentou, mas abandonou			
Ciclo	Ano letivo	Frequência	Abandonou
1º ciclo	1	3	3
	2	6	6
	3	10	10
	4	5	1
	Total	24	20
2º ciclo	5	4	4
	6	10	6
	Total	14	10
3º ciclo	7	5	3
	8	3	3
	9	6	3
	Total	13	9
<b>Secundário</b>	Total	0	0
<b>Universitário</b>	Total	0	0

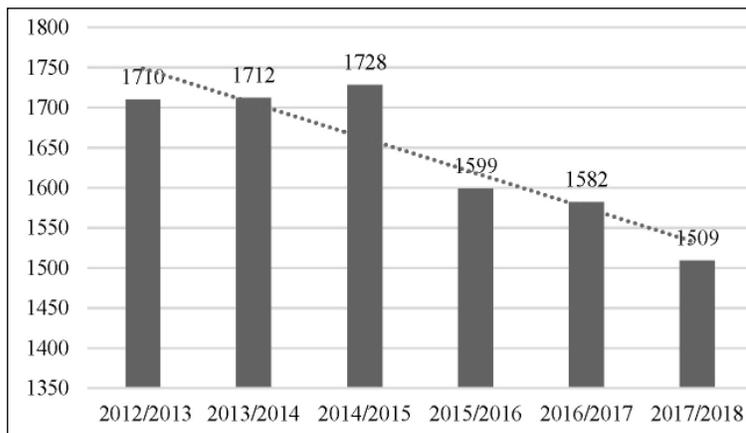
**Gráfico 40 - Evolução do nº de alunos ciganos na escola**



Fonte: Dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas

Fizemos o mesmo exercício (Gráfico 41) com o número de alunos não ciganos que frequentaram os estabelecimentos de ensino do concelho, do qual verificámos uma tendência contrária e mais acentuada, isto é, verifica-se uma tendência para a diminuição do número de alunos que estudam nos estabelecimentos de ensino do concelho.

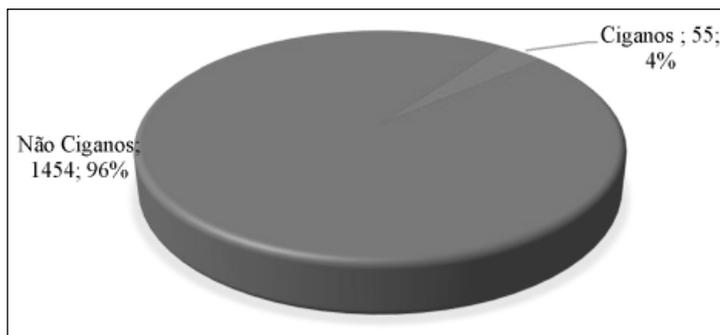
**Gráfico 41 - Evolução do nº de alunos não ciganos na escola**



Fonte: Dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas

Como se pode observar o gráfico 42 a população estudantil cigana no concelho é muito reduzida em relação aos não ciganos, dos 1509 alunos matriculados em 2018, apenas 4% são ciganos o que corresponde a 55 alunos, os não ciganos são 96%, correspondendo a 1454 alunos.

**Gráfico 42 - Percentagem de alunos ciganos e não ciganos**



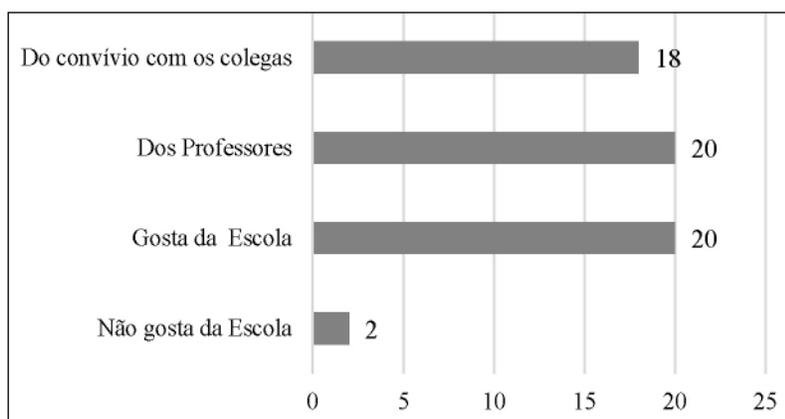
**Tabela 20 - Alunos a frequentar a escola**

Alunos ciganos inquiridos a frequentar a escola - sexo - idade					
Grupo etário	Sexo				
	Masculino	Feminino			
	N	N	Soma	Mínimo	Máximo
0-9	3	1	4	8	17
10-14	3	8	11		
15-19	2	5	7		
Total	8	14	22		

Na nossa investigação, dos 98 inquiridos 22 são estudantes. São 14 jovens do sexo feminino e 8 do sexo masculino, relativamente às idades, estas variam entre os 8 e os 17 anos (Tabela 20).

A todos os jovens ciganos que se encontram a frequentar a escola dos 8 aos 17 anos colocámos a questão “Do que gosta da escola”, pergunta que procurava conhecer a sua relação afetiva com a escola. Dos 22 estudantes inquiridos, 2 referem não gostar da escola, os restantes 20, indicam gostarem da escola e dos professores e 18 referiram gostar do convívio com os outros colegas (Gráfico 43).

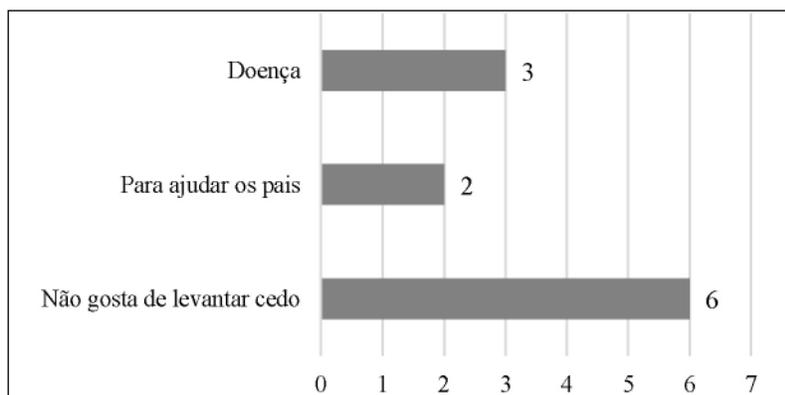
**Gráfico 43 - Do que gosta da escola**



Quando questionados sobre se era habitual faltarem à escola, os jovens estudantes ciganos responderam em igualdade de proporções, ou seja, metade diz que sim (11) e a outra metade (11) responde que não costuma faltar à escola.

Os motivos apontados pelos 11 inquiridos para faltar à escola são: “Não gosta de levantar cedo”, 6 casos; por “doença”, 3 casos e “para ajudar os pais” com 2 casos.

**Gráfico 44 - Costuma faltar à escola?**



Relativamente ao absentismo escolar, os nossos entrevistados permitiram-nos perceber que as famílias têm um papel decisivo na relação dos seus filhos com a escola conforme a entrevistada E4 nos refere,

E4 - Se as famílias não quiserem investir na educação, não valorizarem a educação, sejam elas ciganas, não-ciganas sejam aquilo que for, as crianças nunca serão bem-sucedidas no sistema educativo. Portanto, quero-me parecer que se houver uma atitude positiva por parte das famílias, isto já é um ótimo contributo, em relação à escola (...). (Mulher, 61 anos).

Interessou-nos também conhecer como é que as pessoas ciganas perspetivam a relação dos jovens com a escola, com especial incidência sobre o género feminino.

**Tabela 21 - Frequência escolar das raparigas**

<b>Considera que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem</b>		
	N	%
Não	35	44,3
Sim	43	55,7
Total	78	100,0

Os inquiridos quando questionados sobre se “Consideram que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem” (Tabela 21) evidenciaram muita convicção nas suas opções.

Como já tínhamos referido aplicámos o questionário diretamente aos inquiridos, explicando as perguntas e anotando as respostas dadas. Da nossa percepção pela observação, verificámos que este tema era importante para os inquiridos, alguns dos que responderam “Não” explicaram mesmo os motivos porque consideravam ser crucial as meninas ciganas abandonarem precocemente a escola. Embora o nosso questionário não indagasse os motivos das respostas, algumas pessoas manifestaram espontaneamente a sua opinião, explicando-nos que as raparigas deveriam sair da escola assim que o seu aspeto físico fizesse a transição de raparigas para “mulherzinhas”, isto é, as raparigas deveriam sair da escola a partir do momento que pudessem ser alvo do interesse dos rapazes não ciganos. Sair da escola seria assim uma forma de proteger as raparigas de um possível namoro com um não cigano e principalmente proteger a sua virgindade. Esta justificação está de acordo com Magano e Mendes (2013) quando afirmam que “A razão para esta limitação imposta às raparigas visa garantir que casem dentro do grupo, para a manutenção de estratégias matrimoniais endogâmicas, para isso, restringem-se os contactos com os não ciganos, a partir da puberdade.” (p.6).

Dos 78 inquiridos que responderam à pergunta, 43 pessoas, a maioria, responderam que sim, os que responderam que as meninas deviam sair da escola mais precocemente foram 35.

Relativamente à presença dos rapazes na escola as respostas são unânimes e afirmativas, conforme a tabela 22 evidencia.

**Tabela 22 - Frequência escolar de rapazes**

<b>Considera que os rapazes devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem</b>		
	Nº de inquiridos	%
Não	0	0
Sim	78	100
Total	78	100

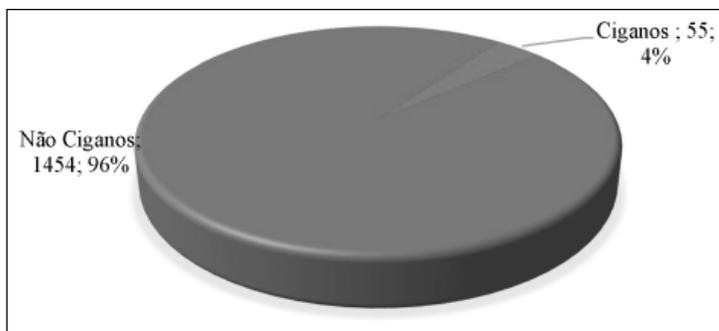
Colocando a questão relativamente à frequência até ao 12º ano, por parte de ambos os sexos, na (Tabela 23), os 78 inquiridos voltam a manifestar a sua posição face ao género feminino. 45 inquiridos responderam que consideravam que ambos os sexos deveriam frequentar a escola até ao 12º ano e 33 consideram que apenas os rapazes o deveriam fazer. Estas 33 pessoas, relativamente ao género apresentam pouca diferença, 17 homens e 16 mulheres, já as pessoas que consideram que ambos os sexos devem frequentar a escola até ao 12º, são as mulheres que mais manifestam essa opinião com 26 casos, os homens foram 19 que concordam com essa posição. Relativamente ao fator idade foram as mulheres do grupo etário dos 20-24 anos que mais se pronunciaram positivamente.

**Tabela 23 - Frequência escolar no 12º ano por idade e sexo**

<b>Considera que todos devem frequentar a escola até pelo menos ao 12º ano</b>				
<b>Grupo etário</b>	<b>Não</b>		<b>Sim</b>	
	<b>Sexo</b>		<b>Sexo</b>	
	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
0-9	0	0	0	0
10-14	0	1	0	0
15-19	2	3	3	4
20-24	3	2	5	11
25-29	4	4	4	0
30-34	3	0	3	2
35-39	0	0	0	2
40-44	1	1	0	2
45-49	2	2	1	0
50-54	1	1	2	2
55-59	0	2	0	1
60-64	1	0	0	1
65-69	0	0	0	1
70-74	0	0	1	0
>75	0	0	0	0
Soma	17	16	19	26
Total	33		45	

À pergunta “seria importante a existência de professores ou funcionários ciganos nas escolas”, 62 dos inquiridos (a maioria), responderam que “sim”, 9 inquiridos não concordam com a presença de pessoas ciganas nas escolas e 7 consideram que “seria igual”, portanto indiferente a presença de pessoas ciganas nos estabelecimentos de ensino.

**Gráfico 45 - Seria importante existirem nas escolas professores e funcionários ciganos**



A presença de pessoas ciganas nas escolas, a exercer funções profissionais, é acolhida positivamente pela grande maioria dos inquiridos, conforme é evidenciado no gráfico 45, neste sentido, citamos a experiência da entrevistada E4 relativa ao trabalho desenvolvido por uma pessoa cigana na escola onde exerceu funções.

E4 -já houve um mediador cigano que fazia a ligação entre as crianças da escola primária e o Bairro Uma Só Cor. Posso dizer-lhe que resultou, foi uma excelente forma de integração e quere-me parecer, isto na minha opinião, que foi o início de todo este processo de inclusão e de sucesso de alguns miúdos no sistema de ensino (...) acompanhava as crianças e que estava o dia inteiro na escola com elas porque ia desenvolvendo outros trabalhos e fazia a ligação com as famílias (...). (Mulher, 61 anos).

De acordo com esta entrevistada, o facto de ter existido um mediador cigano teve sucesso e foi dado um enorme passo para a integração das crianças no meio escolar, assim como para estabelecer uma relação de confiança quanto à escola por parte dos pais. No entanto, mesmo perante o sucesso da ação, esta não teve continuidade, porque faltaram as respostas institucionais à contratação do mediador cigano como nos esclarece a nossa entrevistada.

E4 - aquilo que aconteceu foi muito positivo, quer-me parecer que neste momento isso não existe porque faltaram as respostas institucionais, seja a que nível for, não basta em determinadas situações, faltou por exemplo em relação às autarquias, não basta as autarquias quererem meter uma pessoa, há procedimentos que têm que ser realizados e são muito burocráticos e nem sempre são os mais fáceis. Mas sim, foi um trabalho

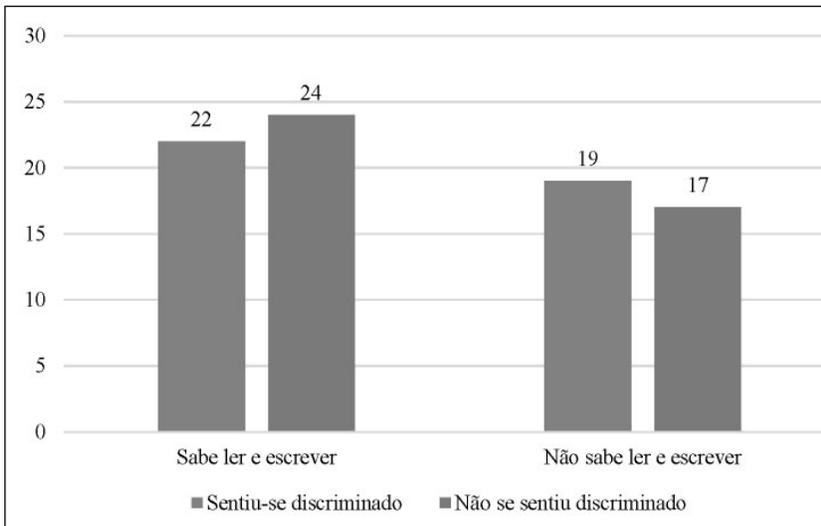
positivo que foi desenvolvido e não há respostas institucionais que possam para já permitir que essa situação, a que eu não gosto de chamar experiência... (Mulher, 61 anos).

## 10 - Sentimentos de discriminação, participação e cidadania

Procurámos também saber se as pessoas ciganas inquiridas se sentiam discriminadas. As respostas obtidas foram divididas em igual proporção entre o sim e o não, relativamente ao género não se verificaram diferenças significativas. Para os 41 indivíduos que se sentem discriminados, 20 são do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Para o grupo de pessoas que responde não se sentir discriminada, 17 são do sexo masculino e 24 do sexo feminino.

Cruzando a variável “Sentir-se discriminado” com a variável “saber ler e escrever” verificamos que as pessoas que sabem ler e escrever apresentam um número de casos (22) superior às pessoas que não sabem ler e escrever (19), ou seja, podemos concluir que o aumento da escolaridade permite uma maior perceção das situações de discriminação (Gráfico 46).

**Gráfico 46 - Sentir-se discriminado em função de saber ler e escrever**



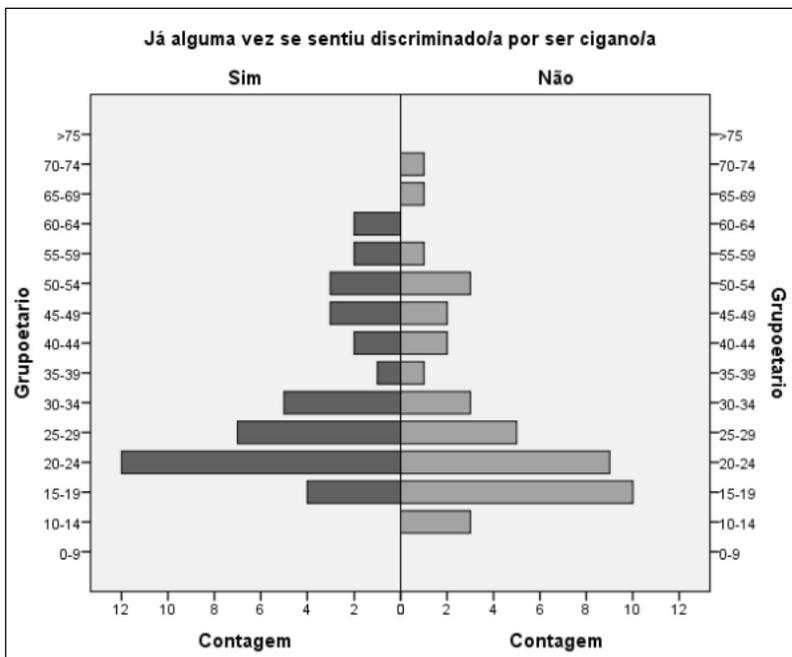
Em termos de idade, na nossa investigação, não detetámos diferenças significativas entre as pessoas que se sentem discriminadas e as que não se sentem.

No grupo de estudo, 50% dos inquiridos dizem que se sentem discriminados. Estes resultados embora com menos significação, estão em consonância com os resultados avançados pelo ENCC em que é referido que “cerca de 60% já se sentiram discriminados”. (Mendes et al., 2014, p.213).

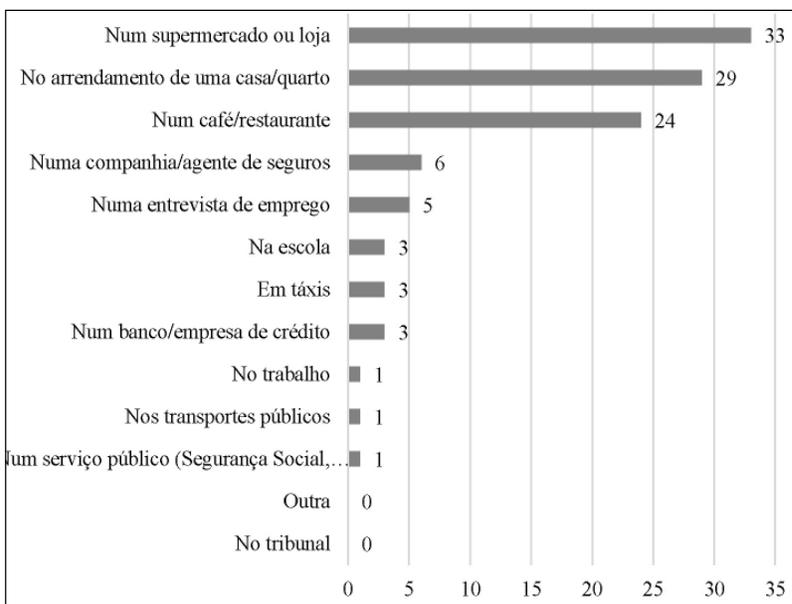
Quanto às situações apontadas em que se sentiram discriminados (Gráfico 48), os 82 inquiridos que responderam à pergunta, indicaram 3 grandes circunstâncias de discriminação: Com 33 casos “Num supermercado ou loja”; com 29 casos

“No arrendamento de uma casa ou quarto” e com 24 casos “Num café ou restaurante”. Seguiram-se outros motivos explanados no gráfico 48, dos quais salientamos 3 casos que referiram a “escola” como local onde se sentiram discriminados.

**Gráfico 47 - Pirâmide etária relativa a sentir-se discriminado**

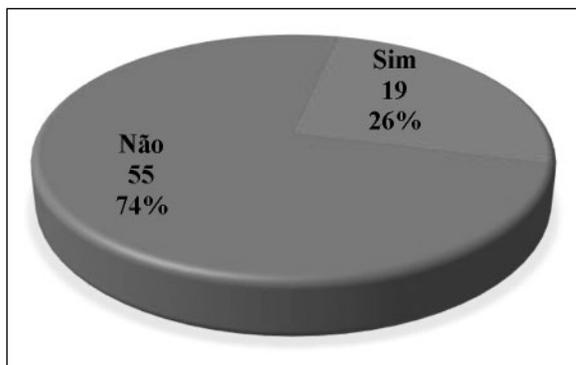


**Gráfico 48 - Situações em que se sentiu discriminado**



Tentando aferir modos de participação cívica, os inquiridos foram questionados sobre a sua participação nas eleições. Os resultados revelam que de entre os 74 inquiridos com possibilidade de o fazerem, apenas 19 (26%) pessoas foram votar nas últimas eleições (Autárquicas 2017), os restantes 55 (74%) não o fizeram. Esta fraca participação no ato eleitoral pareceu-nos não ser simplesmente o ato de ignorar as eleições, mas sim um ato consciente de não participação, ou seja, até mesmo de retaliação pelos poderes que sistematicamente os segregam e ignoram.

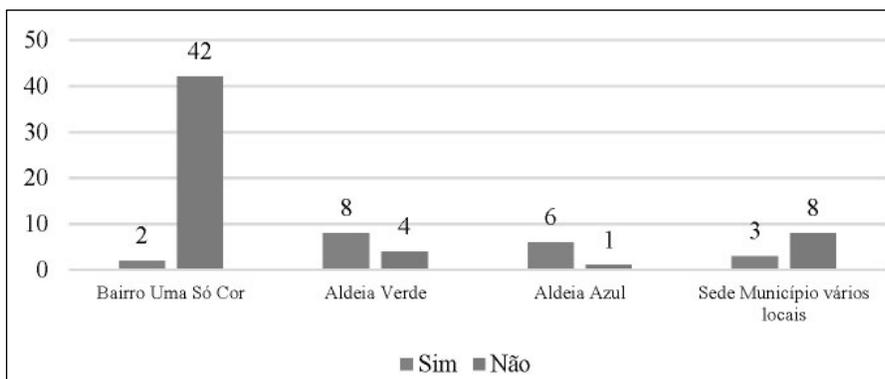
**Gráfico 49 - Participação nas eleições votando?**



O preenchimento dos questionários foi realizado pelo investigador, para que isso fosse possível foi necessário estabelecer alguma confiança entre as pessoas inquiridas e o investigador. Durante esse período aconteceram conversas e algumas vezes, queixas ou lamentos por parte dos inquiridos sobre a forma como vivem e se sentem. Nestas circunstâncias é inevitável que o investigador desempenhe o papel de observador (Casa-Nova, 2009).

Os inquiridos quando questionados sobre se participavam nas eleições, por vezes deixavam escapar alguns comentários sobre votar ou não votar, deixando ficar a entender que não votavam porque se sentiam abandonados pelo poder e por isso não se apresentavam para votar. No gráfico 50, o Bairro Uma Só Cor evidencia a diferença entre as 42 pessoas que não votam e as 2 que votam. Nos restantes locais essa diferença não é tão acentuada. A nossa interpretação pela diminuta participação nas eleições deve-se ao facto de considerarmos que muitas pessoas interpretarem o ato de não votar como forma de uma ação negativa ao poder. Esta situação é mais acentuada no bairro que como já demonstrámos acima, é o local onde existem mais problemas de habitação e de estruturas urbanas.

**Gráfico 50 - Participação nas eleições por local de residência**



Através da caracterização sociográfica das pessoas ciganas residentes no território onde foi desenvolvida a investigação, procurámos conhecer melhor alguns dos aspetos da sua vida, nomeadamente algumas características pessoais, a sua situação face ao trabalho, as características do alojamento e condições habitacionais, alguns aspetos relativos à saúde e à educação e à sua vida em sociedade. Embora esta caracterização se tenha alongado na sua descrição consideramo-la fundamental para que possamos contextualizar a relação das pessoas ciganas com a utilização das tecnologias de informação e com a literacia digital. Neste sentido prosseguimos com a apresentação dos resultados obtidos através do nosso questionário.

## **11 - Literacias digitais**

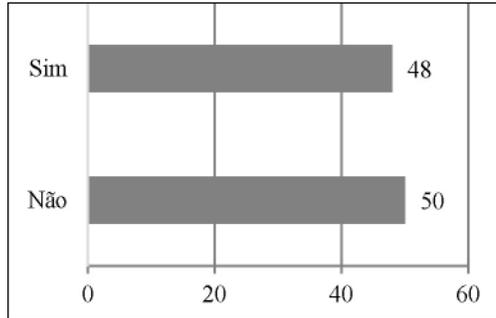
As tecnologias da informação e comunicação encontram-se presentes na maior parte das atividades humanas, desde o trabalho até às atividades de lazer, é uma realidade a que ninguém pode ficar indiferente, sob pena de se ver arredado do mundo real. São necessárias novas competências para além, de saber ler, escrever e contar, para lidar com o digital. É, pois, nesse sentido que procurámos saber como é que as pessoas ciganas inquiridas lidam com as tecnologias de informação.

### **Acesso a equipamentos**

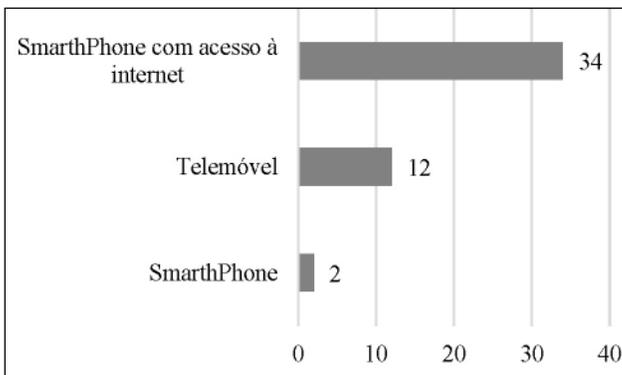
Em Portugal a posse de um equipamento de comunicações móveis ultrapassa em muito o número de habitantes, conforme é publicado no site da Pordata (2017b). Segundo esta fonte, no ano de 2016 existiam 19.927.577 equipamentos de utilizadores do serviço móvel. Perguntámos a todos os inquiridos, mesmo aos menores, se possuíam telemóveis. Apurou-se que entre os 98 inquiridos, 50 não possuem telemóvel e 48 possuíam (Gráfico 51).

Dos que responderam que possuíam telemóveis, 34 possuem *SmartPhones* com acesso à *internet*, 12 são telemóveis simples e 2 são *SmartPhones* sem acesso à *internet*.

**Gráfico 51 - Posse de telemóvel**



**Gráfico 52 - Tipo de equipamento**



**Tabela 24 - Utilização de telemóvel**

Utiliza ou não utiliza telemóvel * sexo				
		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Nunca utilizou	N	16	32	48
	Valor Esperado	21,6	26,4	48
	%	33,30%	66,70%	100,00%
Utiliza	N	28	22	50
	Valor Esperado	22,4	27,6	50
	%	56,00%	44,00%	100,00%

A população inquirida quando questionada sobre se utiliza telemóveis, 50 inquiridos responderam positivamente, 48 responderam que nunca utilizaram telemóveis (Tabela 24). Sobre a utilização de telemóveis confirma-se mais uma vez uma diferença acentuada de género, quer na posse, quer na utilização dos equipamentos de comunicação. No grupo que utiliza os equipamentos, 28 são homens e 22 são mulheres, no grupo que não usa, a diferença de género é mais significativa pois são 32, as mulheres que não usam equipamentos de telecomunicações ao passo que apenas 16 homens dizem não utilizar telemóveis.

**Tabela 25 - Utilização do telemóvel: teste qui-quadrado**

Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	Signifi- cância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	5,086 <sup>a</sup>	1	0,024		

Na tabela 25, aplicando o teste do qui quadrado relativamente à utilização de telemóveis, verificámos que existe evidência estatística pois a Significância Assintótica (Bilateral) é 0,024.

Se o valor do coeficiente de correlação de Pearson for menor que 0,05 podemos concluir que existe uma relação entre variáveis. Se o coeficiente for superior a 0,05 então as variáveis não estão relacionadas. Desta forma, concluimos que a distribuição de categorias de utilização de telemóvel é significativamente diferente entre géneros, sendo a não utilização do telemóvel superior para o sexo feminino.

Relativamente à utilização dos equipamentos móveis, a sua utilização é mais vasta do que fazer e receber chamadas, das 50 pessoas que referiram utilizar telemóveis, 36 usam para SMS<sup>31</sup>, 33 usam para fotos, ouvir música foi referido por 31, usar os *smartphones* como relógio, despertador e alarme e jogar é referido por 29 respondentes, aceder à internet é indicado por 22 inquiridos e apenas 6 referem a utilização do *smartphone* como equipamento GPS<sup>32</sup> (Gráfico 53).

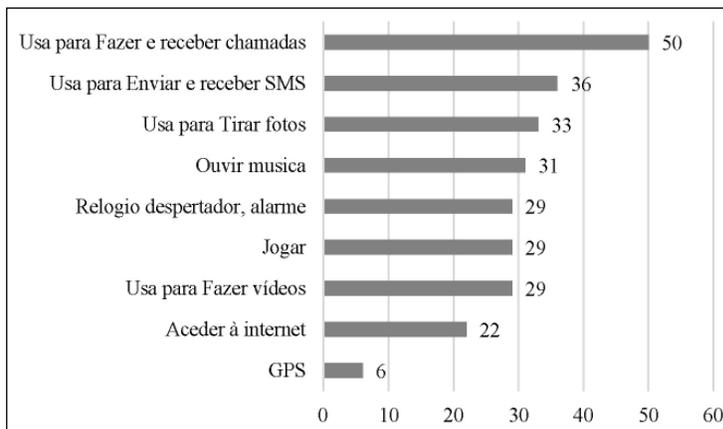
Relativamente aos tempos de utilização diária do telemóvel no gráfico 54 constata-se que 36 inquiridos utilizam os equipamentos por um período inferior a 2 horas diárias, 9 dizem utilizá-lo 2 a 4 horas diárias e 5 indicam um tempo de utilização de 4 a 6 horas.

.....

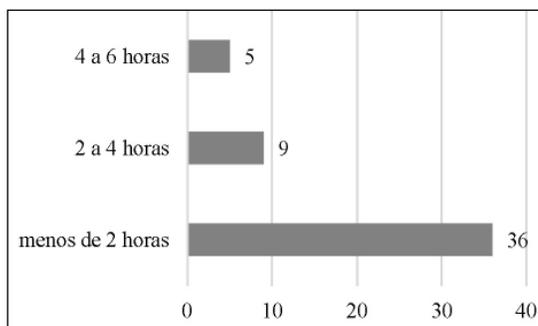
31 SMS (*Short Message Service*) é um serviço disponível em telemóveis para o envio de mensagens até 160 caracteres.

32 GPS (*Global Positioning Service*). Tecnologia de posicionamento que utiliza a triangulação entre satélites para identificar o lugar de um ponto no planeta, através de coordenadas latitude-longitude. <https://www.internetsegura.pt/riscos-e-prevencoes/servicos-de-gps>.

**Gráfico 53 - Utilização do telemóvel**



**Gráfico 54 - Tempo de utilização do telemóvel**

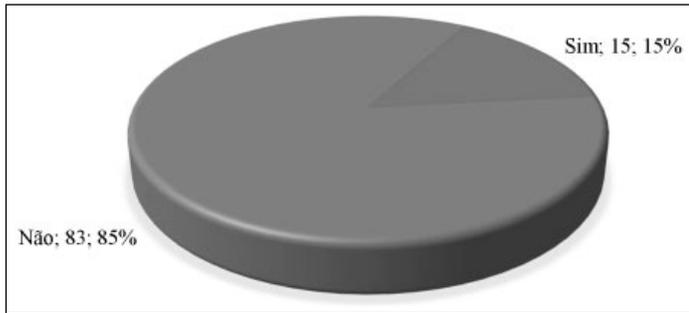


O termo inclusão digital remetia para as questões do acesso às tecnologias de informação e mais propriamente às questões do acesso físico a equipamentos informáticos. A essa diferença no acesso a esses equipamentos, Castells (2007) denominou-a como “infoexclusão”. Se numa fase inicial o acesso físico a equipamentos e à internet, seria o foco da inclusão digital, hoje muitos autores deslocam o foco para a utilização eficaz e criadora das tecnologias de informação, nomeadamente a capacidade de avaliar, selecionar e usar criticamente a informação. Atendendo ao universo em estudo, tivemos em consideração a questão do acesso físico a equipamentos.

Com a pergunta seguinte do nosso questionário, pretendeu-se saber se os inquiridos possuíam computadores: dos 98 inquiridos, 83 indicaram não possuir nenhum computador, tendo 15 dos inquiridos respondido que possuíam (Gráfico 55).

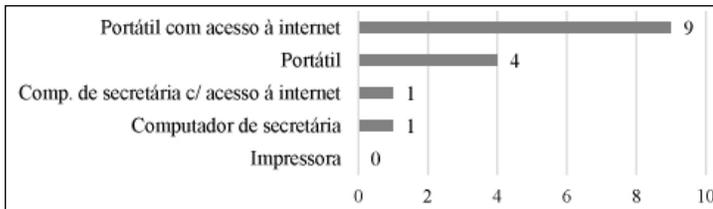
Os tipos de computadores existentes no grupo dos inquiridos são 9 Pcs portáteis com acesso à internet, 4 portáteis sem acesso à net, 1 Pc de secretária com acesso à internet, 1 Pc de secretária sem acesso à internet e nenhuma impressora.

**Gráfico 55 - Posse de computador**



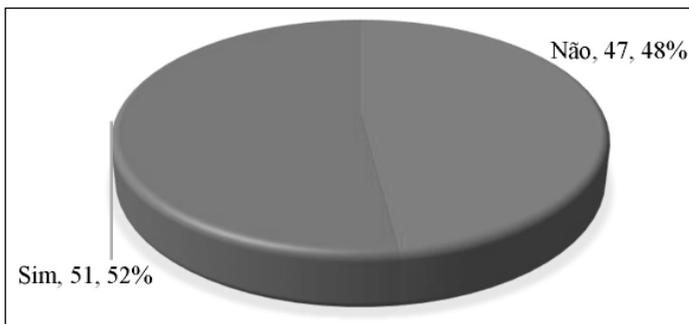
Os tipos de computadores existentes no grupo dos inquiridos são 9 Pcs portáteis com acesso à internet, 4 portáteis sem acesso à net, 1 Pc de secretária com acesso à internet, 1 Pc de secretária sem acesso à internet e nenhuma impressora.

**Gráfico 56 - Tipo de computador**



A possibilidade de utilização de um computador, para os nossos inquiridos, não se circunscreve à sua posse, pois como podemos constatar no gráfico 5, embora apenas 15 inquiridos declaram ter computador em casa, 51 dos casos confirmam que já utilizaram um computador para realizar alguma tarefa. Os que afirmam nunca ter utilizado são 47 dos inquiridos.

**Gráfico 57 - Já utilizou um computador**



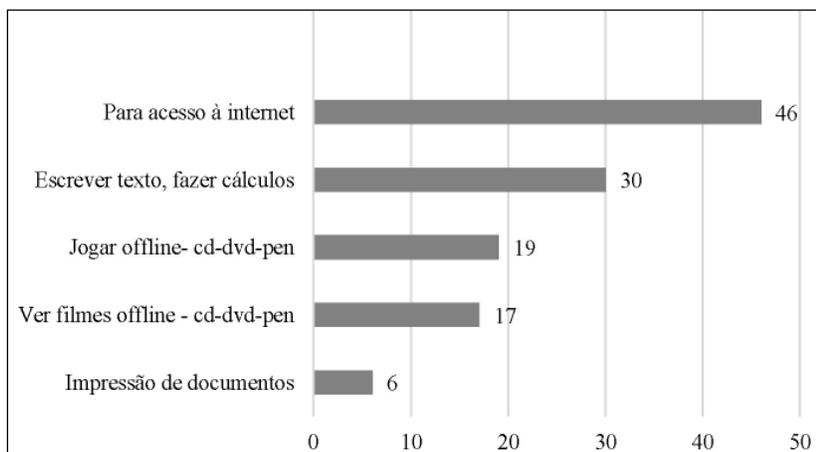
**Tabela 26 - Utilização do PC por género**

Utilização do Pc Já usou? Por Sexo					
			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Utilização do Pc Já usou?	Não	N	14	33	47
	Sim	N	30	21	51
Testes qui-quadrado					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	8,335 <sup>a</sup>	1	0,004		

Aplicando o teste do Qui Quadrado relativamente à utilização de computadores, verificámos que  $p = 0,004$  logo, existe evidência estatística pois  $P < 0,05$  (Tabela 26). Desta forma, concluímos que a utilização de computadores é significativamente diferente entre géneros, a não utilização de computadores é superior para o sexo feminino. Para o grupo que utiliza computadores, o sexo feminino tem uma representação inferior.

De acordo com os inquiridos, o tipo de utilização que fazem dos computadores, mais referido, é para aceder à internet tendo 46 inquiridos feito essa indicação, segue-se a utilização, para escrever textos e cálculos com 30 a fazer essa referência, jogar é referido por 19 inquiridos, ver filmes por 17, e a impressão de documentos foi referido por 6 inquiridos.

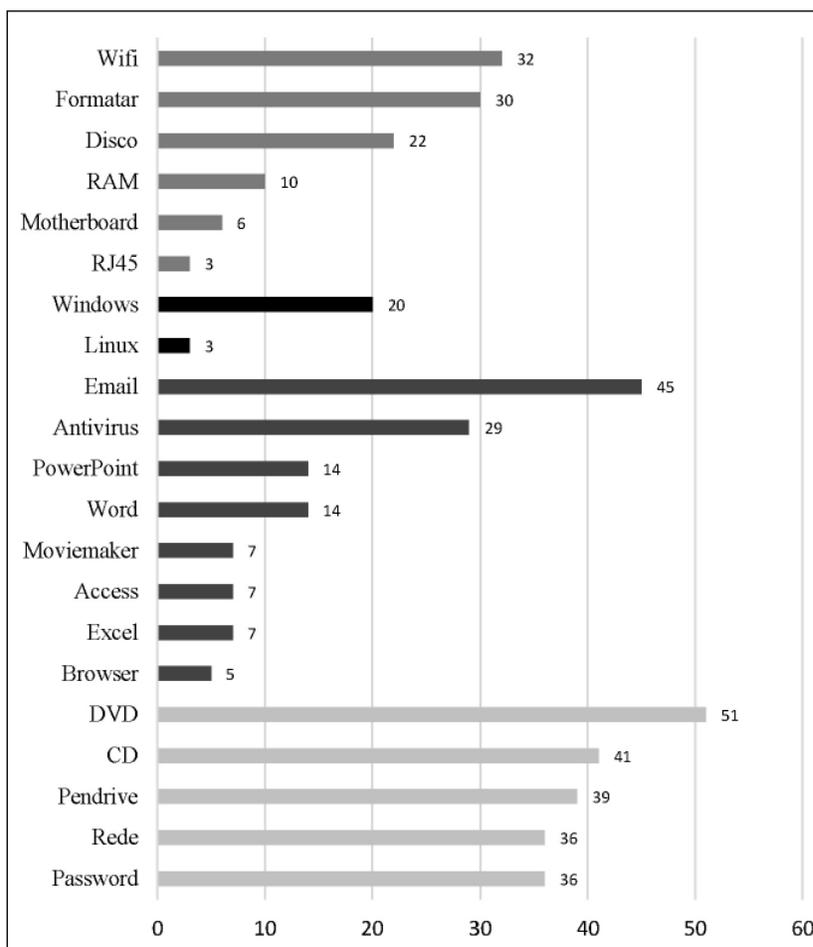
**Gráfico 58 - Tipo de utilização**



Para que de alguma forma pudéssemos compreender a utilização dos computadores por parte dos nossos inquiridos, seleccionámos uma lista de palavras-chave, relacionadas com o *hardware* dos computadores, com sistemas operativos,

com *software* de utilização geral como ferramenta de produtividade e ainda termos associados a componentes amplamente utilizados nas tecnologias de informação. O conhecimento ou não dessas palavras pode indicar-nos o grau de familiaridade com as mesmas, e consequentemente a relação dos inquiridos com elementos fundamentais da literacia digital ao nível do conhecimento mais básico que é constituído pelos componentes físicos e utilização de *software* (ICT).

**Gráfico 59 - Termos conhecidos pelos Inquiridos**



O gráfico 59 traduz o conhecimento por parte dos inqueridos, da lista de palavras proposta. O grupo de palavras relativas aos componentes físicos de um computador revelaram que dos 51 inquiridos que utilizam computadores 32 referem conhecer a expressão “*wifi*”, 32 conhecem o termo “formatar”, 22 conhecem o significado de “disco”, 10 inquiridos conhecem o termo “*Ram*”, apenas 6 reconhecem o principal componente de um computador que é a placa principal onde são montados todos os componentes de um computador a “*motherboard*” e apenas

3 dizem saber o que significa “RJ45” que é uma terminação (ficha) de cabo Ftp ou Utp<sup>33</sup> normalizada, que habitualmente é usada nos vulgares cabos de rede.

As expressões relativas a sistemas operativos denunciam pela frequência da resposta um conhecimento muito vago de computadores pois apenas 20 dos inquiridos referem conhecer o termo “*Windows*” que é o sistema operativo mais utilizado no mundo, e apenas 3 dizem conhecer o termo “*Linux*”<sup>34</sup> que é um sistema operativo “*Open Source*” de utilização livre sendo muito utilizado em servidores. Os computadores Magalhães foram distribuídos gratuitamente a preços quase simbólicos aos alunos portugueses do primeiro ciclo, nos anos de 2008 e 2009. Estes computadores, para dar a conhecer que existem diversos sistemas operativos, vinha equipado de origem com dois sistemas operativos disponíveis: opção *Windows* com o *Windows 7* e a opção *Linux* com a distribuição Caixa Mágica. Os utilizadores podiam assim optar pela utilização de um deles. É possível em qualquer PC ter instalado 2 sistemas operativos que surgem em opção no momento do arranque do PC.

O grupo de expressões destinada à perceção da utilização de programas de *software* de ampla utilização que de maneira geral estão instalados em praticamente todos os Pcs, verificámos que o termo “*email*” é o mais conhecido, sendo referido 45 vezes, seguindo-se o termo “antivírus”, referido 29 vezes. Os programas de produtividade do pacote “*Office*” revelaram serem pouco conhecidos pelos inquiridos, pois apenas o “*Power Point*” e o *Word* são referidos 14 vezes, o “*Acess*” e “*Excel*” apenas 7. O “*Movie Maker*” é um *software* gratuito nativo de todas as versões *Windows*, é conhecido apenas de 7 inquiridos. O termo “browser” que se refere a um *software* que permite aceder à internet e realizar qualquer pesquisa, é amplamente utilizado por todos os inquiridos que utilizam computadores, mas o conceito e o termo é apenas referido como sendo conhecido por 5 pessoas.

O grupo de termos associados a expressões relativas a acessórios amplamente utilizados nas tecnologias de informação, constatámos serem os mais conhecidos pelos inquiridos. Neste grupo o DVD é o mais referido por 51 inquiridos, seguindo-se o CD com 41, depois a Pen com 39. Os termos rede e *password* são referidos 36 vezes.

Uma análise mais detalhada às expressões conhecidas revela-nos que os termos mais referidos são os mais generalistas e que se referem a objetos físicos com os DVDs, CDs ou PenDrive, objetos utilizados em diversos suportes tecnológicos. Os termos referentes a conhecimento de conceitos de *software* e *hardware* são diminutamente conhecidos dos inquiridos conforme atesta o gráfico 60, renunciando a utilização dos equipamentos informáticos de uma forma incipiente

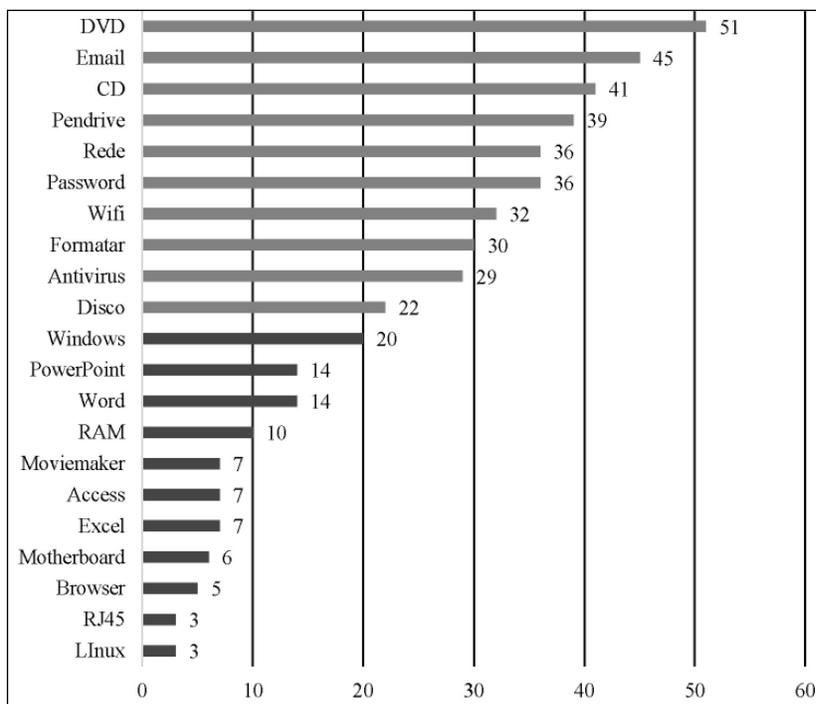
.....

33 Cabos Ftp ou Utp são cabos de 4 pares de fios traçados, usados para ligar computadores e outros equipamentos a uma rede. Ver mais em <https://www.hardware.com.br/tutoriais/cabos-rede/pagina3.html>

34 O “Linux” é a base (Kernel) do sistema operativo “android” que equipa a maior parte dos smathphones existentes.

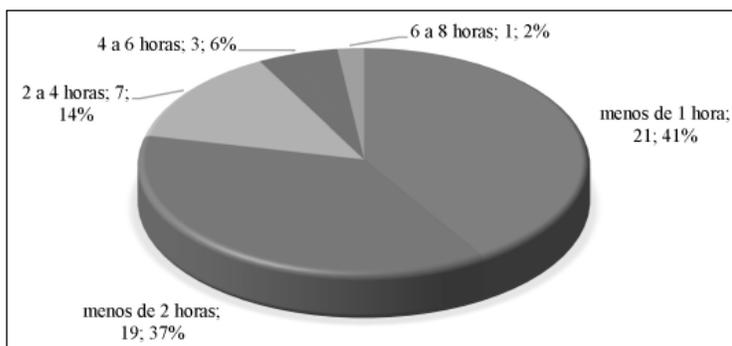
e baseada em atos mecânicos e repetitivos, não alicerçados em conhecimentos técnicos mínimos.

**Gráfico 60 - Termos conhecidos pelos Inquiridos**

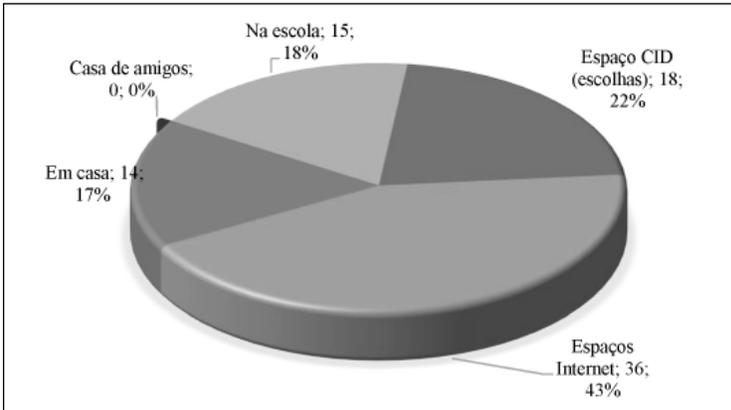


O tempo de utilização dedicada ao computador por parte dos inquiridos, é maioritariamente menos de 1 hora em 41% dos casos, menos de 2 horas em 37% dos casos, 2 a 4 horas em 14%, 4 a 6 horas 6% e 1 caso apenas, indica passar 6 a 8 horas no Pc.

**Gráfico 61 - Tempo de utilização do computador**



**Gráfico 62 - Locais de acesso a computadores**



Quanto aos locais de acesso a computadores, são referidos maioritariamente locais fora da habitação, como já acima tínhamos evidenciado. Os Espaços Internet e o Programa Escolhas através do Centro de Inclusão Digital são os locais onde as pessoas ciganas têm acesso a computadores, com 36 casos correspondendo a 43% dos inquiridos que dizem utilizar computadores nos Espaços Internet e 18 casos correspondendo a 22% dos inquiridos no Espaço CID. Segue-se a escola com 15 casos (18%), sendo por vezes o único local onde alguns ciganos disseram ter tido acesso a um computador. Em casa, são 14 os inquiridos que dizem ter acesso a computador.

### **Acesso e utilização da internet**

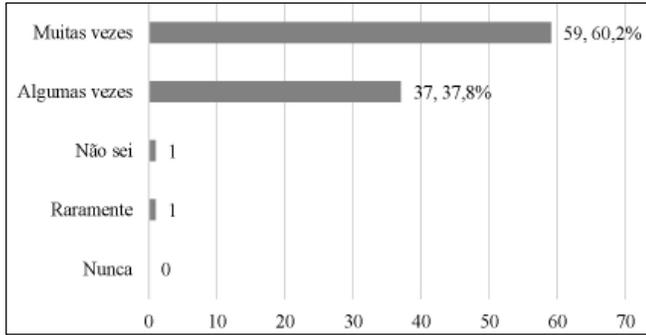
Procurámos conhecer a perceção dos inquiridos relativamente à internet, assim como a sua utilização. A literacia da internet de acordo com o esquema de literacia digital de Ala-Mutka constitui uma das competências e condição prévia para a literacia digital.

Quando questionados sobre se já tinham ouvido falar da Internet, 60% dos inquiridos indicam ouvir falar muitas vezes, 37,8% dizem ter ouvido falar algumas vezes, o que nos faz concluir que a esmagadora maioria dos inquiridos ouve falar da internet.

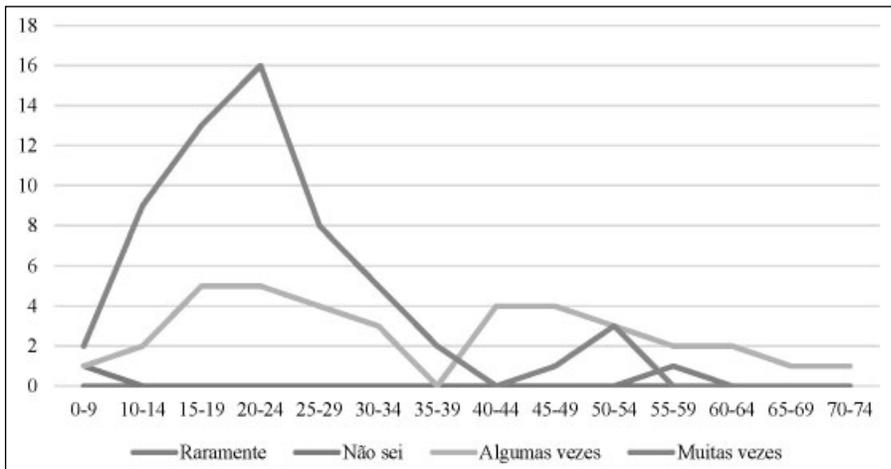
O cruzamento da variável “ouvir falar da internet” com a variável “grupo etário”, (Gráfico 64) mostra-nos claramente que são os mais jovens quem mais ouve falar da internet. É de assinalar que praticamente todos os grupos etários revelaram ouvir falar da internet “algumas vezes”.

Relativamente à frequência com que usam a internet (Gráfico 65), 25% dos inquiridos afirmam utilizar a Internet todos ou quase todos os dias, sendo que 15% diz fazê-lo pelo menos uma vez por semana e 11% pelo menos 1 vez por mês. 4 % dos inquiridos dizem utilizar a Internet menos de 1 vez por mês, mas a percentagem de inquiridos que afirmou nunca ter utilizado a internet é bastante elevada (42%).

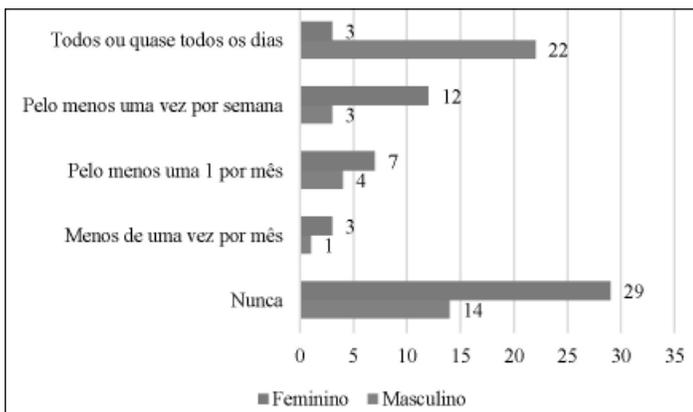
**Gráfico 63 - Ouvir falar da internet**



**Gráfico 64 - Grupos etários que ouvem falar da internet**



**Gráfico 65 - Frequência da utilização da internet.**



**Tabela 27 - Teste do qui quadrado relativamente à frequência de utilização da internet**

Testes qui-quadrado			
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	26,143 <sup>a</sup>	4	0,000

Aplicando o teste do qui quadrado relativamente à frequência de utilização da internet, verificamos que  $p = 0,000$ , logo  $p < 0,05$ . Existe assim evidência estatística de diferença de género, para quem nunca acede à internet, os indivíduos do sexo feminino estão muito mais representados.

Se compararmos os resultados da nossa investigação, em relação à percentagem de utilizadores de internet, com valores nacionais, constatamos que as pessoas ciganas estão abaixo dos valores nacionais. Entre as pessoas ciganas inquiridas apenas 52% acedem à internet (ver anexo IV) ao passo que a nível do país regista-se o valor de 73,8% de utilizadores de internet, o estudo da Marktest apresenta o valor de 68,8% no estudo que realizou com uma amostra do território. Em relação ao género já referimos acima, existe evidência estatística de diferentes frequências entre os géneros. Embora os estudos da Pordata e da Marktest apresentem diferenças entre os géneros, os valores são menos díspares.

Na análise da percentagem de utilizadores de internet por escalão etário as pessoas ciganas estão, como prevíamos, em larga desvantagem. No escalão 15-24 anos os valores nacionais e do estudo Marktest, situam essa utilização em cerca de 99%, no caso dos ciganos situa-se em 82%. No escalão seguinte 25-34, Pordata e Marktest apresentam em média 98,5% de utilizadores de internet, os nossos inquiridos apenas 55%. Nos escalões seguintes, ou seja, a partir dos 34 anos de idade, nenhum dos inquiridos é utilizador da Internet, afirmando que nunca a utilizaram. Os dados nacionais dos outros grupos etários apontam os valores: 35-44, 93,2 %; 45-54, 75,2%; 55-64, 55.1 e +64, 31,64%.

Procurando os possíveis motivos para o facto, apontamos a condição face à capacidade de leitura e escrita, pois, a partir dos 34 anos de idade apenas um dos inquiridos diz saber ler. O domínio da linguagem escrita é aqui fator decisivo na utilização da internet. O gráfico 38 evidencia que relativamente à população inquirida, são as gerações mais jovens que sabem ler e escrever.

As desigualdades no acesso à internet também se verificam entre os não ciganos, como já referimos no Capítulo III, as mulheres, os mais idosos, os menos escolarizados, desempregados e reformados, os mais pobres e desprotegidos, são grupos de pessoas que menos acedem à internet.

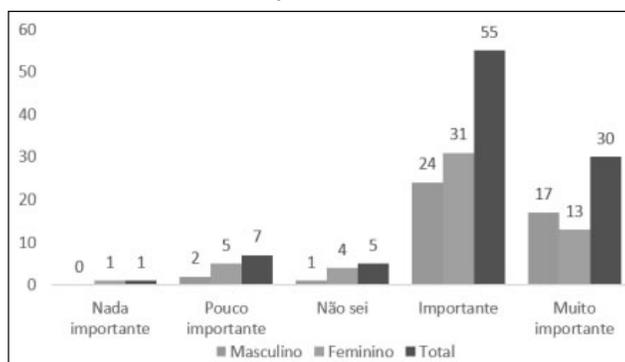
Também Cardoso et al. (2014) constataam diversas desigualdades bastantes significativas no acesso à internet por parte das pessoas que nasceram antes e depois de 1974 pois, segundo os autores, a maior parte dos utilizadores da internet nasceu após 1974, existindo assim diferenças geracionais. Os autores também identificam serem as mulheres quem menos utiliza a internet, sobretudo nas cama-

das etárias mais avançadas e também referem o nível de escolaridade como fator diferenciador no acesso à internet.

“As análises estatísticas efetuadas permitem concluir que, não obstante a relevância do género, a idade e a escolaridade se assumem como as variáveis que mais contribuem para a explicação dos níveis de adesão à internet.” (Cardoso et al., 2014, p.81).

Os inquiridos, quando questionados sobre se consideram que saber utilizar computadores e a internet é importante, (Gráfico 66) demonstram claramente a sua perceção, com a maioria dos casos a afirmar sentir ser “importante”, recolhendo 55 preferências dos 98 inquiridos, logo de seguida 30 pessoas manifestaram a sua perceção indicando ser muito importante; 5 pessoas disseram “não saber”, 7 consideraram ser pouco importante e 1 considera ser nada importante.

**Gráfico 66 - Perceção relativa ao uso das TIC**



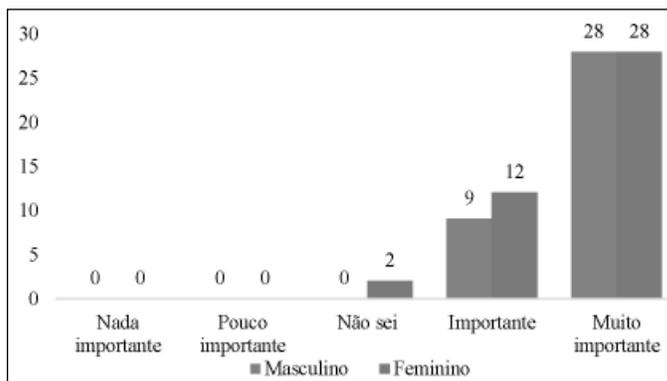
As respostas obtidas definem claramente que as pessoas ciganas residentes no Concelho consideram ser importante a utilização de computadores e a internet. No sentido positivo 86,7% pessoas têm essa perceção.

Relativamente a diferenças de género, nas 5 posições da escala de respostas, onde se verifica a diferença mais acentuada é nas respostas “importante” em que as mulheres responderam mais que os homens respetivamente com 31 e 24 respostas. Nas outras posições não se verifica uma acentuada divergência de posições.

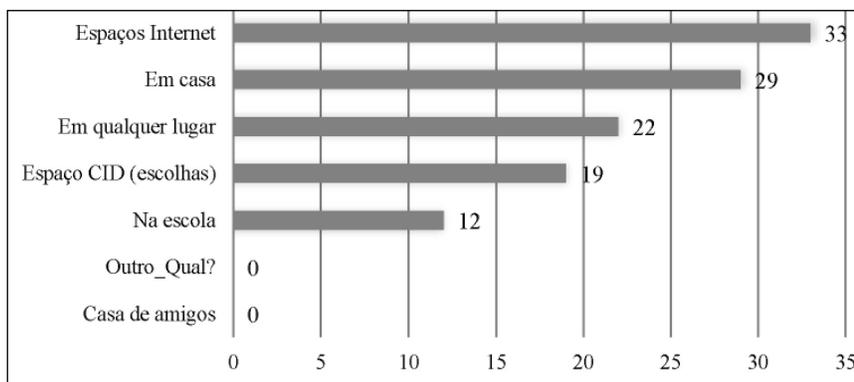
Aplicando a mesma pergunta, mas relativa aos seus filhos (Gráfico 67), os inquiridos demonstraram a sua perceção indicando maioritariamente que é “importante” ou “muito importante” saber utilizar as tecnologias de informação. A esta questão, responderam 79 inquiridos, dos quais 21 consideram ser “importante” e 56 “muito importante” sendo praticamente a totalidade que tem uma perceção positiva face às tecnologias de informação.

Para além da perceção que as pessoas ciganas têm sobre a utilização dos computadores, procurámos conhecer quais os locais onde acedem à internet, pois muitos deles como infelizmente pudemos constatar vivem em barracas sem qualquer tipo de condições habitacionais, para além de sobreviverem de rendimentos baixos.

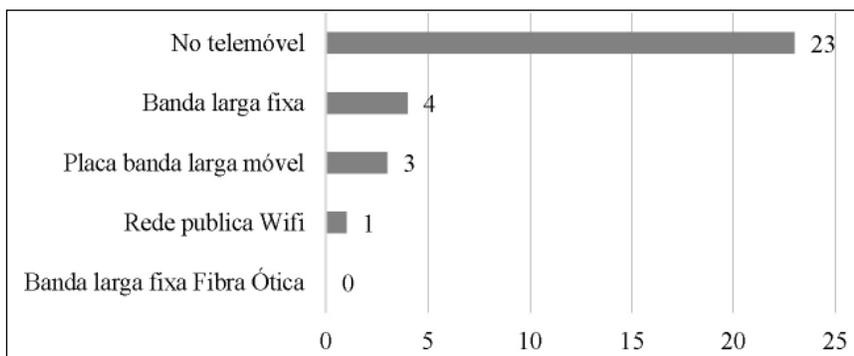
**Gráfico 67 - Perceção sobre a utilização das TIC pelos filhos**



**Gráfico 68 - Locais de acesso à internet**



**Gráfico 69 - Para quem tem acesso à Internet como é esse acesso**



Os locais onde os inquiridos referem fazer os seus acessos à internet são os seguintes (Gráfico 68): 33 referiram os Espaços Internet do concelho, 29 indicaram fazê-lo em casa, 22 indicaram que o fazem em qualquer local visto acederem a partir de dispositivos móveis próprios, 19 referem o espaço CID (Escolhas) e 12

indicam a escola como local onde também podem aceder à internet. Salientamos o papel desempenhado pelos Espaços Internet e o CID do programa Escolhas, no acesso a computadores e internet para as pessoas ciganas, porque em muitos casos são estes os únicos locais onde conseguem aceder.

Nas entrevistas que realizámos confirmou-se a informação da procura desses espaços para a realização de vários tipos de acessos à internet como, por exemplo, nos diz o seguinte entrevistado, mas remete também para a sazonalidade do acesso,

E2 - Há agora um grupo de pessoas de etnia cigana quem vêm cá e andam a tirar a carta de condução, eles até nem se juntam para não estarem, fazem testes ali no computador,

(...) isto é sazonal, quando há a azeitona não tenho tanta fluência da comunidade cigana aqui, trabalho sazonal no campo, não há tanta fluência aqui, fora desses tempos há sempre uma grande afluência. (Homem, 52 anos).

Podemos assim verificar que, de acordo com os entrevistados, os espaços de acesso público à internet são fundamentais, para o acesso aos meios tecnológicos, contribuindo para a redução do “fosso digital” por parte da população que não tem acesso pelos seus próprios meios.

E4 - ...para quem tem dificuldades no acesso, mais uma vez estamos a falar especificamente deste grupo étnico, uma solução que se aplica a todos, quere-me parecer que temos em todas as freguesias do concelho os espaços internet, quere-me parecer que os espaços internet são locais fundamentais para se trabalhar e dar apoio a estas pessoas. (Mulher, 61 anos).

Nos espaços de acesso à Internet os utilizadores para além de terem acesso às tecnologias, os utilizadores encontram o apoio técnico que necessitam para ultrapassar as suas dificuldades digitais.

E2- Os frequentadores que aqui vêm, de etnia cigana, têm uma relação básica com as tecnologias de informação, alguns bastante básicas (...) Todos eles precisam sempre de ajuda para algo, ou só fazer emails ou fazer impressões.

E3 - Principalmente no início, não sabem mexer num computador, têm sérias dificuldades, ensino-lhes os princípios básicos como: ligar e desligar o computador, como aceder à internet, a forma como se deve pesquisar na internet.

E1 - Por exemplo, estão a ver um carro no Custo Justo e depois dizem-me assim “Onde é Braga?” vamos supor. E eu digo “Olha, Braga é mais para o Norte “Então não me podia dizer quantos km são até Braga?” E depois eu vou com eles ao computador, meto lá quantos km, a distância, entre cidades portuguesas e eles lá vêm comigo.

Em termos de frequência dos espaços internet, as pessoas ciganas representam 21% dos utilizadores. Mas, a discriminação, preconceito e racismo estão em

todo o lado e também estão nos Espaços Internet onde, em pelo menos um desses espaços, não há utilizadores não ciganos quando estão presentes pessoas ciganas,

E1- Se às vezes vão lá pessoas, veem ciganos, e voltam para trás. E pronto, não querem estar ao pé deles (...) chegam lá, veem que há ciganos, não querem. Não querem. E pronto. (...) eles não querem estar com os ciganos! É muito triste, é uma discriminação que não devia haver (...) Mas realmente se chegar lá alguém e vir os ciganos, voltam as costas. (Mulher. 56 anos).

A integração das pessoas ciganas é um processo que decorre em Portugal há pelo menos 500 anos perante uma “sociedade que os quer assimilar e que apresenta características inversas: individualismo, capitalização, previsão, sedentariedade, uniformidade, competitividade, dependência, etc.”. (Liégeois, 1989, p.86). Esta resistência à assimilação leva a que sejam acusados de não se quererem integrar. Esta situação é retratada por um dos entrevistados.

E4 - O problema que eu identifico logo à partida é um, que está aqui e está subjacente a todos os que aqui refere. A estes casos que aqui refere, têm que ver com um problema de inclusão social, é uma questão cultural, que é um problema de resistência à influência do grupo dominante. (...) naturalmente que um grupo minoritário quando existe e quando está muito próximo de um grupo que é maioritário, até por uma questão de sobrevivência fica muito arreigado aos seus valores culturais, quer-me parecer aqui também que sim existe, porque tradicionalmente os ciganos não se integraram muito bem na sociedade dominante, mas ainda assim, também tenho aqui algumas dúvidas sobre até que ponto é que eles se querem integrar.

(...) eles têm interesse em fazer essa integração, mas não estão disponíveis para aceitarem as contrapartidas dessa integração, portanto, sim, parece-me que existe aqui algum racismo subtil que causa aqui algumas dificuldades de integração, mas também me quer parecer, que por parte deste grupo desta etnia que a pré-disposição para ser integrada não é assim tão grande como aparentemente possa parecer. (Mulher, 61 anos).

Para os inquiridos que indicaram a sua habitação como local de acesso à internet, aprofundámos a questão perguntando como era tecnicamente feito o acesso, tendo os resultados mostrado que dos 29 casos que acedem à net a partir de casa, 23 o fazem a partir do seu *SmartPhone*, 4 têm ligações fixas de banda larga, 3 possuem placas de banda larga móvel e 1 tem ligação à internet a partir de um *Access Point* colocado numa zona pública, que abrange a casa do inquirido.

**Tabela 28 - Estatística dos Espaços Internet em 2017**

	Sede de Concelho			Aldeia Verde			Aldeia Azul			Total
	Total	Etnia	%	Total	Etnia	%	Total	Etnia	%	
Janeiro	254	52	20,47	74		0,00	0	0	0,00	<b>52</b>
Fevereiro	251	80	31,87	75		0,00	43	17	39,53	<b>97</b>
Março	296	66	22,30	72		0,00	197	96	48,73	<b>162</b>
Abril	247	51	20,65	62		0,00	170	53	31,18	<b>104</b>
Maior	337	60	17,80	59	51	86,44	97	48	49,48	<b>159</b>
Junho	230	42	18,26	21	16	76,19	133	64	48,12	<b>122</b>
Julho	232	65	28,02	60	56	93,33	190	80	42,11	<b>201</b>
Agosto	237	71	29,96	28	20	71,43	149	31	20,81	<b>122</b>
Setembro	243	40	16,46	0	0	0,00	0	0	0,00	<b>40</b>
Outubro	275	47	17,09	0	0	0,00	0	0	0,00	<b>47</b>
Novembro	293	47	16,04	0	0	0,00	49	31	63,27	<b>78</b>
Dezembro	181	14	7,73	0	0	0,00	89	30	33,71	<b>44</b>

As frequências da tabela 28 mostram como os espaços internet são importantes para as pessoas ciganas, que como já referimos, estes espaços são o único lugar onde podem ter acesso a computadores e internet, de forma gratuita e com apoio de um técnico. O Espaço Internet da Aldeia Azul é o espaço onde os utilizadores ciganos têm a maior percentagem de utilização, 40,29%, segue-se o Espaço Internet da Aldeia Verde com 31,1% de utilizadores ciganos. O Espaço Internet da sede de concelho é o que regista mais frequência de utilizadores ciganos e não ciganos. Neste espaço, 20,64% dos utilizadores são ciganos. Nestes espaços as pessoas ciganas solicitam ajuda aos monitores para as tarefas onde têm dificuldades, nomeadamente aceder ao email, redigir um texto para enviar por email ou ainda estabelecer contatos na plataforma OLX<sup>35</sup>.

Em 2017 o espaço CID do Programa Escolhas local esteve aberto ao público de março a outubro, nesse período de tempo foi procurado por 21 pessoas ciganas, sendo 16 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Estas pessoas utilizaram o espaço 20,23 vezes em média no período em que o CID esteve aberto.

Para além das questões relacionadas com o acesso a computadores e internet procurámos também conhecer o tipo de utilização que os internautas inquiridos fazem da internet. Para isso colocámos a pergunta “para que utiliza a Internet?”. A esta pergunta os inquiridos podiam referir todas as possibilidades que se ajustassem à sua realidade perante a utilização que fazem da internet. A lista de opções apresentada foi a seguinte: para aceder ao email; Pesquisa para trabalhos escolares; Redes sociais (*Facebook, Instagram, Messenger* outros); visitar sites de compras e vendas; visitar sites de notícias, Jogos de ação, *Youtube*, fazer download de jogos e músicas, aceder a plataformas (escola, finanças ou outras); consultar saldos fazer pagamentos em entidades bancárias ou outras situações.

.....

35 “O OLX é um serviço online que proporciona aos utilizadores um site na internet com o objetivo de facilitar a divulgação de intenções de venda ou contratação de produtos, serviços ou comunicação interpessoal através de um sistema de classificados” ([www.olx.pt](http://www.olx.pt)).

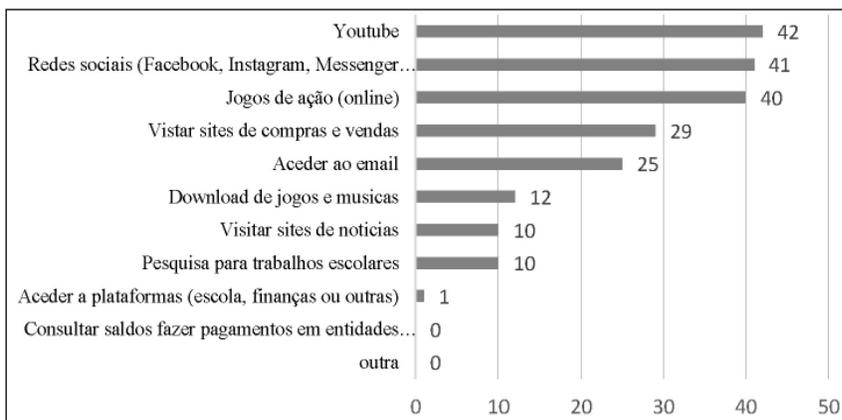
**Tabela 29 - Estatística do Espaço CID em 2017**

Utilizador	Sexo	Idade	Presenças
1	M	14	212
2	M	77	4
3	M	19	9
4	F	12	3
5	M	19	2
6	F	6	2
7	M	5	11
8	M	12	2
9	M	45	7
10	M	6	36
11	M	12	14
12	M	51	11
13	M	16	5
14	F	9	4
15	M	10	2
16	M	25	94
17	M	10	3
18	F	7	1
19	M	17	1
20	M	16	1
21	F	11	1
Nº utilizadores em 2017			
Sexo	N	Idade	Presenças
		média	média
M	16	19	20,23
F	5		
Total	21		

**Fonte: Programa Escolhas local**

Os resultados obtidos através da aplicação do nosso questionário estão plasmados no gráfico 70, o que vai também em acordo com os resultados da análise de conteúdo realizadas às entrevistas aos técnicos dos espaços de acesso público à internet, que referem as preferências dos utilizadores que utilizam as plataformas *online* de compras e vendas como substituição dos meios tradicionais de comércio presenciais, ou seja, as pessoas ciganas apesar das suas dificuldades no acesso e na operação dos meios digitais, encontram no ciberespaço um meio de perpetuar as suas formas de ocupação tradicionais.

Gráfico 70 - Utilização da internet



E2 - Há muitos [ciganos] que vêm ao Olx ou outros sites à procura de carros para compra, presumo que seja para compra, há outros que vêm, como disse, e referi há bocado ver o ouro. (Homem, 52 anos).

E2 - Um frequentador que ultimamente vem cá e vai ao Olx pede-me ajuda, agora já não pede, vai diretamente, já sabe os passos todos para procurar ouro para comprar. “Ah veja lá se isto é ouro” “eu dali não consigo ver, é uma fotografia só, a mim parece-me que é ouro”, mas ele quer perguntar-me a mim “veja lá se isso é ouro”, “veja lá a gramagem” (...) Já o ajudei a fazer um mail para enviar para o vendedor, para que depois o vendedor o contacte para ele comprar as peças se for caso disso.

(...) precisam para mandar mails para o vendedor de ouro ou para vendedores de carros, para fazerem créditos também, também fazem créditos e precisam de enviar, ter um mail para enviarem os mails para receberem as respostas, também faço isso tudo, ver mails então é uma das coisas que... (Homem, 52 anos).

E3 - Algumas formas de rendimento dos ciganos mais velhos é precisamente a compra e venda de veiculos online, e não necessariamente online, mas a grande maioria hoje em dia usa perfeitamente a internet e pesquisas na internet nesse sentido e conseguem fazer bons negócios e fazerem disso forma de rendimento sustentável para eles.

(...) Não só para compra e venda, têm um interesse notável por carros e isso vai um pouco ao encontro das necessidades que têm de se sustentar pela falta de emprego, viram aí uma forma atual de conseguir fazer negócio.

(...) há o caso de ciganas que fazem a venda de produtos da Avon ou de, por exemplo, do Aloé Vera e fazem disso um negócio entre elas e não só, entre a cultura cigana. (Homem, 31 anos).

As diferenças geracionais também são perceptíveis no que se refere ao tipo de pesquisas que fazem e nas atitudes face à segurança na web.

E3- Os ciganos adultos têm interesse nestas novas tecnologias para a procura e venda de carros usados, sendo a principal pesquisa da parte deles. (...) Os rapa-

zes (...) aquilo que eles mais utilizam são os jogos, o *Facebook* e a música. Não só música cigana, mas música mais comercial, não só se focam apenas na cultura cigana, as raparigas ciganas por sua vez, aquilo que mais procuram são produtos de beleza, maquilhagem, pinturas, e utilizam o *Youtube* para fazer essas visualizações. (Homem, 31 anos).

E2- Eu acho que os mais velhos não têm essa preocupação da segurança, mas acho que os mais novos já abordam, já estão, não sei se pelo facto de andarem na escola até mais tarde, porque a comunidade mais velha não era obrigatório andar na escola até mais tarde e agora os mais novos já têm que andar até mais tarde, já têm, já aprenderam outras coisas, coisas que os mais velhos não aprenderam, já têm outra perceção daquilo que é a segurança e do que é que faz falta. (Homem, 52 anos).

As visitas ao *Youtube* e de redes sociais são também as preferidas dos utilizadores como é referido pelos seguintes entrevistados:

E2 - Há muitos também que vêm tirar músicas do *Youtube* porque há uma igreja ali em cima e eles querem levar música lá para a igreja, para os cultos. (Homem, 52 anos).

E1- Os adultos, é mais ir ao *facebook*, ir ao Custo Justo, ir ao Olx, ir ao *Youtube*, mas já têm que pedir ajuda, porque não conseguem escrever a palavra *Youtube*, para visualizarem carros, cavalos, motas e ouvem música cigana. (Mulher, 56 anos).

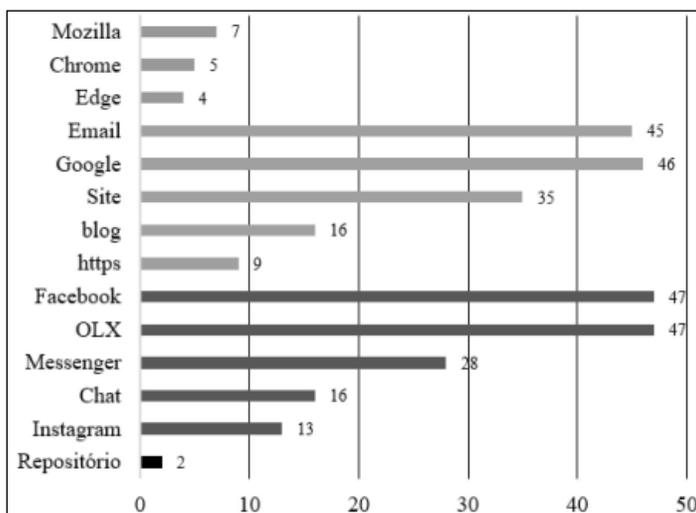
E1- As crianças é *Facebook*, jogos, jogam muito jogos, e é também o *Youtube*. (Mulher, 56 anos).

À semelhança do que acima realizámos sobre a utilização do computador fizemos a mesma pesquisa agora referente à utilização da Internet por parte dos nossos inquiridos. Seleccionámos também um conjunto de palavras-chave, relacionadas diretamente à utilização da internet. Para a análise dividimo-las em temas: *Browser*, termos correntes nos *browsers* e redes sociais. O maior conhecimento ou não dessas palavras pode indicar-nos o maior ou menor grau de familiaridade com as mesmas, e conseqüentemente a relação dos inquiridos com elementos fundamentais da literacia da internet, como a utilização de um *browser* para fazer pesquisas. Estes termos estão presentes no quotidiano e são utilizados em todos os *browsers*, termos e expressões usadas na utilização das redes sociais nomeadamente no *Facebook*, colocámos ainda um termo um pouco mais complexo “repositório” destinado a que algum dos inquiridos tivesse alguma experiência em *download* e *upload* de ficheiros. Desta forma, os resultados obtidos mostram que embora utilizem em várias circunstâncias diversos *browsers*, a grande maioria dos utilizadores ignora a existência do *software* que está a utilizar para aceder à internet. Dos 55 inquiridos que disseram utilizar a internet 7 dizem que conhecem o *Mozilla*, 5 conhecem o *Chrome* e 4 conhecem o *Edge*.

No grupo de palavras mais genéricas, a palavra “*Google*” é a mais conhecida de 47 dos nossos inquiridos, devido principalmente por ser a *homepage* da

maioria dos computadores utilizados nas entidades que permitem o acesso público à internet. Segue-se o termo “*email*” com 45, depois o termo “*site*” com 35, “*blog*” com 16 e “HTTPS” sigla em inglês de *Hyper Text Transfer Protocol Secure*, que em português significa “Protocolo de Transferência de Hipertexto Seguro” com 9 inquiridos a indicar que o conhecem. Relativamente às redes sociais, o termo “*Facebook*” é o mais amplamente conhecido dos inquiridos sendo referido por 47 pessoas. O “*Messenger*” é referido por 28 e o termo “*chat*” por 16. Neste grupo englobamos o site “OLX” que revelou ser a par do *Facebook* a expressão mais conhecida dos nossos inquiridos (Gráfico 71). Um dos inquiridos revelou mesmo que tinha adquirido uma máquina de lavar roupa para além de outros produtos através do site OLX.

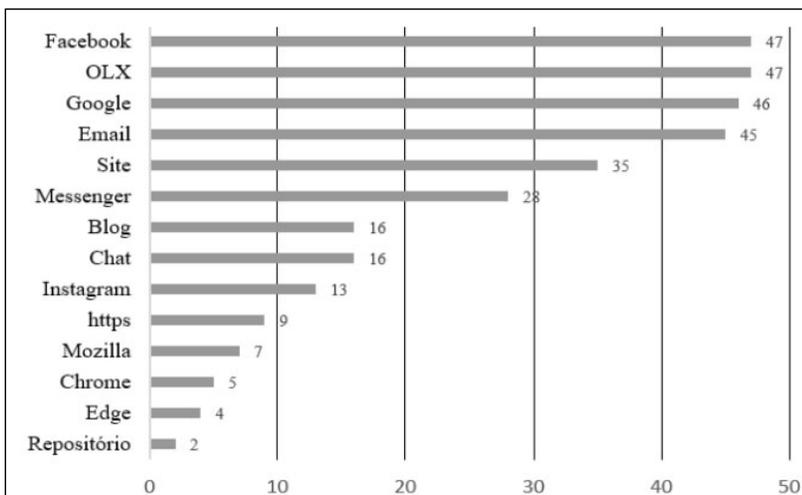
**Gráfico 71 - Termos relativos à internet conhecidos pelos inquiridos**



Organizando o mesmo gráfico dos resultados dos termos conhecidos dos nossos inquiridos por ordem decrescente (gráfico 72), verificamos que as palavras mais conhecidas são mesmo aquelas que já entraram no conhecimento geral e que correspondem também aos termos mais utilizados pelos inquiridos na sua relação com as tecnologias digitais, tais como *Facebook*, *Olx*, *Google*, *email*, *site* e *Messenger*. A partir do termo *Messenger* verificamos que os outros termos do gráfico já são pouco conhecidos dos inquiridos.

O *browser edge*, da *Microsoft*, faz parte do pacote do novo *Windows 10*, o seu desconhecimento indica-nos a utilização de equipamentos onde ainda não chegou esta atualização. Também a este propósito os resultados obtidos através do questionário são complementados e confirmados pelos resultados das entrevistas, de onde inferimos a importância que o *facebook* assume para os utilizadores da Internet.

**Gráfico 72 - Termos conhecidos pelos inquiridos (descendente)**



E3 - Os rapazes ciganos têm mais interesse pelas redes sociais e por música. As raparigas, aquilo que mais procuram na internet nem é tanto as redes sociais, mas sim, maquilhagem, elas adoram a maquilhagem e dança cigana.

(...) Os rapazes estão um pouco mais à vontade e têm uma liberdade superior à das raparigas nesta situação. Em relação às redes sociais o cigano tem autorização dos pais para ter Facebook mais precisamente e aquilo que eles mais utilizam são os jogos, o Facebook e a música (Homem, 31 anos).

Na análise das entrevistas verificou-se a referência a uma diferenciação de género que é transportada do mundo real para o mundo digital. Tornou-se claro que a liberdade das raparigas é menor que a dos rapazes e que essas restrições vão desde o acesso ao próprio espaço até dentro do espaço no acesso ao *Facebook* como é claro na citação acima, mas que outros entrevistados também referem.

E1- (...) eu noto é que os pais não deixam que as filhas, meninas irem ao espaço internet, vão sempre às escondidas, principalmente do pai, a mãe deixa. (Mulher, 56 anos).

Ainda sob o tema das redes sociais e o perigo que estas representam para crianças e jovens os nossos entrevistados permitiram-nos perceber a exposição a que as crianças e jovens ciganos estão sujeitos.

E2 - Eu acho que a etnia cigana está muito mais defendida nesse aspeto que qualquer outra. Porque eles não se dão facilmente, não dão confiança facilmente a outra pessoa se não a conhecem bem. Eu acho que eles estão muito mais defendidos que

por exemplo os nossos jovens aí. Acho que eles não se deixam enganar facilmente, por natureza estão muito mais defendidos que nós, mesmo as crianças, estão muito mais defendidos que nós.

(...) elas [as meninas] nos contactos que fazem, só fazem no *Facebook*, só fazem dentro da comunidade cigana, não saem fora, vou ali estou a observar e estou a ver, só fazem dentro da comunidade cigana os contactos. Conheçam ou não conheçam. Mandam mensagens, tudo isso, mas só fazem, não saem dali da comunidade delas. (Homem, 52 anos).

E3 - A grande maioria dos ciganos, não falando claramente de algumas exceções que poderão existir, mas na grande maioria não, porque eles são realmente um círculo um bocado fechado e o contacto que têm é realmente com pessoas que conhecem e que sentem à vontade para falar. (Homem, 31 anos).

E1- (...) não estão porque eles têm muito medo das outras pessoas sem serem da etnia cigana, eles têm muito medo, não estão não senhor. (Mulher, 56 anos).

Os entrevistados foram unânimes na sua perceção que o facto de os jovens ciganos não aceitarem amizades de fora do núcleo de conhecidos, isso os protege de alguma forma das várias formas de atitudes criminosas que abundam na internet.

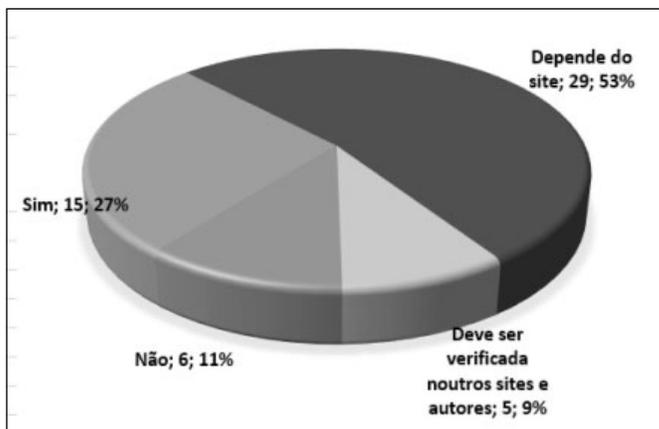
## **12 - Outras (i)literacias: (i)literacia informacional: como estar fora ou dentro das sociedades digitais?**

No capítulo destinado a definir as metodologias do nosso estudo, debruçámo-nos sobre a questão da literacia digital ou literacias digitais ou ainda simplesmente o termo literacia. É a amplitude do termo que as separa. Tomando ainda como referência o modelo de Ala-Mutka (2011) e Martin & Grudziecki (2006), só é possível falar de literacia digital quando estão concretizados os seus pré-requisitos que são as competências no manuseamento dos equipamentos físicos, o conhecimento da utilização dos programas de computador e conhecimento e competências no acesso à internet. Neste sentido a construção do nosso questionário procurou também seguir este conceito procurando conhecer alguns aspetos relacionados à literacia da informação por parte dos ciganos inquiridos.

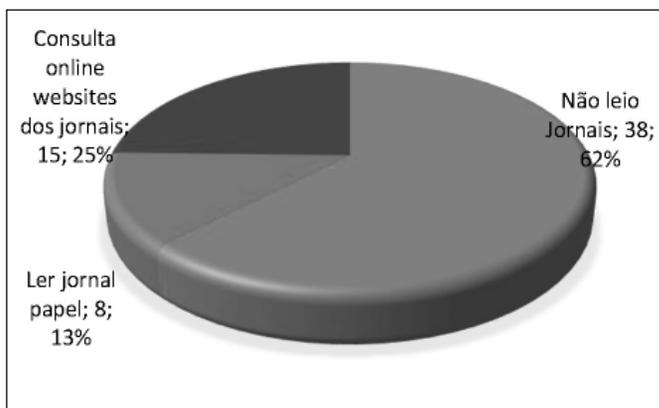
Desta forma e por ser um tema atual, colocámos como questão “A informação da Internet é de confiança?” (Gráfico 73), à qual os nossos 55 inquiridos utilizadores da internet responderam: 53% disseram que dependia do site, 27% responderam que a informação é de confiança, 11% responderam que não é de confiança e 9% considera que a informação deve ser verificada em vários sites e autores.

Procurámos também saber se os nossos inquiridos tinham o hábito de procurar saber as notícias diárias. Dos 61 inquiridos que dizem saber ler e escrever, 38 dizem não ler jornais e 15 inquiridos dizem consultar os jornais *online* e 8 inquiridos dizem ler o jornal impresso.

**Gráfico 73 - Confiança na informação na net**



**Gráfico 74 - Conhecer as notícias diárias**



**Tabela 30 - Notícias diárias**

Saber as notícias diárias* Sexo					
			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Para saber as notícias diárias habitualmente prefere	Não leio Jornais	N	14	24	38
	Ler jornal papel	N	6	2	8
	Consulta online websites dos jornais	N	12	3	15
Testes qui-quadrado					
			Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
		Qui-quadrado de Pearson	9,908 <sup>a</sup>	2	0,007

Cruzando as variáveis, “saber as notícias diariamente” e sexo dos inquiridos confirmámos algumas diferenças significativas entre géneros. Mesmo sabendo ler, no grupo de 38 pessoas que não leem jornais, 24 são mulheres o que constitui 63,2%, 14 são homens representa 36,8%. No grupo dos que dizem ler jornais impressos, as mulheres são metade dos homens e no grupo que faz consulta *online* de notícias em 15 apenas 3 mulheres o fazem. Em resumo, 18 homens de alguma forma leem jornais e apenas 5 mulheres o fazem.

Aplicando o teste do qui quadrado relativamente à leitura de notícias, verificamos que existe evidência estatística pois a Significância Assintótica (Bilateral) é 0,007 ( $p < 0,05$ ). Desta forma confirmamos que o acesso à informação é significativamente diferente entre géneros.

A questão do acesso à informação é por parte das mulheres ciganas mais deficitária que em relação aos homens como se pode constatar nesta questão. A literacia digital é também a capacidade de utilizar as ferramentas digitais de forma reflexiva e crítica, a informação que tradicionalmente tinha como suporte físico, o papel, tem vindo a passar para outros suportes, tais como os magnéticos (cassetes ou fitas magnéticas) e cada vez mais em repositórios acedíveis a partir da internet.

Procurámos também conhecer como é que os alunos ciganos utilizam os media como fonte de informação para trabalhos escolares.

**Tabela 31 - Meios áudio visuais para a realização de trabalhos escolares**

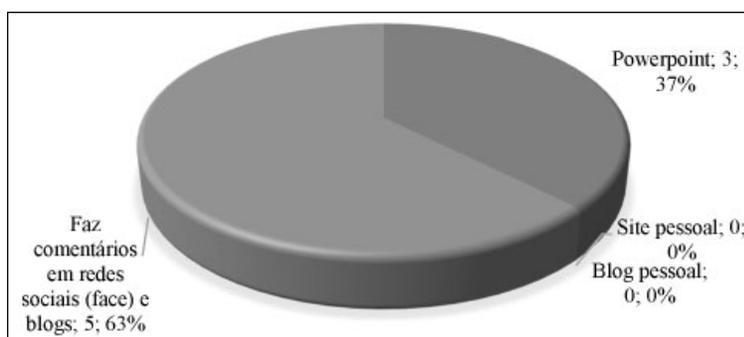
Opção	Nº respostas
Para fazer um trabalho escolar, consulta livros e revistas	7
Procura livros e ajuda nas bibliotecas escola e municipal	8
Consulta a internet	10
Consulta a internet e copia o que leu	10
Consulta a internet, mas escreve por palavras suas o que aprendeu	7
Consulta a internet, mas procura em vários sites a melhor e mais fiável informação, tendo em atenção as fontes.	1

Dos 14 indivíduos que responderam a esta questão, 10 disseram utilizar a internet para ajuda nos trabalhos escolares e outros 10 responderam que utilizavam a internet e copiavam a informação que lhes interessava. A procura de livros e ajuda nas bibliotecas escolares e municipal é referida por 8 inquiridos e 7 dizem consultar livros e revistas. Outros 7 consultam a internet, mas escrevem por palavras suas o que aprenderam e 1 diz consultar a internet, mas procura em vários sites a melhor e mais fiável informação, tendo em atenção as fontes.

Os jovens ciganos estudantes são também utilizadores habituais dos espaços internet como atestam os monitores entrevistados, que nos confirmam a utilização da internet e respetivos motores de busca para a realização de trabalhos escolares,

E2 - Mas o interesse deles é irem para o *Youtube* ou irem tirar desenhos para colorirem, mas também tenho ali miúdos que andam no 5º e no 6º ano que já vêm tirar trabalhos para a escola. (...) têm outro interesse do que não têm os mais velhos. Já têm outro interesse porque já têm outra formação. (...) Há procura de certos trabalhos para a escola também às vezes também pedem ajuda. Mas os mais novos pedem menos ajuda do que pedem os mais velhos. (Homem, 52 anos).

**Gráfico 75 - Meios de divulgação de informação**



Quando questionados sobre se alguém fez ou teve intenção de fazer uma comunicação ou apresentação, 5 estudantes responderam dizendo que faziam comentários no *Facebook* e 3 disseram ter utilizado o *PowerPoint*.

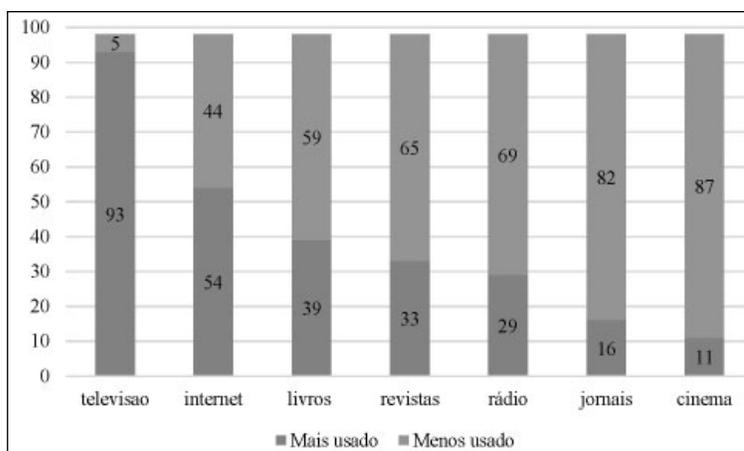
Para procurarmos medir de uma forma simples e rápida o nível de literacia mediática das pessoas do grupo de estudo da nossa investigação construímos uma série de perguntas que visaram conhecer a frequência com que os inquiridos utilizam determinados meios de informação. Os meios de divulgação de informação que considerámos adequados à pesquisa, tendo em consideração as características do universo em estudo, foram: com que frequência utiliza os seguintes meios? Internet; Televisão; Rádio; Jornais Impressos; Revistas impressas; Livros e Cinema em sala. Para esta pergunta, optámos por construir uma escala do tipo Likert de frequências, com 7 indicadores e uma escala de 5 pontos: 1-Nunca; 2- Raramente; 3-Algumas vezes; 4- Muitas vezes e 5-Sempre.

Aplicámos a escala do tipo Likert para procurarmos mensurar o nível de literacia mediática relativamente aos média de uso mais frequente.

**Tabela 32 - Utilização dos meios áudio visuais**

	Nunca		Raramente		Algumas vezes		Muitas vezes		Sempre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Internet	41	41,8%	3	3,1%	21	21,4%	12	12,2%	21	21,4%
Televisão	5	5,1%	0	0,0%	10	10,2%	10	10,2%	73	74,5%
Rádio	59	60,2%	10	10,2%	20	20,4%	7	7,1%	2	2,0%
Jornais Impressos	74	75,5%	7	7,1%	11	11,2%	5	5,1%	1	1,0%
Revistas Impressas	57	58,2%	9	9,2%	27	27,6%	5	5,1%	0	0,0%
Livros	54	55,1%	7	7,1%	16	16,3%	12	12,2%	9	9,2%
Cinema em sala	80	81,6%	7	7,1%	9	9,2%	2	2,0%	0	0,0%

**Gráfico 76 - Utilização dos media**

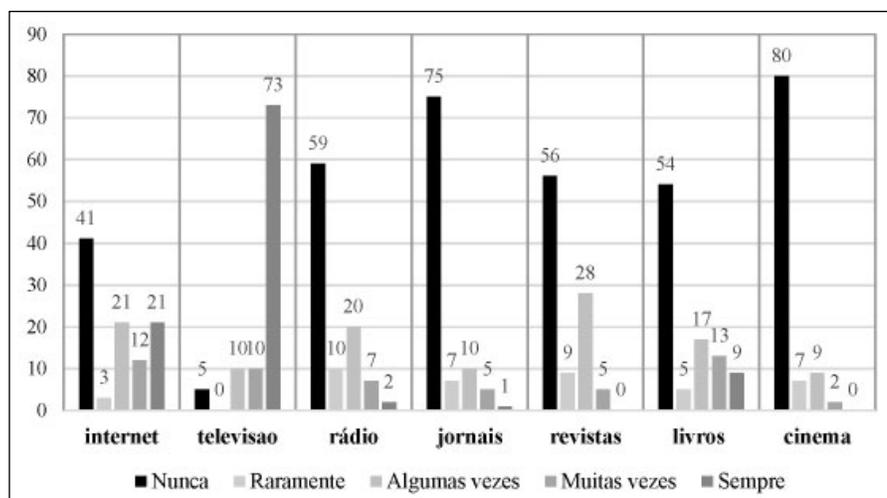


A tabela 32 mostra a frequência absoluta e percentual das respostas obtidas. No gráfico 76 a é notória a diferença entre as respostas que têm significação positiva (algumas vezes, muitas vezes, sempre) e negativa, isto é que raramente ou nunca usam os media. O meio televisão é o meio mais utilizado pelos inquiridos (93), só quem não vê televisão são as pessoas que se encontram de luto ou não têm eletricidade. Em segundo lugar, surge a utilização da internet, onde 54 dos inquiridos afirmam utilizar a internet. Em todos os restantes itens (Rádio, Jornais Impressos, Revistas Impressas, Livros, Cinema em sala) os inquiridos responderam maioritariamente que raramente ou nunca utilizavam o meio. Em oposição aos meios mais utilizados, encontram-se no extremo a frequência de cinema em sala, tendo 87 inquiridos respondido que não usam este meio.

O nível de literacia mediática expresso na tabela 33 e objeto da pergunta 56

do questionário indica como fraca em 89,8% dos inquiridos, atingem o valor de mínimo 7,1% e suficiente 3,1%.

**Gráfico 77 - Frequência de utilização dos média**



**Tabela 33 - Nível de literacia mediática**

Classificação		
	N	%
Fraca	88	89,8
Mínimo	7	7,1
Suficiente	3	3,1
Total	98	100,0

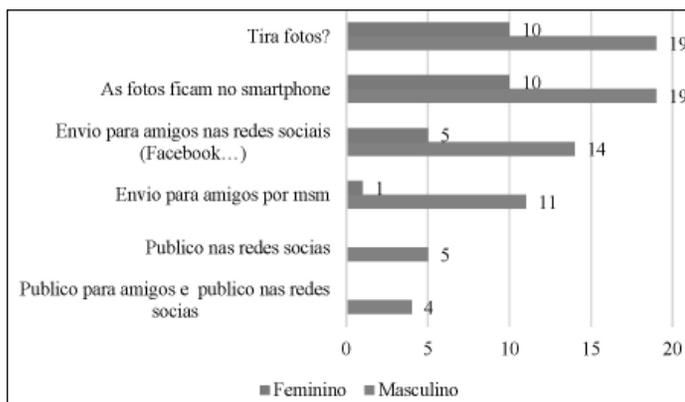
O nível de literacia mediática expresso na tabela 33 e objeto da pergunta 56 do questionário indica como fraca em 89,8% dos inquiridos, atingem o valor de mínimo 7,1% e suficiente 3,1%.

Os inquiridos declararam possuir equipamentos de comunicações, nomeadamente *smartphones*. Estes equipamentos caracterizam-se por serem uma evolução dos telemóveis, possuírem um sistema operativo *Android* ou *Windows Phone* e possuírem inúmeras funções para além das simples funções de receber e fazer chamadas telefónicas. Podem ser considerados como pequenos computadores, pois podem aceder à internet e processar inúmeras aplicações informáticas, o que de maneira geral se chamam *apps*. As *apps* são, aplicações escritas por programadores com intenção de funcionarem corretamente nos *smartphones* ajustando a informação visual ao tamanho e forma do ecrã. Existem *apps* para as mais diversas funções desde os serviços de notícias, meteorologia, jogos, aceder às diversas plataformas de *email*, serviços de mapas, redes sociais, processadores de texto e folhas de cálculo, há ainda *apps* com capacidade de fazer tratamento de imagem.

Os *smartphones* têm também capacidade de GPS. Possuem também câmaras de fotografar e filmar cujas características técnicas mais recentes rivalizam com as das máquinas fotográficas digitais. Existem mesmo casos de *smartphones* com câmaras fotográficas de 16 megapixéis.

Atendendo ao potencial tecnológico dos *smartphones*, procurámos conhecer qual o grau de exploração que os proprietários dos equipamentos faziam nomeadamente em relação a fotografias e vídeos.

**Gráfico 78 - Utilização da câmara fotográfica do SmartPhone**



Quanto à prática de fotografar, 39 inquiridos dizem tirar fotos com os seus equipamentos e que as fotos são armazenadas nos equipamentos. Por sua vez, 19 utilizadores da câmara fotográfica do equipamento, dizem que enviam fotos para os amigos nas redes sociais *Facebook*, 5 fazem publicação e 4 partilham essas imagens de forma pública e para os amigos nas redes sociais.

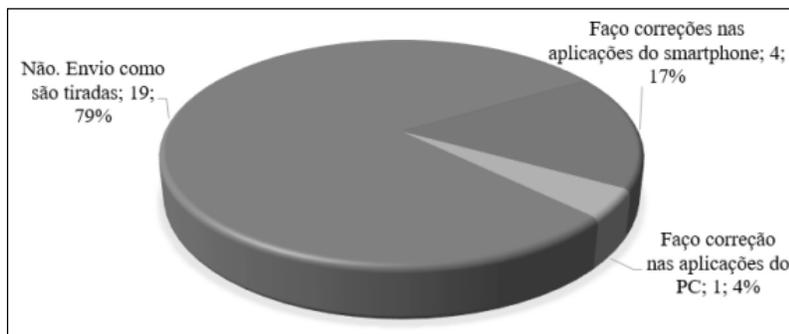
As mulheres, como é bem visível no gráfico 78 utilizam os *smartphones* para tirar fotos, mas em metade da proporção que os homens, apenas 5 mulheres enviam fotos para amigos, via *Facebook*, ao passo que são 14 homens a fazê-lo. É também apenas uma mulher em 21 elementos que diz enviar fotos por mensagem.

Verificámos uma diferença significativa de género na forma da utilização da tecnologia e no relacionamento com o exterior, as mulheres para além de usarem menos as tecnologias ainda usam menos as relações com o exterior mesmo sendo de forma digital.

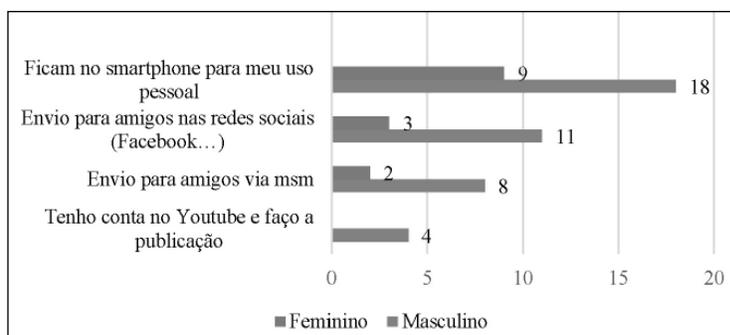
Relativamente ao tratamento das imagens obtidas pelos *smartphones* apenas 5 inquiridos dos 29 que dizem tirar fotos habitualmente, o fazem (Gráfico 79). Entendemos por tratamento de imagem a correção das imagens obtidas pelo equipamento, tais como correção da exposição, brilho, remoção de olhos vermelhos. Ou ainda recortar a imagem para evidenciar partes da imagem ou ainda a aplicação de filtros que dão à imagem uma tonalidade diferente do que foi obtido no momento da captação da foto. Neste aspeto apenas um dos inquiridos revela que tem essa preocupação e usa algumas aplicações no PC para melhorar as suas imagens.

À semelhança da facilidade com que os *smartphones* captam imagens estáticas, produzem também vídeos.

**Gráfico 79 - Tratamento de imagens obtidas por smartphone**



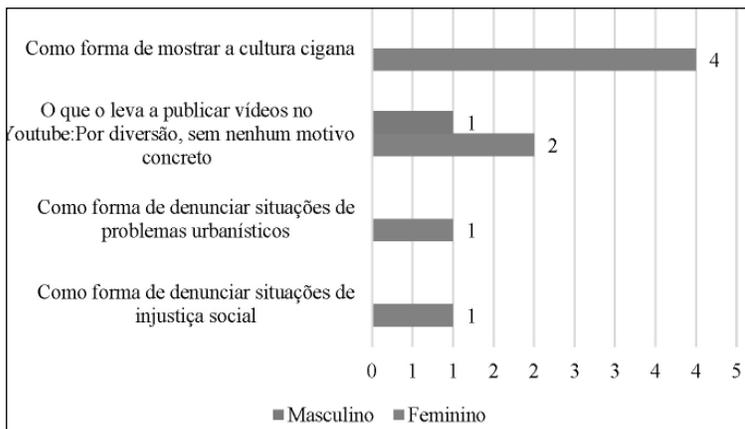
**Gráfico 80 - Vídeos no smartphone**



No que se refere a este aspeto, como podemos constatar pelo gráfico 80, 27 inquiridos referem que produzem vídeos para seu uso pessoal, 14 partilham esses vídeos com amigos nas redes sociais e 10 dizem enviar vídeos por mensagem a amigos. Entre os inquiridos, 4 referem que frequentemente fazem vídeos com os seus equipamentos, têm conta no *Youtube* e dizem mesmo que o fazem com frequência.

Por último, nesta série de perguntas, que tiveram como objetivo auscultar a literacia mediática da população alvo do estudo, perguntámos aos inquiridos se estariam disponíveis para frequentar cursos de formação na temática da informática e multimédia. Dos 52 respondentes, 20 dizem que não estão interessados, 25 respondem afirmativamente e 7 estão indecisos. Do ponto de vista de género, apenas 9 mulheres dizem estar disponíveis para frequentar de livre vontade formação em multimédia.

**Gráfico 81 - Motivo de publicação no Youtube**



Parece-nos existir um padrão perante a utilização dos meios tecnológicos pelas pessoas ciganas do grupo de estudo. As suas baixas qualificações literárias, a sua inexperiência no contato com as tecnologias aliadas à sua incapacidade de esclarecer dúvidas acerca de qualquer problema técnico, levam a que a utilização que deles fazem seja direcionada principalmente para aspetos lúdicos. O manuseamento dos equipamentos nunca resulta da leitura de um manual técnico de instruções sendo a resolução para os problemas a consulta de amigos que por sua vez se encontram na mesma situação. O meio mais utilizado como recetor de informação é a televisão, segue-se a internet, num tipo de utilização em que a imagem e a facilidade de utilização prevalecem não selecionando criticamente a informação. Os restantes meios que exigem leitura têm a sua utilização reduzida ao mínimo, só mesmo os estudantes e alguns membros da Igreja de Filadelfia disseram ler livros ou jornais.

Quando questionámos, alguns jovens ciganos sobre a colocação *online* de vídeos, as respostas obtidas são insipientes e não apontam um motivo, no contacto com estes jovens verificámos que só depois de explicadas as várias possibilidades de resposta, decidem que a melhor resposta é a divulgação da cultura cigana. No entanto ficámos com a nítida impressão que não foi essa a sua motivação. O que os resultados obtidos apontam e a interpretação que fazemos deles, é que existe uma inadequada aprendizagem da leitura e da escrita, tendo por consequência que após a saída da escola os jovens ciganos não continuam a ler e nem são estimulados para tal. Como vimos acima, apenas existe um aluno cigano no 10º ano sendo o que atingiu o maior nível de escolaridade. Relativamente à questão da formação 25 pessoas responderam que estariam interessados em frequentar algum curso sobre multimédia ou informática<sup>36</sup>.

.....

36 Embora ultrapasse o âmbito do presente estudo, iremos nas próximas semanas abrir formações gratuitas para utilizadores dos Espaços Internet. Estes cursos de iniciação à informática e internet destinam-se a todas as pessoas que pretendem iniciar-se no mundo digital, vão ser realizados com o apoio da Rede Oblid da Universidade Aberta. Vamos falar com os utilizadores dos Espaços Internet e propor-lhes a frequência desses cursos em horários a combinar, por forma a cimentar os seus conhecimentos e adquirirem novas competências digitais.

Colocada a pergunta aos nossos entrevistados sobre as questões da aprendizagem e possível frequência de formação nos Espaço Internet inferimos, pela semelhança das respostas, que existe ainda muita dificuldade por parte dos ciganos em aceitar e participar ativamente em ações de aprendizagem ou formação como,

E1 - Eles não querem, eles querem logo ir àquilo que é pretendido. Não consigo que eles façam uma breve aprendizagem, promessas fazem eles, mas depois, eles dizem “sim, agora quando eu tiver tempo eu venho cá para me ensinar”. Dizem sempre, “não tenho vagar”. Mesmo até os miúdos. Quando é para aprenderem fogem! (Mulher, 56 anos)

E2 - Nesses cursos que frequentam têm informática também, tem uma parte de informática. Mas vindo por vontade própria sem benefício algum, não vejo grandes oportunidades por parte deles para virem de vontade própria, sinceramente. Isto é a minha opinião pessoal. (Homem, 52 anos).

A segurança informática é um tema muito abrangente quer em termos dos dados, quer para cada indivíduo que navega no ciberespaço, que ao relacionar-se com o desconhecido deve tomar uma postura defensiva e segura. A segurança da informação e a segurança das interações pessoais realizadas no mundo *online* são hoje competências digitais fundamentais. O conjunto de perguntas final do nosso questionário pretendeu conhecer se os inquiridos que utilizam as tecnologias de informação estão despertos para esta problemática. Baseámos as nossas questões em aspetos estruturantes na utilização de computadores e *smartphones* com ligação à internet e que de alguma forma armazenem dados. Para isso, utilizámos mais uma vez uma escala do tipo *Likert* com 5 itens e 5 níveis de respostas. Pretendemos assim conhecer o grau de concordância com as afirmações seguintes: os equipamentos devem ter código de acesso; devo fazer cópias de segurança da informação do equipamento; devo atualizar o Sistema Operativo e utilizar *software* antivírus; só devo abrir anexos de *emails* de fonte segura; devo ter muito cuidado com os sites que visito, pois podem ter vírus. As respostas possíveis foram: Discordo totalmente; discordo; Não sei; concordo; e concordo totalmente.

No SPSS foram criadas 5 variáveis correspondendo a cada 1 dos itens, cada variável foi codificada com os valores 1-Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Não sei; 4- Concordo; e 5- Concordo totalmente.

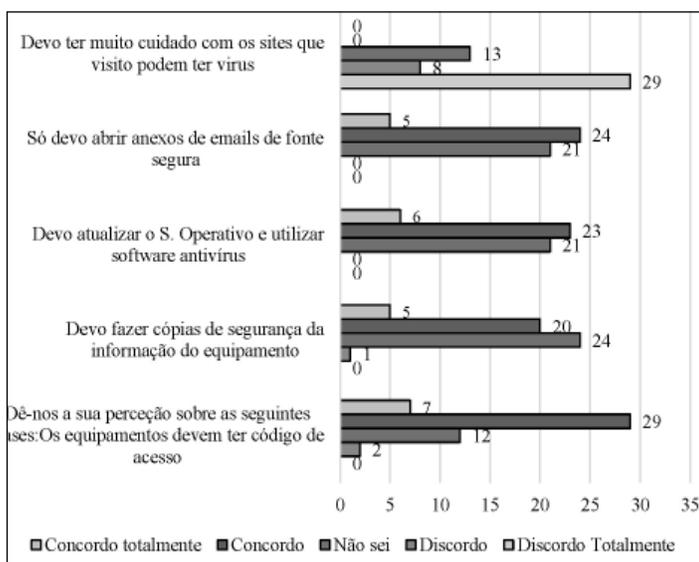
A tabela 34 mostra a frequência absoluta e percentual das respostas obtidas. A estas questões, a maioria das respostas, só foi possível após uma explicação sucinta a cada um dos itens, face à dificuldade de entendimento por parte dos inquiridos no que se refere à linguagem de carácter técnico. Não nos pareceu que a população em estudo tivesse como preocupação as questões da segurança informática, diríamos que o seu estado de perceção se situa nas literacias informáticas e da internet. Os resultados obtidos, quanto à questão “Os equipamentos devem ter código de acesso?”, indicam que 29 (58%) das 50 pessoas que responderam à per-

gunta dizem concordar com a afirmação. Sobre a execução de cópias de segurança, a resposta mais referida foi “Não sei”, com 24 pessoas (48%). O terceiro item questionou os inquiridos sobre “Devo atualizar o Sistema Operativo e utilizar *software* antivírus?”, à qual, a resposta mais frequente foi “concordo” com 23 pessoas (46%). Sobre se “Só devo abrir anexos de emails de fonte segura” é de novo o valor “concordo” o mais indicado com 24 escolhas perfazendo 48% dos respondentes à questão. Relativamente a se “Devo ter muito cuidado com os sites que visito podem ter vírus” 29 pessoas (58%) indicam que “discordam totalmente” da afirmação.

**Tabela 34 - Perceção relativa a segurança da informação**

	Discordo Totalmente		Discordo		Não sei		Concordo		Concordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Os equipamentos devem ter código de acesso	0	0,0%	2	4,0%	12	24,0%	29	58,0%	7	14,0%
Devo fazer cópias de segurança da informação do equipamento	0	0,0%	1	2,0%	24	48,0%	20	40,0%	5	10,0%
Devo atualizar o S. Operativo e utilizar software antivírus	0	0,0%	0	0,0%	21	42,0%	23	46,0%	6	12,0%
Só devo abrir anexos de emails de fonte segura	0	0,0%	0	0,0%	21	42,0%	24	48,0%	5	10,0%
Devo ter muito cuidado com os sites que visito podem ter vírus	29	58,0%	8	16,0%	13	26,0%	0	0,0%	0	0,0%

**Gráfico 82 - Segurança da informação**



**Tabela 35 - Classificação atribuída à segurança da informação**

Segurança da informação		
Classificação	N	%
Inexistente	43	86
Mínimo	3	6
Suficiente	4	8
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Constatámos que classificados como “Inexistente” se situam 43 dos 50 respondentes correspondendo à grande maioria dos inquiridos (86%). Apresentam um valor “Mínimo” 3 dos inquiridos e 4 atingem o valor de “Suficiente”, ou seja, podemos afirmar que não existe preocupação com a segurança da informação no uso de equipamentos informáticos.

Os resultados obtidos sobre este tema, resultam não só das respostas às questões colocadas, mas também do contato estabelecido com cada um dos inquiridos uma vez que os questionários foram preenchidos pelo próprio investigador. As perguntas que apresentavam dúvidas aos inquiridos foram cuidadosamente explicadas, sempre com a preocupação de nunca ferir as suscetibilidades dos inquiridos. As questões relativas a dados pareceu-nos não ser entendida pelos inquiridos, o que se justifica, por todas as questões atrás levantadas apontarem para uma utilização dos equipamentos informáticos como meios de consumos imediato e virados para utilização lúdica tais como o *Youtube*, *Facebook*, SMS e jogos. A questão do perigo de vírus, *malware*, *Trojans* ou outro tipo de “infeções” assim como o roubo de dados, também não é de todo uma noção presente na utilização de sistemas informáticos por parte das pessoas ciganas do concelho onde foi realizada a investigação. No entanto alguns inquiridos, em conversas informais, mostram alguma preocupação com a utilização dos computadores ou *smartphones* em relação às meninas ciganas e ao seu contacto com o exterior, podendo ser vítimas de falsas identidades ou qualquer tipo de assédio. Informação que consideramos ser provenientes do principal meio de informação utilizado, a televisão.

As entrevistas realizadas permitiram-nos não só confirmar os dados quantitativos referidos, mas também complementar esses dados com as observações dos entrevistados que lidam diretamente com as pessoas ciganas utentes dos espaços públicos de acesso à internet. O que inferimos é praticamente uma ausência de competências digitais a este nível, em que as ações de segurança ou até o acesso protegido a equipamentos e a portáteis, é considerado por muitos como operações que visam complicar a vida aos utilizadores, por exemplo isso surge referenciado na dificuldade demonstrada em memorizar palavras-passe ou no descuido de não fecharem os perfis após o uso dos computadores.

E2 - Eles têm dificuldade em memorizar as palavras passe, “mas para que é que é isto? Mas para que é que é isto? Se isto não precisava” (...) eles dizem, “mas para

que é que é isto? Se isto é só meu” “não, não é só teu, se não tiveres uma palavra passe qualquer pessoa pode aceder à informação que tu aí tens e tu podes não querer que vejam aquilo que tu tens aí, não é?” “ah, pois, mas se não tivesse eu não me esquecia e não precisava de o estar a chatear”. Para eles, as coisas deviam ser mais abertas, sem tantos, sem ser necessário a palavra passe e ir mais depressa aos conteúdos. (Homem, 52 anos).

No caso da partilha de experiência de um dos técnicos que trabalha em espaços internet, surge a referência à necessidade de estar sempre a avisar para a necessidade de manter privada a palavra-passe ou para fechar os *emails* quando deixam os Pcs. A este nível existe alguma negligência na proteção de dados e de acesso aos seus perfis. Mas esta questão de segurança tem sido trabalhada em contextos escolares e após incentivos do monitor do espaço internet tem passado a ser uma questão encarada como um perigo real, sendo aconselhados, como nos refere outro entrevistado, a usar uma *pen* para guardarem os dados de que necessitam.

Embora de forma imprecisa os ciganos do concelho onde foi realizada a investigação vão utilizando as tecnologias, selecionando e utilizando as plataformas que consideram ser úteis aos seus propósitos, processo que pode ser potenciado com incentivos e apoio à aprendizagem da utilização destes recursos.

### **PARTE III - Discussão de resultados**

## 13 - Discussão de resultados

Neste capítulo iremos verificar se a hipótese formulada foi confirmada pelos dados estatísticos recolhidos, assim como se os objetivos definidos foram atingidos.

Embora ao longo da apresentação de resultados tenhamos vindo a apresentar algumas reflexões é neste capítulo que discutiremos os principais resultados de uma forma mais aprofundada, evidenciando o conhecimento que deles obtivemos e compará-los com outros semelhantes já realizados sob o mesmo tema.

### 13.1. Da perceção positiva das tecnologias de informação aos constrangimentos económicos e sociais de acesso a computadores e internet

Recordando a hipótese que definimos para a nossa dissertação “as pessoas Ciganas residentes no Concelho onde foi realizada a investigação têm perceção positiva das tecnologias de informação, mas por constrangimentos económicos e sociais não podem aceder a computadores e internet”. Partindo do pressuposto que a hipótese é uma resposta plausível e provisória para o problema da pesquisa que pode ou não ser verificado, com a investigação desenvolvida confirmamos que a hipótese se verifica. Podemos, em face dos dados recolhidos, confirmar que as pessoas Ciganas têm uma perceção positiva das tecnologias de informação, mas por constrangimentos económicos e sociais não podem aceder a computadores e internet, sendo uma população que vive em situação de pobreza, em más condições habitacionais (por vezes, sem eletricidade, água ou condições de salubridade) e em que a pobreza das condições materiais de existência se estendem a outras áreas das suas vidas como o acesso a equipamentos digitais e à aprendizagem do seu manuseamento uma vez que para o fazerem necessitam de ter competências de literacia informacional e digital de que não dispõem.

Através da pergunta do questionário “qual a perceção sobre a utilização das TIC” é respondida a primeira parte da hipótese, uma vez que se constata que a maioria tem uma nítida perceção sobre a importância das TIC na vida das pessoas nas sociedades contemporâneas.

A maioria dos inquiridos entende que é importante saber utilizar computadores e internet, 55 dos 98 inquiridos têm perceção positiva dessas utilizações e 30 têm mesmo perceção muito positiva, os dois grupos com perceção positiva perfazem 85 inquiridos ou seja 86.7% (Gráfico 83).

Reforçando ainda este sentido positivo do conhecimento e utilização das TIC, colocámos a mesma questão, interessando saber se utilizar computadores e a internet pelos filhos é importante para o inquirido.

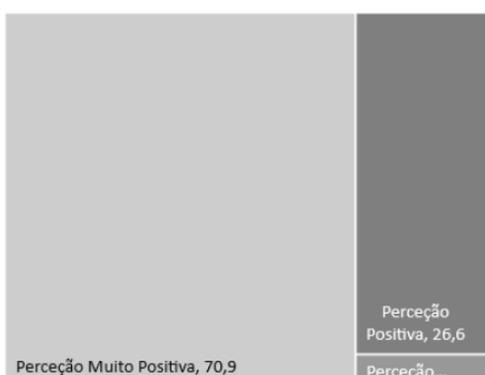
**Gráfico 83 - Perceção sobre a utilização das TIC**

Saber utilizar computadores e a internet é para si:		
Perceção	N	%
Perceção Negativa	13	13,3
Perceção Positiva	55	56,1
Perceção Muito Positiva	30	30,6
Total	98	100,0



**Gráfico 84 - Perceção relativa à utilização das TIC pelos filhos**

Saber utilizar computadores e a internet pelos seus filhos é para si:		
Perceção	N	%
Perceção Negativa	2	2,5
Perceção Positiva	21	26,6
Perceção Muito Positiva	56	70,9
Total	79	100,0



Dos 79 respondentes à questão, 56 têm uma perceção muito positiva da utilização das TIC e 21 têm perceção positiva, em conjunto atingem 97,5% dos respondentes à questão. O que reforça o sentido positivo percecionado pelas pessoas ciganas sobre as TIC (Gráfico 84).

Os constrangimentos económicos e sociais em que vive esta população servem também como parte da confirmação da hipótese formulada. Podemos inferir através dos rendimentos auferidos por parte das famílias que são extremamente baixos, colocando-as abaixo do limiar da pobreza, para além de que muitas das habitações não dispõem de condições condignas o que dificulta do ponto de vista económico, que esse valor não permita às famílias possuírem computadores.

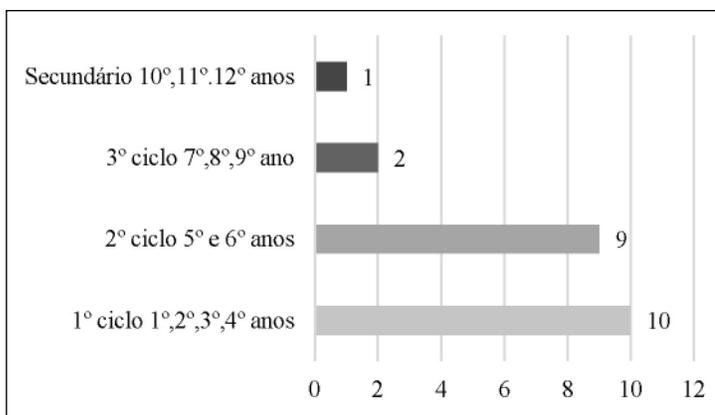
No que se refere aos rendimentos mensais dos 70 respondentes a esta pergunta apenas 7 se encontram no patamar do rendimento superior a 500 € mês. Os restantes 63 dividem-se em dois grupos praticamente iguais com 31 pessoas com rendimento superior a 300 € e outras 32 pessoas sobrevivem com rendimentos inferior a 300€ mês.

Para além dos rendimentos que os inquiridos declararam receber oriundos

do RSI, nenhum deles tem trabalho minimamente estável. No que se refere às condições habitacionais, poucas habitações oferecem um mínimo de condições aceitáveis de habitabilidade. Tivemos a oportunidade de visitar algumas casas, onde não existiam sequer cadeiras suficientes para sentar os residentes. As existentes encontravam-se em muito mau estado de conservação. Para além do que referimos, não podemos esquecer a existência de 14 barracas, algumas sem eletricidade, sem casa de banho ou esgotos, sendo que 23 dos nossos inquiridos são residentes em barracas, parece-nos que possuir um computador certamente não será uma prioridade nem assumir custos de pagamento de internet.

Ainda como constrangimento referimos que mais de um terço (37%) dos inquiridos não sabe ler nem escrever. Das pessoas que frequentaram a escola, o 9º ano de escolaridade foi o grau mais elevado que os estudantes ciganos deste Concelho atingiram. Dos ciganos inquiridos que estão atualmente a estudar, o que se encontra no nível mais elevado está no ensino secundário no 10º ano.

**Gráfico 85 - Alunos ciganos a frequentar a escola**



Os baixos rendimentos mensais, as fracas condições de habitabilidade, analfabetismo e baixos níveis de escolaridade, constituem constrangimentos à aquisição e utilização adequada de computadores e internet, entendemos serem fatores que confirmam a hipótese formulada. “As pessoas Ciganas do concelho onde foi realizada a investigação têm perceção positiva das tecnologias de informação, mas por constrangimentos económicos e sociais não podem aceder a computadores e internet.”

Embora na apresentação de resultados tivéssemos vindo a fazer alguma reflexão sobre os dados recolhidos queremos trazer para esta discussão a questão da habitação. O realojamento das famílias ciganas em 2003 no Bairro Uma Só Cor pretendeu resolver a questão da habitação das pessoas ciganas do concelho onde foi realizada a investigação e simultaneamente resolver a situação de pressão que os habitantes das zonas próximas dos lugares onde viviam os ciganos exerciam so-

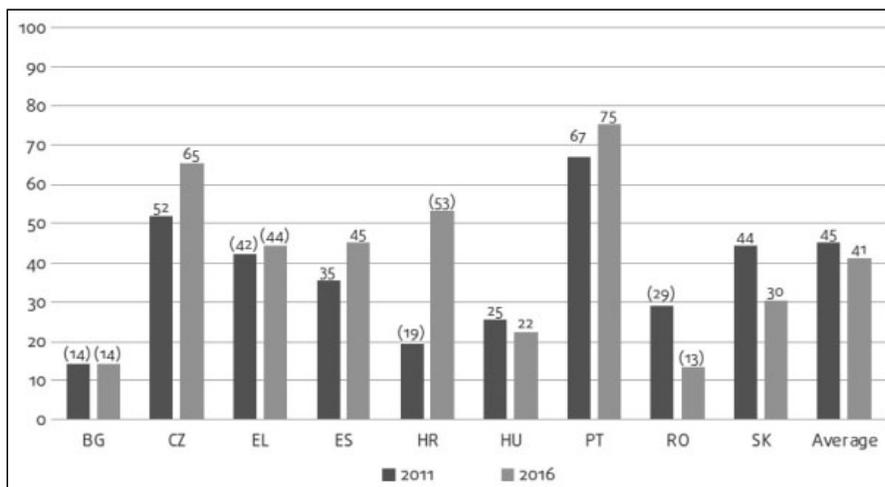
bre a Câmara Municipal. As casas foram construídas em materiais pré-fabricados que passados 15 anos apresentam diversos problemas estruturais, assim como as infraestruturas urbanísticas do Bairro, como nós próprios verificámos. As famílias cresceram levando a que aos poucos nascessem barracas uma vez que não foram construídas novas casas. O que vai de encontro ao ENCC (2014) quando se constata que

(...) por não disporem de outros espaços de habitação mas também por questões culturais de tradição cigana, os casais jovens acabam por ficar e permanecer durante mais tempo do que o desejado pelos próprios na casa dos pais (do rapaz: a rapariga deve ficar junto da sogra para aprender os “modos” da família do homem), acabando, desta forma, por se constituírem famílias alargadas, coexistindo na mesma habitação várias gerações, sendo difícil conseguir nova habitação para os núcleos familiares entretanto constituídos. (Mendes et al., 2014, pp.83-84).

Não admira, pois, a habitação ser um dos maiores problemas das pessoas que vivem no Bairro Uma Só Cor, pois concordando com Magano (2010) “A habitação, aspeto fundamental para ter condições de vida dignas, é elemento estruturador dos modos de vida.” (p.274). Os problemas habitacionais vividos levaram a que algumas pessoas tenham procurado sair do bairro, alugando ou comprando casa noutras locais, o que de facto alguns concretizaram, tendo mudado a sua residência para as povoações Aldeia Verde e Aldeia Azul. O aluguer ou a compra de uma casa por parte de pessoas ciganas remete-nos de imediato para outra dimensão da vida dos ciganos, ou seja, a situação de discriminação e preconceito, na compra ou no aluguer de uma casa, este facto foi um dos mais percecionados dos nossos inquiridos, o que vai em acordo com outros estudos, nomeadamente a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), com o estudo “*A persisting concern: anti-Gypsyism as a barrier to Roma inclusion*” efetuado em 9 países, que conclui que Portugal é o país onde os ciganos mais se queixam de discriminação na procura de habitação.

Outra dimensão do nosso estudo que queremos trazer para a discussão é a tradição cigana de casamentos muito precoces que neste território chega a ocorrer com as raparigas aos 14 anos, pensamos existir uma tendência para a diminuição da idade do casamento. Importa aqui referir as implicações destes casamentos precoces relativamente à escolaridade, que para as raparigas implica o afastamento da escola, cujas consequências geram situações de analfabetismo funcional e a possível recriação da não valorização da escolaridade e a significativa perpetuação da subalternização das mulheres. À semelhança do que muitos estudos apontam, “entre os ciganos, as mulheres estão ainda muito subordinadas e subjugadas por uma tradição cultural cigana machista” (Magano & Mendes, 2013, p.3). No grupo estudado também se verificam fortes desigualdades de género, nomeadamente na permanência na escola ou ainda na perceção sobre discriminação.

**Gráfico 86 - Discriminação na procura de habitação,  
num conjunto de 9 países europeus**



Fonte: (FRA, 2018, p.21)

As uniões conjugais pautam-se pela prática endogâmica, característica confirmada pelo ENCC (2014) e por outros estudos, sendo que na nossa investigação não registámos a existência de nenhum casamento misto.

A fraca participação nos diversos atos eleitorais é mais acentuada nos residentes do Bairro Uma Só Cor do que nos outros locais de residência. Esta constatação deve-se ao maior grau de etnicidade existente no bairro, ou sejam a forte ligação familiar entre todos, o mesmo espaço de convívio, a mesma revolta sobre as várias dificuldades vividas e partilhadas, reforçam as atitudes que os leva a isolamento não participando na vida cívica.

### **13.2. Os Ciganos do grupo de estudo e novas tecnologias de informação: que relação possível?**

A resposta à nossa pergunta de partida: “Como é que as pessoas Ciganas do concelho onde foi realizada a investigação lidam com as tecnologias de informação?” foi apresentada ao longo da Parte III -Apresentação de resultados, onde explanámos as respostas dos inquiridos. Se pudéssemos responder a esta pergunta numa simples frase, diríamos que as pessoas ciganas lidam com as tecnologias de informação como lidam com qualquer outro assunto que exija algum tipo de conhecimento alicerçado na leitura e na escrita. Ora, se a este nível, a população apresenta elevados níveis de analfabetismo ou apenas frequência escolar ao nível de anos do ensino básico, este fator vai-se repercutir também no uso que é feito com as tecnologias de informação, que pouco mais vai para além dos aspetos lúdicos oferecido pelas redes sociais e acervos de vídeos do *Youtube*, por parte de alguns dos inquiridos mais jovens. Outros menos jovens veem-se confrontados

com a necessidade de utilizar as tecnologias digitais para concretizar situações da vida quotidiana, esbarrando nas suas baixas competências de literacia(s). Embora utilizando as tecnologias de informação, a maioria dos utilizadores ciganos procura muito rapidamente as respostas que procura, sem que tenha a noção dos passos necessários para a sua obtenção. Diríamos que esta utilização se assemelha a alguém que conduz um veículo automóvel sem ter o conhecimento das regras e normas do código da estrada (*www* e *software*) nem conhecer o funcionamento básico do automóvel (*hardware*).

Ainda assim, as pessoas ciganas utilizam as tecnologias de informação. Utilizam e possuem *Smartphones*, utilizam computadores e acedem à internet, são frequentadores dos Espaços Internet e Centro de Inclusão Digital, e utilizam ainda as redes *wifi* que o Município tem instalado em vários pontos do Concelho.

De acordo com O Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias (2016), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, a região Alentejo, apresenta a mais baixa percentagem de famílias com ligação à internet (gráfico 8), apenas 63% das famílias possuem ligação à internet, o que indicia de alguma forma um fosso digital entre regiões. Também no Alentejo se verifica uma maior taxa de analfabetismo em relação ao país, o Concelho onde foi realizada a investigação (gráfico 3) por sua vez apresenta valores superiores à média do Alentejo. O envelhecimento da população é uma realidade à escala nacional, mas no Alentejo em particular esse índice é superior ao nacional. Se a estes fatores somarmos os níveis de escolarização, literacia, ou de rendimento, são condicionantes à exploração e utilização adequada das ferramentas digitais da população cigana quer não cigana.

Os resultados obtidos revelam que a falta efetiva de competências de leitura e escrita, surgem como os principais constrangimentos e condicionantes à literacia digital das pessoas ciganas deste Concelho. Pistas que vão de encontro com Magano (2017) quando afirma que existe “uma persistente dificuldade em continuar os estudos e concluir a escolaridade obrigatória o que denota a pouca eficácia das políticas educativas, mantendo-se um enorme hiato no que se refere à literacia em sentido clássico e também digital.” (p.172).

Estendendo o nosso olhar para além da (i)literacia das pessoas ciganas inquiridas e observando o conjunto de parâmetros analisados, entendemos que todos os fatores sociodemográficos condicionam o sucesso da relação dos ciganos com as tecnologias da informação e comunicação. Correndo o risco de nos repetirmos, salientamos que de entre muitos fatores, as más condições de habitação, as baixas competências escolares, analfabetismo e baixos rendimentos formam uma forte associação de fatores negativos, impedindo a aprendizagem adequada de competências digitais, pois como temos vindo a referir, a literacia digital das pessoas ciganas inquiridas, observada sob o esquema de Ala-Mutka (2011) na (figura 3) e também de Martin e Grudziecki (2006) na (tabela 1), situa-se num nível ainda muito incipiente, se levarmos em consideração que para existir “Literacia Digital”

são necessárias competências adequadas para a utilização de computadores e aplicações de *software*, assim como as capacidades de utilizar e agir em ambientes em rede na web, competências que de facto os ciganos do grupo de estudo da presente dissertação não possuem.

Apesar da baixa literacia digital os resultados demonstraram um grande interesse pelas TIC por parte dos jovens ciganos locais, o que vai de encontro ao explanado no estudo ENCC (2014) quando refere que,

Um aspeto que ficou bastante evidenciado foi a abertura e interesse para o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por parte das crianças e jovens ciganos, quer em termos de tecnologia a que têm acesso, como de utilizações específicas dessa tecnologia (Mendes et al., 2014, p.101).

Poucas pessoas ciganas possuem computadores, mas isso não os impediu de os utilizarem, assim como à internet. Colmatam a falta de acesso a estes meios utilizando os espaços internet existentes. Nestes espaços, não menos importante que o acesso às tecnologias, os ciganos, encontram a ajuda que muitas vezes necessitam para efetuar as tarefas a que se propõem realizar. Das várias utilizações da internet por parte das pessoas ciganas, a navegação em plataformas de comércio online, proporciona-lhes a concretização de compras e vendas efetivas, principalmente de carros usados ou outros equipamentos. Isto por parte dos homens. Algumas raparigas comercializam produtos de beleza usando também o comércio eletrónico. Ou seja, existe aqui claramente uma transferência do modelo de negócio presencial tradicional dos ciganos, para um modelo digital sediado no ciberespaço, cujo espaço de atuação é global. Não só mudou o espaço de atuação, mas também a natureza dos produtos comercializados. O mercado global online pode constituir uma oportunidade, se bem estruturada e apoiada tecnicamente, para possíveis atividades comerciais, o que implica competências de literacia digital adequadas.

Estas interações obrigam os internautas ciganos a uma acelerada adaptação ao mundo digital, obrigando-os a muito rapidamente a incorporar novas capacidades e habilidades para operar no digital, sites, *passwords*, *Email*, plataformas, computadores e algumas regras de etiqueta no trato com os novos fornecedores e compradores, trazem ao de cima as fragilidades das outras literacias. Estas atividades no digital não estão apenas limitadas a metade dos inquiridos, mas também, apenas a pessoas com idades inferiores a 35 anos, o que contraria os valores para o país, que embora vá diminuindo a utilização da internet progressivamente nos grupos etários, estende-se até aos grupos de utilizadores até aos 75 anos (tabela 36). Estes valores mostram aqui um forte condicionamento geracional, originado pelo analfabetismo dos inquiridos com mais de 35 anos.

Os espaços internet ocupam um papel importante para as interações digitais das pessoas ciganas. A freguesia onde foi realizada a investigação tem 7070 habitantes (censos 2011), a população cigana representa cerca de 2,8% (valor estimado) dessa população. O Espaço Internet da Aldeia Azul é o espaço onde os

utilizadores ciganos têm a maior percentagem de utilização, 40,29%, segue-se o Espaço Internet da Aldeia Verde com 31,1% de utilizadores ciganos. É na sede de concelho que o Espaço Internet tem mais frequência de utilizadores ciganos e não ciganos. Neste espaço, 20,64% dos utilizadores são ciganos. Em face da percentagem de utilização dos espaços internet, comparada ao peso da população cigana parece-nos estar nitidamente sobre representada, ou seja, os ciganos procuram mais os espaços internet que os não ciganos.

O racismo e discriminação também se fazem sentir nestes espaços, pela ausência dos não ciganos, quando as pessoas ciganas estão presentes, recusam a partilha do espaço, num ato que perpetua a distância entre o “nós” e os “outros” que recusamos aceitar. Parece-nos que este facto é denominador comum em muitas circunstâncias da vida quotidiana como atesta o ENCC (2014). “A participação e presença assídua de ciganos em alguns serviços, projetos e atividades tendem a afastar outros beneficiários/utentes.” (Mendes et al., 2014, p.122). Também a socióloga Olga Magano descreve nitidamente estes sinais claros de preconceito.

O universo social parece dividir-se de forma bipartida entre “eles” e “nós”, em que a maior parte dos grupos sociais deve a sua coesão ao poder de autoexclusão, ou seja, ao sentimento de diferença atribuído aos que “não são nós”. O mundo dos “outros” parece, assim, desconhecido e hostil, poderoso e de difícil confrontação. (Magano, 2010, pp.141-142)

Detetámos diferenças de género, na posse, no acesso e na utilização às tecnologias de informação. Em alguns casos é possível demonstrar essa evidência estatisticamente, noutros casos, embora essa evidência não seja demonstrada, a diferença é real. Submetemos algumas variáveis ao teste do qui quadrado procurando a evidência estatística da diferença de género, que obtivemos relativamente à utilização de telemóveis, na utilização de computadores e à frequência de utilização da internet, assim como o acesso aos espaços internet, que os pais das raparigas mais jovens controlam.

O consumo dos media, por parte do grupo estudado, aponta praticamente por unanimidade a televisão como o meio mais utilizado, o que vai de encontro à realidade nacional como podemos confirmar num estudo realizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) “A televisão continua a ser um meio de comunicação que chega a praticamente todos os indivíduos. A quase totalidade da amostra consome conteúdos televisivos, não se verificando oscilações assinaláveis em termos de género e de idade.” (ERC, 2016, p.6). Os restantes meios utilizados por ordem decrescente são: a internet, Livros, Revistas, Rádio, Jornais Impressos e Cinema em sala. Dos valores obtidos na investigação, consideramos que a baixa literacia mediática demonstrada sobretudo nos meios que têm a necessidade do uso das competências de leitura, o que remete mais uma vez para o analfabetismo estrutural a que durante séculos as pessoas ciganas estiveram sujeitas.

Quase metade das pessoas ciganas inquiridas possuem telemóveis e *smart-phones* e utilizam-nos principalmente para fazer chamadas, receber e enviar SMS, tirar fotos e também em menor frequência vídeos. Algumas destas fotos são partilhadas entre amigos nomeadamente através das redes sociais, o mesmo sucedendo como os vídeos. No entanto alguns dos vídeos são colocados *online* através do *Youtube*, aplicação da qual alguns indivíduos possuem um canal onde regularmente vão inserindo novos vídeos, uma breve pesquisa na web sobre “ciganos” dá-nos conta deste facto. É um meio de fácil acesso e excelente meio de divulgação da cultura cigana, no entanto como nos alerta Paiva, (2012, p.307.) a “utilização da internet, como veículo de comunicação e divulgação da cultura cigana, que traz as suas oportunidades, mas também os seus riscos (...)”

A segurança da informação é um tema a que os ciganos, utilizadores do digital não estão despertos, tal como demos conta na apresentação de resultados. Esta atitude face a todos os riscos inerentes ao uso do digital é consequência da baixa literacia digital destes utilizadores. A informação transacionada na net é pouca e à qual não valorizam, por outro lado a produção de informação em ficheiros também é baixa, com exceção dos estudantes, que já produzem textos e guardam resultados de pesquisas. Navegar com segurança na internet é um tema cada vez mais importante, quer nos aspetos relativos a perda ou roubo da informação, ou o acesso indevido às mais diversas plataformas *online*, podendo nestas circunstâncias o internauta ser gravemente prejudicado. Por outro lado, as redes sociais constituem excelentes ferramentas para a criação de redes de contactos ou divulgação de causas, no entanto é também nas redes sociais que muitas vezes os internautas se vêm confrontados com as mais diversas formas de criminalidade a partir da sua própria exposição.

No ano 2000, a propósito de uma candidatura a um programa de realojamento habitacional, foi feito um retrato de caracterização das pessoas ciganas residentes no concelho. Nessa caracterização (CM, 2001), entre outras informações afirma-se que os ciganos são os mais pobres dos pobres do concelho, habitam em habitações degradadas, não têm trabalhos estáveis nem contínuos e têm uma dependência pública em vários sentidos. O retrato feito na altura mostra uma realidade que passados dezoito anos sofreu poucas alterações. Alguns conseguiram alugar ou comprar casa, atualmente todas as crianças vão à escola, todos têm médico de família, mas continuam a existir barracas, continuam pobres e como diz Isabel Pereira (2016), na sua dissertação de mestrado “Ninguém dá trabalho aos ciganos”.

Atendendo aos baixos níveis de escolaridade, às baixas capacitações profissionais e inexistência de ocupações profissionais que pudessem estimular a exploração dos sistemas de informação, diríamos que as pessoas Ciganas residentes no concelho onde foi realizada a investigação enfrentam o mundo digital como as suas literacias lhe permitem, o *smartphone* já faz parte dos seus hábitos de uso, usam o correio eletrónico, têm amigos *online* e publicam fotos e vídeos na internet e muitos automóveis e eletrodomésticos que possuem foram adquiridos *online*.

## CONCLUSÕES

Chegados ao final da investigação, percebemos que cada dimensão que pretendemos conhecer se reveste de extrema complexidade, carecendo de profunda análise. O contacto com as pessoas ciganas foi uma experiência enriquecedora enquanto investigador e enquanto ser humano. O olhar sobre o outro, diferente de mim ou não, mas sempre o outro, não será mais a mesma. A nossa investigação procurou conhecer a literacia digital dos ciganos deste concelho, sob o contexto das suas vivências diárias. Nesse sentido o trabalho produzido traz para o conhecimento social dados novos, no que diz respeito aos aspetos do território, sociodemográficos, escolaridade, sentimentos de discriminação e cidadania, mas também à(s) literacia(s) digital(is) e à utilização das novas tecnologias que nos rodeiam nas sociedades contemporâneas.

A escola é atualmente mais valorizada pelos ciganos uma vez que é a escolarização que possibilita a aquisição da carta de condução. Os alunos ciganos do concelho vão na sua maioria no máximo até ao 9º ano, mas no ano letivo de 2017/2018, um deles esteve matriculado no 10º, o que consiste num facto inédito até ao momento para esta população. Quanto às crianças mais pequenas, a maioria está inscrita no jardim-de-infância e os pais revelam que fazem questão que os seus filhos frequentem este tipo de ensino. Esta valorização da escola pode ser vista como uma realidade recente, na medida em que o analfabetismo surge de uma forma esmagadora para os indivíduos a partir dos 34 anos, sendo mais incidente nas mulheres. Em diversas dimensões da análise é possível percebermos a diferenciação de género em que as mulheres são vítimas do machismo dos homens o que se reflete na forma de acesso às TIC e ao uso de recursos disponíveis.

Revisitando o lugar-comum do preconceito e do racismo no qual o senso comum aceita e reconhece que os ciganos são as suas principais vítimas, os resultados obtidos contrariamente ao expectável mostram uma população em que metade dos participantes no estudo diz não se sentir discriminado, as pessoas mais escolarizadas relevam uma maior perceção das situações de discriminação. A grande maioria dos ciganos que colaborou no estudo demonstra uma fraca participação na vida pública, as eleições não mobilizam esta população para os atos eleitorais. Os dados revelaram ainda que é no Bairro Uma Só Cor, onde as condições habitacionais são mais precárias, que esta ausência de participação é mais notória. A nossa interpretação pela diminuta participação nas eleições deve-se ao facto de muitas pessoas associarem o ato de não votar como forma de retaliação, demonstrando assim o seu descontentamento ao poder político.

A cultura cigana não é estática, nem se encontra isolada da sociedade envolvente. Assim sendo, perante um mundo globalizado onde o digital substitui cada vez mais o analógico, os ciganos sabem que as tecnologias digitais são o caminho certo a seguir e demonstram claramente saber o que é a internet, considerando que é importante a utilização das TIC por si próprios e para os seus filhos, recorrendo

para isso aos espaços municipais e ao apoio dos técnicos para tratar de assuntos pessoais, de lazer ou negócios.

Contudo, a baixa escolarização e a falta de formação em TIC faz com que o uso que os ciganos fazem das tecnologias digitais seja bastante limitado e dependente de terceiros, não obstante ser bastante frequente a posse de *smartphone* com acesso à internet.

Metade dos ciganos participantes no estudo possuem telemóvel, sendo a maioria dos equipamentos modelos *Smartphone* com acesso à internet e 15% possuem computador, mas a posse destes equipamentos não significa que os usem ou os usem de forma adequada. Metade da população inquirida utiliza computadores, assim como internet, quando o resto do país apresenta uma taxa de utilização de 73,9%. Esta diferença de utilização das tecnologias de informação e comunicação significa um fosso ou “fratura digital” (no sentido defendido por Castells) que gera uma nova condição para os que se veem alheados da interação com o digital. Para os ciganos esta dificuldade significa mais uma forma de exclusão, ficando em situação de dupla exclusão, digital e social. A digital pelo não acesso ao conhecimento e às novas tecnologias, a social, pela falta de acesso ao trabalho e ao rendimento, levando-os ao círculo vicioso da dependência do estado.

No entanto, não possuir computador em casa, não significa que ciganos e não ciganos não possam aceder às tecnologias da informação e comunicação. O Município disponibiliza espaços de acesso público à internet, assim como o Programa Escolhas através do CID. É nestes locais que os mais novos utilizam principalmente as redes sociais, o *Youtube*, mas também realizam pesquisas para trabalhos escolares. No que se refere aos mais velhos, para além do uso das redes sociais e do *Youtube*, procuram e visitam *sites* de compras e vendas, chegando mesmo a concretizar muitas compras nomeadamente viaturas ou no caso das raparigas de compra de produtos de beleza. De alguma forma assiste-se a novos espaços de negócio através de meios digitais

Os ciganos do concelho onde foi realizada a investigação, à semelhança do que acontece com ciganos a nível nacional são vítimas de discriminação social, de preconceitos, de racismo e segregação social. As precárias situações em que algumas famílias vivem, o isolamento social e espacial, a pouca escolaridade, a inacessibilidade ao mercado de trabalho e situações do dia-a-dia como as dificuldades em arrendar ou comprar habitação ou a frequência de espaços públicos ou mesmo de acesso à internet são explícitas demonstrações de racismo. Nesta investigação concluímos que para além de formas mais clássicas de racismo e discriminação também existem outras novas formas e que são visíveis através da não preparação destas pessoas para o uso de novas tecnologias e das ferramentas da sociedade informacional. Como vimos na população estudada, mesmo que algumas pessoas realizem algumas operações digitais, está longe de poder ser considerada integrada do ponto de vista da literacia digital aliada a formas de iliteracia clássica.

As pessoas ciganas inquiridas possuem elevados níveis de analfabetismo ou apenas têm frequência escolar ao nível ensino básico, este fator condiciona claramente as competências necessárias para lidar com as TIC. Se os mais jovens, que são “nativos digitais” estão mais familiarizados com computadores e internet, os mais velhos “emigrantes digitais” esbarram nas suas baixas competências de leitura.

Os espaços internet e CID, são para as pessoas ciganas espaços de ajuda e acolhimento para a interação digital o que favorece percursos de inclusão digital e também de inclusão social, pela inevitável relação entre os dois conceitos na era da sociedade em rede.

A nossa investigação procurou inovar, trazendo para o conhecimento uma realidade que não tinha antes sido analisada, a literacia digital dos ciganos, no contexto das diversas dimensões das suas vivências. Os resultados obtidos poderão constituir uma ferramenta de trabalho para as instituições (por exemplo, Município, Juntas, Escolas, IEF, etc.) poderem adequar as suas ações corrigindo ou melhorando as difíceis condições de vida destas pessoas, que como várias vezes referimos ao longo da nossa longa dissertação são portugueses e são cidadãos.

Concluída a investigação é nossa intenção devolver aos participantes os resultados da investigação, prevendo a realização de uma apresentação pública com a participação das pessoas ciganas que participaram na investigação e representantes das instituições que colaboraram.

## BIBLIOGRAFIA

ACIDI. (2013). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 - 2020*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Disponível em <https://www.acm.gov.pt/pt/-/estrategia-nacional-para-as-comunidades-ciganas-enicc-concig>

Ala-Mutka, K. (2011). Mapping digital competence: towards a conceptual understanding. *Institute for Prospective Technological Studies*, 60. Disponível em <http://ipts.jrc.ec.europa.eu/publications/pub.cfm?id=4699>

ANACOM. (2016). O consumidor de comunicações eletrónicas 2015, (1-158). Autoridade Nacional de Comunicações

Aron, R. (1981). *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília Conselho Editorial.

Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, Portugal.

Baran, P.(1964). On Distributed Communications Networks. *IEEE Transactions on Communications*, (12), 1–9.

Bardin, L. (2009). *Análise de Contéudo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Bareme Internet. (2017). Markttest. Disponível em <http://www.markttest.com/wap/a/grp/p~86.aspx#apresentação>

Bastos, J., Correia, A. C., & Rodrigues, E. (2007). *Sintrensens Ciganos - Uma abordagem estrutural-dinâmica*. Lisboa: CM de Sintra e ACIDI.

Bastos, J., Correia, A., & Rodrigues, E. (2008). *O que podem esperar de Portugal os Portugueses Ciganos?* CEMME / FCSH.

Bell, D. (1974). *O Advento da Sociedade Industrial*. São Paulo: Cultrix.

Benavente, A., Rosa, A., Costa, A., & Patricia, Á. (1996). *A Literacia em Portugal - Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Butcher, M., & Haggard, C. (2008). A Comparison of Technology Management in China and the United States. In *Annual meeting of the National Communication Association* (pp.1–15). San Diego.

Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In *Racismos: Olhares plurais* (pp.11–43). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11002>

Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2003). A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico. *III Jornada Internacional Sobre Representações Sociais, Universidade Do Estado Do Rio de Janeiro/Maison Des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003.*, pp.69–77. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/1598>

Cameron, R. (2004). *História Económica do Mundo*. Mem Martins: Publicações Europa América, Lda.

Campos, A. M. F. (2011). “Novos rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português” (Texto preliminar). In *Encontro APHES*. Disponível em [http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_4b/ana\\_campos\\_paper.pdf](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_4b/ana_campos_paper.pdf)

Candeias, A. (1993). A Situação Educativa Portuguesa : Raízes do passado e dúvidas do presente. *Análise Psicológica*, XI, 591–607. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1699>

Cardoso, G. (2006). *Os Media na Sociedade em Rede*. 2006. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cardoso, G., Mendonça, S., Paisana, M., & Sousa, J. (2016). *Anuário da Comunicação 2015-2016*. Observatório da Comunicação. Lisboa.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Casa-Nova, M. (2002). *Etnicidade, género e escolaridade – estudo em torno das socializações familiares de género numa comunidade cigana da cidade do porto*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Casa-Nova, M. (2009). *Etnografia e Produção de Conhecimento: Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. V I A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2007). *A galaxia da Internet* (2ª ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Coelho, A. (1892). *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão. “X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas”* (Congresso). Imprensa Nacional. Disponível em <http://archive.org/details/osciganosdeportu00coeluoft>

Comissão das Comunidades Europeias. (2009). Sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva. *Jornal Oficial Da União Europeia*, 9–12. Disponível em <http://www.gmes.pt/pt/recomendacao-da-comissao-europeia-sobre-literacia-mediatica-no-ambiente-digital>

CPED. (2015). *Empregabilidade Digital Estratégia e Plano de Ação 2015-2020*, 26. Disponível em [https://www.fct.pt/dsi/docs/EstrategiaPlanoAcaoEmpregabilidadeDigital\\_v0.1.pdf](https://www.fct.pt/dsi/docs/EstrategiaPlanoAcaoEmpregabilidadeDigital_v0.1.pdf)

Day, K. D., Dong, Q., & Collaco, C. M. (2008). Ethnocentrism, Intercultural Communication Sensitivity and Multiculturalism. *Human Communication*, 11(1), 27–38.

Decreto-lei nº 19-A/96. (1996). Diário Da República —I Série- A, Nº 149—29, 2–5.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2016). *As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal 2016*. ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Eshet-Alkalai. (2004). Digital Literacy: A Conceptual Framework for Survival Skills in the Digital Era. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia*, 13(1), 93–106.

Esteves, E. (2008). *Alfabetização e Educação de Adultos - Um percurso de 1910 a 1926 -*. DiSSERTAÇÃO de Mestrado, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

European Parliament and the Council. (2006). Recommendation of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning. Official Journal of the European Union, L394/310., (9), 2007–2010. Disponível em [http://www.esev.ipv.pt/docs/geaba/file/Programas Internacionais/PI/LexUriServ\\_do1.pdf](http://www.esev.ipv.pt/docs/geaba/file/Programas Internacionais/PI/LexUriServ_do1.pdf)

Fáisca, L. M., & Jesuíno, J. C. (2006). Comunidades ciganas: representações sociais da comunidade cigana na sociedade portuguesa. Lisboa: ACIME.

Ferreira, M. F. (2013). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Nº 11., 169–191. Disponível em [www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/07.pdf)

Flick, U. (2009). *Métodos de Pesquisa, introdução á pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

FRA. (2018). *A persisting concern: anti-Gypsyism as a barrier to Roma inclusion*. European Union Agency for Fundamental Rights. Disponível em <https://doi.org/10.2811/423901>

Freire, P.(1967). *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Paz eTerra.

Freire, P.(1979). *Conscientização - Teoria e Prática da Libertação Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

Freire, P.(1989). *A Importância Do Ato de Ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez.

Gibson, W. (1984). *Neuromancer*. São Paulo: Aleph.

Giddens, A. (2010). *Sociologia* (8th ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4th ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Gilster, P.(1997). *Digital Literacy*. San Francisco, CA: John Willey & Sons.

Gonçalves, L. I. M. (2013). *Contributo das TIC na integração de famílias oriundas do Brasil no concelho de Albufeira*. (Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).

Google, E. (2018a). Bairro Uma Só Cor. Consultado em 3 janeiro 2018, Disponível em <https://earth.google.com/web>

Google, E. (2018b). Caridade. Consultado em 3 janeiro 2018, Disponível em <https://earth.google.com/web>

Google, E. (2018c). Consultado em 3 janeiro 2018, Disponível em <https://earth.google.com/web>

Google, E. (2018d). Consultado em 3 janeiro 2018, Disponível em <https://earth.google.com/web>

Guimarães, A. (2005). Linux versus Microsoft : as novas tendências no mercado de sistemas operacionais. *Transinformação*, 17(1), 79–90.

Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Silabo.

INE. (2016). Sociedade da Informação e do Conhecimento. Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2016. Disponível em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=250254698&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250254698&DESTAQUESmodo=2)

INE, I. P.(2012). Censos 2011 resultados definitivos-Portugal. Lisboa:Portugal

Junqueira, L. (2014). Representações da Discriminação Social e Retrospeção

Teleficcional : Discursos de classe e geração a partir de comentários sobre a novela “ Esperança .” In *Estudos de Sociologia-ISSN: 2317-5427*. Universidade Federal de Pernambuco: Brasil.

Lévi-strauss, C. (1952). *Raça e História*. Paris: UNESCO.

Liégeois, J. P.(1989). *Ciganos e Itinerantes: Dados socioculturais. Dados sociopolíticos*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Machaqueiro, M. A. (2002). Políticas de Identidade - Antropologia dos Processos Identitários (número temático), *Ethnologia*, Nova Série, (12-14), 337-355.

Madeira, J. (2016). Ciganos portugueses são os mais pobres da Europa. Dependência do RSI preocupa. *Jornal i de 27-01-2016*. Disponível em <https://ionline.sapo.pt/497590>

Magano, O. (1999). *Entre ciganos portugueses: estudo sobre a integração social de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta. Porto, Portugal)

Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais- Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. (Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).

Magano, O. (2017). Ciganos e (i)literacia digital. *Literacia e Inclusão Digital: Boas Práticas Em Portugal e Em Espanha*, (i), 167–173.

Magano, O., & Mendes, M. M. (2013). Mulheres ciganas na sociedade portuguesa: tracejando percursos de vida singulares e plurais. *Revista Sures*, pp1-15.

Magano, O., & Mendes, M. M. (2016). Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso das pessoas Ciganas. *Revista Configurações. Ciganos e Educação.*, pp.8-26.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5th ed.). São Paulo: Editora Atlas S. A.

Martin, A., & Grudziecki, J. (2006). DigEuLit: Concepts and tools for digital literacy development. *Italics*, 5(1), 249–267. Disponível em <https://doi.org/10.11120/ital.2006.05040249>

Mattelart, A. (2001). A era da informação : gênese de uma denominação. *Revista FAMECOS, Porto Alegre, Nº 15 Agosto 2001*, 7–23.

Mendes, M. M. (1997). *Etnicidade, grupos étnicos e relações multiculturais, no âmbito de uma Sociologia das Relações Étnicas e Rácicas*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal)

Mendes, M. M. (2007). Representações face à discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na área metropolitana de Lisboa. (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais Lisboa, ICS-UL.)

Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P.(2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Lisboa: ACM.

Missika, J.-L., & Wolton, D. (2011). Televisão : das origens ao multimedia e à interactividade. *A Televisão é o Objecto Mais Democrático Das Sociedades Democráticas.*, 11.

Município local. (2001). *Projeto Candidatura PIC*. Arquivo Municipal.

Município local. (2008). *Regulamento de utilização e funcionamento dos Espaços Internet do Concelho*.

Município local. (2015). *Diagnóstico Social da Rede Social*. Consultado em 5, novembro 2017

Município local. (2017). Arquivo Municipal

Município local. (2017). *Atas do Município*. Arquivo Municipal.

Neto, F. (2004). *Psicologia Social Aplicada*. Lisboa: Universidade Aberta.

Nico, L. (2011). Literacia e cidadania. *Revista Alentejo Educação – 3 (2011)*, 53–58.

Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano* (2ª ed.). Edição do Autor de parceria com a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos.

OECD. (2001). *Understanding the digital divide*. OECD Publications.

ONU. (2016). *Mundo tem mais de 750 milhões de adultos analfabetos*. Consultado em 5, junho 2018, Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2016/09/1562261-mundo-tem-mais-de-750-milhoes-de-adultos-analfabetos>

ONU, A. G. (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Diário Da República Eletrónico. Disponível em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#1>

Paiva, M. M. V. (2012). *Aprender a ser cigano, hoje: empurrando e puxando fronteiras*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa - Instituto de Educação, Lisboa, Portugal).

Paranhos, R., Figueiredo, F. D. B., Rocha, E. C. da, Silva Júnior, J. A. da, & Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 384–411. Disponível em <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>

Patrício, M. R., & Osório, A. (2016). Competência Digital: conhecer para estimular o ensino e a aprendizagem, 175–189. Disponível em <http://hdl.handle.net/10198/13135>

Pereira, I. (2016). *Ninguém dá trabalho aos ciganos! - Estudo qualitativo sobre a (des)integração dos ciganos no mercado formal de emprego*. (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal)

Pereira, L. M. G. (2011). *Conceções de literacia digital nas políticas públicas – estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação*. (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal).

Pinto, P.C. S. (2017). *O terceiro bairro: Estudo qualitativo sobre o impacto do rendimento social de inserção nos modos de vida de pessoas ciganas*. (Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra.)

Pordata. (2017). Retrieved October 8, 2017, from <https://www.pordata.pt>

Pordata. (2017). *Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo*. Consultado em 26 janeiro 2018. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>

Pordata. (2017b). *Assinantes / equipamentos de utilizadores do serviço móvel*. Consultado em 6 dezembro 2017. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Assinantes+++equipamentos+de+utilizadores+do+servi%c3%a7o+m%-c3%b3vel-1180>

Pordata. (2018a). *Mãe pela 1ª vez*. Consultado em 25 janeiro 2018, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Idade+média+da+mãe+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>

Pordata. (2018b). *Nº telemóveis*. Consultado em 25 janeiro 2018, Disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Pordata. (2018c). *Qual percentagem de utilizadores de computador ou internet, por faixa etária?* Consultado em 20, fevereiro 2018, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Indivíduos+com+16+e+mais+anos+que+utilizam+computador+e+Internet+em+percentagem+do+total+de+indivíduos+por+grupo+etário-1139>

Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria

sociológica. *Oficina Do CES. 271 (2007).*, (271), 1–35. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/11097>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (2ª Ed). Lisboa: Gradiva.

Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35(2), 155-178.

Ramos, N. (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. In *Educação e Formação de Adultos: políticas, práticas e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Raquel, M., Patrício, V., Manuel, V., Gonçalves, B., Manuel, E., & Morais, E. (2008). Tecnologias Web 2.0 : Recursos Pedagógicos na Formação Inicial de Professores, 108–119.

Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. S. Porto Alegre: Sulina.

Reis, F. (2002). Literacia, Média e Cognição: Algumas Observações, 87–104.

Rosa, A. M. (2011). Elementos para uma teoria dos novos media. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, (8), 11–28. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2307>

Rosa, A. M. (2012). As origens históricas da Internet: uma comparação com a origem dos meios clássicos de comunicação ponto a ponto. *Estudos Em Comunicação*, (11), 89–116.

Sanou, B. (2016). ICT Facts and figures 2016. *ITU Telecommunication Development Bureau*, 1–8. Disponível em <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>

Santos, C. (2009). *Os ciganos de Portugal: uma perspetiva genética da sua história* (Dissertação de Mestrado em Biologia Molecular e Celular, Universidade de Aveiro) disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/833/1/2009001125.pdf>

Santos, C.J. & Moreira, L.J. 2017. *Aprofundamento do estudo sobre as comunidades ciganas*. ACM-Revista, nº5, Especial Comunidades Ciganas. Lisboa: ACM

Santos, R., Azevedo, J., & Pedro, L. (2015). Literacia(s) digital(ais): definições, perspetivas e desafios Digital literacy (ies): definitions, perspectives and challenges. *Revista Media & Jornalismo*, (15), 27–44. Disponível em <http://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/3485>

Santos, S. A. R. (2013). *Tenho o dia e tenho a noite: O rendimento social de inserção e os beneficiários ciganos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, Faro Portugal).

Silva, A. S. (2006). *A sociologia e o debate público: Estudos sobre a relação entre o conhecer e o agir*. Porto: Edições Afrontamento. Biblioteca das Ciências Sociais.

Silva, A. M. da, Marcial, V. F., & Martins, F. (2016). *A Literacia da Informação em Portugal . Um diagnóstico, um modelo e uma reflexão prospetiva (2007-2010)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, M. C. (2008). *Desigualdade, pobreza e exclusão: o caso português*. in Torres A. e Batista L. (Org.). *Sociedades Contemporâneas: reflexividade e Ação*. Porto: Edições Afrontamento.

SOS Racismo (2001), *Satispen ta li Saúde e Liberdade. Ciganos, números, abordagens e realidades*. Lisboa, SOS Racismo.

Teixeira, V. (2009). *Ciganos, os portugueses esquecidos: percepções de justiça e relações com as autoridades, a lei e a justiça*. Departamento de Psicologia Social e das Organizações. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitario de Lisboa, Portugal.) Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/2483>

Touraine, A. (1970). *A Sociedade Pós Industrial*. Lisboa: Moraes Editores.

Unesco, C. N. (2018). *Alfabetização para todos*. Disponível em <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/educacao-para-o-seculo-xxi/alfabetizacao-para-todos>

Vicente, M. J., & Aires, S. (2016). *Singular do Plural*. Porto: EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Weber, L. (2006). *Desenvolvimento Da Computação E Da Arquitetura Computacional Assíncrona*. *Rev. Liberato*, (8), p.1-16. Disponível em [http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista\\_SIER/v.%207%2C%20n.%208%20%282006%29%205.%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20COMPUTA%C7%30%20E%20DA%20ARQUITETURA.pdf](http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.%207%2C%20n.%208%20%282006%29%205.%20DESENVOLVIMENTO%20DA%20COMPUTA%C7%30%20E%20DA%20ARQUITETURA.pdf)

## ANEXO I - Questionário

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz		
Questionário Individual Nº	Data: / /2017	Entrev.
crianças a partir dos 8 anos 😊		
Caraterização Pessoal		
Nº	Pergunta	Resposta
1	Sexo	😊
	1-Masculino	
	2-Feminino	
2	Idade	😊
3	Estado Civil	
	1-Casado	
	2-União de facto	
	3-Solteiro	
	4-Separado de facto	
	5-Divorciado	
	6-Viúvo	
4	Se Casado(a)	
	1-Casamento religioso	
	2-Casamento pelo registo civil	
	3-Casamento pelo civil e religioso	
	4-Casamento de acordo com a "lei cigana"	
5	Com que idade casou ?	
6	O Cônjuge é	
	1-Cigano(a)	
	2- Não Cigano(a)	
7	Nº de Filhos	
	1-Masculino	
	2- Feminino	
8	Tem filhos na Pré ou J. Infância	
	1-Não	
	2-Sim, quantos	
	3- Sim, por vontade própria	
	4- Sim, por imposição do RSI	
9	Que idade tinha quando nasceu 1º filho	

## Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

10	<b>Religião</b>		
	1-Sem religião (ateu/agnóstico)		
	2-Católica		
	3-Judaica		
	4-Evangélica de Filadélfia		
	4.1- Em que localidade		
4.2-Quantas vezes por semana?			
5-Outra			

11	<b>Naturalidade</b>		😊
	1- Reguengos de Monsaraz		
	2-Moura		
	3-Outro país. Qual?		
4-Antes de viver em Reguengos onde vivia?			

12	<b>Tipo de ascendência</b>		😊
	1-Pai e mãe ciganos		
	2-Pai cigano e mãe não cigana		
3-Mãe cigana e pai não cigano			

### Situação face ao Trabalho

13	<b>Situação face ao emprego</b>		
	1- Desempregado		
	2- Empregado		
2.1 - Ocupação/ Profissão			

14	<b>Está inscrito no Centro de Emprego</b>		
	1- Não		
	2- Sim		
3- Se Sim há quanto tempo está inscrito			

15	<b>Recebe apoio Financeiro</b>		
	1- Não		
	2- Sim		
2.1 Entidade			
2.1 Valor aproximado		menos de 300	mais de 300
			mais 500

16	<b>Exerce Venda Ambulante</b>		
	1- Sim		
2- Não			

17	<b>Já teve algum emprego ou formação em contexto de trabalho (não na venda ambulante)</b>		
	1- Sim		
	2- Não		
3- Qual			

## Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

### Alojamento e Condições habitacionais

18		Tipo de Alojamento	
		1-Barraca, casa rudimentar ou de madeira	
		2-Móvel (caravana ou outro)	
		3-Clássico (apartamento ou moradia)	
		4-Pré Fabricado	

19		Infraestruturas	
		1 - A sua habitação é servida pela rede pública de eletricidade	
		2 - A sua habitação é abastecida pela rede pública de água	
		3 - A sua habitação tem casa de banho, chuveiro, sistema de banho no interior da habitação	
		4 -A sua habitação é servida por rede de saneamento (esgotos)	
		5 -A sua habitação é servida por recolha de lixo	
		6 -A sua habitação tem telefone por cabo	
		7 -A zona é servida por rede GSM (telemóvel)	

20		Problemas e carências da zona	
		1- Existem problemas?	
		2- Habitação inadequada	
		3- Faltam acessos (estradas, ruas)	
		4- Piso dos acessos	
		5- Contentores do lixo	
		6- Parques infantis	
		7 -Comércio	
		8-Mau cheiro do matadouro	
		9-Drenagem de águas	
		10- Passagem de peões	

21		Serviços e equipamentos	
		1-Televisão a cores/LCD	
		2-Máquina de lavar roupa	
		3-Frigorífico	
		4-Fogão	
		5-Automóvel	

### Saúde

22		Tem médico de família	
		1- Sim	
		2- Não	
		3 -Como faz se estiver doente?	

23		Quantas vezes vai ao médico?	
		1-Pelo menos 1 vez por semana	
		2-Pelo menos 1 vez por mês	
		3-Pelo menos 2-3 vezes por ano	
		4-Pelo menos 1 vez por ano	
		5-Nunca	

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

24	Tem o plano de vacinação em dia ?	😊
	1- Sim	
	2- Não	

Educação

25	Sabe ler e escrever	😊
	1- Ler	
	2- Escrever	
	3- Outra	

26	Frequenta(ou) a Escola	😊
	1- Sim, estou a frequentar (passar às perguntas 27, 29,30 e 31)	
	2- Sim frequentei (passar à pergunta 28)	
	3- Nunca frequentou	

27	Que ciclo de estudos frequenta	😊
	1- 1º ciclo 1º 2º 3º 4º anos	
	2- 2º ciclo 5º 6º ano	
	3- 3º ciclo 7º 8º 9º ano	
	4- Secundário 10º 11º 12º anos	
	5- Universitário	

28	Que ciclo de estudos frequentou (especificar o nível)	
	1- Pré Primária	
	2- 1º ciclo 1º 2º 3º 4º anos	
	3- 2º ciclo 5º 6º ano	
	4- 3º ciclo 7º 8º 9º ano	
	5- Secundário 10º 11º 12º anos	
	6- Universitário (curso)	
	7- Frequentou mas abandonou	
	8 - Em formação de adultos	

29	Do que gosta na escola	😊
	1- Da escola	
	2- Dos professores	
	3- Da convivência com outras colegas de escola?	
	4- Outra. Qual?	

30	Costuma faltar à Escola	😊
	1- Sim	
	2- Não	

## Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

Se falta, porque motivo		😊
31	1-Não gosta da escola	
	2-Não gosta de levantar cedo	
	3-Para ajudar os pais	
	4-Considera que já não tem idade para andar na escola	
	5-O que aprendo na escola não tem interesse para mim	
	6-Não sabe	

### Educação - Só para pais

Diga se concorda ou não com as seguintes afirmações:		
32	1-Considera que as raparigas devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem	
	2-Considera que os rapazes devem permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem	
	3-Considera que todos devem frequentar a escola até pelo menos ao 12º ano	
	4-Seria importante que existissem nas escolas professores e funcionários ciganos	

### Vida em Sociedade

Já alguma vez se sentiu discriminado/a por ser cigano/a?		
33	1- Sim	
	2- Não	

Em que situações se sentiu ou sente discriminado/a?		
34	1-Num serviço público (Segurança Social, Câmara Municipal, Finanças)	
	2-Num banco/empresa de crédito	
	3-Numa companhia/agente de seguros	
	4-Numa entrevista de emprego	
	5-No arrendamento de uma casa/quarto	
	6-Nos transportes públicos	
	7-Em táxis	
	8-Num supermercado ou loja	
	9-Num café/restaurante	
	10-No trabalho	
	11-Na escola	
	12-No centro de saúde/hospital	
	13-No tribunal	
	14-Outra	

Participa nas eleições? Votando.		
35	1- Sim	
	2- Não	
	3- Porquê	

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

Parte 2 - Relação com as tecnologias

Acesso a equipamentos

Possui Telemóvel ou Smartphone e outros equipamentos		☹️
36	1-Telemovel	
	2-SmarthPhone	
	3-SmarthPhone com acesso à internet	
	4-Tablet	
	5 -Maq. Fotog. Digital	

Usa o Telemóvel ou Smartphones para:		☹️
37	1-Nunca usou	
	2-Fazer e receber chamadas	
	3-Enviar e receber SMS	
	4-Tirar fotos	
	5-Fazer vídeos	
	6-Ouvir musica	
	7-Jogar	
	8-Relógio despertador, alarme	
	9-Aceder à internet	
	10-GPS	
	11-Outra. Qual?	

Em média quanto tempo passa ao telemóvel (dia)		☹️
38	1-<2 horas	
	2- 2-4 horas	
	3-4-6 horas	
	4->6 horas	

Tem computador?		☹️
39	1-Não	
	2-Computador de secretária	
	3-Computador de secretária com acesso à internet	
	4-Portátil	
	5-Portátil com acesso à internet	
	6-Impressora	

Utilização do computador		☹️
40	1-Nunca usou	
	2-Escrever texto, fazer cálculos	
	3-Jogar offline- cd-dvd-pen	
	4-Ver filmes offline - cd-dvd-pen	
	5-Para acesso à internet	
	6-Impressão de documentos	

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

Dos termos abaixo indique aqueles que conhece e utiliza								☺
41	word	Excel	PowerPoint	browser	wifi	RJ45	antivirus	
	disco	RAM	motherboard	CD	DVD	Formatar	Access	
	Linux	password	pendrive	email	moviemaker	Windows	rede	

Em média quanto tempo passa no computador (dia)		☺
42	1-<2 horas	
	2- 2-4 horas	
	3-4-6 horas	
	4->6-8 horas	
	5->6-8 horas	

Onde tem acesso ao computador		☺
43	1-Em casa	
	2-Casa de amigos	
	3-Na escola	
	4-Espaço CID (escolhas)	
	5-Espaços Internet	
	6-Outro	

Acesso e utilização da internet

Já ouviu falar da internet						☺
44	Nunca	Raramente	Não sei	Algumas vezes	Muitas vezes	

Com que frequência utiliza a internet						☺
45	Nunca	Raramente - Menos de uma vez por mês	Pelo menos uma 1 por mês	Pelo menos uma vez por semana (não todos os dias)	Todos ou quase todos os dias	

Saber utilizar computadores e a internet é para si:						☺
46	Nada importante	Pouco importante	Não sei	Importante	Muito importante	

Saber utilizar computadores e a internet pelos seus filhos é para si:					
47	Nada importante	Pouco importante	Não sei	Importante	Muito importante

## Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

Onde tem acesso à internet		😊
48	1-Em casa	
	2-Casa de amigos	
	3-Na escola	
	4-Espaço CID (escolhas)	
	5-Espaços Internet	
	6-Em qualquer lugar (no telemóvel ou banda larga no PC)	
	7-Outro_Qual?	

Se tem acesso à internet em casa como é o acesso?		
49	1-Banda larga fixa (Meo, NOS, Vodafone etc...)	
	2-Banda larga fixa Fibra Ótica (Meo, NOS, Vodafone etc...)	
	3-Placa banda larga móvel	
	4-No telemóvel	

Utiliza a internet para:		😊
50	1-Aceder ao email	
	2-Pesquisa para trabalhos escolares	
	3-Redes sociais (Facebook, Instagram, Messenger outras)	
	4-Vistar sites de compras e vendas	
	5-Visitar sites de notícias	
	6-Jogos de ação (online)	
	7-Youtube	
	8-Download de jogos e músicas	
	9-Aceder a plataformas (escola, finanças ou outras)	
	10-Consultar saldos fazer pagamentos em entidades bancárias	
	11-Outra:	

		Dos termos abaixo indique os que conhece e utiliza							😊
51	Mozilla	Chrome	Google	https	email	OLX	blog		
	Facebook	Instagram	Messenger	site	repositório	chat	edje		

### Outras literacias

#### Literacia informacional

A informação obtida na internet é de confiança ?		
52	1-Não	
	2- Sim	
	3-Depende do site	
	4-Deve ser verificada noutros sites e autores	

Para saber as notícias diárias habitualmente prefere		
53	1-Não leio jornais	
	2-Ler o jornal	
	3-Consulta online os websites dos jornais	

54	Para fazer um trabalho escolar (se aplicável)				☹️
	1-Consulta livros e revistas				
	2-Procure livros e ajuda nas bibliotecas escola e municipal				
	3-Consulta a internet				
	4-Consulta a internet e copia o que leu				
	5-Consulta a internet mas escreve por palavras suas o que aprendeu				
6-Consulta a internet mas procura em vários sites a melhor e mais fidedigna informação, tendo em atenção as fontes.					

55	Para comunicar e divulgar informação utiliza				☹️
	1-Powerpoint				
	2-Blog pessoal				
	3-Site pessoal				
4-Faz comentários em redes sociais (face) e blogs					

Literacia mediática

56	Com que frequência utiliza os seguintes meios?					☹️
	1-Internet					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	2-Televisão					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	3-Rádio					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	4-Jornais Impressos					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	5-Revistas Impressas					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	6-Livros					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	
	7-Cinema em sala					
	Nunca	raramente	algumas vezes	muitas vezes	sempre	

57	Os smartphones e M.F. fazem boas fotografias. O que faz às fotos?				☹️
	1-Não tira fotos				
	2-As fotos ficam no smartphone				
	3-Envio para amigos por msm				
	4-Envio para amigos nas redes sociais (Facebook...)				
5-Publico nas redes sociais					

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz	
	6-Publico para amigos e para o publico nas redes sociais

58	Antes de enviar as fotos faz-lhe correção ou tratamento ?	☹
	1-Não. Envio como são tiradas	
	2-Faço correções nas aplicações do smartphone	
	3-Faço correção nas aplicações do PC	

59	Os smartphones e M.F.permitem produzir vídeos. O que faz aos vídeos?	☹
	1-Não faço videos	
	2-Ficam no smartphone para meu uso pessoal	
	3-Envio para amigos via msm	
	4-Envio para amigos nas redes sociais (Facebook...)	
	5-Publico publicamente nas redes sociais	
	6-Tenho conta no Youtube e faço a publicação	

60	O que o leva a publicar vídeos no Youtube	☹
	1-Par diversão, sem nenhum motivo concreto	
	2-Como forma de mostrar a cultura cigana	
	3-Como forma de denunciar situações de injustiça social	
	4-Como forma de denunciar situações de problemas urbanisticos	
	5-Outro motivo. Qual?	

61	Se existir formação sobre informática, fotografia e vídeo digital ou sistemas de som estaria interessado em participar?	☹
	1-Não	
	2-Sim	
	3-Talvez	

Ciganos e literacia Digital: Estudo de caso em Reguengos de Monsaraz

Segurança nas tecnologias de informação

Dê-nos a sua percepção sobre as seguintes frases:



1-Os equipamentos devem ter código de acesso

Disordo totalmente	Disordo	Não sei	Conoordo	Conoordo totalmente

2-Devo fazer cópias de segurança da informação do equipamento

Disordo totalmente	Disordo	Não sei	Conoordo	Conoordo totalmente

3-Devo atualizar o S. Operativo e utilizar software antivírus

Disordo totalmente	Disordo	Não sei	Conoordo	Conoordo totalmente

62

4-Só devo abrir anexos de emails de fonte segura

Disordo totalmente	Disordo	Não sei	Conoordo	Conoordo totalmente

5-Devo ter muito cuidado com os sites que visito pois podem ter vírus

Disordo totalmente	Disordo	Não sei	Conoordo	Conoordo totalmente

Fim - Muito abrigado pela colaboração

Contato para possível entrevista em profundidade:


## ANEXO II - Guião de Entrevistas

### Guião 1

Início: Breve explicação do objetivo da entrevista, confidencialidade e assinatura de consentimento informado da gravação da entrevista

1 - Nas funções que desempenha profissionalmente, tem contacto privilegiado com pessoas ciganas.

Em sua opinião quais julga serem os principais problemas dessas pessoas. (Habitação, económicos, educacionais, profissionais)

2 - Mais de metade dos ciganos vivem no Bairro Uma Só Cor. Nesse Bairro vivem exclusivamente pessoas ciganas. As crianças ciganas que têm que se deslocar para as escolas a pé terão certamente alguns constrangimentos, atendendo à localização do Bairro.

- a) Esses constrangimentos são notórios?
- b) Influenciam de alguma forma a assiduidade escolar?
- c) O que pensa da localização do Bairro?
- d) No bairro vivem apenas ciganas, será essa situação geradora de uma maior etnicidade obrigando a um maior fechamento à sociedade maioritária?

3 - De acordo, com diversos investigadores, em Portugal subsiste um racismo subtil, ou seja, um racismo velado e dissimulado que não é assumido diretamente, mas que é praticado.

Nesse sentido considera que as pessoas ciganas deste concelho são discriminadas? De que forma? Em que situações?

4 - A integração das pessoas ciganas na sociedade maioritária pode ser feita por diversas formas. Uma das quais poderia ser por via da integração no mercado de trabalho. As pessoas ciganas poderiam ser integradas nas entidades públicas ou participadas pelo Estado em funções que tivessem capacidade para exercer.

- a) O que lhe parece esta medida? Pensa que seria um salto qualitativo para a estabilidade de vida dessas pessoas?
- b) Será que essa aproximação viria a desmistificar a forma de olhar o “cigano”?

5 - Atualmente existem mais crianças e jovens a frequentar e por mais tempo, as escolas no concelho. Que fatores considera serem a origem desta melhoria significativa para a literacia das pessoas ciganas?

6 - O que poderiam as escolas e outras entidades fazer para que os jovens ciganos, possam ter percursos escolares de sucesso?

7 - Atualmente, muito precocemente, as crianças têm acesso às tecnologias digitais. Como lidam as escolas com essa realidade.

8 - As crianças ciganas têm mais dificuldades no acesso às tecnologias. Situação que os coloca numa posição de desvantagem perante os outros.

a) Seria importante que após a aprendizagem da leitura e da escrita, as crianças ciganas recebam apoio e ensinamentos para a utilização adequada das tecnologias de informação e comunicação?

b) Nomeadamente normas para: aceder, procurar, utilizar, seguir regras de etiqueta nas redes sociais, regras de segurança?

c) Considera que a escola deveria desenvolver esse papel proporcionando acesso às TIC?

9 - Nativos digitais são as pessoas nascidas no período temporal contemporâneo da ampla difusão e utilização das tecnologias de informação. Dir-se-á ainda que as crianças têm uma propensão natural para a utilização das TIC.

a) Apesar dessa “naturalidade” no manuseamento intensivo da tecnologia, que papel têm os educadores?

b) Relativamente aos jovens ciganos quem pode ou deve ter esse papel?

10 - Ter competências mínimas relativamente a equipamentos informáticos; Aplicações de *software* e utilização da internet são as condições prévias para a literacia digital.

Como capacitar os jovens ciganos para competências digitais que os coloquem em posição de competir por um posto de trabalho?

11 - Aceder à internet é imprescindível para se realizarem tarefas fundamentais no dia-a-dia, tais como obter o selo do imposto automóvel, aceder ao email, fazer compras e pagamentos online, ver e controlar as receitas médicas ou ainda realizar pesquisas para um trabalho escolar ou simplesmente procurar emprego.

O que sugere para que as pessoas ciganas possam aceder a equipamentos informáticos e à internet.

12 - Ser infoexcluído é não participar na sociedade digital, por consequência significa não possuir competências digitais compatíveis com os postos de trabalho disponíveis. Postos de trabalho que exigem cada vez uma maior literacia digital. Esta realidade coloca assim os infoexcluídos numa dupla exclusão: A digital e a social. A digital pelo não acesso ao emprego e conhecimento, a social por consequência da falta de acesso ao trabalho e ao rendimento.

Face ao exposto o que pensa que poderia ser posto em prática para as pessoas ciganas do concelho, não sejam vítimas da evolução tecnológica global, na qual não têm condições de participar.

## Guião 2

Início: Breve explicação do objetivo da entrevista, confidencialidade e assinatura de consentimento informado da gravação da entrevista.

13 c O conceito de literacia digital é um conceito em permanente evolução, consequência da constante inovação tecnológica. Não basta saber ler, escrever e fazer contas, assim como não chega receber e enviar emails ou aceder às redes sociais.

a) Como considera ser a relação das pessoas ciganas com as tecnologias de informação? (Computadores, smartphones, internet).

b) As crianças e jovens ciganos com que contata ou mesmo não contactando diretamente acha que manifestam interesse pela utilização das TIC?

c) Na sua experiência de contacto com os utilizadores ciganos qual é a sua perceção do uso que fazem das tecnologias?

d) Quais são as principais utilizações realizadas pelas pessoas ciganas no Espaço Internet?

e) Para que tarefas lhe é pedida mais frequentemente ajuda?

14 - As redes sociais sediadas no ciberespaço, são meios de excelência em estabelecer contatos com pessoas conhecidas e desconhecidas. O ciberespaço é um lugar onde cada indivíduo escolhe para si próprio uma ou mais identidades, numa afirmação de traços de caráter, ou a construção de uma personagem.

a) Particularmente para os mais jovens o que recomenda relativamente à utilização das redes sociais? (assédio, pornografia, encontros físicos, *Cyberbullying*)

b) Será que os jovens ciganos estarão mais expostos em face da iliteracia parental?

15 - Os sistemas informáticos e comunicacionais possuem diversas vulnerabilidades que são exploradas por hackers com o objetivo de destruir, roubar ou adulterar informação. Para além da intervenção de hackers de forma direta temos a considerar vírus, *malware*, *ransomware*, *worms*, *trojans*, programas que têm os objetivos acima referidos. Há que ter ainda em atenção a perda de dados por avaria ou apagamento acidental.

a) Que atitudes considera adequadas para a segurança dos dados e equipamentos?

b) Considera que os jovens (ciganos) têm perceções relativas à segurança da informação?

c) Considera que a escola e outros locais de acesso às tecnologias de informação devem ter a preocupação de inculcar nos jovens esta preocupação?

### **ANEXO III – Consentimento para a gravação de entrevistas e protocolo seguido na aplicação de inquérito por questionário**

#### **Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que permito a gravação áudio de entrevista no âmbito da dissertação de mestrado “Ciganos e Literacia digital: um estudo de caso no Distrito de Évora

A entrevista será conduzida pelo próprio investigador Carlos Boto Medinas, Mestrando do 2º ano do curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, licenciado em Ciências Sociais, tendo como orientadora científica a Professora Doutora Olga Maria dos Santos Magano. A recolha de som será efetuada em PC e terá a duração estimada de 30 minutos. A gravação da entrevista destina-se à posterior transcrição escrita da mesma.

O objetivo principal deste estudo consiste em conhecer como é que as pessoas Ciganas deste concelho lidam com as tecnologias de informação, sendo neste contexto as perguntas da entrevista.

É garantida a inteira confidencialidade das respostas nunca sendo identificado o entrevistado, os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para a presente investigação, os resultados apenas serão divulgados em contexto científico.

Aceito participar voluntariamente neste estudo, de acordo com as condições acima referidas,

\_\_\_\_\_ de abril de 2018

\_\_\_\_\_

Na nossa investigação realizámos 4 entrevistas. Informámos previamente os entrevistados dos objetivos da investigação, garantimos também o seu anonimato, assim como a informação recolhida ser utilizada exclusivamente no contexto da presente investigação. Solicitámos também a seu consentimento escrito, autorizando a gravação em áudio da entrevista, conforme documento acima.

No que se refere aos questionários realizados às pessoas ciganas, grupo de estudo desta investigação, procedemos ao consentimento informado que pressupõe que os indivíduos devem estar conscientes de todos os aspetos da investigação a realizar e objetivos. No caso dos menores foi solicitada autorização e a presença dos pais para responderem ao questionário. Aceitámos as decisões das pessoas que manifestaram a intenção de não participar no estudo, o que aconteceu em 2 casos, ou ainda que pudessem ter desistido. Outro aspeto fundamental que transmitimos aos inquiridos, foi garantir a confidencialidade da informação recolhida, assegurando que os nomes dos inquiridos nunca seriam usados em qualquer situação.

Não procedemos à recolha de dados pessoais dos inquiridos, no entanto, codificamos os instrumentos de colheita de dados, questionários e entrevistas. No texto da presente dissertação serão feitas as respetivas referências às fontes utilizadas, em respeito aos autores, assim como a fidelidade dos dados recolhidos, não adulterando conclusões.

Na fase da recolha dos dados, na interação com as pessoas ciganas grupo de estudo da nossa dissertação, portadoras de cultura diferente, procurámos suplantar qualquer etnocentrismo, no relacionamento com os inquiridos, assim como manter um diálogo intercultural e adequado á especificidade de cada inquirido.

## ANEXO IV – Tabela de utilização de internet

Tabela 36 – Utilização da internet por grupo etário e sexo – comparação com dados nacionais e Markttest

Com que frequência utiliza a internet?	Sexo		Grupo Etário														
	Masculino	Feminino	0-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	>75
	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem	Contagem
Nunca	14	29	3	3	1	3	5	4	2	4	5	6	3	2	1	1	0
%	14,3%	29,6%	3,1%	3,1%	1,0%	3,1%	5,1%	4,1%	2,0%	4,1%	5,1%	6,1%	3,1%	2,0%	1,0%	1,0%	0,0%
Menos de uma vez por mês	1	3	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	1,0%	3,1%	0,0%	1,0%	2,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não Utilizadores	15	32	3	4	3	4	5	4	2	4	5	6	3	2	1	1	0
Pelo menos uma vez por mês	4	7	0	1	4	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	4,1%	7,1%	0,0%	1,0%	4,1%	5,1%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pelo menos uma vez por semana	3	12	1	3	6	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	3,1%	12,2%	1,0%	3,1%	6,1%	4,1%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Todos ou quase todos os dias	22	3	0	3	5	8	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	22,4%	3,1%	0,0%	3,1%	5,1%	8,2%	6,1%	3,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Utilizadores	29	22	1	7	15	17	7	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	65,9%	40,7%	1,0%	7,1%	15,3%	17,3%	7,1%	4,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
% relativa ao grupo etário			25,0%	63,6%	82,1%	55,0%	97,6%	99,3%	93,2%	91,9%	75,2%	55,1%	53,9%	31,1%	18,0%		
**Portugal	76,2%	71,6%			99,0%	99,6%	99,3%	99,3%	93,2%	91,9%	73,9%	55,1%	53,9%	31,1%	18,0%		
***Markttest	76,3%	62,1%			99,6%	99,3%	99,3%	99,3%	91,9%	73,9%	53,9%	53,9%	31,1%	18,0%			

\* Dados da nossa investigação | \*\* Dados Portugal relativos a Portugal | \*\*\* Dados fornecidos por Markttest

A tabela 36 resulta do cruzamento das variáveis “Com que frequência utiliza a Internet”, com a variável sexo. No SPSS, em tabelas personalizadas, acrescentámos ainda a variável “Grupo Etário”. A variável “Com que frequência utiliza a Internet” é do tipo escala Likert com 5 rótulos de valor: Nunca, Menos de uma vez por mês, pelo menos uma 1 por mês, pelo menos uma vez por semana e Todos ou quase todos os dias. A tabela gerada no SPSS foi modificada no Excel acrescentando linhas de percentagens e criando subtotais, dividindo a tabela em 2 grupos: os que acedem à internet e os que nunca acedem. Aos dados obtidos na nossa investigação, juntámos ainda os dados nacionais da Pordata (2018b) relativos a “Qual a percentagem de utilizadores de computador ou internet, por faixa etária e por sexo.” Pedimos também colaboração para a nossa investigação à empresa Marktest, que nos facultou o resumo de um estudo sobre a utilização de internet por sexo e idade (Bareme Internet Marktest, 2017).

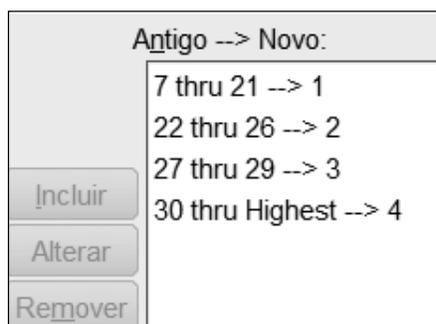
## ANEXO V – Recálculo de variáveis

### Recálculo de novas variáveis no SPSS

#### Literacia mediática

Utilizámos as capacidades do SPSS para nos ajudar a qualificar o grau de utilização dos meios mediáticos que incluímos no nosso questionário. Para isso foi criada uma variável para cada item.

**Figura 12 - Cálculo de valores da variável**



Já com os dados introduzidos, utilizámos a opção “Calcular variável”, para criarmos uma nova variável. Esta nova variável teve por função, fazer o cálculo da pontuação obtida por cada um dos inquiridos em cada item do grupo. Com os scores dos inquiridos calculados, pudemos pontuar esses somatórios atribuindo a diversos intervalos de valores uma denominação. Para isso, no SPSS criámos uma nova variável, a partir da já criada para a função de cálculo, usando o comando “Recodificar em variáveis diferentes”, definimos então 4 intervalos como mostrado na figura 13.

Para completar a nossa classificação atribuímos (de acordo com o nosso critério) valores à nova variável criada, assim designamos os valores: 1- Fraca; 2- Mínimo; 3- Suficiente e 4- Bom.

Aplicando uma consulta a Estatísticas descritivas, Frequência, obtemos então um resultado, expresso numa classificação, dos resultados das escolhas dos nossos 98 inquiridos.

#### Segurança Informática

Seguindo o princípio, utilizado para a análise de escala do tipo Likert sobre

a utilização dos média, passamos a qualificar o grau de perceção sobre segurança informática dos nossos inquiridos.

### Figura 13 - Classificação da variável

-10 thru 3 --> 1
4 thru 5 --> 2
6 thru 8 --> 3
9 thru Highest --> 4

Atendendo a que quisemos atribuir um novo valor às categorias de cada item, utilizamos a função recodificar em variáveis diferentes atribuindo os valores -2 Discordo totalmente; -1 Discordo; 0 Não sei; 1 Concordo e 2 Concordo totalmente.

Já com as novas variáveis criadas, calculámos uma nova, para fazer o cálculo da pontuação obtida por cada um dos inquiridos em cada item do grupo. A partir desta variável definimos então intervalos como mostrado na figura 14. Desta forma pudemos então obter uma classificação através da análise de frequências à variável.

Para completar a nossa classificação atribuímos (de acordo com o nosso critério) valores à nova variável criada, assim designamos os valores: 1- Inexistente; 2- Mínimo; 3- Suficiente e 4- Bom.

